UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política

FÁBIO ORTOLANO

**Concepções de sexualidade e direitos humanos: uma análise psicopolítica a partir das
Paradas LGBT de São Paulo e Campinas**

São Paulo
2015

FÁBIO ORTOLANO

**Concepções de sexualidade e direitos humanos: uma análise psicopolítica a partir das
Paradas LGBT de São Paulo e Campinas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 16 de dezembro de 2014. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração: Mudança Social e Participação Política

Grupo de pesquisa: Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Ortolano, Fábio

Concepções de sexualidade e direitos humanos : uma análise psicopolítica a partir das Paradas LGBT de São Paulo e Campinas / Fábio Ortolano ; orientador, Alessandro Soares da Silva. – São Paulo, 2015
236 f. : il

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, em 2014
Versão corrigida.

1. Homossexualidade – Aspectos sociais. 2. Homossexualidade – Brasil. 3. Sexualidade. 4. Movimentos sociais. 5. Psicologia política. 6. Direitos humanos. I. Silva, Alessandro Soares da, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 306.766

Nome: ORTOLANO, Fábio.

Título: Concepções de sexualidade e direitos humanos: uma análise psicopolítica a partir das Paradas LGBT de São Paulo e Campinas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 16 de dezembro de 2014. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Aprovado em: 16/12/14.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Marcos Roberto Vieira Garcia

Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba

Prof^a. Dr^a. Telma Regina de Paula Souza

Universidade Metodista de Piracicaba

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, meu orientador, Alessandro Soares da Silva, que não apenas foi um mestre ao acompanhar-me nessa trajetória de pesquisa, como também foi e é um entusiasta com seus orientandos e colegas de estudos. Agradeço pelo apoio, confiança e por ter me apresentado à psicologia política, do seu modo particular em dizer as coisas. Pelos “ricos” jantares, doçura e exaltações. Por revelar, além da materialidade fenotípica de cientista - que concebia ao conhecê-lo -, um grande ser humano.

Aos examinadores desse estudo, Telma Regina de Paula Souza e Marcos Roberto Vieira Garcia, pelas sábias ponderações e contribuições a essa pesquisa desde a qualificação. Por representarem figuras que me espelho enquanto acadêmico.

Ao professor Agustín Espinosa Pezzia, pelo suporte, atenção e ensinamentos nas análises estatísticas do *survey*. Por também acreditar no meu trabalho e dar a oportunidade de outros trabalhos acadêmicos junto ao GEPSIPOLIM.

À Maria Fátima dos Santos e Andrea Pedroso, bibliotecária e analista acadêmica, respectivamente, em nome da equipe de profissionais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, pelas contribuições, prontidão e simpatia no atendimento.

À minha mãe, Neiva Maria Ortolano, e meu irmão, Fernando Ortolano, por serem mais que meu núcleo familiar, sendo companheiros nessa luta cotidiana que é viver num mundo de injustiças. Por, felizmente, podermos alimentar o afeto e os laços.

À minha tia Zú, Zuleica Bella Ortolano e meu tio, Ayrton Ortolano (em memória), pelos exemplos de generosidade, gentileza, ternura e sabedoria. Na figura deles também agradeço aos demais familiares, que nos percalços da realidade, são em quem nos apoiamos e construímos os primeiros arranjos sociais, nessa história que é particular e geral, de um sistema político e social que nos atravessa.

À minha amiga, antiga orientadora de iniciação científica, Viviane Melo de Mendonça, que sempre foi minha inspiração e grande mestre no ensinamento dos temas que me proponho a pensar, sobretudo, identidade de gênero, sexualidade e juventude. Ela, que com toda sua sensibilidade, é cotidianamente exemplo de sabedoria. Sempre recorro aos seus ensinamentos e formas de dizer em minhas aulas.

Ao meu grande amigo, Alexandre Ceconello Marinho, que muito me ensina através de suas práticas e conversas de finais de semana. Pelas risadas e queixas trocadas e que ainda trocaremos – como espero –, dignas de uma grande amizade. Acredito que nossa forma de falar, explicar e ver o mundo muito se aproxima por conta de tudo que compartilhamos. São mais que simples conversas, são formas que encontramos para significar as coisas e nós mesmos. Nesse sentido, também agradeço aos meus amigos Leandro Carneiro, Livia De Sordi, Alexandre Poddis, Débora Passos e Lucas Cutri, por dividirem não apenas alguns finais de semana, mas por amadurecermos juntos.

À minha amiga, Angela Teberga de Paula, que mesmo distante, nunca deixou de estar junto aos meus trabalhos, desde a graduação. Sua maturidade, organização e empenho sempre foram motivos de orgulho, admiração e espelho, tanto é que reproduzi o formato de apresentação da dissertação, em três partes, como sabiamente e didaticamente ela o fez em sua pesquisa. E em nome dela, aos companheiros da UFSCar *campus* Sorocaba.

Aos colegas do GEPSIPOLIM (Grupo de estudos e pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, pelas aproximações acadêmicas e pelos encontros ordinários e extraordinários, formais e informais, em que compartilhamos experiências para além dos espaços fixos e pelo amadurecimento conjunto que nos submetemos ao construir esse campo. Em especial, Maria Aparecida Malagrino, Débora Cidro, Gabriela Pudenzi, Elvira Riba Hernández, Rogério Juvêncio Ferro, Tatiana Oliveira, Ramón Zago, Fábio Bosso, Babel Hajjar, Aline do Carmo Borges, Tatiane Eigenmann Justo, Danilo Oliveira, Semíramis Chicareli e Prof. Dennis Oliveira.

Aos voluntários que participaram da aplicação dos questionários nas paradas de São Paulo e Campinas, colegas e amigos, Alessandro Soares da Silva, Alexandre Ceconello Marinho, Ana Paula Mendonça Costa Pedro Ferro, Andréa Batista Nunes, Andreza Lourenço Gil, Angélica De Jesus Batista, Débora Cidro de Brito, Diego Sousa de Carvalho, Eduardo Lourenço Silva, Elvira Riba Hernández, Fernando Ortolano, Livia Petelincar De Sordi, Renée Seiji Okada, Rogério Ferro e, principalmente, William Gonzalo Roja Duran que além de participar nas duas cidades, com muito empenho, também deu suas contribuições como estatístico.

Aos alunos e colegas de trabalho do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de São Paulo, unidade Aclimação, que foram grandes atores nesse processo de amadurecimento profissional e acadêmico. Em especial, minha coordenadora de área Daniela

Mendes, por acreditar no meu trabalho e minha primeira turma de agentes de informação turística, pelas inestimáveis trocas, sendo eles: Adverson, Alexandre, Ana, Carol, Djanira, Elieuda, Fábio, Fátima, Francisco A., Francisco B., Iranildo, Jesseide, José Eduardo, José Edward, Marcelo, Márcia C., Márcia O., Mari, Maurício, Patrícia, Roseli, Simone e Vagner.

Aos amigos cruspianos, Gilmar Soares e Denys Nogueira, por compartilhar a beleza e alegria da simplicidade, do carinho e da sinceridade. Por serem, singularmente, ambos, divertidos e incríveis. “Pronto!”. E também Michel Rocha que prontamente fez a revisão desse trabalho, e por sua atenção e algumas trocas. À Lucas Lopes agradeço as trocas.

Aos cidadãos paulistas, e também os brasileiros em geral, que investem nas universidades estaduais e suas produções acadêmicas para melhoria de suas vidas e realidades, como esse estudo, que tanto foi financiado pela Universidade de São Paulo (USP), quanto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E, finalmente, aos participantes dessa pesquisa, que aceitaram responder um extenso questionário num momento de militância, lazer e outros fins. Por considerar eles os principais atores dos discursos que tratamos nesse estudo.

Parece que, ao falar, eu sou capaz de enunciar verdades escondidas, ausentes do visível, expressivas de uma natureza profunda das coisas. Tanto assim que, quando falo, pretendo que estou dizendo a verdade não apenas sobre aquele momento transitório, mas também sobre o passado e o futuro.

Rubem Alves

RESUMO

ORTOLANO, Fábio. **Concepções de sexualidade e direitos humanos:** uma análise psicopolítica a partir das Paradas LGBT de São Paulo e Campinas. 2015. 236f. Dissertação (Mestrado em Ciências) -- Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A presente Dissertação traz uma análise psicopolítica das concepções de sexualidade e direitos humanos a partir das Paradas do Orgulho LGBT de São Paulo e Campinas, sendo nossa perspectiva epistemológica a produção de sentidos e significados no cotidiano. Inicialmente, apresentamos nosso marco teórico, as concepções de sexualidade e direitos humanos, com base em autores referências na área; em seguida, descrevemos nossa metodologia, a constituição de um *survey* e o uso da análise de discurso como recurso técnico-teórico para aferir os dados das questões abertas. Na sequência, apresentamos o perfil de nossos respondentes e definimos o campo onde construímos nossa pesquisa, mostrando como a psicologia política nos representa uma possibilidade de estudo interdisciplinar. E, finalmente, apresentamos uma discussão entre o marco teórico e os dados obtidos com o *survey*, concluindo com uma análise psicopolítica entre os resultados e o cenário político atual, na dimensão dos DDHH de LGBT no Brasil, que nos implica a compreensão dos posicionamentos dos sujeitos políticos que participam desta ação coletiva e nos oferece possibilidades de ações no campo das políticas públicas e da educação para os direitos humanos.

Palavras-chave: Sexualidade. Direitos humanos. Psicologia política. Paradas do orgulho LGBT. Discurso.

ABSTRACT

ORTOLANO, Fábio. **Conceptions of sexuality and human rights**: a psicopolitical analysis from the LGBT Pride Parades in São Paulo and Campinas. 2015. 236f. Master thesis (Science Master) – Social Change and Political Participation Post-graduation Program, School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2015.

The thesis presented here brings a psicopolitical analysis over the conceptions of sexuality and human rights from the LGBT Pride Parades in São Paulo and Campinas, in a epistemological perspective on the production of senses and meanings in the daily life. Initially, we present our theoretical research, the conceptions of sexuality and human rights, based on the work of references in this field; thereafter, we describe our methodology, which is based on a survey and in the analysis of the discourse as technical-theoretical method in which is possible to assess relevant data. Thus, we present our respondents profiles and we define our research field, showing how political psychology is, for us, a way of interdisciplinary studies. Finally, we show the discussion between the theory firstly presented and the data collected through the survey and our respondents discourses collected through the open questions, concluding the psicopolitical analysis of the results and the current political scenario over LGBT's DDHH in Brazil, which implies an understanding of the positions of political subjects participating in this collective action and offers us possibilities for public policy and education for human rights.

Keywords: Sexuality. Human rights. Political psychology. LGBT Pride Parades. Discourses.

RESÚMEN

ORTOLANO, Fábio. **Concepciones de sexualidad y derechos humanos:** un análisis psicopolítico a partir de las manifestaciones del orgullo LGBT de São Paulo y Campinas. 2015. 236 f. Tesis (Maestría en Ciencias) -- Programa de Pós-Graduação em Cambio Social y Participación Política, Escuela de Arte, Ciencias y Humanidades, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2015.

La tesis que se presenta trae un análisis psicopolítico de las concepciones de sexualidad y derechos humanos en las manifestaciones del orgullo lesbiano, gay, bisexual y transgénero de São Paulo y Campinas, una vez en que nuestra perspectiva epistemológica es la producción de sentidos y significados en el cotidiano. Iniciamos este trabajo presentando nuestro marco teórico: las concepciones de sexualidad y derechos humanos y los autores reconocidos en esta área. Después de eso, describimos nuestra metodología: los pasos que hemos dados para la construcción del *survey* y la análisis de discurso como instrumento técnico-teórico para interpretar los datos parte de los datos de las cuestiones abiertas. Describimos también el perfil de los que contestaron nuestras preguntas y definimos el campo en donde construimos nuestra búsqueda. El análisis que desarrollamos aquí fue hecho desde una Psicología Política de corte interdisciplinar. Finalmente, presentamos la discusión entre el marco teórico y los datos obtenidos con el *survey*. Este análisis psicopolítico de los resultados y del escenario político actual en la dimensión de los DDHH de LGBT en Brasil nos conlleva a comprensión de posicionamientos de los sujetos políticos que participan de esta acción colectiva y nos ofrecen posibilidades de acción en el campo de las políticas públicas y de la educación para los derechos humanos.

Palabras clave: Sexualidad. Derechos humanos. Psicología política. Manifestaciones del orgullo LGBT. Discurso.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado da análise fatorial exploratória das concepções de sexualidade	144
Tabela 2 - Resultado da análise fatorial exploratória da origem das concepções de sexualidade	148
Tabela 3 - Resultado da análise fatorial exploratória das concepções de direitos humanos ..	150
Tabela 4 - Resultado da análise fatorial exploratória de que os direitos humanos compreendem	151
Tabela 5 - Correlação de Pearson entre os fatores encontrados para as concepções acerca da sexualidade	153
Tabela 6 - Correlação de Pearson entre os fatores encontrados para concepções acerca da sexualidade e dos direitos humanos	156
Tabela 7 - Teste KMO e Bartlett para as variáveis da questão “sexualidade é”	211
Tabela 8 - Variância total explicada para a questão “sexualidade é”	211
Tabela 9 - Teste KMO e Bartlett para questão “sexualidade é resultante”	211
Tabela 10 - Variância total explicada para questão “sexualidade é resultante”	212
Tabela 11 - Teste KMO e Bartlett para as variáveis da questão “direitos humanos são”	212
Tabela 12 - Variância total explicada para a questão “direitos humanos são”	212
Tabela 13 - Teste KMO e Bartlett para as variáveis da questão “direitos humanos compreendem”	213
Tabela 14 - Variância total explicada para a questão “direitos humanos compreendem”	213
Tabela 15 - Correlação de Pearson entre os fatores das concepções de sexualidade	214
Tabela 16 - Correlação de Pearson entre os fatores das concepções dos direitos humanos ..	216
Tabela 17 - Correlação de Pearson entre os fatores das concepções de sexualidade e direitos humanos	217
Tabela 18 – Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e as dimensões da sexualidade	218
Tabela 19 - Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e de que a sexualidade é resultante.....	219
Tabela 20 -Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e as definições de sexualidade	219
Tabela 21 - Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e o entendimento de travestilidade e transexualidade	220

Tabela 22 - Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e a compreensão de transexualidade	220
Tabela 23 - Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e o entendimento dos tipos de direitos como direitos humanos.....	220
Tabela 24 - Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e os significados de direitos humano	221
Tabela 25 - Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e quais são os direitos compreendidos nos direitos humanos.....	221
Tabela 26- Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e entendimento se os direitos humanos contemplam as múltiplas sexualidades	221
Tabela 27 - Teste <i>Chi-square</i> (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e entendimento se os direitos humanos abarcam direitos específicos	221

LISTA DE ABREVIACÕES

ABIA	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AOS BRADOS	Grupo Homossexual de Campinas
APOGLBT	Associação da Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
CAEHUSP	Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da Universidade de São Paulo
CBN	Central Brasileira de Notícias
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CORSA	Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor
DH	Direitos Humanos
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
E – JOVEM	Grupo de jovens homossexuais na web
EUA	Estados Unidos da América
GEPSIPOLIM	Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLTTB	Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDENTIDADE	Grupo de Ação Pela Cidadania Homossexual
IES	Instituições de Ensino Superior
JUNTOS	Coletivo de juventude que luta por outro futuro
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MOLECA	Movimento Lésbico de Campinas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
PSC	Partido Socialista Cristão
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SDH-PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SOMOS	Grupo de Afirmação Homossexual
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SPTURIS	São Paulo Turismo
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNIP	Universidade Paulista
USP	Universidade de São Paulo
KMO	<i>Kaiser-Meyer-Olkin</i>
NARTH	<i>National Association for Research and Therapy of Homosexuality</i>
PT	Partido dos trabalhadores
PP	Partido Progressista

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico de temas das Paradas LGBT de São Paulo e Campinas	117
Quadro 2 - Correlação das concepções de sexualidade	154
Quadro 3 - Correlação entre as concepções de sexualidade e direitos humanos.....	157
Quadro 4 - Respostas para tabulação	207

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cidade em que os respondentes participavam da parada LGBT	122
Gráfico 2 - Idade do participante	122
Gráfico 3 - Raça, cor ou etnia auto-atribuída pelos participantes.....	123
Gráfico 4 - Religião que frequenta/frequentou.....	123
Gráfico 5 - Por que não frequenta uma religião	124
Gráfico 6 - Até que nível escolar cursou.....	125
Gráfico 7 - Se exerce alguma atividade remunerada	125
Gráfico 8 - Renda familiar.....	126
Gráfico 9 - Conjugalidade dos respondentes.....	126
Gráfico 10 - Onde conheceu o último/atual parceiro.....	127
Gráfico 11 - Como se considera com relação ao gênero.....	127
Gráfico 12 - Como se considera em relação à sexualidade	128
Gráfico 13 - Participação em outros coletivos políticos	129
Gráfico 14 - Conhecimento de uma lei que beneficie LGBT.....	129
Gráfico 15 - Motivo pelo qual foi à parada LGBT	130
Gráfico 16 - O que é a parada para os participantes	130
Gráfico 17 - Como são os participantes da parada	131
Gráfico 18 - Sobre a união entre pessoas do mesmo sexo	131
Gráfico 19 - Sobre adoção de filhos por LGBT	132
Gráfico 20 - Acesso aos direitos humanos	132

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
2. AS CONCEPÇÕES (Primeira parte)	24
2.1 AS CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE.....	24
2.1.1 Ensaaios sobre a teoria da sexualidade de Freud	24
2.1.2 Sexo, Corpo e Gênero por Laqueur	28
2.1.3 A História da Sexualidade de Foucault	30
2.1.4 Sexualidades Ocidentais de Philippe Ariès e André Béjin (orgs.).....	35
2.1.5 Sexualidades Brasileiras de Richard Parker e Regina Maria Barbosa (orgs.)	45
2.1.6 Inocência e Vício por Jurandir Freire Costa	55
2.1.7 Perspectivas <i>queers</i> de Judith Butler e Guacira Lopes Louro	58
2.2 AS CONCEPÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	63
2.2.1 A era dos direitos de Norberto Bobbio	63
2.2.2 Fundamentação ético-moral por Lunardi & Coimbra, Lobo e Nascimento.	70
2.2.3 Educação em direitos humanos segundo Aura Helena Ramos	73
2.2.4 Problematização, salvação e reconstrução dos DH por Lafer e outros	75
2.2.5 DH e alguns termos por Piovesan e Lopes	85
2.2.6 Direitos humanos no Brasil segundo Baptista, Pinheiro e Mesquita Neto	89
2.2.7 DH, Psicologia Política e Sexualidade segundo Stralen, Mott e outros.....	90
3 DE ONDE E COMO AS ENTENDEMOS (Segunda parte).....	102
3.1 PSICOLOGIA POLÍTICA E AS PARADAS DO ORGULHO LGBT	102
3.1.1 A psicologia política e seu campo de análise	102
3.1.2 Psicologia dos movimentos sociais e as paradas do Orgulho LGBT	107
3.1.3 Perfil do público das Paradas de São Paulo e Campinas	121
3.2 METODO	133
3.2.1 Procedimentos metodológicos	136

3.2.2 O Survey e a tabulação dos questionários	138
3.2.3 Análise do discurso como recurso técnico-teórico para as questões abertas.....	139
4 O QUE CONCEBEMOS (Terceira parte)	143
4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO	143
4.1.1 Análise fatorial e de correlação	143
4.1.2 Respostas abertas.....	159
4.1.3 Consistências e inconsistências nas análises quali-quantitativa e o perfil dos respondentes.....	168
4.1.4 Uma análise psicopolítica	170
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS.....	189
APÊNDICES	196

1. INTRODUÇÃO

Atentos aos múltiplos discursos produzidos por diversos atores (i.e. sociedade civil organizada, acadêmicos, militantes etc.), perguntamo-nos quais são as concepções sobre sexualidade e direitos humanos daqueles que participam das paradas do orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)? Quais implicações decorrem destas concepções na produção de políticas públicas para a inclusão social e na cultura política da sociedade contemporânea? Em outras palavras, faz-se necessário compreender os aspectos psicopolíticos (SILVA, 2008) da sexualidade enquanto um direito humano em disputa (SANTOS, 2004; SILVA; D'ADDIO, 2012).

Considerando o crescimento e visibilidade dos movimentos de LGBT e alguns avanços e transformações no cenário político e dos direitos humanos no Brasil, nos parece relevante investigar algumas questões relativas às relações entre homossexualidade, direitos humanos e sexualidade (SILVA e D'ADDIO, 2012).

A multiplicidade de expressões, de performatividades e de gênero vividas pelos/as atores/atrizes sociais que fazem as paradas do orgulho LGBT nos leva a pensar no modo como essa pluralidade interfere nas relações sociais, nas dinâmicas dos movimentos homossexuais e na produção de uma agenda política cujo centro está na sexualidade enquanto um direito humano (SANTOS, 2004; SILVA, 2008). Nesse quadro emergem discursividades que ora se aproximam, ora se antagonizam.

Para que essas questões fossem mais claras para nós mesmos, buscamos entender a produção discursiva da sexualidade e dos direitos humanos. Autores como Foucault (1988), Spink e Medrado (1999), Mello, Silva, Lima e Di Paolo (2007), Silva (2008, 2011) e Silva e D'Addio (2012) destacam que alguns pesquisadores, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, visibilizaram a discursividade como elemento produtor de realidade. Assim, os processos discursivos são elementos políticos importantes que permitem, por um lado, a produção e por outro a interpretação de realidade significativa. Ou seja, por meio do discurso se cria acontecimentos e condição existencial em uma realidade simbolicamente produzida.

Autores como Iñiguez (2004) e Spink e Medrado (1999) sustentam que certos enunciados representam atos de linguagem que conferem o surgimento de um “estado das coisas”, o qual poderia não existir independente de tal enunciação. Entendem que a compreensão de algo depende do que se fala a respeito. Logo, compreendemos sexualidade, direitos humanos e um movimento social, por exemplo, a partir do que falamos sobre eles. Nessa perspectiva do discurso, o cotidiano é uma categoria central, pois a discursividade é

centrada nas relações produzidas cotidianamente. Frente a isso, Silva e D’Addio (2012) nos recordam que:

As posições sobre a diversidade sexual, bem como o respeito e a tolerância, muitas vezes são discursivamente generalizadas de maneira estática, cristalizada, no cotidiano e têm implicações políticas no campo da produção das identidades coletivas. É dizer: eliminam-se elementos plurais e performativos da identidade e se estabelecem hierarquias que tipificam aquilo que as pessoas podem ser, excluindo aquilo que cada uma está sendo. (SILVA e D’ADDIO; 2012, p.165).

A cristalização é efetivamente um instrumento de dominação. Silva (2008), baseado em outros autores, aponta o cotidiano como um lugar da continuidade ininterrupta, da estabilidade, onde, por vezes, a reflexão não se faz possível, onde a ruptura não é uma constante, e assim, não há redefinição do simbólico que quebraria tal continuidade. Ou seja, para o autor, o cotidiano nos possibilita a consciência do senso comum (SILVA, 2008, p. 406).

Dessa maneira, como pensar as mudanças que a sociedade brasileira está vivendo? Como percebê-las dentro de um senso comum? A aprovação da adoção de crianças por famílias homoparentais pelo STF – Supremo Tribunal Federal, o reconhecimento do direito de um casal homoafetivo ao casamento civil pelo STJ – Supremo Tribunal de Justiça, a oficialização do casamento civil em todos os cartórios de São Paulo, e outras decisões, têm em si mesmas elementos conceituais acerca da sexualidade e dos direitos humanos. Elas reconhecem a diversidade sexual como um direito da pessoa humana, quando os direitos individuais também devem ser salvaguardados.

Neste sentido, para uma análise psicopolítica, propomo-nos pensar questões transversais que associam sexualidade, direitos e política. A violência que LGBT são acometidos e as respostas dos movimentos homossexuais e da sociedade civil frente à opressão são temas de investigações, assim como o casamento igualitário e a adoção por casais homoparentais, etc.

Angelim e Diniz (2009) relatam que o Estado de direito tem como um de seus fundamentos o controle da violência na sociedade e que, numa compreensão clássica, ela deve ser entendida como um excessivo uso da força diante de normas já estabelecidas. Tais autores sustentam que os movimentos sociais pressionam o Estado a reconhecer determinadas condutas e práticas, sendo assim, a afirmação da violência é um processo subjetivo e coletivo.

O Projeto de Lei 122 (BRASIL, 2006), que criminaliza a homofobia, está em tramitação desde 2006 e sofre grande resistência de setores mais conservadores, sobretudo representados por fundamentalistas religiosos, que veem o PL – Projeto de Lei, como uma

afronta a liberdade de expressão, defendendo a liberdade de expressão de suas opiniões. Os anos de tramitação conferiram ao projeto grande polêmica e visibilidade, sendo também alvo de interesses políticos. Consideramos que o PL 122 trata-se de um argumento no reconhecimento de práticas e comportamentos como violência, bem como uma ferramenta ao alcance de direitos para LGBT, o direito à integridade física e emocional.

Foucault (1988) tratando da história da sexualidade entende que, sobretudo no século XIX, o sexo tornou-se parte central da produção discursiva. Tal discurso institucionalizado se estabelece e normatiza as relações, não necessariamente explícitas, de poder. Ribeiro (1999) aponta que o filósofo embrenhou-se em revelar como fora produzido o discurso da “verdade” sobre a sexualidade e como as sociedades ocidentais buscaram, durante séculos, a verdade sobre o sexo, especialmente a partir do Cristianismo. E mais, que essas “verdades” produzidas tornaram-se uma parábola no Ocidente, haja vista a repressão sexual resultante.

O sexo, nas sociedades cristãs, tornou-se algo *que era preciso examinar, vigiar, confessar e transformar em discurso*. Podia-se falar de sexualidade, mas somente para proibi-la. O esclarecimento, a "iluminação" da sexualidade se deu nos discursos e na realidade das instituições e das práticas. As proibições faziam parte de uma economia complexa. (RIBEIRO: 1999, p.359)

Para Foucault (1988), a sociedade que produz discursos como verdade, fará deles dispositivos e estruturas do conhecimento e mecanismos institucionais de poder. Por esse motivo, estudar os significados e sentidos produzidos sobre sexualidade e direitos humanos implica em entendermos os desdobramentos de formas de poder que estão estabelecidas, ou que gostariam de estabelecer-se ainda que estejam marginalizadas.

Aqui nos centramos a pensar como esses discursos produzidos ao longo da história e na atualidade impactam nas mudanças no campo das relações homoafetivas, na esfera dos Direitos Humanos.

Anjos (2002), ao tratar da definição do grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, coloca que a “condição homossexual” tem sido objeto de concorrência por definições legítimas, na qual se defrontam diversos atores.

Pollak (1987) coloca que no final do século XIX e início do século XX buscava-se justificar ou combater cientificamente os estigmas relacionados aos homossexuais. Para ele, os estudos atuais inscrevem-se nas tentativas de transformação do estigma como critério de

filiação em um grupo em vias de emancipação, apontando que o desenvolvimento de locais de encontro tem como função primeira apoiar os homossexuais e estimulá-los no *coming-out*¹.

Ao tratar da identidade sexual e da classificação social, o autor acrescenta que várias literaturas sobre a sexualidade descrevem o *coming out* como o duplo processo de integração na comunidade homossexual e a afirmação da homossexualidade para o exterior, não somente como aprendizado e aceitação da homossexualidade, mas como a busca por um estilo de vida.

Assim, tais espaços tornam-se locais de discussão e início dos movimentos de emancipação e afirmação das identidades homossexuais. Dos primeiros espaços de encontro, ocultos, secretos, à luz do dia, nas ruas e locais públicos. Esse caminho é o indicativo mais claro da mudança que temos vivido e, ao mesmo tempo, da necessidade de estudá-la. Certamente nossa pesquisa não abarca esse todo complexo, mas pode contribuir para desvelar processos que estamos vivendo, todos/as nós, de muito perto.

Carlos (2001) descreve o espaço como um local de interação dos indivíduos, e consequentemente, de construção da história e de uma cultura coletiva. Para ela, a relação entre o espaço e o homem confere sentidos para ambos. Possivelmente é nesse espaço que se destrói e constrói os significados de cada indivíduo, e que se produzem os discursos coletivos e individuais. As paradas LGBT representam, assim, um espaço de relevância capaz de congrega a diversidade sexual, a pluralidade de sujeitos e de performatividades.

Nesse contexto, notamos o surgimento de inúmeras paradas do orgulho homossexual no Brasil. Diversas mídias apontam como sendo realizadas atualmente mais de 200 paradas LGBT durante o ano em território nacional. E, a partir delas, há uma série de discursividades, quando se pronunciam pesquisadores, militantes, políticos, líderes religiosos, jornalistas, professores, entre outros, em diversos espaços e instituições, desde periódicos acadêmicos e mídias televisivas a templos religiosos, escolas e lares.

Estudar obras e textos que tratam da sexualidade e dos direitos humanos, além de ampliar o arcabouço teórico, representa uma ótima leitura para compreensão das produções discursivas e das realidades, muitas delas reproduzidas no senso comum.

Curioso pensar como tais temas se comunicam ao refletirmos sobre a importância e papel da ciência no cotidiano, para a sociedade. A crítica é essencial quando pretendemos a mudança, contudo, acreditamos que a ciência não deve limitar-se a isso, sua preocupação maior deve ser ir ao encontro de desejos individuais e coletivos em cena, sobretudo, do bem

¹ *Coming out* ou "sair do armário" está associado ao assumir a sexualidade. Refere-se a ter uma informação revelada. É o processo de divulgação da sexualidade. A idéia "*coming out*" foi introduzida pelo alemão Karl Heinrich.

comum. Assim, aprofundar nesses temas não nos parece apenas erudição, é também uma vontade de saber, como nos explica Foucault sobre a sexualidade.

Trazer esses temas à baila é questionar tabus, construções discursivas e sociais cristalizadas, é racionalizar, não demasiadamente, nossos sentimentos e emoções, de forma a significarmos não só as coisas, mas nós mesmos e as realidades das quais fazemos parte. Diz respeito a uma responsabilidade social do fazer acadêmico, aproximando senso comum do rigor acadêmico.

Considerando o Programa de mestrado em Mudança Social e Participação Política, em que desenvolvemos nossa pesquisa, pontuamos que temáticas como direitos humanos e sexualidade nos parecem elementos significativos para uma leitura contextual e histórica, em que podemos não apenas vislumbrar, mas identificar como ocorrem as mudanças sociais e a participação política. As construções de gênero e a forma como significamos e vivenciamos a sexualidade na contemporaneidade e em outros tempos dizem respeito aos direitos humanos. O particular e o universal estão sempre em jogo nas experiências cotidianas e nas críticas que fazemos delas. Ao mesmo tempo, ao falarmos de direitos humanos, não há como não pensarmos nas diferenças e nas referências que temos dos sujeitos, afinal, este também é construção discursiva.

As temáticas desse estudo se complementam na leitura da realidade, dos sujeitos e do mundo. Afinal, não fora sempre assim em qualquer paradigma? Desde o paradigma Greco-romano argumentava-se sobre o corpo, o sexo, os papéis dos sujeitos. No judaico-cristão idem, criaram-se normas, tipos de sujeitos, personagens modelo. Não diferente, o paradigma moderno, respaldado por sua lógica científica, também produziu – e ainda produz - conceitos e acepções sobre a sexualidade, o gênero e, finalmente, acerca dos direitos humanos.

Embora o conceito de DH – Direitos Humanos só tenha surgido neste último paradigma, com o Iluminismo, julgamos que mesmo não sendo usada essa significação, sob diversas maneiras, os direitos humanos eram vivenciados, negligenciados e negociados em qualquer época.

Assim, entender como a sexualidade e os direitos humanos são concebidos no cotidiano pode ser uma possibilidade de relacionarmos a mudança social e a participação política com o cenário sociopolítico, uma vez que, conforme Spink (1999) e Orlandi (2007) nos colocam, os discursos também são produtores de realidade.

Nossa trajetória nesse campo começou com as pesquisas de iniciação científica sobre as paradas do orgulho LGBT como espaços de lazer e hospitalidade para juventude. Ao ingressarmos no mestrado em Mudança Social e Participação Política buscávamos continuar

pesquisando tal movimento. Assim, entramos no grupo de estudos em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo - GEPSIPOLIM, o qual nos auxiliou no desenho dessa pesquisa. Ao invés de pesquisarmos as discursividades acerca do evento, como nos propusemos no início, decidimos investigar as concepções de sexualidade e direitos humanos dos participantes.

Dessa forma, definimos como objetivo geral apresentar uma análise psicopolítica das concepções de sexualidade e direitos humanos dos participantes das paradas do orgulho LGBT de São Paulo e Campinas, sendo nossos objetivos específicos apontar: a) quais são as concepções de sexualidade e direitos humanos, b) quais são as concepções de sexualidade e direitos humanos dos participantes das paradas LGBT, c) como as concepções de direitos humanos e sexualidade se correlacionam e d) qual a relação das concepções de sexualidade e direitos humanos com as pautas políticas do movimento LGBT.

O presente estudo está dividido em três partes. Na primeira, “as concepções”, apresentamos nosso marco teórico, os escritos sobre sexualidade e direitos humanos; na segunda, “como as entendemos”, descrevemos o campo de nossa pesquisa, a psicologia política enquanto abordagem interdisciplinar e nossa metodologia e as paradas como espaço de produção de discursos e realidade; e na terceira, “o que temos a dizer”, trazemos os resultados do *survey* e as discussões com o marco teórico.

2. AS CONCEPÇÕES (Primeira parte)

Nessa seção apresentamos obras e artigos sobre as concepções de sexualidade e direitos humanos, delineando nosso marco teórico para análise dos dados coletados através do *survey*. Cabe mencionar que não poderíamos dar conta de pontuarmos todas as concepções construídas ao longo da história sobre os temas supracitados, uma vez considerados os limites impostos para uma pesquisa de mestrado. Trouxemos, portanto, alguns textos alinhados aos pensamentos e saberes produzidos pelas sociedades ocidentais sobre elas mesmas. Optamos por apresentar os dois capítulos que se seguem em formato de fichamentos-sínteses, ao invés de um texto único que concatenasse todas as reflexões, à luz de que a dissertação serve de base didática para introdução ao estudo de temáticas de interesse acadêmico.

2.1 AS CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE

Neste capítulo nos propomos a apresentar como se constituíram algumas teorias e concepções acerca da sexualidade humana. Convém mencionar que limitamo-nos a trazer algumas referências que nos pareceram mais pertinentes aos propósitos dessa pesquisa e de sua perspectiva teórica, orientada pela psicologia política. Assim, focamo-nos em compilar ensaios, textos e perspectivas de análise de forma a trazer como a sexualidade vem sendo concebida durante a história, sobretudo, a partir do século XVII, apontando como tais significados têm sido reproduzidos, afirmados e transformados na atualidade. Assim, deixamos claro que nem todas as perspectivas puderam ser contempladas, mas certamente é parte dessa construção social do que venha a ser a sexualidade expressa nos discursos do cotidiano.

Pontuamos neste trabalho os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* de Sigmund Freud; *Inventando o Sexo* de Laqueur; *História da sexualidade I* de Foucault; *Sexualidades ocidentais* e *Sexualidades brasileiras* de Airès e Béjin e Parker e Barbosa, respectivamente; *A inocência e o vício* de Jurandir Freire Costa; até fecharmos nas perspectivas *queers* a partir de Judith Butler em *Sujeitos do sexo/gênero/desejo* e de Guacira Lopes Louro em *Um corpo estranho*.

2.1.1 Ensaio sobre a teoria da sexualidade de Freud

Começamos com a obra de Freud (1856-1939), para mostrarmos um pouco da produção teórica que autores como Laqueur e Foucault atribuem a um projeto político e regime

de poder. Em seus *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade*, o autor traz sua leitura sobre a constituição da sexualidade humana. No primeiro ensaio pontua as referências sobre as aberrações sexuais, a partir dos desvios com respeito ao objeto sexual e ao alvo sexual; sobre as perversões, as pulsões sexuais, etc. Da obra destacamos as concepções que, a partir da psicanálise, Freud nos coloca para as relações entre sujeitos do mesmo sexo e para as práticas, que independente da orientação sexual, são classificadas como desviantes, de maneira que possamos costurar o conjunto de significados atribuídos a sexualidade na perspectiva freudiana.

O autor nos introduz ao assunto pontuando que as pulsões sexuais são entendidas e expressas pela biologia como necessidades sexuais que homens e animais expressam. Contudo, enquanto temos a palavra *fome* para significar a pulsão pela nutrição, não encontramos um código semelhante ao significarmos as pulsões sexuais, e que, para tanto, usa-se a palavra *libido*, a qual se revela ambígua, designando tanto a sensação de necessidade quanto de satisfação. O que não nos parece um problema, haja vista que a sexualidade e a pulsão sexual se constituem tanto de necessidades quanto de desejos. Ainda que não se apresente como nosso propósito de aprofundamento teórico, mencionar essa reflexão de Freud (1856-1939) nos parece importante na medida em que adiante o autor pontua que, para a opinião popular, a pulsão sexual apresenta representações bem definidas quanto sua natureza, mas que são imprecisas, apressadas, e com erros. Ou seja, mesmo conceituando a sexualidade sob uma perspectiva biológica e natural, Freud (1856-1939) considera as representações sociais.

Para ele, há homens cujo objeto sexual não é a mulher e sim o homem; e mulheres, que o objeto sexual é outra mulher ao invés de homens. Estes e estas são, em sua leitura, *invertidos* e o fato *inversão*. Em se tratando do comportamento dos invertidos, diversifica em três tipos: a) *Invertidos absolutos*, em que o objeto sexual só pode ser do mesmo sexo; b) *Invertidos anfígenos* (hermafroditas sexuais), cujo objeto sexual pode ser o mesmo sexo ou o outro e c) *Invertidos ocasionais*, que conforme certas condições externas, como a inacessibilidade do objeto sexual normal, podem encontrar satisfação no ato com pessoa do mesmo sexo.

Acrescenta que tais invertidos fazem dois juízos quanto suas pulsões. Há aqueles que a vê como natural e outros que a enxergam como uma compulsão patológica. Sendo importante considerar que o olhar para si e para o mundo advém do que o contexto nos permite. Assim, Freud (1856-1939) vai falar que a concepção da inversão foi cunhada como um sinal inato de degeneração nervosa, através de observações médicas em doentes nervosos.

Contudo, ele aponta algumas objeções ao uso indiscriminado da palavra degeneração, dizendo ser oportuno utilizá-la apenas quando há desvios muito graves em relação à norma e quando a capacidade de funcionamento e sobrevivência pareçam prejudicadas. Para o autor, a inversão não exhibe nenhum desvio grave à norma, tão pouco apresenta riscos à sobrevivência, uma vez que ela foi extremamente difundida em povos selvagens e primitivos e em culturas antigas.

Ainda que o autor apresente ressalvas ao uso do termo degeneração, notemos que o diz a partir de um saber médico e de uma lógica biológica. Cabe-nos refletir como a inversão associada à degeneração pôde ser concebida de maneira a aprofundar as diferenças entre sujeitos normais e anormais, aqueles classificados como degenerados a partir de um saber médico e clínico. E uma vez legitimada essa leitura, podemos compreender o porquê a homossexualidade apenas foi retirada da lista de doenças mentais da Organização Mundial da Saúde - OMS – em 1990, ainda que em anos anteriores associações de psicologia e psiquiatria tenham resignificado às práticas homoeróticas.

Quanto ao caráter inato da inversão, o autor trata de uma percepção associada apenas ao primeiro tipo de invertidos, os *absolutos*, ao passo que os demais não justificariam tal interpretação, e que outro entendimento possível seria da inversão como um caráter adquirido da pulsão sexual.

Sob esta lógica podemos entender uma hierarquização que se constrói entre sujeitos, entre aqueles de caráter inato e aqueles de caráter adquirido. Fazemos de um pensamento médico, biológico, natural a racionalidade da realidade e manifestações da sexualidade, deslegitimando o caráter adquirido, como se os invertidos de caráter inato não tivessem influências externas. Bem, adiante o autor expõe que nem a hipótese de que a inversão é inata, nem de que ela é adquirida dão conta de explicar a natureza da inversão. O que justifica uma reflexão mais aprofundada e que esta se revela limitada, ainda que importante para significar os sujeitos e os atos.

Ao abordar das aberrações sexuais, além da inversão, Freud (1856-1939) pontua os animais e pessoas sexualmente imaturas (crianças) como objetos sexuais, pontuando que as relações motivadas por tais casos, de pulsão urgente, se dão por substituição ao objeto mais adequado e que representam aberrações temporárias, contudo, esta relação entre as variações sexuais e a escala vai da saúde à perturbação mental. A partir de sua experiência relata que quem é anormal em algum outro aspecto em termos sociais e éticos, é também na vida sexual.

Freud (1856-1939) trata também de desvios com respeito ao alvo sexual, que se considerado o coito, seria a relação entre o aparelho sexual – genitais, sejam elas masculinas

ou femininas. As relações intermediárias, conhecidas como preliminares intensificam a excitação e levam ao alvo sexual definitivo.

Disso decorrem as perversões à vida normal, diz o autor. Freud as classifica em a) *transgressões anatômicas quanto às regiões do corpo destinadas a união sexual* e b) *demoras nas relações intermediárias*. Isso ocorre através da supervalorização do objeto sexual, que enquanto alvo desejado pela pulsão sexual não se limita a genitália, outras partes do corpo se tornam alvos. Ainda que exista asco no uso de outras partes do corpo, como a boca, a força da pulsão sexual exerce uma dominação sobre a ação, mesmo que tida como perversão.

Existem também os substitutos do objeto sexual, como outras partes do corpo ou artigos de vestuário, denominados fetiche, ou ainda, as fixações de alvos provisórios, como o tato e o olhar. Para Freud (1856-1939), os casos se tornam patológicos quando os anseios pelos fetiches se fixam. O sadismo e o masoquismo, associados à dor, crueldade e submissão atendem a pulsões sexuais. No sadismo, o prazer reside na necessidade de vencer a resistência do objeto sexual. Já o masoquismo se dá ao inverso, em que o sujeito é passivo e se satisfaz no padecimento da dor. Para todas essas formas de relacionamentos e atos associados às pulsões sexuais, Freud pondera que quando há uma exclusividade e fixação, pode-se julgar como um sintoma patológico.

Novamente consideremos que mesmo o autor não tendo significado pejorativamente os termos desvio e transgressão, estes podem configurar-se em argumentos legitimadores de anormalidades, quando tendemos a essencializar as coisas.

Freud (1856-1939) também fala sobre os histéricos, aqueles cujo grau de recalçamento sexual ultrapassa o limite do normal, em que a resistência à pulsão sexual é intensificada através da vergonha, asco, moral e que se estabelece como uma fuga instintiva a qualquer ocupação do intelecto com o problema do sexo. Os psiconeuróticos são aqueles que a libido fica privada de satisfação pelas vias normais. É mais comum a doença aparecer depois da puberdade, preservando o estado infantil de sua sexualidade ou reconduzindo a ele.

Na época pouco tinha sido explorado sobre a sexualidade nos anos iniciais dos sujeitos, mesmo nos estudos sobre o desenvolvimento sexual, relata o autor, que se propõe a entender a sexualidade desde o período infantil. Defende ele que a vida sexual de uma criança se inicia por volta dos três ou quatro anos, mas que já o recém-nascido traz consigo *germes de moções sexuais*, mas que depois sofrem uma suspensão progressiva. Estas crianças mantêm-se em período de latência até a puberdade, já que estão procrastinadas suas funções reprodutoras, desenvolvendo moções reativas de desprazer, como asco, vergonha e moral.

No chuchar ou no sugar com deleite já podemos observar as três características essenciais de uma manifestação sexual infantil. Esta nasce apoiando-se numa das funções somáticas vitais, ainda não conhece nenhum objeto sexual, sendo auto-erótica, e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma zona erógena (FREUD, 1997, p.60).

Assim, ao tratar do alvo sexual infantil, Freud considera que a pulsão infantil visa à satisfação a partir do estímulo a zona erógena escolhida. Em se tratando da zona labial, se dá através do ato de sugar e em outras é necessário à substituição por outras ações musculares de acordo com a zona erógena. Adiante, Freud aborda a crueldade como algo natural no caráter infantil, uma vez que provém de uma pulsão de dominação ante a dor do outro.

Fala também, na mesma obra, do complexo de castração vivido pelos meninos e a inveja do pênis pelas meninas, do fracasso típico da investigação sexual infantil. O autor relata sobre as transformações da puberdade, em que o sujeito passa a orientar sua pulsão auto-erótica a um objeto sexual, iniciando o primado da zona genital, constatando as diferenças entre homens e mulheres. Nesse sentido, observamos que essas referências e saberes produzidos por Freud (1856-1939) certamente traçam significados para o sexo e o gênero, quando passamos a entendê-los a partir de dois modelos, como veremos adiante.

Todos esses temas apontam uma necessidade de aprofundamento para compreensão da sexualidade e de como esta é entendida e construída ao longo do tempo. Para nós, as referências tratadas por Freud ilustram os conceitos que veremos a seguir.

2.1.2 Sexo, Corpo e Gênero por Laqueur

Laqueur (2001), em *Inventando o Sexo - Corpo e gênero dos gregos à Freud*, relata como o sexo, sexualidade e gênero foi sendo concebido da era clássica ao modernismo científico. A partir da história de um monge que engravida uma suposta defunta, o autor mostra como o conto adquire significados distintos conforme a época, e como os sentidos presentes corroboram para as concepções que os locutores dispõem. Dessa forma, parece responder a pergunta de Jurandir F. Costa (2001) ao questionar se *podemos ou não descrever realidades humanas com um vocabulário neutro do ponto de vista ético ou moral* (COSTA, 2001).

“Um abismo interpretativo separa, com cinqüenta anos de intervalo, duas compreensões da mesma história de morte e desejo contada por um médico do séc. XVIII.” (Laqueur, 2001, p. 13). A história de uma morta que teria engravidado de um monge. Para qualquer médico ou populares a gestação associava-se a excitação e deleite do corpo e, assim,

traçavam-se as lógicas de compreensão da realidade. No final do século XVIII a presença ou ausência do orgasmo tornou-se um marco biológico da diferença sexual.

Segundo Laqueur (2001), para Bruhier e outros pensadores na metade do século, a moça teria fraudado a morte para escapar do sentimento de culpa, fingindo o coma. Afinal, não sem orgasmo e deleite de ambos, monge e suposta defunta, não se conceberia. No século seguinte, em 1836, novamente contada à história, o médico Michael Ryan entendia que a gestação não dependia do orgasmo. Para ele a mulher nem mesmo precisaria estar consciente para conceber. Disso, ressalta-se que, próximo ao fim do Iluminismo, o orgasmo deixa de ser entendido como relevante para a gestação.

Essa independência da concepção, em relação ao prazer da mulher propiciou a redefinição, debate e negação da natureza sexual da mulher. O autor acrescenta que no pré-Iluminismo havia uma inversão da contemporaneidade, em que o homem deseja o sexo e a mulher os relacionamentos, na antiguidade amizade ligava os homens e a sensualidade às mulheres. Isso nos remete como os gêneros são constructos sociais que se transformam conforme a época, a qual também ressignifica o sexo e a sexualidade.

Assim, Laqueur (2001) relata que por milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, invertida, para dentro e que, por volta dos anos de 1800, escritores preocuparam-se em atribuir as diferenças fundamentais entre homens e mulheres.

Aos finais do século XVIII o antigo modelo metafísico de compreensão do homem e mulher deu lugar a um modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. A visão dominante desde este século era, portanto, de que havia dois sexos, fato que determinava a vida política, econômica e social, bem como os papéis de gênero. Ser homem e ser mulher no mundo do sexo único era manter uma posição social, assumir um papel cultural e não ser organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis.

Contudo, o autor considera que o fato dos discursos de uma época levar a compreensão de um único sexo hierarquizado verticalmente e de outra época corroborarem a uma segunda interpretação, de dois sexos opostos horizontalmente ordenados, deve-se além das descobertas. Embora o progresso científico tenha atuado numa nova interpretação do sexo, não parece à Laqueur (2001) que essa nova explicação tenha apenas relação com a mudança de concepção do orgasmo associado à concepção. Houve, assim, um interesse em buscar a evidência dos dois sexos distintos, por diferenças anatômicas e fisiológicas, quando isso se tornou politicamente importante, quando as fundações da velha ordem social foram abaladas de uma vez por todas. Para ele, a política, compreendida como competição de poder,

criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais e a reconstrução do corpo esteve intrinsecamente ligada à teoria política do Iluminismo, às ideias do casamento como contrato, às possibilidades da revolução francesa, ao feminismo pós-revolucionário, à organização do livre mercado, ao nascimento das classes, etc. *O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder.* (Laqueur, 2001:23)

Laqueur (2001) define que o sexo, como o ser humano, é contextual. Não há como isolá-los do meio discursivo. A partir de Jeffrey Weeks, aponta que o sexo é mais do que a sociedade determina ou que o nome, palavra o torna. Busca o autor implicar à biologia os dilemas e estudos culturais genéricos, pois a sexualidade, a diferença sexual e o sexo estão presentes na literatura, nos discursos, no simbólico, enfim, nos sujeitos e em seus corpos. Questões sobre o significado definitivo estão além dos fatos, e parece que limitamo-nos a significar as coisas, pois *os humanos impõem seu senso de oposição a um mundo de sobras contínuas de diferença e semelhança* (Laqueur, 2001:30). Para o autor, tanto a biologia do sexo único hierarquizado, quanto à biologia da incomensurabilidade entre dois sexos e a afirmação de que não há diferença sexual relevante ou nenhum sexo restringiram a interpretação dos corpos e as estratégias da política sexual.

Lendo Laqueur é mais fácil entender o que disse Nietzsche, há mais de cem anos, sobre a sexualidade ocidental. De tanto "demonizar" o sexo, disse ele, o catolicismo acabou por obter o efeito oposto. A tragédia virou farsa. (COSTA, 2001)

Tal farsa que nos fala Jurandir, é o que Foucault (1988) denomina de hipótese repressiva em *A história da Sexualidade I: a vontade de saber*.

2.1.3 A História da Sexualidade de Foucault

Michel Foucault (1988) fala do regime vitoriano de uma sexualidade contida, muda e hipócrita, em que ela é encerrada pela burguesia vitoriana e confiscada pela família conjugal. O sexo se cala, o casal torna-se modelo e regra, só ele pode falar sobre o sexo posto no privado, entre quatro paredes. Nessa lógica repressiva em que o silêncio diz respeito à negação e ao desaparecimento pela condenação, sobre a sexualidade não há o que dizer, nem ver e nem saber, aponta ele. Exceto em outros lugares, que não o das sexualidades legítimas, onde há uma concessão para tanto, como nos prostíbulos e consultórios médicos, ainda que em surdina, na clandestinidade. Fora desses lugares o puritanismo moderno havia se apoiado no comando de interdição, inexistência e mutismo. O autor interroga-se sobre uma complexa

sociedade que há mais de um século se culpa por sua hipocrisia, que fala de seu silêncio, que busca detalhar o que não diz e que promete se libertar das leis que a fazem funcionar.

Assim, Foucault (1988) constrói a hipótese repressiva a partir de uma economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas do século XVII. Destaca que sua intenção não é estabelecer como tal economia associa-se a produções de verdade do sexo, ou de que há mentiras que visam ocultá-lo, seu propósito é revelar a vontade de saber que serve de instrumento para tal economia discursiva. Portanto, não se trata dizer que não houve e não há uma repressão. As proibições, cerceamentos, interdições, censuras e negações existem como uma técnica de poder, a partir dessa vontade de saber sobre a sexualidade, o sexo. “*O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o segredo.*” (Foucault, 1988:42)

Tal produção discursiva fundamenta-se, para o autor, na lógica da confissão, não apenas com relação às infrações as leis do sexo que uma cultura religiosa tradicional impunha, através da penitência, mas como uma tarefa em que todos devem dizer a todo o tempo, para si e para os outros, tudo que se possa relacionar ao jogo dos prazeres. “*A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo da palavra.*” (Foucault, 1988:27). Não apenas a confissão na igreja, mas nos consultórios médicos, na escola, em casa, em todas as instituições que envolvem a vida dos sujeitos.

O sexo, para ele, não apenas é julgado, advém de forças que o administra, é carregado de um caráter político, de poder. Assim, no século XVIII, torna-se uma questão de polícia, afinal, cabe ao Estado regular o sexo por meio dos discursos úteis e públicos. É quando surge o que Foucault conceitua como população, em que os governos não lidam mais com o povo ou simplesmente sujeitos, e sim com população. Entre os séculos XVIII e XIX, destacaram-se os discursos médicos, sobre as doenças dos nervos; da psiquiatria, acerca das perversões sexuais e da justiça penal, quanto aos crimes antinaturais, somando um conjunto de relatórios e diagnósticos que davam fôlego a uma discursividade reguladora sobre o sexo.

O autor nos ilustra com um exemplo ocorrido em 1987 com um trabalhador que, ao trocar carícias com uma menina, algo comum em sua aldeia. O sujeito é denunciado pelos pais ao prefeito, que encaminha o caso à polícia, a qual por sua vez, apresenta ao juiz que, finalmente, submete o rapaz ao médico. Essa história remete que a partir de certo momento ocorre algo com a sexualidade aldeã, ela não é apenas objeto de intolerância coletiva, mas

posta a uma intervenção policial, judicial e médica. São as instituições do saber e poder inscrevendo-se no cotidiano.

Sem a certeza de que essa atenção demasiada sobre o sexo atende uma preocupação em reproduzir a força de trabalho e as formas de relações sociais, de forma a manter uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora, Foucault (1988) pontua que até o final do século XVIII três grandes códigos explícitos regiam as práticas sexuais: 1) o direito canônico, 2) a pastoral cristã e 3) a lei civil. Estes demarcavam a fronteira entre o lícito e ilícito. Nesse contexto surge um grande contingente de sexualidades periféricas, meninas precoces, colegiais ambíguos, maridos cruéis, transeuntes com impulsos estranhos, etc. O que se interroga é a sexualidade daqueles que desviam a norma, de crianças, loucos, criminosos, daqueles que não amam o mesmo sexo ou que tenham devaneios e obsessões. O autor põe em questão se o aparecimento disso tudo à luz do dia representa a perda do rigor ou se a atenção prova a existência de um regime mais severo. Para ele, em se tratando de repressão, as coisas são ambíguas.

Foram através dessa discursividade que se multiplicaram as condenações judiciais, que anexou à irregularidade sexual a doença mental, que se trouxe o vocabulário da abominação à medicina. Assim, se estabeleceu uma nova caça às sexualidades periféricas, ocasionando a incorporação das perversões e uma nova especificação dos indivíduos, exemplificando, o sodomita que era um reincidente, agora era um homossexual, uma espécie. Assim vai se configurando o que o autor conceitua como uma implantação perversa das interdições, em que o poder é exercido constantemente. As confissões superam a inquisição, segue uma mecânica de poder que as reforça através do prazer.

(...) o poder ganha impulso pelo seu próprio exercício, o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça; a intensidade da confissão relança a curiosidade do questionário; o prazer descoberto reflui em direção ao poder que o cerca (...). O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo dizer 'não' a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. (FOUCAULT, M., 1988, p.52)

Para o autor, o crescimento das perversões é produto real da inferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. E através de sua intensificação que se consolida as sexualidades periféricas, a partir das quais as relações de poder com o sexo e prazer se ramificam e multiplicam, medindo corpos e penetrando nas condutas. Ou seja, para ele, devemos abandonar a hipótese de que as sociedades modernas industriais reprimiram o sexo,

quando, na realidade, por seus mecanismos de poder, significou a proliferação de prazeres específicos e multiplicação de sexualidades outras que não a norma.

Assim, o sexo no século XIX foi inscrito em dois saberes, a saber: a biologia e a medicina. A primeira tratava de uma reprodução normatizada e a segunda pensava num sexo obediente a múltiplas regras. O sexo passava a ser constituído como objeto de verdade. E se tratando da verdade sobre o sexo, Foucault (1988) fala de duas grandes perspectivas históricas. Uma que correspondia a *ars erotica*, vista em sociedades orientais, baseada no prazer e outra que se constitui em uma *scientia sexuali*. As sociedades ocidentais dedicaram a segunda a partir da confissão, que se inscreveu nos procedimentos de individualização pelo poder. Uma confissão posta em discurso e valorizada para produção da verdade. O efeito dessa verdade é a aquisição de sentido naquele que a proferiu, não em quem a recebeu. Tal verdade se estabelece em diversas relações, entre pais e filhos, alunos e educadores, doentes e médicos, delinquentes e peritos, etc. Todos são postos a confessar, pois a confissão diz respeito a uma vontade de falar e fala-se porque se almeja saber.

A sociedade burguesa, capitalista e industrial do século XVIII não reagiu com recusa ao sexo, na verdade, concebeu um aparelho para a produção de discursos verdadeiros sobre ele. Muito se falou de sexo, não apenas associado a uma economia dos prazeres, mas num regime de saber. Para Foucault (1988), o *ars erótica* das sociedades ocidentais, talvez seja o prazer pelo saber, descobrir e exhibir. Um prazer em saber sobre o prazer, conjugando poder, saber e prazer.

As regras atreladas ao sexo remetem ao poder em se estabelecer limites, fronteiras construídas em parâmetros binários, lícito e ilícito, permitido e proibido, etc. O poder prescreve ao sexo uma ordem e o sexo passa a ser entendido a partir dessa relação com a lei, logo, o poder em qualquer instituição, lugar e nível que seja expresso determina a inteligibilidade do sexo, assim se configura o dispositivo - saber e poder - da sexualidade.

O poder para Foucault (1988), uma multiplicidade de correlações de forças, se produz a cada instante, em todos os pontos, em todas as relações, está em toda parte. As relações de poder são intencionais e não subjetivas. Os discursos e o silêncio não são exclusivamente contidos no poder, nem são opostos a ele. O discurso pode ser ao mesmo tempo instrumento e resistência do poder, ele o produz, mas também o pode eliminar. O autor nos exemplifica as correlações de forças no discurso a partir da construção da homossexualidade pela psiquiatria e jurisprudência, no século XIX, em que significações e conceitos usados por elas foram também utilizados em outros discursos, em oposição e reação a essa produção, em que a

homossexualidade se colocou a falar de si. Utilizaram o mesmo vocabulário para desqualificar o ponto de vista médico.

A histerização do corpo da mulher, a pedagogia dos sexos das crianças, a socialização de condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso são dimensões que Foucault (1988) nos apresenta para o domínio desse dispositivo de sexualidade, que funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. Tal dispositivo objetiva-se no controle das populações e família, é um de seus elementos táticos, pois difunde, reflete e refrata a sexualidade. Contudo, não houve uma política sexual unitária. O dispositivo de sexualidade foi instaurado pelas classes dirigentes, que o testaram em si mesmas como uma nova distribuição dos prazeres, dos discursos, da verdade e dos poderes. As classes populares escaparam por muito tempo desse dispositivo, quando os proletários urbanos passaram a ser moralizados em torno da organização da família canônica. Para o autor, foi um agenciamento político da vida, não através da submissão de alguém, mas de uma afirmação de si. Afirmaram-se os corpos sadios, o sexo e um corpo de uma classe. O dispositivo de sexualidade faz da confissão uma mecânica para eliminar o recalque. A verdade questiona a interdição. Tal dispositivo, diz ele, deve ser pensado a partir das técnicas de poder que lhe é contemporâneo.

É a partir, no século XVII, da disciplina *anátomo-política* do corpo, seu adestramento, ampliação de suas aptidões, sua utilidade e docilidade; e, no século XVIII, das regulações da população, de uma *bio-política*, que se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. Tem-se início a era do bio-poder em que a população deve manter uma regularidade para o controle. Assim, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política, de um lado faz parte das disciplinas do corpo, como seu adestramento e do outro, pertence à regulação das populações. O sexo é alvo de vigilância e controle.

No século XX, durante um seminário, entre 1979-80, pensadores se reuniram para tratar da sexualidade ocidental, a partir de temas como a indissolubilidade do casamento, a homossexualidade, o auto-erotismo, etc. Algumas das reflexões podemos encontrar na obra *Sexualidades Ocidentais*, que já na sua apresentação discorre sobre sua despreensão em esgotar os assuntos em questão. Assim temos constituído nosso estudo, através de um compilado de ideias que sustentam as concepções sobre sexualidade que trazemos na contemporaneidade, as quais advêm de um contexto histórico produzido socialmente através de discursos e saberes acerca da realidade, dos sujeitos e do mundo. Vejamos o que nos diz os autores da obra acima citada.

2.1.4 Sexualidades Ocidentais de Philippe Ariès e André Béjin (orgs.)

Sexualidades Ocidentais é uma coletânea de artigos produzidos a partir de um seminário ocorrido entre 1979 e 1980, em que discutiam sobre a sexualidade no ocidente, a partir de temas como indissolubilidade do casamento, homossexualidade, auto-erotismo, etc.

Fox (1985) trata da reprodução sexuada e suas condições e sobre as responsabilidades atreladas a cada sexo, em que apenas na troca de material assimilam-se em suas respectivas funções. Apenas alguns organismos primitivos apresentavam pouca distinção, contudo nos organismos superiores a divisão se estabiliza. O autor traz também perspectivas com relação ao comportamento sexual de machos e fêmeas e o conceito da seleção sexual, uma variante da seleção natural de Darwin, que implica uma competição pela vantagem reprodutiva. Tanto os machos carecem vencer os outros do mesmo sexo, quanto às fêmeas devem escolher aqueles que se mostram mais capazes a oferecer proteção, alimentação, etc. O macho tem a possibilidade de acasalar com várias fêmeas, ao passo que estas não podem devido o tempo de gestação. Uma minoria de machos consegue se reproduzir, enquanto, de modo geral, a fêmea consegue pelo menos uma vez. Assim, certamente as estratégias do comportamento sexual de cada um deles serão marcadamente distinta. Na medida em que fomos evoluindo, aponta o autor, as relações e comportamentos foram se complexificando, daí a força, a autoridade e a capacidade de caça já não são suficientes para a dominação do macho. Estes passam a desenvolver soluções inteligentes. A principal mudança estava na origem da divisão do trabalho entre os sexos, que trouxe transformação entre os sexos e no interior dos grupos sexuais. Fox (1985) conclui que nosso comportamento constitui a memória viva de nossa evolução e que as sociedades são os diversos resultados das possibilidades que ela oferece. Notemos que mesmo baseando-se numa perspectiva biológica e naturalista, o autor considera as transformações sociais e os impactos da sociedade nos comportamentos.

Foucault (1985) fala do combate à castidade por Cassiano, o qual aborda os vícios como dependentes um dos outros. Entre a gula e a fornicção há muita semelhança e ligação, pois ambas advêm do corpo em sua formação e o usam para realização de seu objetivo. Contudo, o combate à gula não é possível, pois não poderíamos renunciar a todo alimento, o que parece diferente para o segundo vício.

Assim, o autor pontua o olhar de Cassiano sobre os monges que haviam feito votos de renúncia às relações sexuais. E segundo Foucault (1985), Cassiano caracteriza o processo de castidade em seis etapas.

O trabalho do combate espiritual e os progressos da castidade que Cassiano descreve em seis etapas podem então ser entendidos como uma tarefa de dissociação. Estamos muito longe da economia dos prazeres e de sua limitação estrita aos atos permitidos; igualmente longe da idéia de uma separação tão radical quanto possível entre alma e corpo. (...) Os seis graus através dos quais, como vimos, a castidade progride, representam seis etapas desse processo que deve desvendar a implicação da vontade. (Foucault, 1985:33)

Tal processo reproduzido pelo autor refere-se ao trabalho do monge sobre si mesmo, que consiste “*em jamais permitir engajar sua vontade nesse movimento que vai do corpo à alma e da alma ao corpo e sobre o qual a vontade pode atuar, para favorecê-lo ou para detê-lo, por meio do movimento do pensamento.*” (Foucault, 1985: 34). Assim, nesse processo da castidade, deve estar o homem, em estado constante de vigilância que irá constituir-se em uma ética sexual centralizada na economia dos atos, gerando uma subjetivação, a partir de uma objetivação indefinida de si por si, pois é preciso buscar e saber a verdade de si, contudo o sentido é indefinido por um termo e tempo. Essa subjetivação, aponta o autor, se dá na busca da verdade por meio de relacionamentos com o outro, sob diversas formas.

Foucault (1985) relata que os textos de Cassiano apontam a constituição de um novo relacionamento entre o sujeito e a verdade, a fixação de relações com o outro. A confissão, a submissão aos conselhos e a obediência são indispensáveis ao combate da castidade. Para ele, não há muito sentido em falar de uma *moral cristã da sexualidade*, muito menos em *moral judaico-cristã*, pois é difícil notar o estabelecimento de grandes rupturas com o cristianismo num olhar para toda a Antiguidade. Desses escritos, ponderamos a experiência da sexualidade indissociada da relação com o outro, mesmo que os significados mudem.

A Antiguidade nos traz um conjunto de perceptivas acerca do olhar sobre a realidade, os fatos e as ações humanas. Alinhado às ideias dos autores que mostramos acima, Veyne (1985) pontua como a homossexualidade era concebida em Roma, revelando que significamos e qualificamos as coisas conforme nosso contexto, época, conjuntura, etc. Diz ele que para um homem da Antiguidade uma coisa não natural não é algo monstruoso, mas que, conforme as regras sociais representa alguma coisa artificial. A homossexualidade ativa assemelhava-se ao amor das cortesãs e as ligações extraconjugais. Ela era concebida a partir de referências como a liberdade amorosa, o sujeito livre e o escravo, e as relações daí advindas. Mas desde esta época a ideia de naturalidade trazia consigo representações de modelos e normas. Assim, relações com a esposa, amante ou um escravo, homem ou mulher, desde que ativamente, estava compreendido na norma. A passividade que representava o desvio. De acordo com o autor, os pensadores políticos, como Platão, dedicavam-se a uma

construção de um ideal de vitória sobre o prazer, não apenas em se tratando de homofilia, e sim, qualquer paixão amorosa, autorizando apenas a sexualidade da reprodução.

Para Platão, considera Veyne (1985), não era o homossexual contra a naturalidade, e sim sua prática que era orientada pelo prazer. (...) “*o surpreendente não é que uma sociedade conheça a homofilia, mas que a ignore: o que merece explicação não é a tolerância romana e sim a intolerância dos modernos.*” (Veyne, 1985: 42). Dessa forma, atenta-se aos olhares e percepções conforme as épocas. E nesse mundo em questão não se classificam as condutas pelos sexos e sim através da concepção de atividade e passividade. O desprezo era destinado ao homem adulto e livre e passivo.

Veyne (1985) considera a sociedade Romana na Antiguidade extremamente machista, como muitas outras, e que, ao contrário da cultura japonesa, condenava como infame as práticas além da penetração, sobretudo a felação, altamente condenada socialmente. Em Roma havia a supremacia dos prazeres do senhor sobre as mulheres e escravos. Assim, estes últimos também não eram condenados por suas práticas, uma vez que deviam ser submissos. Na realidade, apenas em alguns casos os sujeitos eram considerados imorais e infames, pois como já dito, eram as práticas que se condenavam. Contudo, os homens livres que exerciam a passividade e as mulheres como amantes ativas eram condenados.

A visão da homofilia da época declara Veyne (1985), não era menos mítica que a nossa, entretanto era diferente. O casamento não ocupava a centralidade que nossa sociedade traz na contemporaneidade, as relações eram separadas em epidérmicas ou passionais e conjugais, estas mais sérias. Em Roma os amores epidérmicos eram aceitos, não eram impedidos por proibições sociais, salvo algumas exceções, pois o amor físico não era dominado pela distinção dos sexos, e sim por outros fatores.

Assim, a sexualidade sempre esteve em voga nas sociedades ocidentais. Foucault (1985) defende que diante de uma regra de vida que preza a renúncia à relação sexual é lógico que as sociedades a trate como um tema tão importante. Pollak (1985) considera que devido à liberalização sexual vivida a partir da década de 1960, um dos efeitos mais espetaculares foi à saída da homossexualidade das sobras do não dito. Sobretudo a partir da década seguinte se vê uma explosão discursiva sobre a homossexualidade. E cabe mencionar que aos finais dos anos 1970 temos a 1ª parada do Orgulho Gay, nos Estados Unidos.

Pollak (1985) distingue duas correntes que tentam definir a homossexualidade, a primeira que a enxerga associada à normalidade, como desvios e perversões, e outra que a trata como variações sexuais do mesmo nível, enquanto caminhos distintos de se atingir o mesmo fim, o orgasmo.

Segundo o autor, a partir do momento de liberalização geral dos costumes sexuais, esta se inscreve em um duplo movimento de autonomização relativa e de racionalização da sexualidade, tornando as práticas mensuráveis, podendo ser objetos de cálculos que contabilizam o prazer, tendo como unidade base o orgasmo.

Pollak (1985) explica que a proibição da homossexualidade forçou e acelerou a separação entre sexualidade e tendências afetivas, contribuindo para o cálculo racional, em que o homossexual isola o ato sexual no tempo e no espaço, em que reduza os investimentos e eleve os rendimentos orgásmico. Para ele, essa contabilidade do prazer construirá um mercado sexual, no qual se trocará orgasmo por orgasmo. E assim vai se constituindo a paquera sexual a partir de uma economia sexual, na busca pela eficácia do prazer. Constituem-se a partir de então os locais para tanto: bares, saunas, cinemas, restaurantes, etc. A eficácia imediata traz também códigos de comunicação para se atingir os fins, com uso de acessórios. Interesses específicos, como perfil do parceiro; financeiros e de segurança afetiva são outras influências sobre tal mercado, denominado pelo autor.

Também define que a homossexualidade é afetada pela condição de classe, a qual influencia tanto no comportamento sexual quanto no sentimento de culpa associado às práticas. Numa pesquisa alemã a frequência dos contatos sexuais diminui na medida em que se sobe na hierarquia social, ao passo que os sentimentos de culpa são mais visíveis entre as classes mais populares. Já numa pesquisa americana, pontua o autor, ainda que não se tenha feito o recorte de classes, dividiu-se a população em brancos e negros. E os resultados apontaram uma correlação com o estudo alemão. Pollak (1985) traz a leitura de Riche e Dannecker sobre o duplo papel vivido por homossexuais no local de trabalho, em que fingem ser heterossexuais, sendo uma das explicações para o sentimento de culpa. Adiante, acrescenta que é a lógica social e do meio que criam esse transbordamento das estratégias sexuais sobre as carreiras profissionais. Assim, para ele, não há talentos artísticos inatos associados à sexualidade.

Não só a culpa, mas outros sentimentos são fonte de sofrimento para o homossexual. Pollak (1985) fala que a principal fonte de sofrimentos e problemas ligados à homossexualidade é a cisão entre a afetividade e a sexualidade, que se dá pela ausência do cimento social e material que consolida as relações heterossexuais, as quais são construídas como norma social e ideal sentimental. Sendo praticamente inevitável a frustração ao tentar associar as pulsões sexuais aos ideais sentimentais de uma relação estável. Disso, decorrem diversas consequências, como a depressão, o desejo de suicídio, a procura por ajuda psicológica, sobretudo antes e durante o *coming out*.

E se tratando desse processo de “saída do armário” ou “manifestação da sexualidade para a exterioridade”, o autor vai falar da cultura do gueto, que é vista como construção de uma identidade de grupo, em que faz da solidariedade uma condição para emancipação. Trata-se da construção de uma visão homossexual do próprio sujeito homossexual face à opressão vivida. Para o autor, a linguagem e o humor são estratégias de reconstrução caricata dos estereótipos produzidos na visão heterossexual da homossexualidade. Contudo, essa reconstrução criou também um perfil ideal no meio homossexual, aquele que está mais próximo da heteronormatividade, o homem viril, másculo em representações como o cowboy, o motorista de caminhão, o esportista. Uma construção baseada numa visão sexista.

Pollak (1985) pontua que a liberalização sexual dos anos 60 provocou uma explosão da comercialização do sexo. Multiplicam-se espaços de sociabilidade como bares, cinemas, saunas, etc. Os quais rapidamente ficam obsoletos frente às demandas desse mercado sexual, assim, sempre se esgotam as opções nos locais, gerando uma lógica de viagens. E assim se configura uma geografia homossexual que se constrói nos centros urbanos, em que se destacam alguns destinos como Nova Iorque e São Francisco nos Estados Unidos e Amsterdam, Berlim e Paris na Europa. Para ele, a emergência desses espaços de encontro tem como função primeiramente apoiar os homossexuais em sua vida cotidiana, para encorajá-los no *coming out*, entendido como o duplo processo de integração na comunidade homossexual e a afirmação da homossexualidade para o exterior, não somente como aprendizado e aceitação da homossexualidade, mas como a busca por um estilo de vida.

Airès (1985) relata que a atitude de nossas antigas sociedades para com a homossexualidade parece mais complexa do que nos levariam a crer os códigos muito rígidos e muito preciosos da moral religiosa da época. Nem sempre era fácil diagnosticar a homossexualidade. Contudo, a proibição da homossexualidade que sempre existira tem enfraquecido diante da atual moral das sociedades ocidentais. O autor considera que a homossexualidade é uma invenção do século XIX, não que antes não existisse, só não eram assim significadas às práticas. Estas estavam mais associadas ao acaso do que a um determinismo biológico. Na idade média e no antigo regime, o homossexual era visto como um perverso e, entre os séculos XVIII e XIX, se torna um monstro, um anormal biológico à luz da ciência moderna. Para Silva (2008), o saber médico torna-se nessa época a nova inquisição, através de seus pareceres e diagnósticos clínicos de normalidade e anormalidade.

Em se tratando da idade média, Flandrin (1985) fala sobre a doutrina da Igreja e a moral cristã que tratavam da sexualidade apenas para fins reprodutivos, ou seja, qualquer ato sexual pela busca do prazer, com outra finalidade que não a reprodução, é abominável, um

pecado. Nessa mesma moral a família é posta como a instituição central para a manutenção desse ideal, em que se forma a partir do casamento e gera seus sucessores para manutenção da humanidade. Para o autor, no século XIII, teólogos acrescentam mais uma razão, além do propósito em gerar filhos e cumprir o dever conjugal, a de ser o casamento uma forma de não sucumbir à tentação em vivenciar os prazeres da carne. Já aos finais da Idade Média podemos notar menos rigidez na percepção do que seja pecado, sendo apenas condenável quando as relações sejam exclusivamente para o prazer. Logo, permitia-se o prazer desde que para procriação.

Segundo Flandrin (1985), os teólogos dedicaram-se a diversos temas atrelados a sexualidade, como o desejo e prazer da mulher na emissão de sua semente, o prolongamento da cópula pelo marido até que a mulher emita a semente, se os esposos devem emitir a semente ao mesmo tempo e ainda se a mulher pode ter o orgasmo através de carícias dela própria. Cabe notar que para cada um dos temas havia vários posicionamentos, desde a aceitação, como normalidade, à condenação. O coito em período de gravidez e de amamentação era visto como impuro, havia uma proibição da copulação em lugares públicos e até a classificação de uma posição natural de coito foi tratado na época, fala-nos o autor. Os teólogos medievais não tratavam de amor, foram apenas os do século XX, os teólogos modernos, que abordavam o amor como um sentimento que deveria ser limitado entre esposos e jamais pela mulher e homem do outro. É quando as sociedades burguesas, como nos atesta Foucault (1988), confisca a sexualidade e o sexo no privado, na relação conjugal.

A antiga sociedade era realmente muito diferente da nossa quanto ao fato de que o casamento, normalmente, não consagrava um relacionamento amoroso e era um negócio de família: um contrato que dois indivíduos haviam concluído, não para seu prazer, mas a conselho de suas respectivas famílias e para o bem delas. (Flandrin, 1985:148)

Assim, o autor nos mostra como o casamento e suas representações enquanto instituição vai se alterando ao longo da história. Flandrin (1985) revela-nos que a vida sexual dos casados na sociedade antiga não estava associada ao ideal de prazer e amor. Convém mencionar que nem sempre as transformações afetam toda uma conjuntura social.

Ainda que tenhamos mudado nossas sociedades e que para alguns os ideais de teólogos medievais e modernos não sejam compartilhados na contemporaneidade, devemos notar que muitos, homens e mulheres, jovens e adultos, homossexuais e heterossexuais, compactuam com uma moral religiosa, que concebe o casamento como núcleo central da família. E que dentro dessa lógica reproduzem os valores entre gerações.

Flandrin (1985) fala também dos pudores que se alimentavam através da moral cristã, inclusive entre esposos, e julga que as sociedades antigas pareciam ter admitido a oposição dos teólogos entre o casamento e as relações amorosas, uma vez que um homem preferia uma mulher casta a uma apaixonada. Sua hipótese, ademais, é de que a igualdade entre sexos, em matéria de sexualidade, seja uma invenção cristã. Contudo, isso não nos parece claro, haja vista que sempre, mesmo dentro de um ideal cristão, as mulheres possuíam responsabilidades distintas à dos homens. Aliás, muitos dos teólogos como aponta o autor, condenavam algumas práticas, como a carícia feminina em si própria.

Airès (1985), ao falar do amor no casamento, discorre que para Jean-Loius Flandrin, sempre ao tratar de amor se fala em duas possibilidades, uma *no* casamento e outra *fora* do casamento. Fecundidade, reserva da esposa e da mãe, dignidade de dona-de-casa são características permanentes que, até o século XVIII opuseram o amor dentro e fora do casamento. É certo, diz ele e concordamos, que isso tem se relativizado, mas ainda mantêm suas raízes no imaginário dos sujeitos. Considerando que a razão do casamento era responder à concupiscência, à vontade explícita ou o ato voluntário, ou ainda, a obrigação recíproca dos esposos com o propósito de procriação, por conta da complementaridade, o homem e a mulher serão um só corpo, não apenas se tratando de penetração, mas de confiança mútua, de apego recíproco e de identificação entre um e outro, relata o autor. E assim se concebe o amor no casamento. Diante disso, fica mais fácil compreender as culturas que negociam o casamento em função das alianças e de bens. Este amor nasceria e se desenvolveria a partir do casamento.

Certo é que pouco se falava do amor conjugal, pois *existiam coisas que não se diziam* (Airès, 1985: 159). Aliás, o silenciamento é visto em outras facetas da moral cristã, por exemplo, quando o autor supracitado fala da obrigação do homem em prever o desejo da mulher, pois esta não pode confessar seu desejo, tão pouco reclamar as obrigações de seu marido, pois se assim fizesse poderia ser vista como desavergonhada. Algo que corrobora para uma interpretação de que há sim distinção entre os sexos em se tratando de sexualidade dentro do ideal cristão. O autor diz sobre o amor conjugal como um espaço secreto da antiga sociedade.

O que podemos destacar no texto de Airès (1895) é que a partir do século XVIII a sociedade tendeu a aproximar as duas tradicionais formas de amor que temos tratado acima. Construiu-se aos poucos no Ocidente um ideal de amor aos casais, os quais devem se enxergar além de esposos, amantes. Trouxeram o erotismo ao casamento e assim formou-se um amor único, uma sexualidade única, diz o autor.

Para ele, as sociedades antigas não cultuavam a duração e sim o precedente, reconhecia-se o valor do que havia existido e não durado. Já na contemporaneidade pode haver uma contradição, uma vez que aqueles que não querem compromissos longos como o casamento e o sacerdócio, valorizam a duração e a permanência. Airés (1985) fala daqueles que amam porque amam há muito tempo. Daí, o que conta não é a origem e natureza do vínculo, mas sua duração, diz o autor.

Defende ele que o grande fato da história da sexualidade ocidental é a persistência, durante séculos e até hoje, de um modelo de casamento limitador: monogâmico e indissolúvel. Esta indissolubilidade supostamente criada através da moral cristã tem origem desde a introdução de mais sentimentos no casamento romano. Impuseram, assim, uma moral ao casamento, a qual foi apropriada pelo cristianismo, ainda que não tenha constituído sua origem, valorizando a estabilidade da união.

Ademais, nem todos os pretensos casamentos tinham o mesmo valor. Os casamentos reais só estavam reservados aos poderosos e alguns de seus filhos. No século XII o problema não é a indissolubilidade, pois esta já estava aceita pela aristocracia e adotada pelas comunidades rurais.

E partir do século XIII o que importa é a natureza pública e institucional do casamento, pois este até então se mantinha na casa, no privado e nesse momento é posto à porta da Igreja, num espaço público, respondendo a um ritual, a uma celebração. Um processo de clericalização, diz o autor. Assim, a cerimônia na Igreja representava duas coisas: 1) a publicidade do casamento e 2) seu registro por escrito. Tamanha importância teve tal registro que o momento de sua efetivação correspondia um divisor de águas, por exemplo, um filho nascido minutos antes ou minutos depois do ritual já determinaria se ele era legítimo ou não.

Tempos depois, o Estado no século XVIII fez do casamento uma instituição fundamental da cultura e do espaço público que a constitui. O que vemos, assim, é que os contornos pelos quais passam os modos de relacionamento, ilustram como as questões políticas e sociais vigentes na época impactam na realidade dos sujeitos.

E essas múltiplas formas de relacionamento sempre trazem em seu bojo uma moral que opera sobre as relações.

Béjin (1985) faz referência à coabitação juvenil contemporânea com traços da vida conjugal e da união extraconjugal, confrontando três tipos ideais de amor: o amor conjugal cometido; o amor extraconjugal apaixonado e a coabitação dos jovens em tentar ganhar de todos os lados. O terceiro tipo estaria no intermédio entre as primeiras opções, analisado através de critérios como a duração potencial, consagração social, finalidades da união,

diferenciação das funções da vida comum, grau de fidelidade, modo de expressão dos sentimentos, o fundamento normativo da união (dívida conjugal) – *Nossos corpos nos pertencem*, na relação entre coabitantes –, a atitude diante da fecundidade e a área afetiva.

Segundo o autor, a coabitação juvenil representa a síntese de características tradicionalmente opostas, da vida conjugal e da vida extraconjugal.

Tal autor pontua que os estudos sobre a sexualidade iniciam-se antes de Freud, em 1844 e 1886 a partir de dois livros com o mesmo título *Psycopathia Sexualis*. Assim, se constitui a primeira sexologia associada a doenças venéreas, a psicopatologia da sexualidade, etc. Importante já associar essa construção do conhecimento da sexualidade, desde sua origem, associada a um saber clínico, das ciências naturais. A segunda fase da sexologia é situada por Béjin (1985) após a I Guerra Mundial, em que Reich vai tratar da potência orgástica e é publicado o primeiro livro de Kinsey. *A sexologia circunscreve e define, nesse quarto de século, seu problema central: o orgasmo*. (Béjin, 1985: 211). E assim, a partir da psicanálise, da sexologia (terapias comportamentais) vão se constituindo os saberes. Tal autor pontua os limites terapêuticos da psicanálise, primeiro porque o psicanalista está mais propenso a buscar a origem do que modificar um processo, segundo que estes se concentram nas representações e priva-se de técnicas como o relaxamento e a destruição das couraças musculares, em terceiro pretendem agir sobre causas profundas e, por fim, se mostram na maioria das vezes incapazes de racionalizar suas técnicas, diz o autor. Embora não nos aprofundemos na abordagem da psicanálise nos estudos acerca da sexualidade, consideramos pertinente pontuar os caminhos pelos quais os saberes são constituídos, bem como pela forma que adquirem conforme a abordagem.

A evolução que conduz da antiga à nova sexologia se caracteriza pela interação de três processos: a delimitação do campo de competição; a modificação da produção do saber sexológico; a passagem de um controle repressivo a um controle pedagógico. (Béjin, 1985: 227)

Dessa forma, Béjin (1985) nos mostra como a proto-sexologia, assim denominada por ele, estava centralizada a um funcionamento da sexualidade reprodutiva. Assim, associava-se a psiquiatria, a medicina legal, a urologia, etc. Já a sexologia moderna soube definir seu objeto central, o orgasmo, ou melhor, o orgasmo ideal. Assim, não se trata de aberrações e anomalias como expressava a proto-sexologia. Diferir-se desse orgasmo ideal representava uma disfunção sexual. Os sexólogos recebem, então, um ensino especializado e orientam-se em instituições especializadas, as clínicas do orgasmo. As doenças venéreas são direcionadas

ao departamento de dermatovenerologia; as grandes aberrações ficam sobre responsabilidade dos psiquiatras e as mais amenas são deixadas a cargo de psicanalistas e terapeutas do comportamento, relata o autor. Este defende que o poder científico dos sexólogos contemporâneos se baseia numa saúde sexual, considerada boa quando o indivíduo é capaz de chegar ao orgasmo ideal. Segue-se um modelo normativo de auge do gozo sexual.

Béjin (1985) aponta que a saúde sexual estava associada a disfunções orgásmicas, como a ejaculação precoce, a ausência de ejaculação, a impotência, a frigidez, etc.; aprendizagens inadequadas e maus hábitos; a orgasmoterapia, que baseada na terapia comportamental, visa restabelecer a capacidade orgásmica e a recomendações de caráter profilático. Acrescenta ele que o orgasmo, nas sociedades que se gabam do bem-estar de todos, supõe-se o direito a felicidade. Esta só pode ser compreendida também pelo direito ao prazer, assim o direito ao orgasmo se torna um “dever de orgasmo”. Esse imperativo se aplicava, sobretudo, após a liberalização sexual do século XX, estendendo-se a todos os sujeitos, independente do sexo e idade, inclusive entre pessoas do mesmo sexo, em que o orgasmo também é legítimo. São ilegítimos ou perversos os orgasmos que um indivíduo obtém de forma não-igualitária, a força, por exemplo.

Por fim, o autor trata da democracia sexual, definindo-a através das seguintes características: 1) o império da razão sobre as atitudes e comportamentos sexuais; 2) a submissão da vida íntima (privada e pública) ao controle da opinião pública; 3) a igualdade dos direitos entre os parceiros; 4) a liberdade de expressão acerca da sexualidade; 5) as restrições colocadas pelas regras precedentes, como não prejudicar outrem e 6) a tolerância.

(...) as funções orgásmicas são favorecidas pelas imposições paradoxais inerentes aos sistemas dos princípios da democracia sexual. Requer-se dos indivíduos uma espontaneidade programada, uma autonomia heterônoma. Pede-se-lhes que sejam altruístas por egoísmo e egoístas por altruísmo, que sejam totalmente atores, sem deixarem de ser expectadores, etc. (BÉJIN, A.: 1985, p.251)

As referências acima mencionadas trazem alguns dos pensamentos compartilhados no final do século XX entre estudiosos da sexualidade. Como dissemos, os textos compõem a obra *Sexualidades Ocidentais*, a qual representa uma coletânea produzida a partir de um seminário ocorrido entre 1979 e 1980, em que discutiam sobre a sexualidade no ocidente. O mesmo percurso de desenvolvimento tem a obra *Sexualidades Brasileiras*, que veremos a seguir.

2.1.5 Sexualidades Brasileiras de Richard Parker e Regina Maria Barbosa (orgs.)

A obra *Sexualidades Brasileiras* (1996) organizada por Richard Parker e Regina Maria Barbosa nos traz um panorama de como a sexualidade vem sendo discutida e pensada no Brasil nos últimos anos.

As reflexões e estudos dispostos no livro são frutos de um movimento intelectual que, conforme os autores culminaram, aos finais do século XX, nos enfoques sociais sobre a sexualidade humana, contestando, assim, o domínio das ciências biomédicas sobre as temáticas que circunscreve e compreendem a sexualidade. Destacamos nesse movimento outras duas obras já mencionada nesse trabalho, *Sexualidades Ocidentais* (1985) de Airès e Béjin e *História da Sexualidade* (1988) de Foucault.

Parker e Barbosa (1996) apontam que os movimentos sociais, como os feministas e os LGBT, as demandas que estes reivindicam, bem como as preocupações com as populações², com a saúde reprodutiva de mulheres e homens e a epidemia da AIDS permitiram e estimularam que a dimensão social emergisse nos debates sobre a sexualidade.

A obra é fruto de um evento que lhe empresta o nome, realizado em 1994, dois anos antes de sua publicação, organizado pelo instituto de Medicina Social da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro em parceria com a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA).

A importância dessa obra em nosso estudo deve-se também ao conjunto de significados culturais, valores, sistemas de poder e processos históricos que são relatados nos textos que o compõem, temas que são inseridos num mundo social que modela as sexualidades e interfere em nossas crenças e ideologias, de maneira a construir nossas concepções não apenas de sexualidade, mas de nós enquanto sujeitos e do mundo em que vivemos. Convém mencionar que não nos parece pertinente nessa pesquisa aprofundar os temas expressos nessa obra, pois nosso objetivo em evocá-la e registrá-la nesse trabalho serve-nos para compreender como a sexualidade é concebida na atualidade. Não nos propomos também debater cada um dos textos e assuntos tratados, contudo nos parece relevante pontuá-los de maneira a vislumbrarmos como os acontecimentos históricos e as produções discursivas são determinantes na dinâmica social.

Parker e Barbosa (1996) dividem a obra em três partes, a primeira que trata de uma perspectiva *histórica* da sexualidade, com os textos de Carrara, Lima e Rago; a segunda de

² O conceito de população pode ser visto em *A história da Sexualidade I: A vontade de saber* de Foucault, em que o autor vai conceituá-la a partir do biopoder, do poder sobre os corpos dos sujeitos, de como estes são pensados dentro dos saberes legítimos. Ao tratar da sexualidade dos sujeitos, por exemplo, fala-se em populações como a de homossexuais, heterossexuais, mulheres, etc.

como se constituem algumas *identidades*, com os artigos de Costa, Terto, Silva e Forentino, Leal e Boff e Heilborn e, a terceira de como se constitui o *poder* em relações que são produzidas e reproduzidas nos contextos sociais, com os apontamentos de Corrêa, Ávila e Gouveia, Arilha, Vilela e Barbosa, Ribeiro e Luçan e Paiva.

O texto de Sérgio Carrara, sobre a luta antivenérea no Brasil, mostra como se configura um complexo campo de disputa onde diversos atores, valores e crenças são postos em cheque ao pensar ações práticas da vida cotidiana. Em linhas gerais, na arena do problema venéreo havia duas correntes, os *regulamentaristas* e os *abolicionistas* ao pensar na prostituição como foco de combate às doenças venéreas.

Segundo Carrara (1996), os primeiros, baseados no sistema francês, defendiam um meretrício regulamentado, que houvesse um meio prostitucional fechado e socialmente invisível, de forma que pudesse ser vigiado e que tivesse um controle médico e policial. Já aos finais do século XIX tentava-se uma regulamentação da prostituição no Brasil, época em que surgiram as primeiras teses higienistas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Já os abolicionistas, aponta o autor, baseados na abolição da regulamentação conquistada efetivamente em 1866 na Inglaterra, criticavam tais ideias, pois acreditavam que a regulamentação disseminava o que pretendia combater, uma vez que forçaria a clandestinidade, além disso seria unilateral, haja vista que atingia apenas as mulheres, deixando de lado seus parceiros e ainda que tal regulamentação seria imoral, pois legitimava o duplo padrão de moralidade, em que permitia aos homens o que era vetado às mulheres, o exercício sexual fora do casamento.

Em resposta às críticas abolicionistas surgem os neo-regulamentaristas que davam enfoque ao caráter sanitaria, respaldados por um saber médico. Diferente da ideia original, na nova perspectiva a polícia trataria apenas do recenseamento das meretrizes e somente interviriam quando chamada pelos médicos, advogavam pela reforma dos hospitais-prisões e absorviam algumas propostas dos abolicionistas como a campanha de educação antivenérea. Contudo, novamente ascende o anti-regulamentarismo.

Para Carrara (1996), Alain Cobin dividia o abolicionismo francês em duas categorias. De um lado, havia os proibicionistas que condenavam a prostituição regulamentada, que incentivava a moralidade e, de outro, estariam os liberais que tratavam do aspecto ineficaz e injusto, mais preocupados com a saúde do que com a moralidade.

Tais perspectivas demonstram os conflitos e disputas em cena ao tratar do problema venéreo, não se trata em apenas reconstituir como historicamente as diferentes correntes filosóficas e políticas olharam para a realidade, mas como estas se posicionaram e

corroboraram para as referências que temos de prostituição, saúde, sexualidade, desejo, responsabilidade do Estado, etc. A crítica abolicionista com relação ao caráter unilateral da regulamentação da prostituição nos aponta para um olhar binário do sexo e sexualidade, em que homens e mulheres são opostos que não dispõem de igualdade ou equidade de direitos e desejos.

Em qualquer uma das correntes nota-se uma atenção especial ao saber médico, ainda que se fale em educação sexual, uma vez que se constitui numa perspectiva de controle e vigia. O poder está em jogo e a verdade sobre a saúde certamente aprisionará os corpos, os sujeitos, ainda que se proponha uma reconfiguração dos hospitais-prisões.

Ao final, Carrara (1996) comenta da prevalência do regulamentarismo em países católicos e que as propostas abolicionistas predominam em países protestantes. Isso nos revela o quanto às ideologias, as crenças e os valores religiosos interferem na produção dos saberes e suas consequências na dinâmica social.

Conforme Parker e Barbosa (1996), em *Confissão e Sexualidade*, Lana Lage da Gama Lima, retrata uma moralidade em constante conflito com a recusa ao prazer sexual no cristianismo, pois a castidade e o casamento aparecem como única opção para a vida cristã. A confissão é o lugar em que se apresentam tais conflitos provocados pelos interditos da igreja. Sendo assim, apenas duas condições legitimam o sexo conjugal: a intenção de procriar e o pagamento de débito, fora desses limites, mesmo dentro do casamento, o sexo inscrevia-se no pecado da luxúria. Inclusive o discurso médico subordinava a necessidade de prazer à procriação.

Para a autora, Freud traz o novo, outras perspectivas, que não as baseadas na ideologia cristã, para os estudos das pulsões sexuais. Somente no século XX a medicina conseguiria se livrar dos limites impostos pelo moralismo cristão, criando seu discurso próprio. Aliás, como temos visto, entre os autores supracitados nesse trabalho, a história da sexualidade humana sempre esteve atravessada tanto por uma moral religiosa bem como cultural, que no caso do século XX, se evidencia o saber médico. Daí, não apenas a sexualidade em si, os temas que a circunscreve também ganham significados e historicidade por esse saber respaldado pelas teses médicas.

Margareth Rago (1996) nos fala sobre a prostituição e mundo boêmio em São Paulo, os quais são expressos em histórias de seus personagens e médicos. Estes, para a autora, dedicavam-se a essas sexualidades vagabundas e pela vida do submundo por se erigirem como mentores da sociedade, os quais definiriam os novos códigos da moralidade. É como Silva (2009) nos relata o papel da medicina no século XIX, assumindo o lugar da religião

laica: controlando a vida dos cidadãos mediante o uso de manuais de desvio sexual, da mesma forma que a igreja se utilizou dos manuais confessionais.

A autora pontua que, preocupados com o casamento, os médicos pretendiam determinar a educação sexual dos jovens, aceitando a prostituição como um mal necessário para a moralidade familiar. Disso, decorre que não apenas os médicos, criminologistas e autoridades públicas defendem a segregação das sexualidades perigosas. Regulamentaristas, que acreditavam na intervenção do Estado e Abolicionistas, que aboliam a intervenção do Estado sobre a vida sexual dos indivíduos. Margareth Rago (1996) relata que a antiga zona de meretrício em São Paulo surge entre os séculos XIX e XX, quando a cidade se industrializa e recebe um contingente de imigrantes europeus.

Para ela, à medida que a geografia do prazer se expandiu e suas formas de consumo sexual de diversificaram, outras modalidades de consumo dos amores ilícitos se fizeram presentes. Acrescenta que aumenta o número de espaços para sociabilidade na cidade onde o trabalho ganha enfoque disciplinar.

A rivalidade entre as mulheres que frequentavam estes espaços e as que se mantinham presas ao lar, à lógica conservadora e moral, desponta para como as construções sociais são submetidas às mulheres. Estas que, ou optam por compartilharem do espaço masculino, da emancipação, mas que são condenadas por uma crítica moral, ou mantêm-se submissas à moralidade tuteladas por crenças e valores que justificam seu lugar e seu papel. As mulheres que participavam do submundo eram estigmatizadas como anormais, loucas, degeneradas por prescrições médicas que eram afirmadas e reproduzidas socialmente, vejam aí a produção discursiva que se estabelecia sobre as prostitutas, inclusive por elas mesmas.

A autora fala dos modelos de prostitutas francesas e polacas, as quais eram invejadas e copiadas por todas, de maneira a reforçar estereótipos, como enxergar a prostituta com um perfil único e físico definido e com caixa cerebral inferior às de outras mulheres que, por sua vez, eram inferiores às dos homens.

A autora finaliza pontuando que dificilmente poderíamos afirmar, na atualidade, onde se vive uma suposta liberação sexual e que houve uma quebra das demarcações entre as mulheres honestas e as perdidas/públicas. A mulher pública de hoje, para ela, é aquela que participa diretamente dos negócios da política e não mais a prostituta. Embora tenha comentado que estas, por compartilharem dos espaços de sociabilidade masculinos, eram as mulheres que, na época, discutiam política. O que nos remete aos atores que possuem uma discursividade legitimada, pois por estarem mais próximas aos homens na esfera pública, seriam estas as mulheres com mais legitimidade em seu discurso.

Jurandir Freire Costa (1996), ao questionar o que é sexo, pontua que o que existe é um conjunto de coisas e eventos que concordamos em chamar assim, entretanto, na linguagem ordinária quando falamos em sexo pensamos em algo com contornos visíveis, pois veneramos a ideia de que as palavras encontram-se na realidade ou na coisa que ela designa. Conclui que o sexo é um nome dado a coisas diversas que aprendemos a reconhecer como sexuais de diversas maneiras. A forma como as sociedades e culturas lidam com o sexo é particular, deriva de como se dão as relações e quais são os elementos que ordenam as práticas sexuais.

Costa (1996) relata o exemplo dos Sambia, em que o sêmen visto como princípio da vida e não a ideia de sexo tem um valor que determina a ordenação moral das práticas sexuais. O fundamento no jogo sexual dos Sambia pontua ele, é a circulação do sêmen e a classificação sexual não recorre a ideias de homem e mulher para saber o que é legítimo ou desejável, nas práticas eróticas. Ou seja, cada cultura e sociedade experiencia a sexualidade e o sexo de uma forma, e esse aparato de sentidos confere a base do que os sujeitos significam nas palavras.

O autor fala também da construção cultural da diferença de sexos. Até o século XVIII, aproximadamente, aponta ele, a concepção científica da sexualidade era baseada no *one-sex model*. A mulher era vista como um homem invertido, conforme vimos em Laqueur (2001). Afirma Costa:

A formação da nova imagem da mulher nos séculos XVIII e, sobretudo, no século XIX trouxe à tona a rediscussão das diferenças de gêneros. Desta rediscussão surgiu a ideia da diferença dos sexos entendida como bi-sexualidade original e não como hierarquização de funções de um só sexo fisio-anatômico. (COSTA, J. F.: 1996, p. 71)

Assim, o autor fala que os debates sobre a distinção entre homens e mulheres pela particularidade do sexo foi uma preocupação de filósofos e moralistas do iluminismo e sintetiza que no *one-sex model* o corpo metafísico determinava a imagem de continuidade e hierarquização das formas de um só e mesmo sexo; no *two-sex model*, o sexo político-ideológico vai ordenar a oposição e a descontinuidade sexuais dos corpos. O sexo da divisão bipolar aponta ele, é o que vai justificar e impor as diferenças morais aos comportamentos masculinos e femininos, de acordo com as demandas de uma sociedade burguesa, capitalista, individualista, nacionalista, imperialista e colonialista implantada nos países europeus.

Acrescenta que a diferença dos sexos vai estampar-se nos corpos femininos, sobretudo na diferença dos ossos, dos nervos e do prazer sexual. Diversificam-se os corpos segundo interesses culturais. O esqueleto feminino mostrava tanto sua formação craniana inferior a do

homem, bem como sua vocação para a maternidade, o que justificaria seu lugar no privado e não na vida pública. O útero ganhou mais importância, pois dele dependia a reprodução, a família e a regulação da política populacional. A predisposição da mulher à histeria derivava da sensibilidade típica de seus nervos. Daí, essa mulher, óssea e nervosamente voltada à reprodução e à família foi chamada a dispensar o prazer sensual, no momento que o orgasmo foi dissociado da reprodução.

No *two-sex model* a mulher passa a ser o inverso complementar ao homem, mas ainda dentro da norma, o invertido passa a ser o homossexual. Igual aos vaporosos e histéricos, possuía a sensibilidade da mulher e ainda era incapaz de reproduzir. A invenção dos homossexuais aponta Costa (1996), foi uma consequência às exigências da sociedade burguesa aos homens e mulheres.

A concepção desses sujeitos homossexuais é tratada também no texto de Veriano Terto Jr. sobre a homossexualidade masculina em tempos de AIDS. Assim como em países europeus e nos Estados Unidos, no Brasil, a homossexualidade foi vista a partir da epidemia da AIDS como sinônimo da síndrome. Contudo, seus impactos foram diferentes, uma vez que o movimento homossexual brasileiro se via enfraquecido. Muitos grupos de gays, nos anos 80, optaram por não se envolver com a questão da AIDS para não reforçar a associação, contudo, outros inseriram o tema em suas bandeiras e reforçaram o ativismo. O problema de saúde pública fez com que governos e instituições médicas reconhecessem as relações homossexuais. Uma rede de sociabilidade deu visibilidade a uma sexualidade marginal, apontando a vulnerabilidade como um dos elementos ao se pensar na epidemia. Dessa forma, os grupos gays não apenas a trataram como uma questão de saúde pública, assumiram como um fenômeno político.

Pollak (1993) defende que a AIDS trouxe para a homossexualidade o rompimento do silêncio e a exposição de suas práticas. Terto Jr. (1996) acrescenta que a soropositividade tem outros elementos em comum com a homossexualidade, como a confissão, a ameaça de repressão, perda de afetividade, etc.

Hélio R. S. Silva e Cristina de Oliveira Florentino (1996) em *A Sociedade dos Travestis* colocam que estes demonstram a possibilidade de trânsito, a possibilidade de ir e vir, ou mediar, demonstra que o que é o *estar* mulher e não *ser* mulher. E mais, opta pelo tipo de mulher nessa performance, seja uma prostituta, uma recatada, uma artista, etc. Dizer que não é mulher não é o mesmo que se apresentar como homem, ser travesti não é o mesmo que se prostituir, ainda que uma maioria, por conta de sua conjuntura social, se prostitua. Alguns são artistas, trabalham em salões de beleza, com faxina, etc.

A prostituição, além de ser uma possibilidade de sobrevivência, é também um território onde se exercitam desejos e papéis. Para os autores, há uma nudez no travesti, a do desejo e da explicitação de uma relação harmônica entre fantasia e realidade. E que “*um grito deve ser ouvido, desnaturalizar a homossexualidade; a heterossexualidade; os papéis sexuais; a sexualidade; o amor e outras categorias vem sendo perseguidas por disciplinas que pretendem a verdade.*” (SILVA e FLORENTINO, 1996, p. 116).

Em *Insultos, queixas, sedução e sexualidade* Ondina Fachel Leal e Adriane de Mello Boff relatam que as reflexões sobre gênero têm se focado em estudos de mulheres ou ainda em estudos sobre homossexualidade. Enfocam seus estudos na abordagem do Gênero enquanto relações e não como masculinidades e feminilidades como esferas estanques. As autoras buscam não negligenciar o universo masculino, revelando-o como um dos focos para a análise dessas relações de gênero.

Iniciam tratando dos insultos masculinos, os quais são vistos como parte de uma cultura masculina de disputa, pondo em cheque sempre uma passividade e atividade, ou seja, o masculino. Revelam que a identidade masculina está sempre em risco e que precisa constantemente ser afirmada e conquistada. Defendem que a magia prescrita para os homens é a autoafirmação enquanto para as mulheres é a dinâmica de atração dos homens. Nesse contexto, até o ato sexual traz um conflito e disputa de gênero. Para elas, o universo feminino parece mais maleável, uma vez que uma mulher pode ser ingênua e esperta, valente. Já ao homem, que carrega a masculinidade, seu universo parece limitado, clausular. A virilidade, ancorada na lógica de sujeito provedor, é um importante elemento na significação do que é ser homem e aproxima-se a ideia de força. Logo, o sujeito que por qualquer motivo não a apresente tem sua virilidade contestada.

Acrescentam que o universo masculino, independente da fase da vida, é sempre monocromático na sua manifestação, trata-se de algo sempre em perigo que precisa ser defendido, dados esses expressos nas queixas de homens.

Concluem relatando as perspectivas e expectativas femininas e masculinas com relação aos seus parceiros em si mesmos na relação. Ambos preocupam-se com o prazer do outro, todavia, a diferença é que no universo feminino o que está em jogo é o servir e no universo masculino o agir. Atrelamos a isso as cobranças postas aos sujeitos nessas práticas, em que nenhum deles parece-nos sempre em vantagem ou desvantagem.

Maria Luiza Heilborn (1996), em *Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social* pontua que a identidade social é a moldura possível onde os sujeitos podem existir e se expressar, uma vez que os valores fabricam e situam os sujeitos, acrescentando

que na cultura ocidental a identidade sexual representa uma dimensão central para tal identidade social, ou seja, os valores e crenças atrelados à sexualidade certamente refletirão na identidade dos sujeitos.

Para a autora, o desafio é entender a não linearidade da significação; o permanente deslocamento do sentido em termos situacionais. Nota-se, segundo ela, que as identidades sociais não se constituem de modo linear. A relação com certas instituições sociais como a família, a vizinhança e o trabalho revela acomodações no modo de administração da identidade sexual, conforme as possibilidades em cena. Heilborn (1996) diz que coexistem formas não lineares de como lidar com a administração da identidade social, o que explica a fórmula ser/estar homossexual.

Em *Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar?* Sonia Corrêa (1996), a partir de Barbieri (1993), trata do patriarcado como instrumento teórico mobilizador da ação política. A autora relata que ao longo das décadas de 1970 e 1980 o movimento feminista brasileiro afinava-se ao marxismo, o que representava uma opção teórica acerca da sexualidade e de gênero. Julga ela ser pertinente a formulação tripartite de Parker (1991) que separa a matriz em três sistemas: de gênero, da sexualidade e erótico. Contudo, ainda que tal divisão pareça necessária, não está isenta de riscos e limites. Baseada em outros autores, conceitua os sistemas de sexo/gênero como sistemas de poder de que resultam conflitos e transformações. Para ela, é fundamental a possibilidade teórica de um sistema autônomo da sexualidade, uma vez que há também uma disputa por linguagem no interior de um mesmo campo de pesquisa.

Margareth Arilha (1996), ao tratar da infertilidade, das práticas contraceptivas e das políticas públicas, pontua a definição de Costa (1994), de que os sujeitos constituem-se como uma rede de crenças e desejos. E neste terreno, aponta ela, a dificuldade tem sido compatibilizar os desejos e os direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que a busca do filho remete aos sujeitos restrições. Em seu ensaio pôde mostrar como a sexualidade feminina está atrelada a maternidade em nossa cultura, e em alguns casos, até vislumbrarem uma representação feminina. Em muitos casos, relata, a busca do filho passa a orientar o desejo sexual, a sexualidade segue tal objetivo.

A vivência da sexualidade, quando associada às práticas contraceptivas, passa a estar carregada de recomendações médicas e não médicas, o sexo para ter um filho passa a estar respaldado por um saber médico, popular, etc. Durante os processos tecnológicos, a influência sobre a vida sexual depende da qualidade do serviço que é utilizado e como se estabelece a

relação médico-paciente, contudo, nota-se a perda de liberdade à autonomia sexual dos sujeitos envolvidos.

A autora aponta, conforme algumas pesquisas, que a sexualidade pós-fertilização *in vitro* traz algumas consequências na vida sexual do casal, sejam elas aumento ou redução do prazer, redução da frequência, disfunções sexuais, etc. Nota-se, em se tratando de qualidade dos serviços, uma diferença entre as clínicas particulares e o serviço público, contudo, para ambos há um pressuposto que se devem atender pessoas/casais com a sexualidade “resolvida”, ou seja, heterossexual, marital, monogâmica, etc. Ou seja, os postos de atendimento estão preparados a receber modelos de sujeitos e demandas e, certamente, apresentam dificuldades em lidar com as especificidades que chegam aos consultórios médicos e terapêuticos.

Lucia Ribeiro e Solange Luçan (1996), em *Vislumbrando Contradições: reprodução e Comunidades Eclesiais de Base* apontam algumas contradições entre as práticas e a doutrina oficial. A atividade sexual antes do casamento, o uso de métodos anticoncepcionais, a prática de esterilização e os casos de aborto demonstram isso. Revelam que as contradições ocorrem no plano das consciências, em que as opiniões divergem da posição oficial da igreja ou das práticas. As autoras acreditam que tal doutrina moral não responde as demandas e desafios colocados na modernidade e frente às novas lógicas que os sujeitos compartilham. Contudo, há diversos pontos de convergência entre a prática, a consciência e a doutrina. Para elas, a sexualidade é inerente ao homem e sua vivência é marcada pelas características de cada biografia, a partir de uma liberdade pessoal condicionada pela estrutura social.

Ribeiro e Luçan (1996), em suas análises, privilegiaram a faixa-etária de mulheres, com o objetivo de correlacioná-la à dinâmica da transformação social e eclesial e às suas práticas. E entre os resultados encontrados, as autoras falam da relação entre o comportamento sexual e a Igreja. As autoras observam que em vários aspectos, independentemente da idade, a proporção de mulheres que conhecem a doutrina oficial da Igreja é majoritária, contudo, ponderam que não há uma tradução coerente desses princípios, nem na prática e nem na opinião pessoal das mulheres. Elas atribuem tal dado a múltiplos fatores: uma doutrina que não responde os novos desafios, a falta de espaços de diálogo e reflexão nas comunidades eclesiais de base, as influências de novas ideias sobre práticas sexuais e reprodutivas, etc.

O último texto da obra, de Vera Paiva, *Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e sujeito sexual*, mostra que no Brasil espera-se que a sexualidade apareça naturalmente na adolescência, pelo desenvolvimento hormonal, e que seja heterossexual e não

reprodutiva. A autora parte da ideia de que a adolescência é um fenômeno moldado por influências econômicas e políticas e que as mudanças da puberdade adquirem significados conforme a cultura na qual os sujeitos vivem. Assim, atenta-se em como a classe social e a escolaridade interferem no sistema de gênero, demonstrando como os contextos sociais e as desigualdades afetam a saúde reprodutiva dos jovens e aumentam a vulnerabilidade à AIDS.

Em uma pesquisa comparativa entre jovens de graduação da Universidade de São Paulo e de alunos do primeiro grau supletivo com a mesma idade revela que os universitários, por uma questão de status social (capital econômico, cultural e intelectual) têm mais chances de testar a consciência de si, sua capacidade e vontade, não apenas em relação à sexualidade.

Dentre os resultados encontrados, destacamos a desconstrução que trazem a respeito dos pobres terem um filho como “mais braços ao trabalho ou para velhice”. Na verdade, trata-se de um reparo a falta de cidadania, de projetar no filho as conquistas que não teve, de poder fazer o que não pôde realizar. Um olhar para o futuro no sentido da vida adulta e dura, de uma juventude que passou rápido. Estes jovens começam a vida sexual e do trabalho antes dos jovens universitários, revelando como se devem orientar os programas preventivos.

Quando perguntados sobre as decisões durante as relações sexuais, os jovens universitários parecem mais equilibrados, nenhum se coloca como nunca ter decidido ou imposto, já os estudantes do primeiro grau apresentam alternativas mais extremas, como 30% das mulheres relataram que nunca decidiram na relação e 9% dos homens alegam que sempre decidem. Paiva (1996) diz que os entrevistados confirmam a hipótese de diversos autores que a epidemia afeta principalmente os setores da sociedade que vivem em condições sociais que os deixam mais vulneráveis e que o empoderamento dos sujeitos é central no avanço e transformação da realidade.

A autora lembra a partir de Paulo Freire, que a “*Libertação, assim como a salvação, não é dado a ninguém*”, dessa forma pensa o empoderamento. Só é possível a libertação ou empoderamento dos sujeitos quando estes puderem participar da transformação, e a resposta para tanto, parece ser os movimentos sociais. Para a autora a construção de coletivos (sexuais, raciais, de sub-culturas, de mulheres, etc.) é importante para organização de ações, para apoiar e valorizar opções individuais, já que nem todo mundo é líder revolucionário.

É mister destacar do texto acima que, para Paiva (1996), as relações sexuais aparecem associadas às experiências sócio-históricas dos sujeitos. Assim, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, raça, faixa-etária, etc., tudo isso, implicará consequências na consciência e empoderamento dos indivíduos na vivência e concepção de suas sexualidades.

E falando em como os sujeitos significam as suas sexualidades e suas práticas, vejamos o que Jurandir Freire Costa fala em *A Inocência e o Vício*.

2.1.6 Inocência e Vício por Jurandir Freire Costa

Jurandir Freire Costa (1992) propõe o uso do termo homoerotismo para aludir o que se concebe por homossexualismo e homossexualidade, pois estas palavras já carregam um conjunto de significados e sentidos desde sua constituição no século XIX. Aponta que quando falamos com essas palavras continuamos pensando e agindo emocionalmente inspirados na ideia de que existe uma sexualidade e tipo de sujeito homossexual, desconsiderando os hábitos linguísticos que as constituíram.

Assim, um novo termo que designe as práticas certamente terá outra representação no social, pois a construção linguística é carregada de valores e costumes morais. Acrescenta o autor que nossa subjetividade é fruto dessa linguagem, que ela advém dos vocabulários que utilizamos e da forma que aprendemos e ensinamos a ser sujeito. Contudo, ele desconhece culturas capazes de integrar simultaneamente todas as formações imaginárias por meio das quais os sujeitos desejam e se relacionam. “*Cultura significa inclusão e exclusão de certas possibilidades expressivas do sujeito e seu desejo.*” (Costa, 1992:19). Atendemos, assim, a recomendação ética atrelada a essas possibilidades constituídas socialmente.

O autor mostra que o “homossexual” foi uma personagem concebida como antinorma do ideal de masculinidade solicitado pela família burguesa oitocentista. Usar tal palavra é evocar o binarismo que a produziu. Sua proposta ao abordar o “homem homossexual” é colocá-lo como uma realidade como qualquer subjetividade que é historicamente marcada por seu modo de expressão e reconhecimento.

Enquanto sujeitos da linguagem e da sexualidade não podemos deixar de falar e desejar, mas enquanto sujeitos da vontade podemos redescrever moralmente as consequências daquilo que não podemos escolher. (COSTA, J. F.: 1992, p.39)

Ainda que os sujeitos sejam constituídos pela linguagem que os atravessa, têm a possibilidade de transformá-la, afim de resignificarem o que são e o que concebem sobre si. Assim, Costa (1992) pontua como os amores homoeróticos vêm sendo tratado em diversos discursos, como através da busca por uma história perdida, remontando uma trajetória dos movimentos sociais, através de abordagens literárias como em *O Ateneu*, ou, ainda, a partir da

imagem de sujeitos exóticos que se contrapunham ao modelo burguês: branco, civilizado, metropolitano e colonizador.

O autor traz também a perspectiva de Gide acerca do homoerotismo, orientada por uma ética naturalista. “*Por ética naturalista entendo toda ética que busca na natureza os fundamentos da vida moral.*” (Costa, 1992:59). Assim, conforme o autor, Gide explicava o homoerotismo, reduzindo a multiplicidade homoerótica ao homossexualismo, conferindo-lhe uma essência nominal e uma realidade objetiva. Cabe pontuar que um saber científico vigorava na época e determinava a normalidade moral e a fronteira natural da liberdade política. As teorias da degenerescência ou das anomalias instintivas fundamentavam a compreensão das práticas e dos sujeitos.

Não apenas tais teorias, mas um conjunto de ideias norteava o pensamento e a ética naturalista. Segundo ele; Gide, Goethe e Darwin falavam da beleza masculina sobreposta e superior à feminina, em comparação entre corpos. Certamente, essa lógica baseada na ética naturalista, corrobora com a rejeição que o autor tem pelas palavras homossexualismo e homossexualidade. Convém mencionar que, para o autor, Gide contribuiu, e muito, dentro das possibilidades que estavam postas.

Gide superou seu tempo. Não nascemos e morremos sendo; todos, no curso da vida, nos tornamos. Tornamo-nos aquilo que as circunstâncias nos permitem ou aquilo que inventamos para modificar as circunstâncias. (...) Mas quando esquecemos essa banalidade, passamos a querer que nossas convicções, ou crenças que aprovamos, tornem-se obrigações a todos. (COSTA, J. F.: 1992, p.72)

Adiante, Costa (1992) fala que nem sempre os ideais de condutas sexuais representavam a conjugalidade. Na Grécia clássica o ideal eram as relações pederásticas – entre homens e jovens. No século XVIII e XIX a ética sexual foi associada à conjugalidade, adquirindo uma dimensão moral e normativa das condutas e práticas. Nessa ética sexual baseada na lógica conjugal o sujeito com inclinações homoeróticas não dispõe de modelos identificatórios, assim, o autor afirma que o que une os “homossexuais” num mesmo conjunto perceptivo-interpretativo ou numa mesma família natural, na acepção de Kuhn, são as regras de identificação sexual gerada pelo imaginário social da exclusão. Acrescenta que com a hegemonia da conjugalidade, a mulher no Ocidente passa a ocupar o lugar do adolescente na cultura pederástica, somando o brilho da mulher mãe e esposa.

Diante disso, o autor fala de três respostas do homoerotismo frente ao social. A primeira delas a formação da subcultura *Camp*, que designa o comportamento exagerado, escandaloso, propositalmente efeminado de certos homossexuais ou grupos de homossexuais,

em que utilizam os estereótipos, propositalmente, como réplica à opressão da heterossexualidade hegemônica. Trata-se, para o autor, de uma desqualificação moral dos termos, uma retomada destes de forma lúdica e sarcástica, diferentemente da maneira como o preconceito os utiliza, levando-os a sério. É uma forma de atacar o opressor. A segunda possível resposta é a criação de uma cultura clandestina, do gueto, que de acordo com Pollak (1987) atende a otimização e eficácia do prazer. Dessa forma, distancia-se o prazer da afetividade, produz-se uma geografia para o consumo do sexo, que se mantém no privado, no escondido que é burocratizado. Em contraposição vê-se a relação conjugal heterossexual manifestada nos espaços públicos, o amor romântico a céu aberto, afirmando-se como modelo e norma de afetividade. Eis que se evidencia a terceira possível resposta, a ansiedade e depressão dos sujeitos homoeróticos.

Nesses processos históricos pelos quais o homoerotismo foi se resignificando e transformando, em todos eles havia um aparato discursivo que o compreendia em termos, palavras e práticas próprias, que como vimos, desde a antiguidade, nunca foi os mesmos.

Costa (1992) fala de Proust, que no início do séc. XX, um homem que “*fez de sua vida uma paródia do que a tolice mundana recomendava encenar.*” (Costa, 1992: 124). E dessa forma, em seus escritos, Proust impunha ao mundo o que o mundo lhe obrigara a criar.

Segundo o autor, Proust buscava absolver-se da culpa por ter desejos homoeróticos, inocentando a inversão, repetindo as ideias naturalistas da época e dizendo que a inversão era uma tara, uma doença, a qualidade de uma raça, um dado da hereditariedade, encontrando o aval da ciência para a inocência. Tal inocência, para Proust, era inconsciência e irresponsabilidade. Já o vício do homoerotismo é, para Costa (1992), o vício de um *je* que do outro fez senhor e de si mesmo escravo.

Proust escreveu 1500 palavras numa única frase, um dos textos mais caudalosos já escritos sobre o homoerotismo, uma confissão sobre suas fantasias sobre o sexo que poderia dizer. Para Costa (1992) a abordagem melancólica de Proust certamente era o receio da infâmia, pois conhecia o meio intelectual e mundano que vivia.

Procurando dar conta do que havia de bom no homoerotismo, ou retirá-lo do terreno da maldição para colocá-lo na esfera do desejo, do gosto ou da preferência, Proust criou o mito da raça de Sodoma, no qual, novamente a responsabilidade humana estava ausente. (COSTA, J. F.: 1992, p.120-121)

Interessa-nos ressaltar que nessa obra, Jurandir Freire Costa mostra múltiplas experiências e discursividades sobre o homoerotismo, bem como a busca e embate para sua

significação. Entre outros elementos, os amores que não se deixam dizer, os impasses da ética naturalista, a inocência e o vício através de Proust.

Assim, Costa (1992), pondera que o importante para a psicanálise não é dizer que o homem é, “por natureza”, bom ou mau. O homem, conforme Hannah Arendt, diz Costa (1992), só existe no plural. Não existe uma “natureza humana”; existem condições humanas. Logo, entendemos a perspectiva social que Costa (1992) evidencia ao tratar da sexualidade e do homoerotismo.

Postas essas referências acima tratadas, que exceto os ensaios de Freud, seguem uma abordagem social da sexualidade humana, notamos que esse percurso científico dará base a uma linha de pensamento, como alguns denominaria, de pós-moderna. É quando, no início do século XXI, os estudos *queers* começam a construir seu campo de pesquisa.

2.1.7 Perspectivas *queers* de Judith Butler e Guacira Lopes Louro

Butler (2003) pontua que para explicar as categorias de sexo, gênero e desejo, como uma formação específica de poder, é preciso fazer uma investigação crítica, como Foucault faz em sua genealogia, buscando quais são as apostas políticas em voga, de que forma as identidades são efeitos de instituições, práticas e discursos múltiplos e difusos.

Dessa forma, a autora trata do falocentrismo e da heterossexualidade compulsória como regimes de poder/discurso na construção das categorias de sexo e gênero. A autora defende que a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres a partir de uma representação política que é almejada. Tal representação serve para legitimação da mulher como sujeito político, contudo também é uma função normativa de uma linguagem que revelaria e distorceria verdades sobre a categoria das mulheres. Essa concepção passou, assim, a ser questionada de modo que o sujeito das mulheres não fosse mais compreendido em termos estáveis e/ou permanentes, pois como coloca Foucault, segundo ela, os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos a partir da representação e regulamentação dos mesmos.

A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. (BUTLER, J.: 2003, p.19)

Assim, pontua que a categoria das mulheres é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por meio das quais se busca emancipação. Há um problema político que o

feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum. O termo não é exaustivo, pois o gênero nem sempre é coerente nos contextos históricos e associa-se com dimensões raciais, classistas, étnicas, sexuais, religiosas. A noção de gênero é estabelecida a partir das intersecções políticas e culturais. Contudo, a ideia de uma base universal para o feminismo, baseada nessa perspectiva cultural e política, tem sido criticada, uma vez que não é possível responder os mecanismos de opressão em cada contexto social. A noção de patriarcado não está posta para todas as culturas, por exemplo. Assim, a autora pontua um esforço colonizador em construir referências e noções ocidentalizadas.

Para Butler (2003), as supostas universalidades e unidade do sujeito feminino são limitadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. Fazer apelos à categoria das mulheres, ainda que com propósitos estratégicos, não adianta, pois as estratégias sempre extrapolam seus objetivos aponta ela. Sendo assim, acredita que a tarefa política não é recusar a representação, pois não há posições fora das estruturas jurídicas da linguagem e da política em que se dá o poder. Deve-se, portanto, criticar o presente histórico, as categorias de identidades que as estruturas jurídicas contemporâneas produzem, naturaliza e imobiliza.

É preciso, segundo a autora, que a teoria feminista se liberte de uma construção de base única e permanente, contestando as próprias constituições de gênero e da identidade. A identidade do sujeito feminista não deve ser o fundamento político, uma vez que advém de um sistema de poder que forma esse sujeito, logo, o limita, regula e classifica.

O gênero é culturalmente construído, logo não é resultado do sexo, nem fixo como ele. Contudo, para Butler (2003), se o gênero é teorizado independente do sexo, torna-se um artifício flutuante. Assim, *homem* e *masculino* pode significar tanto um corpo masculino quanto feminino, da mesma forma a *mulher* e *feminino* em corpos femininos e masculinos. Logo, se o caráter do sexo é contestável, talvez seu constructo seja tão cultural quanto o de gênero. Colocar a dualidade do sexo antes do domínio pré-discursivo assegura a eficácia da estrutura binária. Acrescenta que se o gênero é construído, tal construção implica em leis que a determina. Disso, decorre a ideia de que se o gênero é construído por tais leis, pela cultura, ele é, assim, determinado e fixo. Não a biologia, mas a cultura torna-se o destino legitimador, defende a autora, certamente carregado de um saber e inteligibilidade atravessada pelas relações e interesses de poder.

Baseada em Beauvoir, que acredita na pulsão cultural como mecânica do tornar-se mulher e que o corpo é uma situação, Butler (2003) defende que o corpo sempre é interpretado por significações culturais e o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Acrescenta que os limites da análise discursiva do

gênero pressupõe e define as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis de gênero na cultura. E o discurso cultural hegemônico é baseado numa lógica racional de linguagem a partir de estruturas binárias.

A autora relata que diferentemente de Beauvoir, para quem as mulheres são o Outro, o negativo do homem, Irigaray pensa que tanto o sujeito como o outro advém de uma economia significativa falocêntrica e fechada, a qual resulta na exclusão do feminino. O sexo feminino não é o Outro, nem a falta, pois se furta às exigências da representação.

Para Irigaray, esse modo falocêntrico de significar o sexo feminino perpetuamente as fantasias de seu próprio desejo auto-engrandecedor. Ao invés de um gesto linguístico autolimitativo que garanta a alteridade ou a diferença das mulheres, o falocentrismo oferece um nome para eclipsar o feminino e tomar seu lugar. (BUTLER, J.: 2003, p. 32-33)

Assim, a autora defende que a crítica feminista deve explorar as afirmações totalizantes da economia significativa masculinista e também ser autocrítica ao pensar nas abordagens totalizantes do feminino. O gênero, para ela, é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida.

Os gêneros inteligíveis são aqueles que instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. A noção de verdade sobre o sexo, segundo ela, se dá pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes com uma matriz de normas de gênero coerentes. O gênero, segundo Butler (2003), é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Ele é sempre um feito performativo.

A ideia de performatividade insere-se em estudos pós-identitários, os quais não primam pelo que seja o sujeito, mas como ele se apresenta, para além de fronteiras cognitivas. Assim são estabelecidos os estudos *queers*.

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Que é, também o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro, nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO, G. L.: 2008, p.07-08)

Louro (2008) fala dos viajantes pós-modernos, aludindo às metáforas construídas a partir de sujeitos que, ao se lançarem a uma viagem, importa-lhes o andar e não o chegar. Ela trabalha com a ideia de lugares e fixidez das coisas, como a teoria queer nos propõe. Se os

motivos da viagem vão se alterando e convertendo-se em outros ao longo do caminho, o sujeito é caracterizado por constantes desvios e retornos sobre si mesmo. Trata-se de um processo de desorganização e desvios para, em seguida organizar, de modo que o viajante, a partir do movimento, mantém o equilíbrio. A autora não se preocupa apenas com o percurso e trânsito entre lugares e posições-de-sujeito, mas também com as partidas e chegadas, os encontros e desencontros.

Baseada em referências de Judith Butler (1993), de que asserções determinam e desencadeiam um fazer o corpo masculino e feminino, Louro (2008) relata que essa viagem altera os corpos e identidades. A declaração “É uma menina” pode ser o início dessa viagem. Afirmam-se e reiteram-se modos de ser consagrados pelas culturas, atribuí um caráter imutável, a-histórico e binário a partir da nomeação. Trata-se de um roteiro estabelecido para essa viagem, orientado por uma ordem e linearidade, que quando alteradas e transgredidas fazem dos sujeitos alvos de recuperação e pedagogias corretivas. Tal ordem, para Louro (2008), advém de uma matriz heterossexual de padrões a serem seguidos, os quais produzem tanto os corpos que se conformam a esses padrões quanto aquele que subvertem. E esse subverter, bem como os sujeitos que se distanciam desse sistema de heterossexualidade compulsória e naturalizada também dizem respeito a uma fronteira, um limite.

A autora fala dessa fronteira como um lugar de relação, encontro, cruzamento e conflitos. A zona de subversão e transgressão é a mesma de policiamento. Quem subverte e desafia a fronteira, a deslegitima, torna evidente sua arbitrariedade da divisão, limite e separação. O exemplo da *drag* remete a essa fronteira que pode ser visitada e atravessada a qualquer momento. É mais de uma identidade e gênero, têm uma sexualidade ambígua, é um viajante pós-moderno. É como um nômade com estadia provisória, sempre de passagem. Assim, o viajante tenciona a comodidade, abala a segurança, sugere o desconhecido, contudo não se estabelece como modelo, apenas provoca novas percepções.

Após tais reflexões introdutórias, Guacira Lopes Louro (2008) fala de uma política pós-identitária, pois muitos sujeitos vivem exatamente nas fronteiras, assim não basta apenas assumir as múltiplas posições de gênero e sexualidade, mas entender que essas fronteiras são atravessadas.

A autora traz o exemplo da política de identidade homossexual construída ao longo do tempo. Relata que tanto a homossexualidade quanto o sujeito homossexual, como já pontuamos, são invenções do século XIX e a disputa por sua significação vinha orientada por um viés moral. Por conta dos debates, discursos e reflexões, pelo menos em alguns setores, a homossexualidade passa a ser vista e compreendida por outras dimensões como classe, etnia,

raça, etc. A construção de uma identidade para o grupo advinha de um ideal de aconchego e suporte coletivo. Falava-se de um grupo social associando do movimento político a discursos de artistas, acadêmicos e da mídia. Contudo, o próprio discurso político e teórico que pretendia construir uma positividade da homossexualidade também tem um efeito normatizador. E algumas tensões já despontavam nesse contexto de privilégio do masculino, de valores da classe média, etc.

Diante disso, nos anos 1980, a AIDS teve um papel importante, além do surgimento das redes de sociabilidade em prol da militância, ela corroeu as fronteiras, mostrou a proximidade e semelhança do outro que está fora desses limites. Assim, multiplicaram-se os movimentos e seus propósitos. A política de identidade homossexual estava em crise e se mostrava ineficiente, justificando a proposição e formulação de teorias pós-identitárias, como a teoria *queer*.

Para Louro (2008), a teoria *queer* associa-se às vertentes do pensamento ocidental do século XX que problematizaram as noções de sujeito, identidade, agência e identificação. Segundo ela, o sujeito racional é abalado por Freud, com a noção de inconsciente, de desejos e de ideias que não temos acesso; por Lacan que provoca ao dizer que o sujeito só sabe de si através do olhar do outro; por Althusser, ao falar que o indivíduo é interpelado pela ideologia e por Foucault, com a ideia de que sociedade se organiza a partir de sua produção discursiva.

Considerando que para Derrida a lógica ocidental opera-se a partir dos binarismos e que esta poderia ser abalada pela desconstrução e desordenamento dos pares, Louro (2008) pontua que a desconstrução das oposições binárias manifesta a interdependência entre elas, revela como um pólo contém o outro. Para os teóricos *queer* é necessário empreender uma mudança epistemológica que rompa com a lógica binária e seus efeitos, como a classificação, hierarquização, exclusão e dominação. E a afirmação de identidade sempre implica em demarcação, por isso justifica sua contestação.

Salta-nos relevante destacar nessas perspectivas *queers* da sexualidade, ao pensar em suas concepções, que o que marca esse posicionamento político de construção do saber é a desconstrução, a possibilidade de definições que não se pretendem absolutas e irrefutáveis acerca da sexualidade e do gênero dos sujeitos, bem como sobre suas experiências subjetivas. É como define Butler (2003), “*precisamos criticar o presente histórico, sem essencializar as coisas.*”

Para concluirmos o presente capítulo que traz as concepções de sexualidade e iniciarmos o seguinte, que trata dos conceitos de direitos humanos, pontuamos os significados atribuídos à orientação sexual e identidade de gênero nos princípios de Yogyakarta. Afinal,

documentos oficiais e leis civis, também compreendem o que coletivamente concebemos através de termos e palavras em dada época.

No preâmbulo do documento produzido pela ONU, a partir do encontro internacional de especialistas em legislação internacional de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero, na cidade de Yogyakarta, na Indonésia, encontramos as definições que seguem abaixo.

Compreendendo “orientação sexual” como estando referida à capacidade de cada pessoa experimentar uma profunda atração emocional, afetiva e sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com outras pessoas. (ONU, 2006: 9)
Entendendo “identidade de gênero” como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao seu gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído ao nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que envolve, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos. (ONU: 2006, p. 9-10)

2.2 AS CONCEPÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

2.2.1 A era dos direitos de Norberto Bobbio

Em *A Era dos Direitos*, Norberto Bobbio (2004), ao que nos parece, nos traz uma máxima ao pensar na complexidade dos direitos humanos: o controle da violência para garantia política da convivência coletiva enquanto progresso moral, sem a definição de uma moral ideal, esta entendida como um conjunto de regras de conduta. Sua obra está dividida em quatro partes, na primeira mostra que os direitos humanos são construções jurídicas e históricas e não um dado da natureza; na segunda, o autor fala da inversão na concepção de sociedade a partir da Revolução Francesa a qual compartilhamos hoje a partir das declarações e acordos internacionais; na terceira, trata da pena de morte e resistência à opressão, bem como as razões da tolerância e, por fim, na quarta parte, aborda os direitos humanos hoje, quando está ligado aos fundamentos de democracia e paz.

Celso Lafer (2004), na apresentação do livro, nos mostra que, para Bobbio, o Direito é uma construção e artefato humano que demanda constante transformação de acordo com as necessidades da convivência humana. E que o desafio não é mais sua fundamentação, mas sua

tutela a partir da garantia em que se comunique a tutela jurisdicional internacional e das nações.

Para Bobbio (2004), os direitos humanos estão associados ao desenvolvimento do Estado democrático de direito. E, segundo Lafer (2004), Bobbio divide o processo em três etapas, que institucionalizam os direitos dos governados:

A primeira etapa é a da **positivação**, ou seja, a da conversão do valor da pessoa humana e do reconhecimento em Direito Positivo (...). A segunda etapa, intimamente ligada à primeira, é a **generalização**, ou seja, o princípio de igualdade e o seu corolário lógico, o da não discriminação. A terceira é a **internacionalização**, proveniente do reconhecimento, que se inaugura de maneira abrangente com a Declaração Universal de 1948 (...). (LAFER, C.: 2004, p. XI)

Esse processo nos traz uma nova forma de olhar para os sujeitos frente ao Estado, quando passam a ter seus direitos reconhecidos e não apenas seus deveres. E é acerca desse processo que Bobbio (2004) escreve sua obra.

O autor traz uma compilação de textos e pensamentos acumulados em sua trajetória de pesquisador, sobretudo atrelados às noções de democracia e paz, alegando: “*sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos*” (Bobbio, 2004:01).

Para ele, os direitos naturais são históricos, nascem no início da era moderna, juntamente com a concepção individualista da sociedade, quando se entende que o todo não está mais acima das partes, sendo tais direitos indicadores do progresso histórico.

No plano histórico, sustento que a afirmação dos direitos do homem deriva de uma radical inversão de perspectiva, característica da formação do Estado moderno, na representação da relação política, ou seja, na relação Estado/cidadão ou soberano/súditos: relação que é encarada, cada vez mais, do ponto de vista dos direitos dos cidadãos não mais súditos, e não mais do ponto de vista dos direitos do soberano, em correspondência com a visão individualista da sociedade, segundo a qual, para compreender a sociedade, é preciso partir de baixo, ou seja, dos indivíduos que a compõem, em oposição a concepção orgânica tradicional, segundo a qual a sociedade como um todo vem antes dos indivíduos. A inversão (...) vai afirmando o direito de resistência à opressão (BOBBIO, N.: 2004, p.04)

Assim, o autor nos mostra que os direitos do homem, mesmo sendo fundamentais, são históricos e frutos de seu tempo e circunstâncias. Se olharmos para a trajetória humana, que nos faz necessária ao pensar o presente observamos que desde a pré-história e a antiguidade ao modernismo, cada sociedade tinha uma forma de organização social, atrelada aos meios de produção. O homem nômade, os povos conquistados e escravizados, os servos do regime feudal e os novos assalariados, certamente não teriam e não tiveram as mesmas regras

sociais. Dessa forma, Bobbio (2004) relata que os direitos do homem estão associados ao Estado moderno e que tais direitos são desenvolvidos de forma gradual, em defesa de novas liberdades.

Assim, Bobbio fala dos direitos de terceira e quarta geração, como do direito em viver num ambiente não poluído e o direito sobre o patrimônio genético de cada um, mostrando essa lógica de que os direitos nascem quando podem ou devem nascer a partir de novas mudanças e carências sociais.

Bobbio (2004) discute qual o sentido do fundamento do direito, se é possível ter algum em absoluto e se, assim, é desejável. Para ele, isso é uma ilusão que já não é possível sustentar, uma vez que as definições dos direitos do homem são tautológicas, avaliados conforme o interprete e sua ideologia, sendo objeto de polêmicas. O fundamento, segundo ele, *“é o apelo aos valores últimos, que por sua vez não se justificam, o que se faz é assumi-los.”* (Bobbio, 2004:18). Contudo, acrescenta que é esse relativismo o mais forte argumento a favor dos direitos humanos, uma vez que os direitos do homem são variáveis e heterogêneos conforme as circunstâncias e tempo, como apontamos.

O autor defende que diante disso, não é necessário aprofundar nessa busca por um fundamento, uma vez que isso se altera com o tempo, cultura e perspectivas morais. O importante, em seu ponto de vista, é que os Estados atentem-se às garantias desses direitos. *“Se a maioria dos governos existentes concordou com uma declaração comum, isto é sinal de que encontramos boas razões para fazê-lo.”* (Bobbio, 2004:23)

É preciso, para ele, dar condições para os direitos proclamados, protegendo através de políticas os direitos do homem. A busca por fundamento, nesse sentido, pode ser para cada caso concreto, sendo os vários fundamentos possíveis.

Com efeito, o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político (...) é o modo mais seguro de garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados. (BOBBIO, N.: 2004, p. 25)

Desse modo, a partir dos fins práticos e políticos, o autor coloca que o problema do fundamento é finalizado com a Declaração dos Direitos do Homem em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Sendo a primeira vez na história, segundo ele, que toda a comunidade, não só de Estados, mas de indivíduos livres e iguais, toda a humanidade, partilha alguns valores em comum.

Segundo Bobbio (2004), essa forma de olhar o mundo, os indivíduos e a sociedade, alinha-se às referências de alguns autores como Locke, para quem o homem é um ser livre e que o estado civil é uma criação artificial. Contudo, aponta ele, na realidade nem todos os sujeitos nasce livre e igual, a Declaração apenas fala de sujeitos livres e iguais a partir de um nascimento e natureza ideais, tornando tais direitos universais, quando os destinatários são os cidadãos de qualquer Estado; e positivos, não apenas proclamados e reconhecidos, mas garantidos.

O autor fala de um processo dialético para os direitos do homem, eles nascem como universais, desenvolvem-se como direitos positivos particulares, e, por fim, transformam-se em direitos positivos e universais. Se pensarmos num exemplo que nos é próximo, para o tema dessa pesquisa, observamos o direito à vida, é um direito universal, mas nem sempre é assegurado por todos os Estados, uma vez que, alguns conferem a pena de morte a homossexuais. Pois bem, se o direito à vida é um direito do homem, a vida de homossexuais, em específico, quando estes são as vítimas de uma cultura ou Estado, configura-se um direito positivo particular a ser garantido. Uma vez assegurado esse direito aos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), falamos de precedentes e jurisprudências para o todo, de modo que afirmamos que toda e qualquer vida seja assegurada e garantida, tornando-se, assim, um direito positivo universal.

Bobbio (2004) acredita que a comunidade internacional, além de garantir os direitos proclamados na Declaração de 1948, tem o desafio de continuamente aperfeiçoar o conteúdo do acordo, de modo a não cristalizá-lo no tempo, sendo significado como solenidades vazias. Para ele, o exemplo da Declaração dos Direitos da Criança (1959), nos mostra que a Declaração dos Direitos do Homem não dá conta das especificidades da imaturidade física e intelectual de uma criança, considerando a salvaguarda de seus direitos.

Nesse sentido, o autor fala das condições para realização dos direitos. Nem todos os direitos perseguidos são realizáveis, pelo menos diante dos dispositivos vigentes, e, para tanto, seria necessário uma mudança, transformação social. Ao que nos parece, o autor tenta mostrar que essas normativas, expressas em acordos internacionais, são objetivos e argumentos discursivos com vistas a melhoria das condições de vida, mas que há um conjunto de limitações.

A efetivação de uma maior proteção dos direitos do homem está ligada ao desenvolvimento global da civilização humana (...). Não se pode pôr os direitos do homem abstraindo-o dos dois grandes problemas de nosso tempo, guerra e miséria, o excesso da potência que criou as condições para uma guerra exterminadora e a impotência de massas condenadas à fome (BOBBIO, N.: 2004, p.44).

Frente ao aumento desenfreado da população, da degradação do ambiente e do armamento no mundo, para o autor, o salto positivo na contemporaneidade é a importância dada aos debates internacionais sobre os direitos do homem. E todos os esforços pelo bem, ou superação do mal, seja por qualquer moral, nascem da consciência, afirma Bobbio (2004). Acrescenta ainda, que o mundo moral nasce da formulação, imposição e aplicação de mandamentos, obrigações e proibições.

É nesse sentido que ocorre a passagem do código de deveres para o código de direitos, ocasionando uma inversão ao problema moral, não mais apenas da sociedade, mas do indivíduo. E essa foi a revolução da era dos direitos.

A revolução não é apenas prática, mas também conceitual. Segundo Bobbio (2004), na concepção individualista, primeiro vem o indivíduo, com valor em si mesmo, e depois o Estado, já que este é feito por indivíduos e não o contrário. Tal concepção rompe com a antiga concepção organicista, a partir da qual a sociedade é um todo e está acima das partes.

Dessa forma, o autor nos fala da relação entre os direitos do homem e a sociedade, que se dá entre a mudança social e o nascimento de novos direitos. Assim, observamos a importância de nessa pesquisa tratarmos das concepções de direitos humanos enquanto um dos processos da mudança social, e se falamos de sujeitos que os reivindicam, tratamos de participação política.

Ao que nos indica Bobbio (2004), baseado em Kant, acredita no direito a liberdade como meio de construção desses direitos históricos, em oposição às ideias do homem enquanto animal político, que precisaria sempre de uma tutela para domesticá-lo ao convívio social. E para Kant a independência está em face de todo constrangimento pela vontade do outro.

Para o autor quando não constitucionalizados, os direitos são exigências e aspirações, ainda que tenham uma boa base argumentativa, os quais devem buscar validade no ordenamento normativo, ou propor uma releitura, reconstrução dos documentos, como as Constituições e Declarações. Soma a essa ideia, que quando não correspondentes às teorias, as práticas pelos direitos devem ser executadas através de políticas que a forcem tal como a teoria prescreve.

E esse é um marco das Declarações e acordos, tornar aspirações e exigências, sejam coletivas ou dos indivíduos enquanto sujeitos de direitos, parte de um aparato normativo vigente. E esse foi um legado da Revolução Francesa, a aprovação pela Assembleia Nacional em 1789 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Bobbio (2004) diz que, para

Lefebvre, pensador da Revolução, a Declaração foi o atestado de óbito do antigo regime, o absolutismo.

Bobbio (2004) acredita que a Revolução Americana abriu a porta para as revoluções europeias, cujo final era o mesmo, um governo fundado no contrato social. E ambas as declarações, americana e francesa, consideram os direitos do homem, um a um. Contudo, ao contrário da americana, a declaração francesa de 1789, não coloca como meta o alcance da felicidade. Sobre a declaração francesa, destaca:

O Núcleo doutrinário da declaração está contido nos três artigos iniciais: o primeiro refere-se à condição natural dos indivíduos que precede a formação da sociedade civil; o segundo, à finalidade da sociedade política, que vem depois do estado de natureza; o terceiro, ao princípio de legitimidade do poder que cabe à nação. (BOBBIO, N.: 2004, p.87)

Quanto ao que procede a formação da sociedade civil, temos o direito à propriedade, alvo de crítica por associar-se aos interesses de uma classe, a burguesia. Para tanto, o autor cita a teoria de Locke, a qual revela a propriedade como derivativa do trabalho individual, da atividade que se desenvolve fora e antes do Estado. Acerca da finalidade da sociedade política, o autor trata da ideia de Kant sobre a resistência, esta que deve ser assegurada, mas que se assim for pelo soberano, configura a própria renúncia deste enquanto tal. Assim, mostra que o direito à resistência não está prescrito como um direito, mas no preâmbulo da Declaração, fica registrado que em determinadas circunstâncias é uma necessidade, ou seja, trata-se de uma expectativa não alçada como uma normativa social, um direito, atesta Bobbio (2004). E sobre a soberania das nações, o autor fala dos fundamentos de todo governo democrático, em que a representação é individual e indivisível, e aponta sua máxima: cada pessoa, um voto.

Assim, Bobbio (2004) nos mostra que a Declaração é questionada por duas críticas recorrentes e opostas: os conservadores dizem de uma excessiva abstração e a esquerda fala de uma excessiva ligação com uma classe que a gerou, a burguesia.

Decerto, o ponto de vista no qual se situa a Declaração para dar uma solução ao eterno problema das relações entre governantes e governados é o do indivíduo, do indivíduo singular enquanto titular do poder soberano (...). Dessa inversão nasce o estado moderno: primeiro liberal, no qual os indivíduos que reivindicam o poder soberano são apenas parte da sociedade; depois democrático, no qual são potencialmente todos a fazer tal reivindicação; e finalmente, social, no qual os indivíduos, todos transformados em soberanos sem distinção de classe, reivindicam (...). (BOBBIO, N.: 2004, p. 93)

Ao que nos parece, o autor não se coloca contrário às críticas, mostrando que, na realidade, elas também podem ser relativizadas. O excesso de abstração certamente é consequência de uma inversão da racionalidade do poder, em que agora, destina-se às partes e não ao todo, ou seja, os indivíduos, logo sua complexidade aumenta. Já a crítica do excesso de ligação a uma classe não da conta de falar na totalidade, uma vez, que como dito, inverte-se a lógica. Mesmo o conceito de povo, mostra-nos ele, é dúbio. Uma vez que nem sempre fica claro que parcela de indivíduos é compreendida nesse povo, e as decisões não são do povo, mas dos indivíduos singularmente. Pois, a partir das declarações, a concepção de sociedade que impera é a individualista, em que o todo é resultado da vontade livre das partes. E é a partir dessa concepção que nasce a democracia moderna, afirma ele.

Bobbio (2004) defende que a questão central da política é o poder: como ele é adquirido, conservado, perdido, exercido, defendido e como é possível defender-se dele. E acrescenta: “*a máxima concentração de poder ocorre quando os que detêm o monopólio do poder coercivo, no qual consiste propriamente no poder político, detêm ao mesmo tempo o monopólio do poder econômico e do poder ideológico.*” (Bobbio, 2004: 134). E, ao que indica para ele a ruptura disso se dá no processo de ‘constitucionalização’ do direito de resistência e de revolução.

Um tema que o autor nos traz para discussão é a pena de morte. Aponta que as discussões são recentes na história da humanidade, sendo pela primeira vez posto em discussão no iluminismo, no século XVIII, na obra de Beccaria (1764), um abolicionista de tal pena capital. Dentre outros pensadores que trataram da pena de morte, na perspectiva abolicionista, o autor destaca Robespierre, Foucault e Vitor Hugo, a partir de diversas concepções: preventiva, ética, utilitarista, etc. Já outros pensadores conferiam argumentos e razões utilizados contra a abolição, como Kant, Hegel, Schopenhauer e até Aristóteles, para quem o todo está acima das partes. Em síntese, Bobbio (2004) nos mostra que mesmo recentes, as teorias abolicionistas tiveram algum sucesso, se não pela abolição total, pela parcial, ou seja, reduzindo o tipo de crime com essa penalidade. Para ele, abolição da pena de morte é um abalo para concepção de poder do Estado.

Quanto à tolerância, o autor fala de dois tipos: a) da convivência de crenças e b) da convivência de minorias. “*A tolerância não implica a renúncia à própria convicção firme, mas implica a opinião de que a verdade tem tudo a ganhar quando suporta o erro alheio.*” (Bobbio, 2004). Contudo, defende ele, que a tolerância é um dever ético, mais que uma atitude socialmente útil, pois implica o reconhecimento do igual direito a conviver.

Baseado em Kant, o autor cita três níveis jurídicos, o direito público interno, o direito público externo e o direito cosmopolita, “*este é o direito do futuro, não mais aquele entre Estados e súditos (...) mas o direito entre cidadãos de diversos Estados entre si.*” (Bobbio, 2004:117). É quando podemos associar a ideia de tolerância e a de hospitalidade entre sujeitos e nações.

Por fim, Bobbio (2004) conclui que o tema dos direitos humanos hoje está intrinsecamente ligado à democracia e a paz. Sendo a proteção e garantia dos direitos a base das constituições democráticas num cenário internacional, em que cada sujeito é o destinatário dos direitos e que, para tanto, os Estados devem se articular com vistas à paz. Defende ele que sem os direitos do homem reconhecidos, não há democracia e sem democracia não há condições mínimas para resolução de conflitos.

O caminho não parece fácil, contudo, ao que nos parece o autor acredita que estamos nele. Segundo ele, a luta pelos direitos teve primeiramente como adversário o poder religioso, depois o político e, por fim, o poder econômico. E como em todo decorrer da obra, finaliza com a ideia de Kant que é preciso muita boa vontade.

2.2.2 Fundamentação ético-moral por Lunardi & Coimbra, Lobo e Nascimento.

Ainda que Bobbio (2004) julgue não mais necessário tratarmos de seu fundamento moral, e sim de sua garantia, consideramos importante trazer aqui nesse estudo, que trata das concepções, os argumentos filosóficos utilizados para justificar os direitos humanos.

Começamos com o ensaio de Lunardi (2011) sobre o fundamento moral dos direitos humanos, o qual está associado a sua justificação e legitimação. Não apenas nos esforços acadêmicos no campo do direito, da filosofia e das ciências sociais, é feita tal associação, haja vista o que vemos no senso comum. Os direitos humanos são sempre pautados em sua legitimidade e justificativa. Assim, há uma relação entre a moral e a ética ao concebê-los.

Lunardi (2011) pontua que os parâmetros éticos dessa relação baseiam-se no “paradigma kantiano da razão prática”, mas que ainda carecemos de avanços nessa reflexão em se problematizar esses direitos. Para o autor, na perspectiva de Kant a ação moral do sujeito advém de sua autonomia em impor restrições morais a si mesmo. A razão faz do agir moral uma autolegislação da vontade livre. Racional é, portanto, para Kant o como se deve agir e não seu querer aponta o autor.

A concepção de direito vai ao encontro desta autolegislação da vontade, da razão autônoma, considerando que o “*conceito-chave do pensamento kantiano, que permite a*

passagem da moral para o direito, será o conceito de liberdade, ou seja, de razão autônoma, de vontade livre.” (Lunardi, 2011:205). Segundo Landim (1996 *apud* Lunardi, 2011) o problema central da vida política é a administração da liberdade, já que todos os sujeitos são livres e munidos de vontades.

Lunardi (2011) defende que para Kant a liberdade também fundamenta a moralidade, uma vez que não se limita ao indivíduo e é partilhada entre sujeitos. Os direitos compreendem assim, ao uso do livre arbítrio coexistindo com a liberdade de todos.

Em acordo com outros autores, Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) tratam da gênese dos direitos humanos nas sociedades modernas em meio à guerra fria, na consolidação da Declaração Universal de 1948 e, no Brasil, em consequência aos movimentos sociais a partir de 1975 consequentes ao regime militar. Contudo, problematizam alguns conceitos como civilização, barbárie, direitos e humano, a fim de trazer à baila, questionamentos acerca de uma ética dos direitos humanos.

Para elas, em nosso tempo criamos uma dicotomia entre civilização e barbárie, quando na realidade ambas se dissolvem juntas no cotidiano no momento que dissimulamos e naturalizamos o controle, a punição e a tutela. Inspiradas na ideia de sociedade disciplinar de Foucault, falam de como a reverência a qualidade de vida e a autoestima representam o biopoder, o controle sobre os sujeitos e seus corpos. Defendem elas, que as sociedades capitalistas, embora dissimuladas, não opõem barbárie à civilização, pois isso faz parte de seu funcionamento, inclusive, citam a ideia de Marx de que o acúmulo de capital e a riqueza geram sua contraparte, a miséria.

Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) relatam que os direitos humanos nunca foram de todos, citam até o exemplo do direito à propriedade privada, que contempla apenas aqueles que já a possuem. Mostram que os grupos marginalizados nunca fizeram parte desses direitos ditos universais. Segundo Deleuze³ (1992 *apud* COIMBRA, LOBO e NASCIMENTO, 2008, p. 92), desde sua gênese, os direitos humanos sempre serviram às elites, apenas iludindo os subalternizados a ilusão de participação.

Para as autoras, questionar e romper com as concepções de direitos humanos postas em discurso é por em cheque os significados de dois objetos: direitos e humano, bem como, historicamente, ambos foram sendo concebidos e subjetivados. E ao falarmos em concepções de direitos humanos nesse trabalho, tratamos desses significados e representações em disputa.

³ Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34.

As autoras, baseadas em Foucault, dizem que no século XVIII, paralelamente a concepção de humano e universalização dos direitos, o cientificismo ganhou visibilidade e o saber médico controle sobre os corpos e populações. Ou seja, como vimos no capítulo anterior, é quando se categorizavam os sujeitos e se normatizavam as populações, sob o exercício do poder.

Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) acrescentam que as concepções de direitos advêm de conquistas datadas historicamente e que os significados do humano advêm da permanente criação de si e de modos de viver. Assim, defendem que *“é partir das experiências de cada homem na coletividade, na imanência das práticas e das lutas no tempo histórico, que uma humanidade vai se definindo e construindo”* (COIMBRA; LOBO; NASCIMENTO, 2008, p. 94).

Posto isso, se não há uma naturalidade para o humano e para os direitos, segundo elas, não há também como conceber os direitos humanos como universais, essenciais, absolutos. Devem sim ser processuais, locais, descontínuos, etc.

Segundo Coimbra, Lobo e Nascimento (2008), em se tratando dos direitos humanos, a dificuldade não está em evitar o mal, a barbárie e a punição, mas sim em nos tornarmos sujeitos de práticas éticas no cotidiano, sem que sejamos máquinas que respondem a comandos, códigos pré-estabelecidos. As autoras colocam em questão como lidar com as atitudes e liberdade, bem como com o cuidado consigo e com os outros. Questionamento próximo ao que trouxemos de Lunardi (2011), ao falar da autolegislação da vontade livre.

Assim, as autoras recorrem a um devir ético, pois as conquistas dos direitos estão para além das lutas, ainda que sejam incontestavelmente necessárias. Para elas, os direitos humanos devem ser constantemente conquistados e não apenas resgatados, apontando que a declaração universal representa um instrumento de avanço nessas conquistas, uma vez que se evidencia a existência de forças ativas em lutas antagônicas, contudo é limitante, haja vista que se mostra essencialista ao pensar no humano e nos direitos.

O que destacamos nas pontuações de Lunardi (2011) e de Coimbra, Lobo e Nascimento (2008), ao tratarem de suas perspectivas da fundamentação ético-moral e da concepção dos direitos humanos, é que estes são parte de um constructo social e que, portanto, devem responder e serem lidos a partir dos contextos históricos e conjunturas que os produzem.

Lunardi (2011), ao falar da moral que rege os direitos humanos, baseia-se numa racionalidade sobre a autogestão da vontade livre, ideia de Kant. Somos todos munidos de desejos que são livres, mas a vida em civilização demanda que consideremos o Outro e,

portanto, devemos considerar o convívio das liberdades. Já Coimbra, Lobo e Nascimento (2008), mostram que a ética dos direitos humanos se daria no reconhecimento da não universalidade do humano, tão pouco de seus direitos. Pois, uma vez considerada as especificidades dos sujeitos nos processos históricos, os direitos devem ser processuais, locais, descontínuos.

Em síntese, pontuamos que se os direitos humanos são frutos dos processos históricos, logo, a ética que lhe envolve se dá na vigilância sobre a moral que o constitui, a partir dos elementos significativos da época em que são concebidos.

2.2.3 Educação em direitos humanos segundo Aura Helena Ramos

Alinhada às referências que tratamos acima, Ramos (2011) pondera que mesmo sendo a declaração universal dos direitos humanos um texto baseado nos princípios e culturas das sociedades ocidentais modernas, deve-se reconhecer sua importância pela garantia dos direitos humanos, como tema de interesse e jurisdição internacional que impõe limites às ações dos Estados.

Para a autora, tal declaração diz respeito em um tempo e local a um pensamento hegemônico, que vigorava na produção do documento com pretensões de se por como universal. Assim, segundo ela, é preciso ter claro que se os direitos humanos têm sido concebidos pela universalidade, negligenciando-se as diferenças e as múltiplas culturas; a luta por dar sentido a esses direitos e todos os temas que o envolve, como vida, dignidade, respeito, justiça e liberdade, é assimétrica, não tendo todos, dentro de um jogo de forças, a possibilidade de mostrar sua perspectiva de mundo e de todas as coisas. Assim, Ramos (2011) fala de uma perspectiva *agonística* para tratar dos direitos humanos.

Uma abordagem de Direitos Humanos orientada pela perspectiva *agonística*⁴ atém-se ao diálogo conflituoso. Um diálogo que não quer trazer o outro para uma posição supostamente universal, fixa e homogênea, mas investe em políticas culturais que favoreçam, ampliem os espaços de negociação da diferença e o reconhecimento do caráter sempre contingencial, precário e não literal dos sentidos que produz, em que o deslocamento não linear permite que seja indagada a objetividade sugerida pela racionalidade moderna. (RAMOS, A. H.:2011, p.193)

Dessa maneira, aponta ela, admite-se a provisoriedade do consenso e do pensamento hegemônico, dando espaço às diferenças e múltiplas perspectivas. Assim, entendemos os

⁴ A autora usa o termo *agonística* baseada no conceito de Mouffe (2001a) de democracia agonista, em que nós/eles são concebidos de forma diferente, não como o apagamento do outro, como inimigo, num confronto, mas admite a diferença e o pluralismo em que o adversário deve ser vencido, sem sua eliminação.

avanços das pautas e conquistas de minorias políticas, as quais ascendem através de algumas concessões.

Além disso, para Candau⁵ (2005 apud RAMOS, 2011, p. 195) não se deve contrapor igualdade e diferença. Uma vez que a primeira opõe-se a desigualdade e a segunda à padronização e uniformidade. Ramos (2011) acrescenta que diferença compreende uma dimensão cultural, que se expressa em modos de vida, valores e significação, já desigualdade representa uma dimensão sociopolítica das relações sociais no jogo de poder entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas não assimétricas. Assim, sustenta a ideia de igualdade na diferença, ponderando que qualquer pretensão de universalidade é uma ficção criada para subjugar à diferença.

Para a autora, a diferença deve ser tomada como diversidade, pluralidade e multiplicidade cultural legítima, de maneira que se coexista em qualquer tempo e lugar a partir da tolerância e da convivência pacífica com o outro. Os direitos humanos são nessa perspectiva, consequência não apenas de consensos e similitudes, mas do convívio entre dissensos e diferenças que levam à igualdade.

Nesses termos, diferença é tomada como diversidade, pluralidade, multiplicidade cultural e demanda o reconhecimento da heterogeneidade como legítima. O que implica afirmação do discurso da tolerância, convivência pacífica com o *outro* e a busca do consenso como estruturante da noção de Direitos Humanos, sem que se indague sobre a permanência da ideia de um *mesmo* como modelo (de saber, de ética, de organização social, política e econômica etc.) a ser alcançado por todos. Pelo contrário, essa é uma possibilidade apresentada como condição de alcance de uma almejada igualdade. (RAMOS, A. H.: 2011, p.209)

Para a resignificação dos direitos humanos, a autora defende o descarte do discurso de igualdade. Uma vez que *a diferença que não aparece é, na verdade, silenciada* (RAMOS, 2011, p. 210) Tal visão parte da ideia de democracia pluralista de Mouffe⁶ (2000 apud Ramos 2011, p. 196) que abarca o dissenso e as diferenças e conflitos como constitutivo do social e do político.

Entre o universal e o particular, para Laclau e Mouffe⁷ (2004 apud RAMOS, 2011, p. 207), nas disputas entre os diferentes particulares torna-se hegemônico aquele que for capaz de aproximar e se identificar a outros grupos, a partir de seus objetivos, possibilitando que

⁵ CANDAU, Vera M. *Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.

⁶ MOUFFE, Chantal. *La paradoja democrática*. Barcelona: Gedisa, 2000.

⁷ LACLAU, Ernesto; MOUFFE, C. *Hegemonia y estrategia socialista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

seus conteúdos sejam universais. Entendamos, por exemplo, os movimentos sociais e suas bandeiras, muitos dos discursos a favor dos direitos às minorias sustentam-se na identificação com outros grupos marginalizados. Sinteticamente, a autora define:

O universal é um particular que em determinado momento alcança a condição de universal por adquirir a capacidade de articular em torno de si outros discursos, tornando-se hegemônico. (...) Esta é a relação política: uma relação na qual os particulares estão permanentemente em disputa hegemônica pela condição de representar o todo. (RAMOS, A. H.: 2011, p. 207)

Relata Ramos (2011) que a resignificação dos direitos humanos contempla a complexidade da constituição do social para além dos binarismos explorado/explorador, dominante/dominado, selvagem/civilizado, etc.

Ao que nos parece à autora traz uma perspectiva não maniqueísta ao pensar numa educação para os direitos humanos, considerando que estes sempre estarão em disputa e que são como temos observado, produto de discursos que tornam um particular em hegemônico. E sua proposta, para tanto, é pensar a igualdade na diferença, quando as relações sociais no jogo de poder, entre forças assimétricas, promovam a diversidade e a pluralidade como legítimas.

2.2.4 Problematização, salvação e reconstrução dos DH por Lafer e outros

Nessa sessão trouxemos três artigos, de Linda Rabben, Gustavo Ribeiro e Rui Santos, da obra *Antropologia, Diversidade de Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares*, de Fonseca, Terto e Alves (orgs.), (2004), que problematizam os direitos humanos, um artigo de Alves (2012) que clama pela salvação dos direitos humanos e as referências de Celso Lafer, baseado em Hannah Arendt, para reconstrução dos direitos humanos.

Linda Rabben (2004), em *O universal e o particular na questão dos Direitos Humanos*, aponta que devemos resolver o enigma de nossa natureza a partir das condições e realidades do mundo atual e não a partir de uma imagem mitológica do passado, uma vez que cada sociedade se configura de uma maneira. Nas sociedades menos complexas a hierarquia entre os sujeitos não era tão vertical, uma ausência de propriedade particular suprimia a dominação e desigualdade entre sujeitos, relata ela. Contudo, diferentemente de muitas sociedades antigas que até consideravam alguns grupos como não humanos, vivemos na atualidade numa sociedade global em que as variações biológicas entre populações são mínimas, certamente fundamentadas pelas transformações científicas e mudanças de paradigmas. A autora mostra que já no século XVII Hobbes trata dos seres humanos como iguais por natureza, num momento de ascensão econômica, política e social da burguesia.

No Iluminismo, século XVIII, começa a se utilizar o termo “direitos humanos”, contudo, não era concebido na plenitude de todos os seres humanos, haja vista que desconsideravam, por exemplo, os escravos como iguais. Logo, mesmo quando surgiam novos conceitos de igualdade sobreviviam outras desigualdades. Ainda que se notasse um sucesso no comércio de escravos, a escravidão começa a apresentar algumas fissuras uma vez que a universalidade dos direitos humanos estava se espalhando pela Europa.

Rabben (2004) identifica o movimento contra o tráfico negreiro como a primeira campanha pelos direitos humanos, cujas conquistas se estabeleceram no século seguinte, XIX, quando o tráfico foi extinto. Muitas das justificativas para manutenção da escravidão advinham da ideia de que os escravos não eram seres humanos ou ainda fundamentavam-se em escritos bíblicos e crenças religiosas. Com isso, aponta a autora, mesmo após o fim do tráfico negreiro, e entendemos que o mesmo ocorre após a abolição, novas ideologias surgiram para legitimar a dominação, a desigualdade e a hierarquia social. Mas, mesmo dominante, diz ela, o discurso racista nunca fora totalmente hegemônico e a minoria expressiva que se opunha a ele virou um movimento social.

Assim, para Rabben (2004), outras campanhas, casos e movimentos populares pelos direitos trabalhistas, contra o colonialismo, contra o racismo, etc. ganharam grandes dimensões no século XIX. E em decorrência à 2ª Guerra Mundial, ao Holocausto e ao ataque atômico no Japão, cria-se, em 1946, a Organização das Nações Unidas – ONU e, em 1948, se estabelece a Declaração Universal dos Direitos Humanos, baseada em documentos ocidentais como a Declaração da Independência dos EUA e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França. Para ela, tais declarações mostram-se mais representativas na concepção contemporânea de direitos humanos do que conceitos filosóficos.

Contudo, a autora novamente mostra como os direitos humanos são relativizados conforme os sujeitos que deles são beneficiados. Ainda que a Anistia Internacional, estabelecida em 1961 na Guerra Fria, preocupe-se com os presos políticos e com a salvaguarda de seus direitos, com o combate à tortura, aponta ela, alguns cenários se transformam, e no Brasil, por exemplo, os novos torturados são os presos comuns, os quais, certamente, pouco respaldo e proteção encontram a partir de documentos e instituições internacionais.

Segundo Rabben (2004), o Imperialismo dos Estados Unidos é outro exemplo, com a imposição de seus ideais e intervenção em territórios que não representam sua abrangência política. Aos finais do século XX, surgem inúmeros grupos, coletivos e movimentos baseados

nesse contexto, desde a inspiração em campanhas abolicionistas à busca de efetivação das declarações internacionais, aponta a autora.

O que vemos nessa contextualização histórica de Rabben (2004), é que desde quando surge o termo direitos humanos, no século XVIII, até mais recentemente, no século XX, tais direitos nunca foram concebidos para todos, ainda que fossem apresentados como universais. Do não reconhecimento de uma raça como de humanos ao imperialismo norte-americano, nota-se uma arbitrariedade na significação do termo, como ela mesma coloca.

Gustavo Lins Ribeiro (2004) relata que o discurso sobre os direitos humanos vem sendo utilizado por diversos atores políticos, desde uma superpotência, como os Estados Unidos, até quadrilhas que justificam o crime organizado, legitimando a violência através dos direitos humanos, logo, revelam que se trata de um campo de conflitos de interpretações e lutas simbólicas.

Além disso, no mundo globalizado contemporâneo, diante das crises, constata-se um conjunto de discursos que pretendem ser universais e hegemônicos, como ocorre ao discutir direitos humanos, aponta ele. Assim, para tratar de cultura, direitos humanos e poder, todos embutidos de noções complexas, o autor fala de três dilemas: a) a tensão entre particularismo e universalismo; b) as relações entre aqueles que formulam as interpretações desses termos e c) as posições políticas desses atores.

Para Ribeiro (2004), a noção de cultura nunca foi um consenso entre os antropólogos e sim um campo de conflitos interpretativos, objeto de disputas de diferentes grupos interna e externamente ao mundo acadêmico. Seu conceito enriqueceu na medida em que deixou de ser apenas propriedade dos antropólogos e outros estudiosos passaram a defini-la. Ele acrescenta que é através da matriz discursiva que o poder se reproduz, com maior ou menor eficácia, desenvolvido por pessoas ou coletivos.

Nomear algo nunca é inocente, aponta Ribeiro (2004), pois remete à classificação, à produção de estereótipos úteis na relação e dominação entre pessoas. Num contexto global, são os atores globais os favorecidos na produção discursiva embutida de poder. E as ideologias e utopias estão carregadas de poder, pois visam instituir visões e verdades hegemônicas. Liberdade, democracia e direitos humanos são conceitos dessa produção discursiva ocidental hegemônica advinda do Iluminismo, pensa Ribeiro (2004). Logo, muitas vezes distanciam das razões e fins que seus enunciados compõem.

A complexidade dos direitos humanos advém de toda complexidade que o define e o faz ser entendido. Ribeiro (2004) coloca que os direitos humanos revelam-se como ideologia que pretende ser universal independente de um teor político e religioso, entretanto, apresenta

tensões, paradoxos e relativismos culturais na relação entre o universal e o particular. Remetem, assim, os conflitos associados ao exercício diferenciado de poder, pois os sujeitos e coletivos envolvidos em dadas relações não possuem as mesmas possibilidades e vivências frente ao social.

O autor ilustra suas reflexões com dois exemplos, ambos denotando a complexidade em tratar do universalismo/particularismo associados aos direitos humanos. O primeiro foi o caso de uma autoridade chinesa que, em um evento numa universidade americana, responde às acusações de violação dos direitos humanos em seu país, alegando que possuem uma concepção diferente para tanto. Utiliza-se da diferença cultural para legitimar o exercício de poder do Estado, eis aqui a relativização dos direitos humanos pelo particularismo. O segundo caso é o da classe média brasileira, que diante da falta de segurança, julga que os direitos humanos são para os humanos direitos, logo, relativiza a universalidade dos direitos. O apelo particularista pode implicar: a) uma posição de definição hegemônica, *um particular que se pretende universal* b) a consideração dos contextos sócio-político-culturais, *um particular não se pode transformar em universal*.

Assim, nota-se um cenário paradoxal entre uma matriz discursiva cuja pretensão para os direitos humanos é universalista e o uso particularista perverso da defesa deles. Para o autor, a resolução dessa contradição é complexa. Sua proposta é a construção de um universalismo heteroglóstico, que compreenda a diversidade cultural e que não seja indiferente às violências ilegítimas, repudiando radicalmente o genocídio, o etnocídio, a tortura, a xenofobia, a opressão de indefesos, o racismo, etc.

Rui Leandro da Silva Santos (2004) questiona que universalidade está em jogo quando se trata da Declaração Universal dos Direitos Humanos, haja vista um cenário excludente, onde minorias de mulheres, negros, homossexuais, refugiados, etc. são postos às margens. Para ele, a Declaração de Viena apresenta alguns avanços ao tentar conjugar o particularismo cultural com o universalismo dos direitos humanos, e mais, em tratar em específico dos direitos de segmentos em situação de vulnerabilidade ou exclusão social.

Para Santos (2004), a implantação de políticas públicas que visem à eliminação de qualquer discriminação é papel do Estado frente às desigualdades e opressões sociais. O autor julga que as políticas de ação afirmativa são mecanismos de proteção e promoção dos Direitos Humanos que o poder público deve utilizar, pois leis, tratados e declarações universais não são suficientes para combater as desigualdades e diferenças, as políticas públicas são parte desse processo de transformação e não podem ser deixadas de lado.

Os diálogos de Rabben (2004), Ribeiro (2004) e Santos (2004) nos foi claro para problematizarmos a máxima dos direitos humanos, sua universalidade. Entre o geral e o particular há inúmeras questões a serem levantadas, tais como: quem e como é esse sujeito expresso nos documentos internacionais? Quem são os contemplados? O que fazer diante das inúmeras forças e visões de mundo e do multiculturalismo? Para os autores, o caminho é revisarmos como, historicamente, os direitos humanos foram sendo constituídos. Apontam que os DH são fruto de seu tempo e possuem fronteiras geográficas bem demarcadas. A solução para que direitos humanos sejam universais é, portanto, não o reconhecimento de um sujeito universal, mas de práticas que não podem ser toleradas e exercidas pelos Estados, como a opressão de minorias.

Se por um lado há aqueles que problematizam a universalidade dos direitos humanos, pelo menos no que tange a como vem sendo aplicados e experienciados, há quem reivindique essa universalidade.

Para Alves (2012), ainda que os Direitos Humanos tenham sido concebidos num sistema capitalista liberal, com aportes socialistas no pós-segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal de 1948 foi elaborada a partir da aliança entre os argumentos de esquerda e a democracia emergente. Acredita que foi justamente contra a direita particularista e não igualitária que os Direitos Humanos se constituíram, numa leitura de que não seria natural a desigualdade entre sujeitos.

O autor acredita que há um descaso e descrédito dos Direitos Humanos na contemporaneidade, desde ações do Estado frente ao terrorismo, quando grupos e coletivos são estigmatizados e violentados, ao multiculturalismo existente dentro do próprio Estado, em que uma cultura hegemônica, como a nacionalista de origem anglo-saxã que se sobrepõe as demais, estimulando o narcisismo grupal e o acirramento das diferenças.

Para ele, ainda que as reivindicações culturais sejam legítimas, nem sempre elas representam a universalidade.

Desprovidos do sentido universal com que foram proclamados pela Declaração de 1948 e aplicados de maneira distorcida, esses direitos parecem hoje, malgrado a atuação honrosíssima de abnegados mais sérios, uma manifestação “politicamente correta” de conformismo mercadológico, disfarçado por postulações fragmentadoras. (ALVES, J. A. L.: 2012, p. 69)

Acredita o autor que essa abordagem de Direitos Humanos através do particular é limitadora de sua concepção, uma vez que não compreende a totalidade de tudo aquilo que o significa enquanto algo de todos. Para ele, é nociva a obsessão cultural, religiosa e étnica

particularista e relativista contrária ao universalismo dos direitos humanos. Universalismo que “desde a Declaração de 1948 e a fortiori com o passar do tempo, não se confunde com eurocentrismo ou ocidentalismo.” (ALVES, 2012, p.79). Assim, reafirma a importância de uma base comum para todos os Estados e culturas a favor de todas as pessoas.

Em sua crítica, baseada em exemplos como a intervenção policial em comunidades comandadas pelo tráfico no Brasil, julga ao tratar dos direitos humanos mais importantes um acompanhamento e crítica às ações comprovadas de abuso no trabalho de policiais, não apenas criticando as iniciativas. Registra que o culturalismo obsessivo pode induzir a proliferação de conflitos, uma vez que também essencializa e separa segmentos étnicos, sujeitos, etc.

Dessa forma, Alves (2012) alinha-se à Rabben (2004), Ribeiro (2004) e Santos (2004), ao ponderar o acompanhamento e crítica ao abuso do uso da força. Ao que parece, todos acreditam que os direitos humanos sejam uma alternativa para uma sociedade diversa e multicultural, mas que há de se ter em conta as arbitrariedades e que o Estado deve assumir a responsabilidade sobre os direitos humanos.

Para Marcel Gauchet⁸ (2002 apud ALVES, 2012, p. 57), os Direitos Humanos na origem de sua concepção foram inspiração para o feminismo igualitário, contra a discriminação por gênero, raça e etnia, como base emancipatória dos sujeitos. Aponta-nos também que os direitos humanos foram utilizados desde argumentos contra os regimes stalinistas da Europa a instrumento de resistência às ditaduras na América Latina.

Assim, pondera Alves (2012), foi dessa forma, entre a esquerda, o centro e os liberais, contra as opressões, e defesas de um sistema internacional socialmente mais justo, no sentido igualitário, que os Direitos Humanos se afirmam e concretizam na década de 1990, década em que se estabelece a declaração de Viena.

Para o autor, sinteticamente, os Direitos Humanos são “direitos, reconhecidos internacionalmente na Declaração de 1948 e universalizados pelo consenso da Declaração de Viena, de 1993” (ALVES, J. A. L.: 2012, p.72).

Diante disso, notemos que os direitos humanos tornam-se parte dos discursos atrelados ao poder. Tanto na defesa da paz mundial, da estabilidade internacional, da justiça social, quanto no empoderamento de populações marginalizadas. E seu uso, nem sempre carrega os mesmos valores e intenções para aqueles que os defendem.

⁸ GAUCHET, M. *La démocratie contre elle-même*. Paris: Gallimard. 2002.

Num mundo em que fundamentalistas crescentemente poderosos apedrejam “fornicadoras”, quando não lhes cortam os narizes; enforcam homossexuais e podem crucificar apóstatas; atacam cultos alheios como rituais demoníacos; atiram bombas em clínicas que praticam o aborto; preferem assistir à propagação da aids a permitir a generalização da camisinha; encarceram ou deixam morrer sem auxílio imigrantes que não querem acolher em seu seio, soa evidentemente absurda a preocupação com palavras. Ela agora prejudica a credibilidade dos direitos humanos. (ALVES, J. A. L.: 2012, p.62)

Alves (2012) fala de uma disposição “epistêmica” contrária aos direitos humanos. Para ele, o problema está na multiplicação de seu uso sem qualquer critério. Uma vez que se multiplicam os discursos pelos Direitos Humanos e em que os constituem, aumentam também as normas, as recomendações e os controles internacionais para os direitos. Para o autor, torna-se um caminho infinito em que nenhum Estado é capaz de percorrer, uma profusão de direitos inassimiláveis a partir do uso excessivo e banalizado dos direitos humanos.

Com o uso indiscriminado, aponta ele, o conceito de DH vai sendo demasiadamente alargado, esgarçado, perdendo o sentido libertário e universalista, juntamente com a força moral e semântica. E diante da repercussão internacional que os Direitos Humanos atingiram, a partir de múltiplos discursos, não há como pensá-los apenas para algumas sociedades. Eles já se configuram numa perspectiva e âmbito mundial. Logo, inúmeras etnias, crenças, sociedades e culturas estarão imersas em sua concepção.

Para Alves (2012), ainda que os direitos humanos estejam associados à história do Ocidente, não há dúvidas de que já tenham se espalhado por todo o mundo, e que países orientais, de inúmeras frentes ideológicas, se não os trata como um contrato consideram algumas de suas premissas no cotidiano.

Para o autor, a resposta para tal descrédito dos direitos humanos só pode advir de onde eles foram concebidos: através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela ONU em 1948. E por definição, os direitos das culturas ficam fora desse conjunto.

Os direitos de todos os seres humanos, em qualquer circunstância, devem ser vistos como aquilo que são, desde 1948: um mínimo denominador comum para todos os Estados – e culturas –, que os devem respeitar e fazer valer em favor de todas as pessoas. (ALVES, J. A. L.: 2012, p. 85)

Assim, os sujeitos ganham atenção quanto aos seus direitos individuais e universais, como indivíduos por essência, lendo-se pessoa humana. Contudo, o que seria esse mínimo denominador comum para todos os Estados? Uma vez que, para Piovesan (2004), ainda que a

Declaração Universal de 1948 confira um lastro axiológico, ela não dá conta das especificidades de grupos e sujeitos.

Não que o uso demasiado, em termos, dos direitos humanos seja a melhor opção para sua concepção, contudo não nos parece possível concebê-los socialmente se não a partir de múltiplos discursos, em que nenhum seja hegemônico.

Lafer (1997) fala da reconstrução dos direitos humanos baseado nas contribuições de Hannah Arendt. Mostra que em regimes totalitários e em diversos momentos históricos, como na contemporaneidade, seres humanos podem ser tratados como supérfluos e descartáveis. Trata-se de uma dimensão ética que compreende a constituição jurídica da organização social. E para o autor o *“valor da pessoa humana como valor-fonte da ordem da vida em sociedade encontra a sua expressão jurídica nos direitos humanos.”* (LAFER, C. 1997, p. 57). Os quais foram positivados a partir das constituições e declarações universais, como as citadas acima.

Devemos, assim, ter em conta que da mesma maneira que regimes e contextos políticos afetam a compreensão jurídica dos Direitos Humanos, a realidade local, os aspectos históricos de uma comunidade, as políticas de governo e de Estado, bem como as ações legislativas, do executivo e do judiciário vão influenciar nessa leitura sobre os direitos em dada época e conjuntura. Como relata Lafer (1997) ao mencionar os direitos positivos:

O elenco dos direitos humanos contemplados pelo Direito Positivo foi se alterando do século XVIII até os nossos dias. Assim caminhou-se historicamente dos direitos humanos de primeira geração – os direitos civis e políticos de garantia, de cunho individualista voltados para tutelar a diferença entre Estado e Sociedade e impedir a dissolução do indivíduo num todo coletivo – para os direitos de segunda geração – os direitos econômicos, sociais e culturais concebidos como créditos dos indivíduos com relação à sociedade, a serem saldados pelo Estado em nome da comunidade nacional. (LAFER, C.: 1997, p. 57)

Tal perspectiva mostra como os direitos humanos se transformam no tempo. Para o autor, é através do acesso ao espaço público, do pertencimento em uma comunidade política, que o sujeito participa de um mundo comum, logo, a ideia de nacionalidade terá grande influencia ao pensar nos direitos humanos. Ainda que os princípios sejam estabelecidos internacionalmente é juntamente a ideia de Estado e o que ele traz junto as suas responsabilidades que confere o atendimento desses direitos.

Notemos a relação que se estabelece entre sujeitos, grupos, Estados e princípios universais ao se conceber e implantar os direitos humanos. Há um complexo entendimento de onde advêm os direitos da pessoa humana. Se a partir de uma localidade, nacionalidade, grupo étnico, etc. ou se através de parâmetros e princípios internacionais.

Lafer (1997) aponta que na perspectiva arendtiana o crime de genocídio mostra um pouco dessa complexidade. Uma vez que ele não está preso às etnias, grupos religiosos, nacionais e raciais, ainda que sejam motivados contra um deles, pois tal prática diz respeito à desconsideração da pluralidade, da indiferença e intolerância pelo diferente, logo, representa um crime contra toda a humanidade. Logo, qualquer religião, nação ou grupo étnico deve reprimir o genocídio.

E dentre tantas possibilidades de respostas aos crimes contra a humanidade, Lafer (1997) fala em desobediência civil. Como nos mostra o autor, para Arendt, a desobediência civil compreende uma linguagem da persuasão, resgata a faculdade de agir, de gerar poder pela ação conjunta, enquadra-se na esfera do interesse público, representa também um esforço político coletivo na resistência à opressão. Logo não faz frente à obrigação política, mas a reafirma pela vontade de agir. Logo, diz respeito à reivindicação dos direitos humanos, quando estes são negligenciados ou negados a uma população, grupo ou sujeitos.

Para Lafer (1997), na perspectiva arendtiana, entre o público e o privado dos DH, o público é aquilo que é de interesse comum e visível, já o privado diz respeito à intimidade, aquilo que é exclusivo do ser humano em sua individualidade, que não carece ser divulgado.

Se pensarmos em sexualidade, por exemplo, manifestá-la compreende um direito público e privado. Público, porque concebemos valores morais que balizam as ações de todos os sujeitos, independente da sexualidade, como fazer sexo em espaços públicos. Privado, pois cabe o indivíduo, em sua particularidade, escolher se relacionar afetivamente com alguém ou não. Logo, é um direito humano em disputa.

Como o próprio autor coloca as contribuições arendtianas, baseadas numa perspectiva kantiana de juízo *entendido como a faculdade de pensar o particular contido no geral* (Lafer, 1997:64), não versam sobre um sistema explicativo do que venha a serem direitos humanos, entretanto, nos traz elementos para sua compreensão e como são vivenciados na prática cotidiana e histórica. Assim, ele nos fala de como a avaliação de Arendt sobre um sistema totalitário pode auxiliar nessa leitura.

Precisamente porque articulou, como um ouriço, a ruptura [totalitarismo] que dissolveu o geral, Hannah Arendt se deu conta da inexistência de um *sistema* de universais para aquilo que desborda da lógica do razoável. Por isso, toda a sua reflexão tem como horizonte o problema de como julgar um particular, para o qual não existe previamente o dado de um universal. Foi por essa razão que, diante das dificuldades do juízo determinante em situações-limite provenientes da impossibilidade de se aplicar uma regra universal de entendimento a um caso particular, ela explorou o campo dos juízos reflexivos e raciocinantes. Estes entreabrem a faculdade de pensar o particular, através de sua validade exemplar, que pode ser realçada e comunicada. (LAFER, C.: 1997, p. 64)

Lafer (1997) pondera o esforço de Arendt na mediação entre o particular e o universal em suas ideias, revelando que não se mostra um exercício fácil, mas que deve ser posto em prática ao pensar em direitos humanos.

Para ele, ainda que Hannah Arendt não tivesse um elemento universal que lhe conferisse um juízo para pensar o nazismo, hoje temos a experiência do holocausto para pensarmos as implicações do particular sobre o geral.

Sintetizando, Lafer (1997) evoca alguns posicionamentos contra a reemergência de um estado totalitário de natureza: a) a cidadania como direito a ter direitos, b) a repressão ao genocídio como um interesse da humanidade, c) a obrigação política atrelada ao direito de associação, de autodeterminação dos povos e de desobediência civil e d) o direito à informação e à intimidade.

Em comunicação a essas ideias, Piovesan (2005) destaca duas estratégias no âmbito internacional dos direitos humanos que associamos ao complexo entrave entre as universalidades e particularidades que atravessam os grupos e indivíduos. A saber, são: a) Estratégia repressiva punitiva e b) Estratégia promocional. A primeira refere-se à eliminação, punição, proibição e combate à discriminação. A segunda objetiva promover, afirmar, fomentar e avançar a igualdade, dando oportunidades a grupos marginalizados historicamente e vulneráveis pelas conjunturas. Para a autora é fundamental que ambas sejam postas em prática e conjugadas.

Pensemos num exemplo: Diante do alto índice de violência direcionada a homossexuais no Brasil, tanto uma lei, que coíba as agressões físicas e morais – *estratégia repressiva punitiva* - como o PL122, que criminaliza a homofobia, se faz necessária, como políticas educativas de combate a intolerância, que questionem o machismo, o fundamentalismo religioso e heteronormatividade, bem como políticas de ação afirmativa, que tratem positivamente as identidades e manifestações das sexualidades de bissexuais, travestis, transexuais, lésbicas e gays – *estratégia de promoção* – como a organização das paradas do orgulho LGBT.

Outro exemplo de estratégia de promoção são as cotas raciais em universidades. Segundo Piovesan (2005), as cotas representam ações afirmativas que respondem a uma injustiça histórico-social. São, para autora, políticas compensatórias em resposta ao passado de discriminação, assegurando um projeto democrático de salvaguarda da diversidade e pluralidade. De acordo com a autora:

A implementação do direito à igualdade é tarefa fundamental à qualquer projeto democrático, já que em última análise a democracia significa a igualdade no exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. A busca democrática requer fundamentalmente o exercício em igualdade de condições dos direitos humanos elementares. (PIOVESAN, F.: 2005, p.52)

Ou seja, a democracia representa um cenário rico para o entendimento dessa complexidade que temos apresentado a partir das referências supracitadas. Entre o universal e o particular há um conjunto de elementos a serem analisados. A igualdade no exercício dos direitos humanos que a autora nos fala perpassa uma das primeiras ideias que trouxemos, de que o problema da vida política é a administração das liberdades, individuais e compartilhadas, como pontua Lunardi (2011) baseado em Kant. Ao tratarmos dos direitos humanos, dos direitos elementares a cada sujeito e grupos, sempre devemos levar em conta os direitos dos outros. Não há como reivindicar o que é de alguém por direito desconsiderando o outro.

2.2.5 DH e alguns termos por Piovesan e Lopes

Piovesan (2004) relata que o mundo polarizado em Norte/Sul e Leste/Oeste produziu um entrave ideológico entre os direitos civis e políticos, herança liberal, e os direitos econômicos, sociais e culturais, legado social. Logo, a concepção dos direitos humanos foi atravessada por tais disputas, sendo assim, produto de ambas as perspectivas. Aponta a autora que a Declaração Universal de 1948, enquanto marco inicial da contemporânea concepção dos direitos humanos caracteriza-se pela universalidade e pela indivisibilidade desses direitos. Dessa forma, define:

Universalidade, porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade, porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais – e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais. Consagra-se, desse modo, a visão integral dos direitos humanos. (PIOVESAN, F.: 2004, p.22)

Eis que aparece um nó, na pós-modernidade, dificultando a compreensão dessa distinção entre esquerda e direita, aponta a autora. Uma vez que uma frente da esquerda passa a também ser anti-igualitária e anti-universalista, tratando do direito à diferença, ocasionando,

para leitura de alguns críticos, estragos ao entendimento dos Direitos Humanos, como afirma Alves (2012).

Para Alves (2012), por conta do direito à diferença a política universalista é substituída por campanhas em prol de objetivos etnoculturais. Assim, pontua ele, a insatisfação é certa, uma vez que sempre surgem novas diferenças e assim se mantêm os crimes e as violações. Alguns críticos de esquerda entendem como uma estratégia em manipular do capitalismo.

Piovesan (2005) defende que os direitos humanos, na perspectiva dos direitos internacionais, dos direitos universais e indivisíveis inerentes à pessoa humana, são construções sociais em processo. Alinhada à Hannah Arendt, a autora pontua a concepção de que os direitos humanos não são um dado, mas um produto humano em constante reconstrução. Logo, são sempre resignificados, conforme decorre o processo histórico.

Para ela, é insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica, geral e abstrata. Devem-se considerar suas particularidades e especificidades enquanto sujeito de direitos. É da necessidade de proteger de forma especial e particularizada grupos e indivíduos ante suas vulnerabilidades que se pensa no direito à diferença. *“Isso significa que a diferença não mais seria utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao revés, para sua promoção.”* (PIOVESAN, 2005, p. 46).

Cabe considerar, portanto, as especificidades dos grupos, coletivos e indivíduos. Se pensarmos nas sociedades ocidentais, por exemplo, que durante séculos escravizaram os negros, que sobrepuseram e ainda sobrevalorizam a cultura eurocêntrica e norte-americana sobre inúmeras etnias, que trataram e ainda abordam a sexualidade como tabu não pode desconsiderar as particularidades históricas de mulheres, negros, indígenas, homossexuais, etc. O veto à liberdade plena destes sujeitos diz muito sobre como temos concebido os direitos humanos nesse processo histórico. Não há como somente definir a pessoa humana como um ser genérico, se na nossa história e cotidiano nunca fizemos isso.

Piovesan (2005) classifica três vertentes de igualdade, sendo: a) igualdade formal, “todos são iguais perante a lei”; b) igualdade material, referente ao ideal de justiça social e distributiva – critério socioeconômico; c) igualdade material, associada ao ideal de justiça como reconhecimento de identidades. Sob essa última vertente que destacamos o atendimento às particularidades de grupos e sujeitos para conquista dos direitos humanos.

Frente à concepção de direitos humanos emergente, a autora aponta dois efeitos:

(1) A revisão da noção tradicional de soberania absoluta do Estado, que passa a sofrer um processo de relativização, na medida em que são admitidas intervenções no plano nacional em prol da proteção dos direitos humanos – isto é, transita-se de

uma concepção “hobbesiana” de soberania centrada no Estado para uma concepção “kantiana” de soberania centrada na cidadania universal. (2) A cristalização da ideia de que o indivíduo deve ter direitos protegidos na esfera internacional, na condição de sujeito de direito. (PIOVESAN, F.: 2004, p. 23).

Dessa forma, os questionamentos ante os direitos humanos e sua concepção advêm, sobretudo, sob as responsabilidades destes frente à sociedade, bem como em como se estabelecem na dinâmica social, seja através da universalidade ou das especificidades. Ao nosso entendimento, é partir disso tudo.

Lopes (2000) evoca alguns termos para discussão dos direitos humanos, como a impunidade, a dignidade, a liberdade e a autonomia da pessoa humana. Primeiramente nos esclarece que entre indivíduos, o ponto de vista pode ser individual, já se tratando do Estado, este deve ser orientado pelo cidadão, ou seja, por uma ótica da cidadania, do convívio coletivo e do bem comum. Reforça que o Estado não é um vingador dos sujeitos, mas o garantidor de igualdades.

Assim se dá a leitura dos conflitos na perspectiva dos direitos humanos. Aponta o autor que o crime comum é aquele que se dá entre sujeitos, já os crimes contra os direitos humanos são qualificados, quando acompanhados por ódio a determinados grupos, coletivos específicos. E a resposta do Estado será diferente para cada uma das situações, contudo, sempre primando pela igualdade.

Pensemos nas referências que Lopes (2000) nos traz acerca dos conflitos e da impunidade. Para ele, quando a impunidade corrompe o compromisso com a lei, resulta na violência pela qual as sociedades complexas são acometidas. São classes e grupos de interesse em choque, todos inseridos numa conjuntura social moldada pelo tempo e espaço. E tudo isso precisa estar claro ao pensar os direitos humanos. Cabe, então, a redução dos níveis de impunidade.

Não nos parece que o autor defenda um Estado controlador, uma vez que nos mostra como os altos índices de violência coexistem com a força policial, também violenta. A punição não se apresenta como solução, não da maneira como tem sido praticada, arbitrariamente.

Quando agimos assim, de forma discriminatória, temos deturpado a ação do Estado, fazendo dele um vingador dos sujeitos e não garantidor de igualdades. Daí, outro tema que nos aponta Lopes (2000) é a dignidade, como a concebemos sempre que tratamos de direitos humanos.

O autor destaca duas linhas de compreensão da dignidade: uma como um objeto ideal, um valor que prescreve a maneira de ser, e a outra, baseada nas ideias de Kant, associada aos costumes e à liberdade. A primeira, por prescrever uma maneira de ser, gera a estratificação social, entre aqueles que alcançam os parâmetros que definem a dignidade e aqueles que não. Já na segunda concepção, a dignidade associa-se a “*capacidade de agir humanamente, e agir de maneira humana é agir livremente, deliberando, escolhendo seus planos e seus fins*” (LOPES, 2000, p. 86). Acrescenta ainda o autor:

Os seres humanos devem reconhecer-se como fins em si mesmos, devem reconhecer a humanidade em si e nos outros. Este reconhecimento recíproco da dignidade de cada um é o *respeito*. Respeito significa uma espécie de amor impessoal, “não patológico”, como diz o mesmo Kant. (LOPES, J. R. de L.: 2000, p. 86)

Aponta Lopes (2000) que a dignidade na perspectiva kantiana é atravessada pela consideração do outro, do convívio entre as liberdades individuais dos sujeitos. Sujeitos estes capazes de internalizar criticamente regras, imperativos e leis. A dignidade humana advém, portanto, da capacidade de ser livre não do modo de vida. Assim, entende-se a autonomia, como a capacidade de estar livre escolhendo um plano de vida, uma identidade, etc.

Para Nancy Fraser⁹ (1997 apud LOPES, 2000, p. 91) há dois tipos de direitos: os de *redistribuição* e os de *reconhecimento*. A distinção se dá pelas políticas de identidade. Segundo Lopes (2000), os direitos de redistribuição associam-se as desigualdades econômicas, já os direitos de reconhecimento às injustiças sociais. Para ele, os direitos de redistribuição respondem à desigualdade material, portanto, a má distribuição da riqueza. Já os direitos de reconhecimento têm um *status* específico, a de proteger certas identidades da violência e opressão e de salvaguardar suas expressões. Ou seja, traz em seu bojo, o sentido de liberdade e autonomia.

No primeiro momento, trata-se de garantir a simples sobrevivência do diferente e para isto valem os mecanismos jurídicos do direito penal, como criminalizar os atos de extermínio, isolamento e violência. Neste momento, o discurso justificador pode refletir-se nos direitos universais de vida e liberdade. (LOPES, J. R. de L.: 2000, p. 93)

Juntamo-nos ao autor ao ponderar que o movimento LGBT, definido em seu texto como *movimento gay*, torna-se um bom exemplo para os conteúdos em questão. O movimento, historicamente, clama por direitos de reconhecimento, desde o interesse por

⁹ FRASER, Nancy. *Justice interrupts*. Nova York/Londres: Routledge, 1997.

constituir famílias homoparentais à reivindicação da criminalização da homofobia, ou seja, pelo direito à liberdade de manifestar a sexualidade e expressar as múltiplas identidades.

Ainda que a hostilidade à cultura dos direitos humanos, pela impunidade seletiva e a falta de sensibilidade à diferença ocorra no Brasil, não é exclusividade deste país, como nos fala Lopes (2000).

2.2.6 Direitos humanos no Brasil segundo Baptista, Pinheiro e Mesquita Neto

Myrian Veras Baptista (2012) pondera que no Brasil a atenção pelos direitos humanos tem início na década de 1930, momento em que o país passa por várias mudanças, como a formação sindical, a consideração dos direitos sociais e individuais atrelados ao trabalho, à industrialização nacional, etc.

Segundo Baptista (2012), alinhada à Coimbra, Lobo e Nascimento (2008), já na ditadura, a repressão militar e sua resistência à contramão representaram elementos a partir dos quais a sociedade brasileira e os movimentos sociais esperavam e concebiam os direitos humanos, que culminaram na Construção da constituição de 1988. Uma Constituição que estabelece valores, princípios e fins para o Estado e suas políticas, com base nos direitos fundamentais a pessoa humana.

Contudo, afirma a autora, a Constituição de 1988 fora uma produção dentro da “hegemonia neoliberal, cuja ideologia é expropriadora dos direitos sociais e joga na competição selvagem do mercado o destino de milhões de pessoas”. (BATISTA, 2012, p.186). Assim, estabelece-se o Estado mínimo para proteção dos direitos.

Pinheiro e Mesquita Neto (1997) pontuam que na década de 1960 e 1970, por conta de ações arbitrárias do governo e do regime autoritário, começaram as reivindicações pelos direitos humanos, foi quando começaram as primeiras comissões de direitos humanos. Denunciavam as torturas por conta dos presos políticos. Contudo, esse cenário de reivindicações se transforma, muda o regime e os atores, entramos num regime democrático, e não são mais os presos políticos em questão.

Tais autores ponderam que a alta violência nas décadas de 1980 e 1990 fez gerar um movimento contrário, um retrocesso, para a conquista dos direitos humanos. Nesse momento são os marginalizados que estão nas prisões e para eles não há porque defender tais direitos, assim era concebido os direitos humanos e os discursos a respeito. Associamos aqui uma das perspectivas de concepção de dignidade que Lopes (2000) nos traz. A dignidade é a adequação em parâmetros que moldam a estratificação social, daí, sujeitos não dignos não carecem de direitos.

Segundo Pinheiro e Mesquita Neto (1997), em 1988, aprovamos a nova constituição, cinco anos mais tarde acontece a Conferência de Viena, evento em que o país teve um papel ativo afirma os autores. Sendo assim, comprometiam-se com os direitos universais, assumindo a responsabilidade do Estado.

Para os autores, isso significa que não somente o governo, mas a sociedade civil passava a ter como base, além da Constituição Federal, os direitos internacionais. Não se tolerava mais o desrespeito aos direitos humanos. O governo federal não mais negligenciou ou se omitiu, ainda que em alguns casos nada tenha feito.

De acordo com Pinheiro e Mesquita Neto (1997), em 1996, é lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos, o primeiro para proteção e promoção dos direitos humanos na América Latina e o terceiro no mundo. Relatam-nos que o programa representou um esforço suprapartidário que envolveu vários setores da sociedade civil e política.

O programa continha 228 propostas de ações do Estado para proteger e promover os direitos humanos no Brasil, segundo eles, representando uma nova concepção de direitos, universais e indissociáveis, concebidos entre Estado e sociedade civil, baseados na Constituição e nos tratados internacionais.

Num contexto de multiplicação de movimentos sociais, como as paradas LGBT, e de algumas transformações políticas no Brasil, ainda que estas sejam modestas, se comparadas aos números dos eventos, cabe uma análise das concepções de direitos humanos que tais manifestações trazem em seu bojo.

Tanto os que vão à parada por motivos lúdicos quanto àqueles que são motivados pelas questões de ordem política, todos estes juntos constituem uma força política, apesar de toda a heterogeneidade que há no interior da multidão. Esta última que, assim como os Direitos Humanos, traz todas as tensões da relação Indivíduo e bem comum, tal como nos pontua Prado (2003). Assim, multidão e direitos humanos, representam objetos de análise para a psicologia política.

2.2.7 DH, Psicologia Política e Sexualidade segundo Stralen, Mott e outros

Stralen (2003) pondera que as novas referências identitárias colocadas pelo discurso dos direitos humanos tornam os direitos humanos uma questão para a psicologia política, tanto para compreensão as identidades coletivas, quanto para associar a ação social com os processos psicossociais.

Mengozzi (1986, *apud* Stralen, 2003) nos relata que não há um consenso se tratando da natureza dos direitos humanos, apresentando ele, três concepções, a saber: 1. A visão de

que os direitos humanos são direitos naturais, que como tais devem ser reconhecidos pelo Estado; 2. A visão que direitos humanos são direitos subjetivos concedidos pelo Estado aos Indivíduos e, entre tais concepções, 3. A visão que os direitos se baseiam num contrato social, expresso na Constituição, entre as diversas forças sociais e políticas.

Stralen (2003) ainda nos apresenta que os direitos humanos contemplam um conjunto de direitos distribuídos em civis (liberdade pessoal, de pensamento, de religião), políticos (liberdade em se organizar em partidos, direito ao voto e ser votado) e sociais (direito ao trabalho, à saúde, à proteção contra a miséria, etc.).

Assim, tratar de direitos humanos e sexualidade a partir das concepções de participantes das paradas do orgulho LGBT e de uma análise psicopolítica, proposta de nosso estudo, é pensar em como os direitos civis, políticos e sociais estão postos e salvaguardados para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros na contemporaneidade, numa sociedade plural.

[Mesmo avançando em alguns temas, ainda] hoje vivemos um momento em que a dogmática sexual ainda está constitutivamente associada a um tripé formado pela defesa: a) da associação entre sexualidade, conjugalidade e reprodução; b) do casal exclusivo e o mais homogâmico possível em termos raciais, classistas, religiosos, educacionais, etc.; e c) de normas de gênero que cartesianamente impõem fenotípia e (auto)representação masculina para homens e feminina para mulheres, respectivamente. (MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D.: 2012, p. 413)

Tonely (2008) relata que as discussões sobre os direitos sexuais são evidenciadas no ano de 1994 a partir da *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento* no Cairo, abordando temas como saúde reprodutiva, controle de natalidade e sexualidade, compreendendo sexo, identidades, papéis de gênero, orientação sexual, prazer, erotismo, intimidade e reprodução. Em 1997, aponta a autora, acontece a *XIII Congresso Mundial de Sexologia* em que lançam a Declaração de Direitos Sexuais. Três anos mais tarde ocorre o *XV Congresso Mundial de Sexologia*, evento em que aprovaram emendas à declaração, com proposições ligadas à liberdade sexual. Liberdade que abarca todas as formas de amar, sem discriminação por sexo, gênero, idade, raça, classe social, religião e deficiência. Entendem-se os direitos sexuais como direitos humanos universais baseados na liberdade e dignidade de todos os seres humanos.

Os direitos sexuais, na perspectiva dos direitos humanos, correspondem à experiência da sexualidade e da liberdade sobre o corpo e o sexo. Sendo assim, também vai ao encontro da autolegislação da vontade livre que Lunardi (2011) nos apresenta. Posto que a vulnerabilidade da população LGBT seja uma preocupação à conquista e efetivação dos

direitos humanos, seu combate dar-se-á através da resistência face à opressão que torna os sujeitos vulneráveis. Ou seja, a liberdade em manifestar a sexualidade, tomando sob qualquer julgamento, é uma resposta à opressão. Assim como nos aponta Jurandir Freire Costa.

Tonely (2008) pontua que, em 2003, a diplomacia brasileira avança nas proposições internacionais pelos direitos de homossexuais apresentando na 59ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU uma resolução denominada “Direitos Humanos e Orientação Sexual”, contudo, muçulmanos e católicos foram contrários e não fora aprovada.

Convém mencionar que entre 6 e 9 de novembro de 2006, um grupo de especialistas em legislação internacional de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero se reúne em Yogyakarta, na Indonésia, para elaboração e aprovação de princípios internacionais que versem sobre o cuidado daqueles que sofrem com o assédio, discriminação, exclusão, estigmatização e preconceito por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Princípios como o direito ao gozo universal dos direitos humanos; o direito à igualdade e a não discriminação; o direito ao reconhecimento perante a Lei; o direito à vida, à segurança pessoal e à privacidade; o direito de não sofrer privação arbitrária da liberdade; o direito ao trabalho; o direito à educação, etc. Foram 29 representantes especialistas de 25 países, dentre eles, uma brasileira, Sonia Onufer Corrêa, pesquisadora associada da Associação Brasileira interdisciplinar de AIDS (ABIA) e co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política.

No documento produzido pela Organização das Nações Unidas, a partir da reunião, os especialistas apontaram um conjunto de recomendações aos Estados quanto à adoção de leis, à implementação de ações, à incorporação de princípios, à garantia de mudanças, entre outras. É sabido de que alguns dos princípios já estão presentes em outras declarações e acordos internacionais, como o direito ao trabalho e à habitação adequada, entretanto, os princípios de Yogyakarta compreendem as especificidades da população vulnerabilizada pela orientação sexual e identidade de gênero, tidas como agravantes no acesso dos direitos humanos.

Tonely (2008) nos conta que em 2008 foi organizado na cidade do México um congresso intitulado Compreendendo a homossexualidade, realizado pela organização Renascer, cujo objetivo era promover o tratamento da homossexualidade, com convidados cristãos que acreditavam na reorientação por terapia, tal como recomendava a *National Association for Research and Therapy of Homosexuality* (NARTH), nos Estados Unidos.

Nesses eventos, em associações e junto aos governos e organizações internacionais sempre podemos observar a participação de religiões que se manifestam, formando um lobby

que trava os acordos acerca dos direitos sexuais e do combate à discriminação por orientação sexual (Tonely, 2008).

Lionço (2008), ao abordar o direito à saúde da população LGBT, discute algumas questões de direitos humanos. Sob a ótica dos direitos sexuais e reprodutivos, a autora define que os direitos humanos da forma como são entendidos preveem a universalidade e a igualdade, logo, mediante os contextos de vulnerabilidade e situações de desigualdades, são bem vindas políticas e ações que visem a equidade.

Informa-nos a autora que a população LGBT apresenta suas particularidades, enfrentando barreiras na conquista dos direitos humanos e que a necessidade de políticas específicas já foi apontada em 2004 a partir do programa do governo federal *Brasil sem Homofobia – Programa de combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual*.

Em se tratando de Brasil, Mello, Brito e Maroja (2012) rememoram as principais ações ocorridas nos últimos anos em prol da população LGBT. Relatam que, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, a primeira versão do *Programa Nacional dos Direitos Humanos* - PNDH, de 1996, não fazia nenhuma alusão a população LGBT, sendo somente em 2002, com o PNDH 2, que foi inclusa a leitura de orientação sexual como uma dimensão da garantia do direito à liberdade, à expressão e opinião. Os autores associam as principais ações ligadas ao governo Lula, o qual foi cenário de diversos feitos, dentre eles: I Conferência Nacional LGBT, em 2008; o *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* – PNDCDH-LGBT, em 2009; a criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010 e a implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil.

Para eles, tais programas e ações representam uma atenção às políticas públicas voltadas à população LGBT, bem como, a necessidade de se combater a homofobia e a discriminação. Contudo, acreditam que tais iniciativas configuram-se em políticas de governo e não de Estado, estando elas suscetíveis a mudanças e interesses políticos, como a resistência de grupos religiosos fundamentalistas.

Mello, Brito e Maroja (2012) apontam alguns problemas-chave na efetivação dos direitos humanos de LGBT, entre eles, a ausência de arcabouço jurídico que legitime a formulação e aplicação de políticas públicas voltadas à garantia da cidadania de tal população. Os avanços tem se dado através de normas, que não carregam a mesma forma que uma lei. Nota-se, portanto, uma lentidão e resistência do legislativo em avançar nesses temas.

Em se tratando de saúde, cabe mencionar que assim como o histórico de luta e resistência do movimento homossexual, os discursos sobre os direitos sexuais, associam-se à epidemia da AIDS, quando era preciso por em voga assuntos tabu em nossa sociedade. Os direitos sexuais dizem respeito ao acesso à informação, a atenção do serviço público, às práticas de saúde, etc.

Lionço (2008) comenta sobre o direito à saúde integral, em que há a necessidade de um redimensionamento dos direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que da forma como são concebidos, não contemplam todos os indivíduos. Para a autora, cabe a desnaturalização, bem como a recusa à medicalização da sexualidade. Alinha-se às ideias *queers* ao propor questionamentos da lógica heteronormativa e da linearidade em determinar o sexo e o gênero.

O reconhecimento de que a reprodução da espécie deixa de ser o motivo e o fundamento da relação sexual, concebida finalmente como prática humana imersa na lógica do prazer e da cultura, é fundamental para que se possam democratizar os direitos sexuais e reprodutivos. A universalidade do direito à saúde requer que se proponham estratégias de acolhimento e atenção específicas, de acordo com as particularidades dos sujeitos que buscam os serviços de saúde. Implica a compreensão de que a orientação sexual e a identidade de gênero são determinantes que estão articulados a outros condicionantes, tais como classe social, idade, cor e etnia. Implica também incluir discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero nos currículos de formação dos profissionais da saúde, bem como atualização mediante processos de educação permanentes. (LIONÇO, T.: 2008, p.18)

A problematização de temas como sexualidade, gênero, identidade e orientação sexual faz-se necessária uma vez que muitos desconhecem seus conceitos e porque tratá-los na dinâmica social. Ora, se o SUS, por exemplo, atende uma população com algumas especificidades históricas e sociais, é preciso que saiba como reconhecê-las. Assim, Lionço (2008) defende que haja políticas específicas que informe e forme conhecimento quanto às estratégias que objetivem a equidade.

Fatos mais recentes como o reconhecimento de uniões estáveis entre parceiros do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal (2011) expandem o campo para aquisição dos direitos humanos. Em termos oficiais, abre jurisprudência para que se repita o mesmo julgamento em outros casos. Além disso, nossa Constituição dita que toda união estável deve ser favorecida a transformar-se em casamento. Entretanto, concordamos com Maria Berenice Dias (2010) de que o casamento deve ser uma escolha de cada um, sem a necessidade de incentivo de outrem.

Para Berenice Dias (2010), a união entre pessoas do mesmo sexo reproduz o calvário daqueles que reivindicavam o reconhecimento das uniões extramatrimoniais – concubinato-,

pois não se identificava como família sem que houvesse o casamento. Endossamos a ideia da autora ao dizer que negar o caráter de família às uniões entre pessoas do mesmo sexo é uma violência simbólica.

Concordamos com Mott (2006) ao defender que “*direitos sexuais e direitos afetivos também são direitos humanos, e o impedimento de homossexuais se casarem fere gravemente o direito à felicidade conjugal*” (MOTT, 2006, p. 518). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela a partir do Censo de 2010, que já são mais de 60 mil parceiros do mesmo sexo vivendo juntos. Ou seja, é inquestionável que os direitos de LGBT sejam reconhecidos, posto que os direitos humanos sejam universais e inalienáveis.

Para Mott (2006), a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo representa uma conquista importantíssima para a liberação homossexual, uma vez que, entre outras coisas, representa uma segurança social e legal, o direito a fantasia, um costume, uma aspiração e até uma estratégia de bem estar, proteção à vulnerabilidade.

Em 2012, segundo Jéssica Freitas da *Agência do Estado* (2012), ocorre o primeiro casamento civil entre homossexuais na cidade de São Paulo, maior cidade brasileira. O evento ocorreu no cartório de Itaquera, zona leste do município, após 10 anos de união. Segundo Berenice Dias, na matéria supracitada, cartórios de Alagoas, Paraná, Piauí e Sergipe já concedem tal habilitação, contudo, a norma de São Paulo tende a incentivar outros estados.

No final do mesmo ano, William Castanho do *Estado de São Paulo* (2012) relata que, em 60 dias, todos os cartórios do Estado de São Paulo teriam que obrigatoriamente habilitar homossexuais para o casamento civil. Ou seja, não carecendo mais do registro de união estável.

Em 2011 ocorreu o primeiro casamento homoafetivo no interior de São Paulo, na cidade de Jacareí, aponta Scorsolini-Comin (2011). Tal fato firma-se por intermédio da lei 9.278 de 1996, que dispõe em seu artigo 8º: “*Os conviventes poderão, de comum acordo e a qualquer tempo, requerer a conversão da união estável em casamento, por requerimento ao Oficial do Registro Civil da Circunscrição de seu domicílio*”. Cabe pontuar que, ainda que não se preze pelas normativas que reconhecem a família, muitas vezes é através delas que se avança na conquista dos direitos humanos.

A adoção de crianças por casais homoparentais também é uma das pautas postas como direitos humanos para população LGBT. Refere-se ao direito em constituir família e de relacionar-se afetivamente com quem queira dividir um projeto social de vida. Dias (2010) relata que em 2006 a Justiça gaúcha reconheceu a adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo, sendo um avanço em não obrigar apenas um a solicitar a adoção.

Renata Baptista da *Agencia Folha* (2006) relata que um casal de homens no interior de São Paulo, Catanduva, iniciou um processo de adoção em 1998. Sete anos depois, em 2005, um deles adotou em seu nome uma menina e no ano seguinte solicitam o reconhecimento de paternidade do outro pai. Assim, uma juíza de Catanduva concede um parecer favorável à adoção e se efetiva a primeira adoção por homossexuais homens.

O primeiro direito de adoção concedido a homossexuais, solicitado enquanto casal ocorreu no Sul envolvendo um casal de lésbicas, afirma Berenice dias na matéria em questão.

Em 2012, o programa televisivo *Fantástico*, da Rede Globo, noticia que o casal de Catanduva adota a segunda filha, desta vez diretamente no nome dos dois, e descobrem que a menina é irmã biológica da primeira filha.

Maria Berenice Dias, advogada especializada em Direito Homoafetivo e Direito das Famílias e Sucessões, num artigo publicado em seu site, relata que a Lei 12.010/09, conhecida como a Lei Nacional da Adoção, assume um viés conservador ao deixar de admitir expressamente a adoção por famílias homoafetivas. Pondera que além de preconceituosa e discriminatória, contém duas falhas de inconstitucionalidade: cerceia a pessoas que se relacionam homoafetivamente o direito constitucional à família e não garante a crianças e adolescentes o direito à convivência familiar.

A *Carta Capital* publicou, em 25 de março de 2013, que, de acordo com a Agência *France Press*, milhares de pessoas foram às ruas contra projeto de lei que legaliza a união e adoção por casais do mesmo sexo. Protesto semelhante ocorreu no mesmo país em janeiro, liderado por religiosos católicos. Segundo o portal da revista *Exame*, o projeto de lei de 2012 fundamenta-se em pesquisas recentes as quais apontam que 58% dos franceses apoiam o casamento homossexual e 48% a adoção por casais do mesmo sexo. Na mesma matéria revelam um retrocesso conservador, uma vez que pesquisas no ano anterior traziam outros dados, em que 63% dos franceses apoiavam o casamento entre homoafetivos e 56% a adoção de crianças por homossexuais.

No Brasil temos como exemplo as marchas para Jesus, que têm pautado discursos contra a união homoafetiva, contra o projeto de lei que criminaliza a homofobia, contra a adoção por casais do mesmo sexo, etc. Para Ricardo Galhardo (2011), do portal *iG*, a marcha para Jesus se transformou num ato contra a união homoafetiva, de afronta ao STF (Supremo Tribunal Federal) e ameaças de líderes religiosos à políticos.

Quanto à vulnerabilidade dessa população, Lionço (2008) relata que aos finais da década de 1990 cria-se o Disque Defesa Homossexual no estado do Rio de Janeiro, o qual deu

visibilidade a tipos de violência que não apareciam nas mídias, trouxe a baila uma homofobia silenciada.

(...) passou-se a reconhecer o caráter amplo e silencioso da homofobia, que emerge como prática discriminatória que atravessa campos cotidianos da vivência de GLBT, como a família, a vizinhança, a escola e o trabalho, partilhando agressor e vítima da mesma rede social, na maior parte das vezes. (LIONÇO, T.: 2008, p.14).

Diversos autores, como Mott (2006) e Ramos (2011), relatam como homossexuais experenciam a discriminação diferentemente de outras minorias. Não se trata de comparar sofrimentos ou de subjugar ou enaltecer a opressão de cada um deles, contudo, há de se pontuar algumas particularidades. A população LGBT nunca fora maioria como as classes menos abastadas, é altamente desvalorizada, ridicularizada e desacreditada socialmente por fundamentalistas religiosos, nunca teve o mesmo respaldo institucional que o movimento operário e não se identifica com o modelo heteronormativo de seu núcleo familiar, aliás, em muitos casos, o preconceito e violência ocorrem na esfera doméstica.

Lionço (2008) acredita que a discriminação, a afronta à dignidade da pessoa humana e o desrespeito aos direitos fundamentais compromete outros direitos, como o direito à saúde, uma vez que o sujeito ou grupo vítima dessa discriminação e violência muitas vezes são acometidos por sofrimentos psíquicos, abuso de álcool e outras drogas, incluindo as lícitas, como cigarros e medicamentos antidepressivos.

Mott (2006) relata que nos primeiros séculos da história brasileira os homossexuais foram perseguidos e vítimas da inquisição. A homossexualidade, pensada através do paradigma judaico-cristão era entendida como o pecado da sodomia. Segundo o autor, somente próximo a nossa independência que a prática homoafetiva deixa de ser crime, quando à época de Napoleão, nosso Código Penal, de 1823, descriminaliza o amor entre pessoas do mesmo sexo, fato que representou o primeiro passo na conquista dos direitos humanos e cidadania para população LGBT.

Contudo, acrescenta ele, que só após um século e meio da descriminalização que a homossexualidade passa a ser proclamada como legal (tanto no sentido de legalidade, quanto de afirmação das formas de ser), quando aos finais do século XX surgem associações, como o Grupo Gay da Bahia (1985), e iniciativas, como uma lei municipal que proíbe a discriminação de homossexuais (1990).

Foi também na última década do século XX, que o movimento LGBT ganha visibilidade, no momento em que surgem as paradas do orgulho homossexual, inspiradas no

modelo americano. E na primeira década do século XXI, especificamente em 2004, mais um avanço na conquista dos direitos humanos: A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República lança o *Programa Brasil Sem Homofobia – Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais, e de Promoção da Cidadania Homossexual*, com mais de 50 ações afirmativas para população LGBT, afirma Mott (2006).

A violência vivida no cotidiano é aquela cerceia a liberdade e a dignidade humana, logo fere um direito humano, a do indivíduo viver em dignidade. Vivemos hoje uma realidade triste para a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil e no mundo. Suicídios de jovens, punição e até pena de morte em algumas nações, assassinatos, etc. No cenário brasileiro notamos o alto índice de violência direcionada a outrem motivada pela homofobia.

Convém insistir num ponto: não se trata esses assassinatos de crimes comuns, fruto de assalto ou bala perdida, nem de “crimes passionais” como as páginas policiais costumam noticiar. São *crimes de ódio*, em que a condição homossexual da vítima foi determinante no *modus operandi* do agressor. Portanto, “crime homofóbico”, motivado pela ideologia preconceituosa dominante em nossa sociedade machista, que vê e trata o homossexual como presa frágil, efeminado, medroso, incapaz de reagir ou contar com o apoio social quando agredido. Tais crimes são caracterizados por altas doses de manifestação de ódio: muitos golpes, utilização de vários instrumentos mortíferos, tortura prévia. Em nosso país, vergonhosamente, a homofobia tem inspiração e se legitima no próprio discurso oficial de personalidades de grande destaque institucional na elite brasileira. Que o leitor faça seu próprio julgamento dessas abomináveis declarações de ódio, desprezo e estímulo à violência anti-homossexual registradas em plena virada do terceiro milênio: seus autores também são responsáveis por tais crimes. (MOTT, L.: 2006, p. 514)

Tais declarações que Mott (2006) nos fala diz respeito a uma desvalorização/desqualificação social dos sujeitos homossexuais. Exemplos disso são os discursos de líderes religiosos fundamentalistas que julgam tais indivíduos como impuros, pecadores, degenerados, etc.

Segundo o Grupo Gay da Bahia – GGB (2012) o número de assassinatos de homossexuais aumentou 27% no Brasil neste ano que passou. De acordo com o levantamento, foram 338 assassinatos motivados por homofobia em 2012 respondendo a 44% do total de execuções em todo o mundo, conferindo ao Brasil o título de país em que mais homossexuais são assassinados. Isso quer dizer que quase todos os dias um homossexual é morto em nosso país devido à intolerância e o ódio.

Dessa população, segundo o GGB, as principais vítimas são travestis e transexuais. Mesmo sendo os Estados Unidos um país mais populoso que o Brasil, em 2011, foram 15

assassinatos de travestis em terras norte americana, ao passo que registramos 128 execuções de pessoas trans nas regiões brasileiras. Atesta ainda que o nordeste é a região mais violenta, não sendo observada nenhuma relação com desenvolvimento econômico, educação, religiosidade, etc.

Em se tratando de violência cabe mencionar que muitos casos nem são registrados, devido a um silenciamento dos sujeitos violentados, seja pelas represálias sociais ou por suas subjetividades em optar em não fazer as denúncias, também influenciadas pelos contextos que as cercam. Além disso, há os casos de suicídio, estes dificilmente são expressos em números. O relatório do GGB aponta que suicidas homossexuais também são considerados vítimas da homofobia, uma vez que o suicídio é consequente à baixa autoestima, bulling e etc. Atesta que 44% desses mortos tinham menos de 30 anos e 8% mais de 50.

Outro levantamento é o da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), iniciativa pioneira na América Latina, em que o governo federal divulga dados oficiais da homofobia no país, a partir de denúncias feitas junto ao poder público, através dos disque-denúncias. Segundo Calaf, Bernardes e Rocha (2011), as informações levantadas apontam para urgência em lidar com questões graves em nossa sociedade.

No relatório organizado pela SDH-PR (BRASIL, 2011) encontramos alguns números referentes à homofobia em 2011. Ainda que consideremos a subnotificação devido os entraves que limitam as denúncias, cabe destacar os altos números que revelam um cenário de grave violência homofóbica: foram denunciadas 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Foram mais de 18 denúncias por dia de violação dos direitos humanos de cunho homofóbico em 2011.

De acordo com o relatório (BRASIL, 2011), os estados com maior incidência foram São Paulo (1.110), Minas Gerais (563), Rio de Janeiro (518), Ceará (476) e Bahia (468). Contudo, se relativizado pela população de cada localidade, destaca-se o Piauí e o Distrito Federal como as unidades federativas com maior índice de denúncias homofóbicas. Quanto aos locais de ocorrência das agressões destacam-se as violações em casa (42,0%) e na rua (30,8%), seguidas das ocorridas em instituições governamentais (5,5%) e locais de trabalho (4,6%). Quanto à faixa-etária dos relatores 47,1% tinham entre 15 e 29 anos. Com relação aos principais tipos de violação, 42,5% dos casos registrados foram de violência psicológica; 22,5% de discriminação; e 15,9% violência física.

Em se tratando do sexo biológico, o levantamento atesta que 67,5% das vítimas se identificaram como sendo do sexo masculino; 26,4% do sexo feminino; e 6,1% não

informaram sexo. A respeito de quem pratica a violência, em 61,9% dos casos o agressor é próximo da vítima, um conhecido, em destaque, familiares (38,2%) e vizinhos (35,8%). 29,4% dos agressores são desconhecidos. Com relação ao sexo dos suspeitos e o grau de relacionamento entre vítima/agressor, o levantamento traz informações interessantes. Praticamente equiparam-se os sexos dos suspeitos de agressão, sendo homens 49,6% e mulheres 42,9% dos agressores. Paralelamente a isso, nota-se que um maior índice de agressão por conhecidos é realizado por mulheres, ao passo que as agressões de desconhecidos são mais exercidas pelos homens. Isso nos remete as construções sociais de gênero, em que se institui à mulher a responsabilidade pelo privado e ao homem o público.

Tais dados da homofobia no Brasil, revelados pelo Grupo Gay Da Bahia e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, mostram um pouco da realidade opressora da qual a população LGBT é vítima. Os números trazem em seu bojo como temos tratado dos direitos humanos no Brasil. Ainda que se reconheçam os avanços através de políticas e programas do Executivo ou de ações do judiciário, o cenário não nos parece alinhado aos princípios dos direitos humanos, desde o cumprimento de parâmetros internacionais ao atendimento das especificidades de grupos minoritários, as quais num sistema democrático devem ser consideradas.

Aliás, cabe pontuarmos nesse estudo um fato que mobilizou coletivos mundo a fora em defesa dos direitos humanos. A escolha do Pastor Marco Feliciano para Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), no dia 07 de março de 2013, gerou uma série de mobilizações e protestos em diversas cidades brasileiras e fora do país. Pelas redes sociais (facebook, twitter, etc.) grupos se organizaram e foram às ruas com palavras de ordem do tipo “Não nos representa”. Isso porque o deputado eleito é conhecido por comentários e opiniões preconceituosas, homofóbicas e racistas. Logo, a contestação posta é de como tal deputado poderia presidir uma comissão que tem como atribuição o cuidado, a proteção e promoção de minorias excluídas do poder e marginalizadas historicamente.

A CDHM foi criada em 1995, na esteira do processo de redemocratização do país iniciado em 1985, quando as instituições passaram a ser mais permeáveis e sensíveis aos direitos humanos, o que foi intensificado com a participação do Brasil na Conferência da ONU sobre Direitos Humanos em Viena (1993). A Câmara dos Deputados teve um papel destacado no processo de incorporação dos direitos humanos na ordem político-jurídica, desde o período da resistência à ditadura militar, na aprovação de tratados e convenções internacionais e, depois de 1995, por meio da atuação da CDHM. (Portal da Câmara dos deputados)

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da câmara dos deputados, recebe conforme informa em seu portal, anualmente denúncias de violações aos direitos humanos de indígenas, migrantes, homossexuais e afro-descendentes. Daí, não nos parece lógico, como para os manifestantes, que um fundamentalista religioso, com opiniões preconceituosas, trate de tais temas, uma vez que afirma um discurso cristalizado que marginaliza sujeitos e formas de ser, ou seja, que reforça as opressões contidas nestas denúncias. Fere também a laicidade do Estado.

A união homoafetiva e o casamento, a adoção de crianças por famílias homoparentais (casais de pessoas do mesmo sexo), a homofobia e a criminalização da violência são alguns dos temas que atravessam os direitos humanos de LGBT. Pensá-los sob a ótica do particular *versus* universal, a partir da perspectiva dos direitos de reconhecimento e sob a leitura kantiana da razão prática – autolegislação da vontade livre – deve ser uma tarefa de acadêmicos, gestores públicos e sociedade civil. Vejamos adiante o que as análises apontam a partir das informações levantadas nesse estudo.

3 DE ONDE E COMO AS ENTENDEMOS (Segunda parte)

Nessa seção apresentamos nossa perspectiva epistemológica, apontando como entendemos as concepções que apresentamos em nosso marco teórico e como elas correlacionam-se às opiniões de nossos respondentes. Mostramos de que lugar advém a presente pesquisa, considerando alguns elementos da ciência e do senso comum.

Aqui indicamos nosso campo de constituição do estudo: a psicologia política como abordagem interdisciplinar para pensar a mudança social e a participação política e as paradas do orgulho LGBT como escopo para análise de concepções que se reforçam e se transformam em espaços de ruptura do cotidiano.

Falamos, assim, de nossa metodologia de pesquisa e dos recursos técnico-teóricos de análise e de algumas características do movimento social supracitado.

3.1 PSICOLOGIA POLÍTICA E AS PARADAS DO ORGULHO LGBT

Seguirão algumas referências sobre o campo de estudo no qual nos inserimos enquanto pesquisadores, onde traçamos e constituímos nosso referencial teórico e tecemos nosso produto acadêmico, a presente dissertação de mestrado. Para que possamos expressar o que venha a ser uma análise psicopolítica, pontuamos também, a partir de autores que versam sobre a psicologia dos movimentos sociais, alguns conceitos sobre as paradas LGBT.

3.1.1 A psicologia política e seu campo de análise

Alessandro Soares da Silva (2012a) traz em sua tese de livre docência um levantamento teórico sobre a Psicologia Política e sua contribuição para estudos sobre os movimentos sociais e as políticas públicas. Pontua ele que o fazer e pensar psicopolítico é “geneticamente interdisciplinar”, uma vez que as diversas teorias sobre movimentos e ações populares dos séculos XIX e XX são oriundas da psicologia, sociologia, história, entre outros campos de conhecimento. O autor defende que a Psicologia Política, comprometida com a mudança social, rompe com o mítico paradigma da neutralidade científica.

Acrescenta Silva (2012a) que tal campo nasce, primeiramente a partir dos fenômenos de massa, das multidões e da tentativa de compreendê-los. E nessa empreitada em que Ciências Sociais em disputa buscam a compreensão dos sujeitos, da sociedade, da história, da humanidade, etc., as disciplinas não parecem mais responder a todos os anseios por respostas.

Daí a pretensão da Psicologia Política, enquanto campo interdisciplinar, em se constituir enquanto campo científico e de leitura da realidade.

Para ele, a literatura sobre movimentos sociais tem mostrado que as condições de insatisfação atuam como elementos chave, pois as necessidades e desgostos prolongados experimentados por coletivos sociais podem produzir invariavelmente uma reação social, a exemplo, o que Marx aponta, segundo Silva (2012a), quanto a Comuna de Paris, que visava à expropriação dos expropriadores, com transformações nos meios de produção, nas terras e no capital. O contexto de miséria e exploração fora um elemento que colocou o operariado como sujeito da história, a partir de uma revolução em resposta a realidade conjuntural.

Outro tema a se pensar nos movimentos sociais e suas respostas à realidade, aponta Silva (2012a), é a violência frente à opressão e desigualdade, em que autores a tratam como consequência da industrialização, por exemplo. O autor relata que as manifestações e distúrbios sociais possuíram sempre um caráter reivindicatório específico e que a violência tampouco era dirigida à sociedade indistintamente, seu alvo eram as classes mais abastadas e detentoras do poder.

A relação entre classes e grupos sociais é também pontuada por autores como Jurandir Freire Costa ao tratar da indiferença. Para Costa (1997), quando nos esquivamos de olhar para o outro, certamente acabamos por destruir aquilo que não temos coragem de transformar, pois precisamos do outro para mudar.

Assim concebe-se uma percepção da violência subjetiva que se objetiva na realidade. Para o autor, a nova sociedade global se tornou personagem de um mundo fantasma, vivemos num lugar que é internacional e, ao mesmo tempo, fictício. E sem as raízes e pertencimento, perdemos o sentido da história e do bem comum. No Brasil e em muitas partes do globo, as classes dirigentes ignoram os desfavorecidos, eis a primeira indiferença, que por sua vez pouco se importam com a vida das elites, segunda indiferença. Em meio a isso, a burguesia é acometida pela ansiedade, insegurança e sentimento de fracasso. Eleva-se o consumo de antidepressivos, as consultas terapêuticas, os *shopping centers*, os gastos com produtos e serviços que prometem a felicidade, essa é a terceira indiferença, das elites para com elas mesmas. É a incapacidade do olhar para outra coisa que não seja a si mesmo, atesta Costa (1997). O outro se perdeu nessa lógica da indiferença e quando não temos o outro não significamos a nós mesmos. Logo, não podemos mudar o que foge a nossa visão.

Assim, a Psicologia Política desponta como um campo compromissado com essa atenção às subjetividades em cena, desde a concepção social de algo, como a violência,

quanto à leitura dos contextos políticos e sociais contemporâneos e da construção de sujeitos coletivos, da formação identitária do “nós” como nos aponta Prado (2000).

Para Silva (2012a), a Psicologia Política nascente no século XIX, com autores como Sighele, Tarde e Le Bon, traz uma noção importante para concepção desse campo de saber, a leitura sobre as multidões e as massas, atrelada aos contextos que influenciavam na produção do conhecimento. A Psicologia Política da época defende, fora tecida cenário em que as massas e multidões passaram a ser compreendidas como roldanas dos contextos político. Ainda que as elites mantivessem seu espaço na condução social e no exercício do poder, eram as massas que propiciavam a leitura dos fenômenos sociais, a partir de aspectos subjetivos. Assim, as obras dos autores supracitados, versavam sobre elementos afetivos, acerca do inconsciente, etc., em estudos para além das análises socioeconômicas de Marx e Engels.

Prado (2000) relata que os primeiros trabalhos em Psicologia Política, iniciados em pesquisas sobre as “massas”, como a obra de Le Bon (1895), marcaram o estudo da composição dos sujeitos coletivos, e que:

(...) as ações coletivas como objeto de compreensão, pode ser entendida como um estudo das condições, sejam elas materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas, que são necessárias para a construção de uma identidade coletiva – NÓS – baseada na diferenciação de um elemento exterior. (PRADO, M. A. M.: 2000, p.154)

Desde tal perspectiva, a composição dos sujeitos coletivos, até a forma como o inconsciente aparece nas produções e estruturas sociais, é delimitado o campo de compreensão em que a Psicologia Política busca consolidar seus estudos.

Diante disso diversas correntes explicativas buscavam definir as multidões, e segundo Silva (2012a), definiam estas como compostas por loucos, marginais, criminosos, de alguma forma desacreditados pelas elites dirigentes. De forma que se justificava seu controle e opressão. Para Le Bon, ao contrário dos demais, a “*multidão não faz distinções intelectuais e absorve a todos por igual, independentemente de seus atributos culturais.*” (SILVA, 2012a, p. 36). Assim, não há um estrato social definido ou inato para a desordem, para a irracionalidade, enfim para as multidões. Uma qualidade que o autor pontua é altruísmo que a multidão propicia, uma vez que deixada de lado, a racionalidade faz do indivíduo um sujeito egoísta.

Dessa forma Silva (2012a) vai definindo e afirmando ser a Psicologia Política um campo de estudos que soa como uma contradição em termos, ou mesmo como algo paradoxal. Acrescenta que o olhar disciplinar impõe diversos limites à constituição da Psicologia

Política, sendo ela fruto de uma determinada maneira hegemônica de constituir o campo científico; de uma economia da ciência.

O autor, em sua rememoração histórica da constituição da Psicologia Política, nos traz diversos autores que discutem os temas atrelados a tal campo científico, contudo, não nos parece relevante pontuar nesse trabalho, uma vez considerados seus propósitos. Cabe mencionar que inúmeros pensadores e pesquisadores, sob diversas perspectivas, vêm trabalhando diretamente ou indiretamente com a Psicologia Política em várias partes do mundo. Assim, aponta o autor, há uma emergência de manuais que vão delineando o campo de estudo.

Carlos Barracho (2011) contextualiza os pensamentos e as ciências que dão base à Psicologia Política, primeiramente pontuando os caminhos da psicologia, quando esta nem era entendida como tal. Segundo o autor, foi no século XIX que surge a psicologia social por conta dos estudos de linguagem e interação. É quando, no final deste século, Gustave Le Bon publica a obra *Psicologia das Multidões*, obra pioneira na análise psicológica das massas.

Acrescenta ele que a política e os conhecimentos acerca do social, nunca foram pensados apenas isoladamente. Para o autor, os psicólogos e a própria psicanálise sempre debateram questões políticas relacionadas com a vida social, seja nas relações entre pessoas ou entre grupos, haja vista que assim como pensa Freud, o inconsciente também se projeta nas estruturas sociais. Logo, se há como pensar no sujeito que exerce a política dentro das estruturas sociais, também cabe o caminho inverso, em que olhemos para as estruturas sociais através da política enquanto ação dos indivíduos. Barracho (2011) diz que a Psicologia Política é uma expressão ambígua e depende do ponto de vista do observador ou do que está a falar. Para o autor, a Psicologia Política “*acentua o lado subjetivo da vida política, diferenciando-se assim, das ciências políticas e da sociologia política. (...) diz respeito à vida cotidiana, às atitudes, opiniões e representações sociais que os cidadãos têm perante a vida política.*” (BARRACHO, 2011, p. 60)

Feitas as considerações conceituais, o autor passa a explorar os temas que são compreendidos por tal campo interdisciplinar da produção do conhecimento. Movimentos sociais, comportamentos das massas, participação e ação política, autoritarismo, comportamento político e comunicação de massa, propaganda política e liderança política, todos esses são objetos de análise para a Psicologia Política, assevera Barracho (2011) em sua obra.

Quanto aos movimentos sociais, o autor discorre sobre o pensamento de Le Bon que, ao tratar das multidões, traz que os fatores afetivos e místicos exercem um papel maior do que

a razão numa revolução política. Para o autor, outra ideia interessante de Le Bon para a Psicologia Política é de que o perfil dos indivíduos vai inferir na realidade e desenvolvimento dos movimentos, alegando que os povos conservadores, por exemplo, que originam revoluções com maior violência, o fazem, pois não souberam evoluir lentamente para se adaptarem às transformações sociais, dessa forma, tendem a fazer bruscamente. Os movimentos sociais são também formas explicativas de como individualmente os sujeitos inserem-se nos coletivos a fim de atingir objetivos seus e coletivos.

Sobre a participação e a ação política, o autor destaca que teve início a partir de discussões acerca do processo eleitoral, mas que foi expandindo através de análises sobre o racismo, a xenofobia, etc. A participação, define, representa “*ações intencionais, legais ou não, desenvolvidas por indivíduos ou grupos com o objetivo de perpetuar ou questionar os diversos elementos que compõem a cena política.*” (BARRACHO, 2011, p. 89).

Elster (1990 apud Barracho 2011) defende que a importância da Psicologia Política se encontra ligada ao postulado do individualismo psicológico, ou ao atomismo do sujeito, como nos coloca Prado (2000), “(...), pois *os sujeitos coletivos foram se individualizando; o subjetivo tornou-se sinônimo de indivíduo, perdendo seu vínculo com o social, permitindo assim, que em diferentes projetos científicos da psicologia, o político estivesse sem sujeito, portanto reduzido a estruturas e objetividades (...)*” (PRADO, 2000, p. 154).

Barracho (2011) apresenta ainda que, para Sabucedo (1996), a Psicologia Política trata em seus estudos das crenças dos cidadãos, das representações, ou do senso comum da política, assim como o comportamento, por participação ou demissão, que afeta ou contribua para a manutenção de uma determinada ordem. Ordem essa que podemos associar ao contexto político que dada conjuntura social está inserida. “*diz respeito à vida cotidiana, às atitudes, opiniões e representações sociais que os cidadãos têm perante a vida política*” (Barracho, 2011, p. 60)

Em síntese, Barracho (2011) nos pontua que a psicologia política tem-se dedicado ao estudo de fenômenos cujos aspectos psicológicos são associados à política, em múltiplas perspectivas de análise, através do social, do grupal e do organizacional.

Sabucedo Cameselle (1996) aponta que a Psicologia Política por ser um campo de estudos interdisciplinar apresenta alguns obstáculos, pois faz conexões complexas e indiretas entre fenômenos políticos e psicológicos. Acrescenta que, portanto, dispõe de uma pluralidade de teorias que a embasa, bem como uma diversidade metodológica.

3.1.2 Psicologia dos movimentos sociais e as paradas do Orgulho LGBT

Machado (2013), em sua abordagem psicopolítica dos movimentos sociais, pondera a importância dada aos sentidos e não apenas às estruturas e significados.

(...) um olhar psicossocial nos parece relevante para tentar superar os hiatos que tradicionalmente se fazem entre estrutura e significado, e que demarca a diferença entre os enfoques da estrutura de oportunidades políticas, que enfatiza a influência estrutural sobre os processos identitários, e o da identidade coletiva em Melucci (1996), que não ignora os processos estruturais, mas enfatiza a produção de sentidos. (Machado, 2013:99)

Conforme apontamos (ORTOLANO, 2013), para Cantril (1941) a transmissão do contexto social depende dos sujeitos envolvidos, considerando as subjetividades individuais, haja vista que pessoas de perfis diferentes apresentam ideias correspondentes, semelhantes e dissociadas. Assim, reproduzimos a mesma racionalidade ao pensarmos os sujeitos coletivos. Ainda que haja uma uniformidade em transmitir a cultura de uma geração para outra, pontua o autor, as normas podem ser estímulos que o indivíduo vai eleger e tomar para si a seu gosto. Formas de se comunicar, modos de ver o mundo, vida familiar, paradigmas, crenças e costumes são alguns exemplos daquilo que os sujeitos podem ou não compartilhar.

Cantril¹⁰ (1941 apud ORTOLANO 2013, p.106) discorre sobre o processo de cristalização dos valores sociais nos indivíduos, os quais obtêm informações, dados e referências que conforme as crenças e ritos são determinantes para toda a vida do sujeito, se efetivando e tendo sentido pleno na vida adulta. Acreditamos que o sujeito coletivo que abordamos nesse estudo, participantes das paradas do orgulho LGBT, compartilha desse processo de cristalização de valores, sendo o evento um momento de ruptura.

A repetição cotidiana favorece o processo de cristalização, como no exemplo que Cantril (1941) nos traz a respeito da constituição da imagem do negro nas representações de um branco. Este quando repete, uma ou outra vez, que daquele deve-se manter a distância e que nele não se pode confiar, reforça um estigma e o valor atribuído vai se consolidando. Tais concepções também dependem de um aceitar pessoal do que se constrói, a partir de interesses próprios de cada um. E essa aceitação de padrões, afirma o autor, varia de acordo com a mudança e equilíbrio dos valores culturais.

Cantril (1941) relata que muitos padrões e valores são submetidos à revisão e que na nossa atual cultura a diversidade deles vem apoiada pelos meios de comunicação de massa,

¹⁰ CANTRIL, Hadley. *Psicologia de los movimientos sociales*. Madrid: Euramérica, 1969.

sendo a uniformidade de padrões em relação a questões políticas, sociais e econômicas uma exceção. As pessoas de um mesmo país, classe, família e comunidade não necessariamente pensarão da mesma forma em todos os assuntos. E o processo de interiorização de valores, defende o autor, ocorre muitas vezes sem que os indivíduos tenham consciência disso, assim, acrescentamos a perspectiva das construções/interiorizações cotidianas, em que a consciência do senso comum acessa os valores, crenças e estigmas cristalizados a partir de uma comunicação de massa.

Barracho (2011) refere-se ao comportamento político associado à comunicação de massa. Essa massa é entendida a partir de um processo, entre o século XVIII e XIX, de pós-industrialização, de expansão do comércio e dos transportes e de difusão de informações, culturas e valores de igualdade e liberdade. De acordo com o autor, alguns pensadores no século XX trataram dos efeitos dessa comunicação de massa, notando, por exemplo, a percepção subjetiva da comunicação, a popularidade, a motivação em se atentar a comunicação, a eficácia de uma mensagem persuasiva, etc. E ainda acrescenta que “*os meios de comunicação de massa não são apenas a soma total de ações que descrevem ou das mensagens que estas mensagens divulgam, mas, antes, são compostos por uma série de significados que se sobrepõe*”. (BARRACHO, 2011:159). Logo, fala de uma produção discursiva que a antecede.

Contudo, há de se considerar que a apropriação dessa produção discursiva e os efeitos dessa comunicação de massa não afeta todos da mesma forma. Cantril (1941) discorre sobre as inferências da personalidade, educação e contexto para a apropriação e compartilhamento de valores. Para ele, os padrões de juízo, o esquema de referência, as atitudes estão associados a uma estrutura na qual o indivíduo foi se constituindo. Além disso, um mesmo sujeito, por vezes, é contraditório, citando o exemplo dos americanos que defendem a liberdade de expressão, mas não aceitam reuniões e celebrações fascistas e comunistas. Na mesma esteira supomos ocorrer com os sujeitos coletivos, ainda que se portem diferentemente quando em multidão.

Cantril (1941) considera o ser humano possuidor de uma multiplicidade de necessidades e desejos sociais, biológicos, básicos e culturais e que há uma flexibilidade e variabilidade na vida diária. Ele nos pontua que variáveis, como o desenvolvimento do EGO – compreensão do “Eu” e a auto-estima, estão assoadas à integridade e à juízos de valores para sociedade, sendo assim, a orientação do ego é uma referência para compreensão das motivações pessoais frente ao contexto social e pessoal. E diante disso, em tudo há uma busca de sentido pelo sujeito, mesmo quando em ações coletivas.

Pensemos nas paradas, quando dentro do próprio movimento enxergamos dissensos e choques de identidades, uma vez que os sujeitos são produtos desse social que estabelece juízos e que, concomitantemente a isso, os fazem agir orientados pelo EGO.

Exemplifiquemos: Um homossexual homem (gay) que milita pelos seus direitos, como ter um parceiro; demonstrar afeto por ele; poder adotar uma criança; etc., diz não concordar que mulheres liderem um ato político ou defende que transexualidade não é natural. Ainda que saibamos que o mesmo machismo e racionalidade binária que condena as mulheres e as/os trans são os que cerceiam os gays na conquista de seus direitos, não podemos julgar severamente aqueles que assim pensam. Além de uma possível ignorância, o ser humano é contraditório, aderindo a valores e padrões conforme a orientação de seu EGO (Cantil, 1941).

Assim, entendemos que, enquanto sujeito coletivo, o homossexual homem que citamos, deve contestar a racionalidade que a todos condena, sobretudo, por ser isso o fato que une o grupo em um nós, como nos fala Prado (2000).

Cadarso (2001) nos relata que as atitudes mentais e as mentalidades coletivas não apenas são alteradas pelos movimentos sociais, como os condicionam. O conceito de família, forma de sexualidade, sociabilidade e moralidade, por exemplo, diante dos conflitos sociais, dependendo de sua duração e radicalidade, pode alterar também as mentalidades, contestando o aparato normativo vigente, gerando atitudes e comportamentos sociais inconcebíveis antes do movimento.

Cadarso¹¹ (2001 apud ORTOLANO 2013, p. 106-107) discorre sobre os movimentos sociais, denominando-os de conflitos sociais, sendo eles de diversos tipos, tais como aqueles vivenciados no seio das elites (luta de castas pelo poder e influência política), os populares (rebelião de escravos e camponeses), os comunitários e societários (movimentos nacionalistas e fundamentalistas), as revoluções (quando há um contraprojeto social), as guerras (relações diplomáticas), os comportamentos anônimos (suicídio), os conflitos da esfera privada (conflito de geração), os contrasociedades agressivas (máfias) e os novos movimentos sociais (feminista, de tribos urbanas).

O autor assevera que a mobilização de tais movimentos se dá a partir de variáveis como organização, dimensão tática, capacidade organizativa, liderança, composição social do grupo, estratégia, etc.

França (2007), ao nos relatar que o movimento surge a partir da proliferação do gueto gay, mostra que desde sua formação, as paradas LGBT estiveram associadas ao lazer e ao

¹¹ CADARSO, Pedro Luis Lorenzo. *Fundamentos teóricos del conflicto social*. Madrid: Editores, 2001.

consumo, primeiramente por ser nos espaços privados, de sociabilidade, que o grupo começou a ganhar força e a criar uma identidade coletiva e, posteriormente, na própria manifestação na rua. Não apenas as instituições de consumo, os grupos de estudos, os coletivos, as ONGs representaram as bases para o desenvolvimento e origem das paradas. Tal constatação confirma a ideia de Cadarso (2001) referente à organização, ao dizer que a “*maioria dos movimentos sociais não gera organizações novas, aproveitaram instituições e formas de sociabilidade já existente.*” (CADARSO, 2001, p. 116)

Em relação à dimensão tática, o autor aponta a legalidade, para confiança e segurança; o maior grau de unanimidade; o controle e limitar das formas de luta (violência); a preocupação com a resposta do oponente; a captação de militantes e simpatizantes e a eficiência. Notamos que as paradas do orgulho LGBT assumem um discurso de serem eventos pacíficos, ainda que contestadores. Espera-se que seu público seja múltiplo, de maneira que reforce e afirme a diversidade.

A respeito da capacidade organizativa, Cadarso (2001) define como um processo em construção, que está associada a múltiplos fatores políticos, culturais e sociais, e que requer a existência de um *marco político e cultural* para que o conflito não seja criminalizado ou reprimido. Um marco político vivido em diversos países que orientou a capacidade organizativa do movimento homossexual foi o combate de doenças estigmatizadoras, como a AIDS, e a conscientização da população, através de políticas públicas, formação de redes de sociabilidade e ações da sociedade civil.

Sobre a liderança, dentre os elementos determinantes, Cadarso (2001) fala da origem do líder, das formas de acesso à chefia, da função do líder, de sua capacidade de gestão *versus* a irracionalidade do movimento em centrar no líder o conflito. No que concerne à composição do grupo destaca a extensão social do movimento, o nível econômico dos diferentes setores, as hierarquias sociais e políticas, as necessidades, as expectativas e os recursos, o compromisso com a mobilização e as formas ideológico-culturais, o perfil sociológico e a autoimagem mitificada. Ao que nos parece, no movimento LGBT, sobretudo ao falarmos das paradas, não identificamos esses líderes. Talvez o ativista e político norte-americano Harvey Milk seja a liderança mais reconhecida mundialmente, tanto por sua relação com São Francisco, berço do movimento LGBT, quanto por sua visibilidade após a produção do filme em sua homenagem. O que destacamos, nesse sentido, é como as lideranças se constituem a partir de referências identitárias, quando, na maioria das vezes, esses eventos são organizados por homens gays.

E tratando da estratégia, o autor aborda como se expressam os objetivos e demandas. Se não são claros, não fazem parte de um programa único, que são desenvolvidos no processo. Considera que no desenvolvimento dos movimentos sociais o tático sobrepõe-se ao ideológico e que as formas de luta dependem dos repertórios táticos (ligados à eficiência estratégica, prudência, ética, peso da tradição, recursos disponíveis, atitudes dos oponentes e grau de desenvolvimento do conflito). Atentemos adiante nos temas utilizados nas paradas de São Paulo e Campinas, que poderemos notar como os eventos, em cidades distintas, se aproximam num programa único.

Tilly (2010) defende que desde sua aparição no século XVIII, os movimentos sociais emanam de um contexto político determinado. Os processos interativos, a comunicação e a colaboração facilitam sua adoção por parte de outros contextos relacionados. Para o autor, a difusão e internacionalização dos movimentos sociais se aceleraram extraordinariamente no século XX, pois antes se concentravam no eixo Europa Ocidental - Estados Unidos, um advento das sociedades globalizadas. Segundo ele, no final do século, há uma generalização aplicável a todo o mundo, atuando tais movimentos nos países onde havia instituições democráticas relativamente importantes. No mesmo século gerou concomitantemente uma homogeneização e certo grau de diversidade, pois criaram frentes e associações com fins específicos a partir de modelos e cada região passou a incorporar as estratégias do movimento às condições locais. Assim, ele expõe que, na medida em que os movimentos sociais internacionalmente coordenados dependem das comunicações eletrônicas, torna-se mais cômodo aos países mais ricos e põem em contato um modo seletivo de ativistas.

Tilly¹² (2010 apud ORTOLANO 2013, p. 107) aponta três elementos para tratar de movimentos sociais: 1. *Campanha*, um esforço público, organizado e sustentado para transpassar as autoridades associadas a reivindicações; 2. *Repertório do movimento social*, uso combinado de algumas formas de ação política e 3. *Demonstrações de WUNC* (Valor, Unidade, Número e Compromisso). Considera, ainda, que o movimento social tem sua própria história, diferente da história de outras formas políticas, como as campanhas eleitorais ou as celebrações da pátria. Sua história associa-se aos três elementos supracitados.

Desde sua aparição no século XVIII, acredita Tilly (2010), os movimentos sociais têm sido processados graças a campanhas interativas, apresentando três tipos de reivindicações, a saber: programáticas, identitárias e de posição, conforme relatamos (Ortolano, 2013), variando de importância conforme o movimento. Para o autor, a

¹² TILLY, Charles; WOOD, Lesley J. Los movimientos sociales, 1768-2008: desde sus orígenes a Facebook. 2. ed. Barcelona: Crítica, 2010.

democratização fomenta a formação dos movimentos, que por sua vez afirmam a soberania popular, dependendo em grande medida do trabalho de empreendedores políticos. Esclarece que os processos imitativos, a comunicação e a colaboração facilitam a adoção dos movimentos por contextos relacionados. Suas formas particularidades e reivindicações estão sujeitas a evolução histórica, podendo, inclusive, desaparecerem.

Silva (2008), ao tratar dos movimentos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais de Portugal; Espanha e Brasil entende que a consciência política é do indivíduo e não do grupo ou coletivo e que ações coletivas dependem da adesão de um sujeito particular. Cabe mencionar que, para uma leitura dos movimentos sociais, julgamos o indivíduo e o coletivo como referências indivisíveis ao pensar nas ações coletivas e suas consequências.

Considerando que os movimentos emergem dessa adesão particular na construção da consciência política coletiva, apontamos as influências dos contextos internos e externos que se dão no cotidiano, assim como nos aponta Cantril (1941). Tais fatores delimitam o movimento, que é composto tanto pelas subjetividades individuais que o constitui quanto pelos contextos sociais que os rodeia. Silva (2008) avalia que a consciência política é adquirida mediante confrontos externos, do sujeito para com o Estado ou outros antagonistas, e internos, do indivíduo consigo mesmo a partir dos elementos externos vistos em cena. O mesmo autor acrescenta como essa consciência é construída do cotidiano, semelhante à ideia de Cantril (1941) na abordagem da cristalização de valores.

Assim, refletindo sobre os movimentos sociais, como o de LGBT, pensamos em todas as consciências que os compreendem a partir dos sujeitos, que individualmente e coletivamente as produz e constitui. Falamos das consciências política e do senso comum como Silva (2008) nos coloca. Certamente, assim se configuram os dissensos que o autor nos relata, pois há uma multiplicidade de motivações e consciências individuais em xeque e choque nessas ações coletivas, dimensões psíquicas que interagem com o político.

Nesse sentido, em sua análise psicopolítica das paradas, trata das dimensões da consciência política construídas por Salvador Sandoval (2001): Identidade Coletiva; Crenças e Valores Societais; Identificação de Adversários e Sentimentos Antagônicos; Sentimento de Eficácia Política; Sentimento de Justiça e Injustiça; Vontade de Agir coletivamente e Metas de ação coletiva.

Silva (2008) nos relata que a superação de crenças e valores societais estanques no movimento significa desnaturalizar um conjunto de certezas e concepções rigidamente constituídas, que o sentimento de solidariedade e identificação faz rever posturas quanto a representação em ser cada uma das identidades presentes no movimento em uma sociedade

heteronormativa, rompendo com a alienação que valores cristalizados propiciam a cada sujeito e a coletividade.

Pontua que não parece difícil o reconhecimento de antagonistas e adversários para o movimento LGBT, haja vista a pressão social que os indivíduos sofrem de instituições como a família, igreja, etc.

Numa sociedade heterossexista, o sentimento de eficácia política pode ser entendido, a exemplo por LGBT, a partir da melhoria na condição de vida dos homossexuais, bem como pela aderência de heterossexuais ao movimento que, informalmente, educaria seus filhos para uma sociedade mais justa.

Quanto ao sentimento de justiça e injustiça o autor fala do reconhecimento individual de não ser o único injustiçado dentro de um movimento/coletivo, algo que fortalece a identidade coletiva e contribui na identificação de adversários. Alinha-se, portanto, a ideia de Cadarso (2001) que fala das consequências psicossociais (contágio emocional), políticas/sociais (reformismo ou reafirmação da tradição quanto à organização social) e ideológico-culturais (memória histórica).

Sobre as metas e ações coletivas aponta o desejo de visibilidade, a conquista de direitos humanos e o sentimento de reconhecimento das pluralidades em *ser* no movimento.

Silva (2008) traz a compreensão de memória coletiva como oportunidade de resignificar as memórias dolorosas, sendo *Stonewall*¹³ uma mitificação positiva de uma história de dor e opressão e a criminalização da homofobia um ato de justiça social, de reparação e tributo.

Em se tratando de uma análise do contexto político, o autor fala de semelhanças ao comparar os movimentos de São Paulo, Barcelona, Madri e Lisboa, em que todos emergiram num cenário de redemocratização de seus respectivos países e que ganharam força e mobilização através de políticas de saúde e apoio por conta do combate à AIDS, confirmando a afirmação de Tilly (2010) de que os movimentos sociais surgem de contextos políticos determinados, em que os processos interativos, a comunicação e a colaboração facilitam sua adoção por parte de outros contextos relacionados.

Baseados em Mouffe (1996), Sandoval (1997) e Tejerina (2005); Costa, Machado e Prado (2008) pontuam que a participação dos sujeitos num sistema democrático se dá através de uma relação intrínseca entre o público e o privado, pois assim como as ações coletivas

¹³ Acontecimento que se tornou um marco dos movimentos LGBT estadunidense e de todo o mundo. Em 28 de junho de 1969 um grupo de homossexuais resiste e enfrenta a polícia americana em *Stonewall*, um bar em Nova Iorque onde periodicamente haviam batidas policiais. O confronto que se expande por vários dias e entra para história e memória dos movimentos de homossexuais.

dependem de interesses individuais, os sujeitos, em suas particularidades também são parte de uma privacidade compartilhada. Consideram que para entender a participação política de sujeitos em movimentos sociais é necessário dar conta de um sujeito coletivo fragmentado, descentrado e contingente.

Recorrem à ideia de Prado (2002) de que a identidade política dos grupos depende de aspectos psicossociais como a formação da identidade coletiva, o reconhecimento de relações de subordinação como sendo de opressão e a demarcação das fronteiras políticas e grupos sociais.

Se pensarmos nesses elementos na atualidade, em se tratando dos movimentos LGBT, entendemos que a identidade política daqueles que deles participam pode ocorrer a partir do reconhecimento de uma história oficial atravessada por uma ideologia religiosa que tem posto sujeitos na subalternidade, quando os princípios religiosos significam a opressão de pessoas e formas de ser. Logo, se estabelece as fronteiras entre grupos sociais, entre aqueles que defendem tais princípios, respaldados pela história oficial e aqueles que fazem frente a tais valores e são postos à marginalidade.

Costa, Machado e Prado (2008) relatam que mesmo considerando as especificidades de cada grupo social frente à sociedade e Estado presente nos movimentos e grupos LGBT, os sujeitos consideram pertinente e importante à união das particularidades e multiplicidades. Atentam que tal feito representa a aplicabilidade da democracia diante das relações sociais contemporâneas, em que os direitos não devem ser conferidos aos indivíduos em particular, mas democraticamente compartilhado entre sujeitos múltiplos e contraditórios. Sendo a identidade sempre contingente e precária, importante, mas nunca absoluta na delimitação dos grupos e sujeitos.

Outro dado que os autores nos trazem quanto à participação dos sujeitos no movimento LGBT é a inserção em esferas institucionais, quando o movimento usa do aparelho Estatal para se consolidar. Se por um lado entendem como um avanço da militância e atendimento de suas demandas, e aqui pontuamos o sentimento de eficácia que Sandoval (2001) pontua ao tratar das dimensões da consciência política, por outro, observam o distanciamento daqueles que não se identificam com tal meio de ação. Os autores revelam o Estado como espaço no qual as pautas LGBT sofrem resistência devido sua não laicidade.

Costa, Machado e Prado (2008) nos atestam que a participação individual em um movimento trás em seu bojo uma privacidade compartilhada, recorrendo ao conceito de Tejerina.

(...) a ideia que estas maneiras de atuar individualmente são sim formas de participação política e que elas não indicam um relativismo político, nem, portanto, o fim da política. Primeiramente, por ampliarem as possibilidades de um grupo minoritário e fortemente discriminado conquistar espaços para colocar suas reivindicações nas pautas políticas do Estado e alcançar visibilidade e respeito nos diferentes âmbitos da sociedade, promovendo assim condições estruturais e psicossociais para que os indivíduos discriminados ultrapassem a barreira da invisibilidade e alcancem o espaço público, a partir da mobilização política. Nesse sentido, é importante lembrar o conceito de “privacidade compartilhada”. Tejerina¹⁴ (2005 apud COSTA, MACHADO e PRADO, 2008, p.334)

Os autores, tratando das demandas e dificuldades para a participação política, falam da condição paradoxal em se manter a privacidade, uma vez que esta pode representar uma obrigação de silêncio, quando o direito em deixar a vida sexual no âmbito privado representa ou se transforma em uma necessidade de resposta à homofobia.

Na análise de Butterman (2012) sobre as abordagens midiáticas acerca da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, encontrou-se a dialética da invisibilidade na contemporaneidade. Se por um lado está na condição de invisível é menos perigoso em *ser* no mundo, por outro, a invisibilidade poderia talvez extinguir a diferença e promover uma maior intolerância. Permanecer invisível aponta o autor, pode ser uma resistência no mundo atual, em que as imagens da mídia interferem nos nossos sentidos e cooptam a militância numa estratégia de marketing, aliás, num marketing de identidades, que acaba sendo cada vez mais ausente de sentidos. Essa leitura de Butterman (2012) nos mostra possibilidades do sujeito se posicionar enquanto sujeito político e coletivo.

A visibilidade massiva promove um conjunto de imagens e referências sobre o movimento, sobre os sujeitos que dele participam. Contudo, certamente não abarca toda a realidade. A visibilidade massiva tem seu bônus e ônus, reforça, mas também revisa padrões e valores. Entendemos que a visibilidade massiva, quando associada aos valores socialmente cristalizá-los, reforça os estereótipos e preconceitos, contudo, quando oposta e contrária a esses valores, pode representar uma forma de ruptura e transformação.

Ainda que apresentem um público diversificado, tanto São Paulo como Campinas, como já mencionado, desenvolvem um conjunto de atividades que contemplam uma variedade de interesses e perfis. E essa multiplicidade de ações se configura no *Repertório do movimento social*, que Tilly (2010) nos define como um conjunto variável de ações dos movimentos. As paradas em específico se configuram como *Campanhas*, definida pelo autor como um esforço público, organizado e sustentado para transpassar as autoridades.

¹⁴ TEJERINA, B. *Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopia*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 2005, 72, 67-97.

Já as *Demonstrações de WUNC* (Valor, Unidade, Número e Compromisso) notamos quando os sujeitos falam de suas motivações ou quando coletivamente o movimento assume um propósito de visibilidade massiva. O compromisso, por exemplo, é questionado quando as pautas são postas em cheque pelo formato do evento, contudo, é também quando individualmente os participantes assumem e compartilham outras ações que ultrapassam as paradas.

Em se tratando das reivindicações *programáticas*, que relacionam o objetivo do movimento e suas propostas reais; expressas em suas pautas, notamos que as paradas do Orgulho LGBT direcionam seus temas e propostas a cada ano. Quanto às reivindicações *Identitárias*, consideramos a afirmação das múltiplas identidades presentes no movimento LGBT e como elas se comunicam dentro de suas ações, a partir de atividades específicas organizadas/destinadas por cada uma delas, bem como pautas específicas, em São Paulo notamos a marcha das lésbicas anterior à parada e em Campinas a manifestação Sáfica. Sobre as reivindicações de *Posição* mencionamos aquelas que se comunicam com outras minorias, como parcerias já realizadas junto ao movimento negro e feminista. Tanto São Paulo quanto Campinas já apresentaram, em um de seus temas, reivindicações contra o machismo, o racismo e a homofobia.

Vejamos a seguir o histórico de temas das paradas LGBT de São Paulo e Campinas de forma que visualizemos quais foram às pautas - reivindicações *programáticas* - defendidas nos movimentos.

Quadro 1 - Histórico de temas das Paradas LGBT de São Paulo e Campinas

	SÃO PAULO	CAMPINAS
1997	<i>"Somos muitos, estamos em todas as profissões"</i>	-
1998	<i>"Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos"</i>	-
1999	<i>"Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000"</i>	-
2000	<i>"Celebrando o Orgulho de Viver a Diversidade"</i>	-
2001	<i>"Abraçando a Diversidade"</i>	<i>"Viva a diferença"</i>
2002	<i>"Educando para a Diversidade"</i>	<i>"Educando para a Diversidade"</i>
2003	<i>"Construindo Políticas Homossexuais"</i>	<i>"3º Mês da Diversidade Sexual"</i>
2004	<i>"Temos Família e Orgulho"</i>	<i>"Tradição, família e Diversidade"</i>
2005	<i>"Parceria civil, já. Direitos iguais! Nem mais nem menos"</i>	<i>"União civil já"</i>
2006	<i>"Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos"</i>	<i>"Defender o respeito é um dever de toda a sociedade. Homofobia é crime"</i>
2007	<i>"Por um mundo sem Racismo, Machismo e Homofobia"</i>	<i>"Juntos na luta contra o racismo, o sexismo e a homofobia"</i>
2008	<i>"Homofobia Mata! Por um Estado Laico de Fato"</i>	<i>"Você também é alvo da violência. Homofobia mata"</i>
2009	<i>"Sem Homofobia, Mais Cidadania – Pela Isonomia dos Direitos!"</i>	<i>"Direitos não têm idade nem sexualidade"</i>
2010	<i>"Vote Contra a Homofobia: Defenda a Cidadania!"</i>	<i>"10 anos de luta. Todos juntos pela igualdade social!"</i>
2011	<i>"Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia!"</i>	<i>"Eu pago meus impostos e quero meus direitos: PCL 122 já!"</i>
2012	<i>"Homofobia tem cura: educação e criminalização."</i>	<i>"Querem acabar com as paradas? Aproveitem nossas leis!"</i>

Organização: Ortolano, Fábio.

Notemos que as paradas de São Paulo e Campinas alinham-se num programa único que tem orientado o movimento LGBT. Seja nas reivindicações pela igualdade de direitos, pela criminalização da homofobia ou pela aprovação de leis, podemos observar que os temas entre as cidades se assemelham conforme o ano, sobretudo nos primeiros. Ainda que se configurem organizações individuais, salvaguardadas suas particularidades, é parte do(s) mesmo(s) movimento(s).

Steven Buttermann (2012) divide a história da Parada de São Paulo em quatro fases cronológicas. A primeira fase, de 1997 a 1999, do surgimento do evento à institucionalização – criação da *Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo/APOGLBT* – foi dedicada à conquista da visibilidade, a fim de mostrar os homossexuais como cidadãos produtivos, que pagam impostos e contribuem com todos os setores da sociedade. “Somos

muitos e estamos em todas as profissões” foi o tema da II Parada de São Paulo, ocorrida em 1998.

A segunda fase, de 2000 a 2002, consolidou a Parada como parte da agenda anual dos eventos de São Paulo, quando a visibilidade e público equivalem a altas proporções, mudando o discurso por uma libertação para a conquista de direitos. “*Educando para a diversidade*” foi o slogan de 2002.

A terceira fase, de 2003 a 2006, o foco da luta foram os direitos humanos específicos aos cidadãos LGBTs – um olhar para uma minoria dentro de um Estado democrático. A exemplo em 2005 o tema foi “*Parceria civil, já. Direitos iguais! Nem mais, nem menos*” e no ano seguinte o slogan foi “*Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos*”.

E na quarta fase, de 2006 a 2011 (acrescentamos também a essa fase o tema de 2012, “*Homofobia tem cura: educação e criminalização*”), as reivindicações centram-se na campanha anti-homofobia. “*Amai-vos uns aos outros: Basta de homofobia!*”, tema de 2011, que fazia referencia ao fundamentalismo religioso em relação à construção da homofobia na cultura brasileira.

Silva (2008) discorre sobre o histórico a partir do protesto na Praça Roosevelt, denominado por ele como a “Parada Zero”. Resultado de esforços entre militantes de grupos como o Etc. & Tal, e o CAEHUSP (Centro Acadêmico de Estudos Homoeróticos da Universidade de São Paulo) que organizaram uma manifestação de caráter sindical. Ao final, houve a intervenção da travesti Silvetty Montilla, a qual por quase todos os anos fora uma das madrinhas condutoras da Parada de São Paulo.

A partir desta manifestação da Praça Roosevelt, pontua o autor, iniciou-se um processo de reuniões que propiciou a primeira Parada LGBT paulistana, sob a coordenação do grupo CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor. Em 1997, após o IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis e o II Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis que trabalhavam com AIDS, e com apoio do sindicato das costureiras e da, então, deputada federal, Marta Suplicy, ocorre a 1ª Parada do orgulho LGBT de São Paulo.

Em 2005, de acordo com a APOGLBT SP¹⁵, a partir do reconhecimento internacional atingido pelo movimento, tanto pelos governos como pela mídia, a instituição decidiu enfatizar as demais atividades ligadas à manifestação, divulgando o conjunto de ações oficialmente como o “Mês do Orgulho GLBT de São Paulo”. Facchini, França e Venturi

¹⁵ Informações disponíveis no site da APOGLBT SP. (<http://www.paradasp.org.br/historico.htm>)

(2007) pontuam que a parada de São Paulo destaca-se pelo número de participantes entre os eventos do mesmo tipo em âmbito nacional e internacional.

De acordo com um relatório do Observatório de Tendências da São Paulo Turismo (SPTuris)¹⁶, publicado em 2011, com relação a cadeia produtiva atrelada à Parada do orgulho LGBT, dos 86 estabelecimentos contatados, entre os que responderam, houve um aumento médio entre 20 e 25 % do faturamento, bem como um aumento de 30% em contratação de profissionais naqueles estabelecimentos que responderam se houve contratação por conta do evento. Já em 2008, a São Paulo Turismo¹⁷ estimava a Parada como o segundo evento que mais gera lucro para o município. Quanto ao perfil socioeconômico do público presente no evento de 2011, a instituição supracitada informa, a partir de 1.664 questionários válidos, que 34% são heterossexuais, 49,5% são homossexuais e 15,9% são bissexuais. Aponta também que 4,9% são turistas, sendo que 1,4% são estrangeiros, em destaque aqueles oriundos dos Estados Unidos, Inglaterra, África do Sul e Itália.

O mesmo relatório pontua que o aumento de turistas também ocorre durante outros eventos que a cidade promove, como a Virada Cultural, que atrai um grande número de visitantes LGBT de várias regiões do mundo (Europa, América do Sul, América do Norte) e do Brasil (principalmente dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais e interior do Estado de São Paulo), o que releva uma inserção da capital paulista num cenário global.

A parada de Campinas teve sua primeira edição em 2001 e, hoje, representa a segunda maior parada do estado de São Paulo, sendo também uma das mais representativas no cenário nacional.

Segundo Reis (2010), o movimento LGBT de Campinas surge na cidade no ápice da emergência da AIDS, momento esse que propiciou o aparecimento de um grupo de discussões - *Expressão* – que ganhou visibilidade com o jornal *O Babado*, o qual defendia a permanência das Travestis no Largo do Pará, na região central da cidade, lugar este que historicamente foi local de concentração da parada do município.

Relata o autor que um grupo de dissidentes do *Expressão* uniram-se para formar o *IDENTIDADE – Grupo de Ação Pela Cidadania Homossexual*, que passaria a reivindicar as demandas por direitos humanos de LGBT. Cabe pontuar as proximidades e similitudes vistas nos movimentos de Campinas e São Paulo, certamente por serem contemporâneos e

¹⁶ Pesquisas desenvolvidas pelo Observatório de Tendências da São Paulo Turismo (SPTuris), em parceria com a Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual - CADS e a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo - APOGLBT. 2011.

¹⁷ Releases SÃO PAULO TURISMO: *Parada GLBT atrai mais de 320 mil turistas para São Paulo e movimenta quase R\$ 190 milhões na economia da cidade*. Gerência de Comunicação, 2008.

agregarem alguns atores em comum do movimento. Tanto o grupo *CORSA* (São Paulo) quanto o *IDENTIDADE* (Campinas) sempre apresentaram a bandeira dos Direitos Humanos em suas premissas de igualdade. Reis (2010) destaca que o grupo *IDENTIDADE* integrou-se a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Campinas em 1998, quando, em consequência, foi promulgada a Lei Municipal 9.809, a primeira antidiscriminatória do Estado de São Paulo. Em 1999, atesta o autor, ocorre o I Encontro Paulista de LGBT, com a proposta da criação de um Fórum Estadual GLTTB e no mesmo ano foi aprovada a Lei Municipal 10.182, instituindo o dia 28 de junho, Dia Municipal do Orgulho Homossexual, no calendário oficial de Campinas. Em 2000, surge o *MO.LE.CA – Movimento Lésbico de Campinas*, o qual, além de trazer as demandas das lésbicas para cena campineira, entre a terceira e quarta edição da parada de Campinas, passou a compor a comissão de organização.

Em 2001 é implantado o Orçamento participativo em Campinas, através do qual, em 2002, dois projetos em prol da cidadania LGBT foram aprovados, o Disque-Defesa-Homossexual implantado no mesmo ano, e o Centro de Referência GLTTB, pioneiro no país e inaugurado no ano seguinte, em 2003. A partir desta data a parada de Campinas passa a contar com recursos oriundos desse Orçamento Participativo.

A Parada do Orgulho homossexual, como parte dos movimentos, teve sua primeira edição em Campinas no ano de 2001, conforme já mencionado. Segundo Tonocchi (2001), do portal *FOLHA ONLINE*, o evento foi organizado pelo grupo *IDENTIDADE* com apoio de sindicatos, vereadores, bares voltados para o público GLS, salões de beleza e saunas.

Nas edições seguintes outros grupos de militância LGBT somaram-se na organização do evento, unindo o *MO.LE.CA*, o *AOS BRADOS*, o *IDENTIDADE*, o *DIVERSIDADE SEXUAL – UNICAMP* e o *E – JOVEM*. Durante alguns anos tais grupos se organizavam em um Fórum LGBT que se dividia em núcleos e subcomissões responsáveis por diversas atividades do mês da diversidade sexual de Campinas. Convém mencionar que no decorrer dos anos alguns destes grupos saíram e voltaram a compor o coletivo de âmbito municipal.

Em 2008 realizou-se um debate na Praça Bento Quirino com os candidatos para cargos de vereador e prefeito, espaço importante no cenário homossexual de Campinas, haja vista que nesse mesmo lugar, em diversos momentos históricos, houve conflitos entre LGBTs e estabelecimentos comerciais, sendo um deles hoje referência à comunidade – o conhecido bar “Sucão”. No mesmo ano rompe-se o Fórum, por identificarem que as demandas e reivindicações dos diferentes grupos não estavam se comunicando e a Parada de Campinas passa a ser organizada por uma comissão de representantes individuais, certamente oriundos dos coletivos supracitados.

Cabe ressaltar que, assim como em São Paulo, a parada representa apenas uma das atividades desenvolvidas durante o Mês da Diversidade, ainda que seja a mais expressiva em visibilidade e participação. Campinas, além de realizar a Parada no domingo mais próximo ao dia 28 de junho, organiza outras atividades/atrações como as realizadas em 2012: Manifestação Sáfica, Gincana da Diversidade Sexual, Pedala Bicha, Mostra de Arte LGBT, etc. Sendo que não necessariamente os mesmos eventos se repetem, exceto os mais tradicionais como a parada e a manifestação sáfica.

Em 2009, além de representantes individuais de grupos LGBT, estavam presentes outros representantes da sociedade civil e poder público, como uma participante do Movimento Negro de Campinas e uma agente do Programa de DST/AIDS da Secretaria da Saúde do município.

Estimou-se que na edição 2011 cem mil pessoas participaram da manifestação. Em 2012 formou-se a Associação do Orgulho LGBT de Campinas e no mesmo ano foi aprovada uma Lei Municipal que se faz considerar o nome social de travestis e transexuais em documentos. A manifestação, em 2012, teve parte de seu trajeto alterado, saindo do Largo dos Expedicionários, no Centro da cidade, ao invés do Largo do Pará, de onde tradicionalmente se concentrava a parada. A estimativa de público nesse ano estava entre 120 e 200 mil pessoas, segundo organizadores, aponta o portal G1. De acordo com Bruna Stupiello, do mesmo portal, o evento foi marcado por protestos pela aprovação do PL122 que criminaliza a homofobia e pela aprovação do Kit Escola Sem Homofobia. Segundo ela, houve a organização de um abaixo assinado por um grupo denominado *Juntos*.

3.1.3 Perfil do público das Paradas de São Paulo e Campinas

Nessa seção julgamos pertinente disponibilizar os dados encontrados a partir dos questionários aplicados em 2012, de modo a apresentar o perfil do público das paradas do orgulho LGBT contemplado nessa pesquisa. Os gráficos padronizados em formato de círculos representam 100% das respostas, pois optamos por criar uma variável “respondeu mais de uma alternativa”, uma vez que o programa estatístico não permite inserir mais de uma resposta para uma única variável e não teríamos tempo suficiente para outra forma de tabulação.

No gráfico 1 apresentamos a cidade em que os respondentes participavam da parada, observando que a maioria deles (61%) participavam do evento em São Paulo, e os demais 39% em Campinas.

Gráfico 1 - Cidade em que os respondentes participavam da parada LGBT

■ São Paulo ■ Campinas

Organização: Ortolano, Fábio.

No gráfico 2 pontuamos a idade dos participantes, a maioria deles jovens, entre adolescentes e jovens adultos, reduzindo proporcionalmente as parcelas conforme a faixa-etária. Observamos maior concentração de participantes na faixa-etária entre 19 e 23 anos (29%), em seguida, entre 24 e 28 anos (21%) e, na sequência, entre 14 e 18 anos (17%) e 29 e 33 anos (11%). As demais parcelas são mais reduzidas.

Gráfico 2 - Idade do participante

Organização: Ortolano, Fábio.

Quanto à raça, cor e etnia, no gráfico 3, observamos que 59% dos respondentes se declaram branco(a), 30% pardo(a), 7% preto(a), 2% indígena e 1% amarelo(a).

Gráfico 3 - Raça, cor ou etnia auto-atribuída pelos participantes

Organização: Ortolano, Fábio.

No gráfico 4 notamos qual religião os participantes frequentam ou já frequentaram algum dia. 32% apontam à católica, 11% a evangélica, 12% a espírita, 4% a umbanda e 4% o candomblé. 20% alegam que não frequenta e não frequentou nenhuma religião, 9% apontaram mais de uma, 4% não responderam e 4% frequentou/frequenta outra não mencionada no questionário.

Gráfico 4 - Religião que frequenta/frequentou

Organização: Ortolano, Fábio.

Achamos pertinente observarmos se os respondentes deixaram de participar de alguma religião e quais foram os motivos. No gráfico 5 mostramos tais motivações. Encontramos que 20% não frequenta por falta de tempo, 14% por desmotivação com a instituição igreja, 17% por conta da sexualidade/orientação sexual, 9% pelo conservadorismo da religião e 4% por desacreditar em Deus. 13% apontaram ser outro motivo não colocado no questionário, 19% não sabem ou não respondem e 4% responderam mais de uma alternativa.

Gráfico 5 - Por que não frequenta uma religião

Organização: Ortolano, Fábio.

Quanto à escolaridade, conforme notamos no gráfico 6, a maioria (82%) dos respondentes já chegaram até o ensino médio, mesmo que ainda não tenham concluído. Convém mencionar que, como vimos no gráfico anterior, da faixa-etária, muitos não chegaram aos 18 anos, quando comumente se conclui o ensino médio. Ainda assim, 25% já concluíram o ensino médio e 16% o têm incompleto; 22% já concluíram o ensino superior e 19% o tem incompleto. 8% concluiu ou está cursando mestrado ou doutorado. 8% possuem ensino fundamental completo e 1% incompleto. Apenas 1% não respondeu a questão.

Gráfico 6 - Até que nível escolar cursou

Organização: Ortolano, Fábio.

Acerca do trabalho dos participantes, julgamos importante questioná-los se exercem alguma atividade remunerada. Conforme apresentamos no gráfico 7, 62% alegam que sim, 36% não e 2% não sabem ou não quiseram responder.

Gráfico 7 - Se exerce alguma atividade remunerada

Organização: Ortolano, Fábio.

Sobre a renda familiar dos participantes, demonstrada no gráfico 8, notamos que 26% declaram ter renda familiar entre R\$ 640 e R\$ 1.280, 26% entre R\$ 1.280 e R\$ 2.360, 22% entre R\$ 2.360 e R\$ 4.700, 12% entre R\$ 4.700 e R\$ 9.400, 6% acima de R\$ 9.400 e 5% menos de R\$ 640 (salário mínimo na data da aplicação). 3% Não souberam ou não quiseram responder.

Gráfico 8 - Renda familiar

Organização: Ortolano, Fábio.

Com relação à conjugalidade, podemos ver no gráfico 9 que 45% está sozinho, 21% namorando, 17% casado, 11% “ficando” e 2% separado. 2% não sabem ou não quiseram responder e 2% vivem outra conjugalidade que não expressa no questionário.

Gráfico 9 - Conjugalidade dos respondentes

Organização: Ortolano, Fábio.

No gráfico 10 apontamos onde os respondentes conheceram o último/atual parceiro. 25% conheceram em bares, boates e festas gays, 16% em locais de estudo e trabalho, 16% em casa de amigos, 15% na internet, 10% em locais públicos (parques, shoppings, etc.), 5% em outro lugar não mencionado no questionário e 2% em locais de pegação (saunas, banheiros, etc.). 1% respondeu mais de uma alternativa e 10% não souberam ou não quiseram responder.

Gráfico 10 - Onde conheceu o último/atual parceiro

Organização: Ortolano, Fábio.

Quanto ao gênero auto-atribuído, conforme no gráfico 11, observamos que 38% dos respondentes se consideram masculinos, 29% femininos, 13% levemente femininos, 6% muito feminino, 5% levemente masculino e 2% muito masculino. Desses participantes 2% se consideram neutros, 1% respondeu mais de uma alternativa e 4% não souberam ou não quiseram responder.

Gráfico 11 - Como se considera com relação ao gênero

Organização: Ortolano, Fábio.

No gráfico 12 observamos como os participantes se reconhecem em relação à sexualidade. Dos respondentes 36% se consideram gay, 19% heterossexual, 16% lésbica, 12% bissexual, 3% entendido, 2% travesti e 1% transexual. 2% marcaram outra que não mencionada no questionário, 5% responderam mais de uma opção e 4% não souberam ou não quiseram responder.

Gráfico 12 - Como se considera em relação à sexualidade

Organização: Ortolano, Fábio.

Sobre a participação dos respondentes em coletivos políticos, notamos que 39% nunca participaram de nenhum coletivo, 11% do movimento LGBT, 6% do movimento estudantil, 5% de grupo religioso, 4% de ONG, 3% de associação de moradores, 2% de partido político e 2% de sindicato. Dos participantes, 20% marcaram mais de uma alternativa, 5% não souberam ou não quiseram responder e 3% marcaram outros não mencionados no questionário.

Gráfico 13 - Participação em outros coletivos políticos

Organização: Ortolano, Fábio.

Quanto ao conhecimento de alguma lei que beneficie os LGBT, vemos, no gráfico 14, que 67% dos respondentes alegam não conhecerem, ao passo que 29% marcam conhecer uma lei e 4% não sabem ou não quiseram responder.

Gráfico 14 - Conhecimento de uma lei que beneficie LGBT

Organização: Ortolano, Fábio.

No gráfico 15 observamos as motivações que levam os participantes irem às paradas. 21% marcam que vão ao evento por curiosidade/diversão, 15% para que as pessoas tenham mais direito, 14% para reivindicar direitos à LGBT, 8% para protestar contra a homofobia, 4% por solidariedade a amigos/parentes LGBT e 3% para paquerar. 27% responderam mais de uma alternativa, 7% marcaram outra que não expressa no questionário e 1% não souberam ou não quiseram responder.

Gráfico 15 - Motivo pelo qual foi à parada LGBT

Organização: Ortolano, Fábio.

Sobre a parada, observamos no gráfico 16 como os participantes a entendem. Dos respondentes, 30% acredita ser um protesto, 17% uma manifestação política, 11% uma política festiva, 11% uma festa, 6% uma festa política, 6% um carnaval fora de época e 4% outra coisa não mencionada no questionário. 14% responderam mais de uma alternativa e 1% não souberam ou não quiseram responder.

Gráfico 16 - O que é a parada para os participantes

Organização: Ortolano, Fábio.

No gráfico 17 notamos como os respondentes enxergam os participantes das paradas. 50% deles acreditam que os participantes são parcialmente conscientes da dimensão política da parada, 20% acreditam que os participantes são conscientes e 20% que os participantes não são conscientes da dimensão política das paradas. 3% marcam que os participantes não acham que a parada tenha uma dimensão política, 5% não respondem ou não sabem responder, 1%

respondem mais de uma alternativa e 1% têm outra opinião de como são os participantes das paradas.

Gráfico 17 - Como são os participantes da parada

Organização: Ortolano, Fábio.

Podemos observar também que, conforme nos aponta o gráfico 18, 75% dos respondentes concordam com a união entre pessoas do mesmo sexo, 5% não conhece o suficiente para opinar, 4% discordam e 16% não sabem ou não quiseram responder.

Gráfico 18 - Sobre a união entre pessoas do mesmo sexo

■ concorda ■ discorda ■ não conhece suficiente para opinar ■ ns/nr

Organização: Ortolano, Fábio.

Quanto à adoção por LGBT, observamos, no gráfico 19, que 79% dos respondentes concordam com tal ideia, 4% discordam e 17% não sabem ou não quiseram responder.

Gráfico 19 - Sobre adoção de filhos por LGBT

Organização: Ortolano, Fábio.

No gráfico 20 observamos se os respondentes julgam terem acesso aos direitos humanos. 61% deles apontam não terem acesso aos DH, ao passo que 34% marcam ter acesso e 5% não sabem ou não quiseram responder.

Gráfico 20 - Acesso aos direitos humanos

Organização: Ortolano, Fábio.

Observamos com esses gráficos que, ao compararmos com a pesquisa realizada por Facchini, França e Venturi (2007) na parada de São Paulo em 2006, muitos aspectos se mantiveram semelhantes após seis anos, como a faixa-etária, a cor/raça auto-atribuída, o nível de instrução, a inserção no mercado de trabalho e o motivo por ter ido à parada.

Com relação à faixa-etária, nas duas pesquisas encontramos um público, sobretudo, jovem e adulto jovem. Em se tratando de cor/raça auto-atribuída, nos dois estudos há maior porcentagem de brancos, em seguida de pardos e depois de pretos. Quanto ao nível de instrução, em ambas encontramos quase metade do público com ensino superior ou pós-graduação e acima de 40% com ensino médio. Sobre a inserção no mercado de trabalho

observamos nos dois estudos que a maioria está inserida no mercado de trabalho. E quanto ao motivo por terem ido à parada, em ambos os estudos a maioria predominam as razões de ordem lúdica.

Por outro lado, a religião e a renda familiar mensal tiveram alterações mais significativas. Quanto à religião, na pesquisa de 2006 tínhamos 32% católicos, 16% espíritas/kardecistas, 6% evangélicos, 3% adeptos do candomblé e 2% da umbanda. Já em 2012, temos 32% de católicos, 11% de evangélicos, 12% de espíritas/kardecistas, 4% adeptos da umbanda e 4% do candomblé. O que destacamos é a ascensão dos participantes que se apresentam como evangélicos, certamente consequência, da ascensão das igrejas neopentecostais no Brasil nos últimos anos.

Em relação à renda familiar mensal, em 2006 tínhamos 56% com renda acima de 05 salários mínimos, já em 2012 temos que 52% alegam ter renda familiar inferior a 3,7 salários mínimos.

3.2 METODO

Uma vez que buscamos tratar de concepções que os sujeitos trazem junto à sua trajetória sócio-histórica, a perspectiva epistemológica deste trabalho é a da produção de significados e sentidos no cotidiano. Assim, utilizamos elementos metodológicos que nos permitiram aferir tendências a serem exploradas quantitativamente e qualitativamente através de um *survey*.

Para Köche (1997), o homem, ser existencial, tem que interpretar a si e ao mundo em que vive, atribuindo-lhes significações. O autor crê ser o senso comum à forma mais usual que o homem utiliza para interpretar e significar a si mesmo, o seu mundo e o universo como um todo, produzindo interpretações significativas, seu conhecimento.

Demo (2009) acredita que a ciência está cercada de ideologia e de senso comum, não apenas como circunstâncias externas e sim como parte do processo científico. Para o autor, a distinção da ciência é o conhecimento acrítico, imediatista e sem profundidade do senso comum, contudo este é também um saber comum que organiza a vida cotidiana, pois é elaborado de forma instintiva e espontânea.

Assim, cumpre reconhecer o senso comum como uma das formas de significação da realidade, embora não possamos deixar de lado seu aspecto. Demo (2009) nos pontua que o senso comum tem uma objetividade muito superficial e limitada por estar presa à vivência, à ação e à percepção orientadas pelo interesse prático imediatista e pelas crenças pessoais,

ocasionando uma visão fragmentada da realidade, ainda que considerável para sua compreensão. Para tanto, cabe um diálogo com outras formas de significação da realidade em análise.

Alves (1981) acredita que tanto a ciência quanto o senso comum estão em busca da ordem, ainda que ordens distintas. Ordens estas que precisamos para a vida, pois o homem vive num mundo de sonhos, antes de fatos, e sonhos são organizados por desejos. Para o autor, a ciência inventou os métodos para impedir que os desejos corrompessem o conhecimento objetivo da realidade, e para tanto os utilizamos em busca do rigor científico.

Köche (1997) pondera que a investigação se inicia quando os conhecimentos existentes, como o senso comum, são insuficientes para explicar as dúvidas e problemas que surgem como os que nos propomos a tratar nesse estudo, as distintas formas de entender a sexualidade e os direitos humanos num mundo multicultural. Para o autor, a investigação começa com a identificação de uma dúvida, com o reconhecimento de que o conhecimento existente não é capaz de esclarecê-la, de que é necessária uma resposta para essa dúvida e que esta apresente provas seguras e confiáveis. E assim se configura o paradigma científico moderno.

Ao tratar da ciência grega, o mesmo autor relata que a ciência aristotélica manifestava-se como uma ciência do discurso, qualitativa, que proporcionava um conhecimento universal, estável, certo e necessário, tal qual indicavam os pré-socráticos. O argumento e a retórica eram as formas de explicar o mundo.

Já os precursores da ciência moderna, como Galileu, contestaram os métodos aristotélicos, aponta Köche (1997), dando lugar ao método quantitativo-experimental, sendo este transformado em um dogma para a ciência moderna. E na visão contemporânea de ciência e método ocorre a ruptura com o dogmatismo da ciência, iniciada principalmente a partir das teorias da relatividade de Einstein. Quebrou-se o mito da objetividade pura.

Souza Santos (1995), ao tratar de um paradigma emergente, o define em vias especulativas, apontando que todo conhecimento local é total. Se por um lado a ciência moderna avança pela especialização, relata, por outro que uma ciência pós-moderna não fragmenta os estudos por disciplinas e sim por temáticas, pois “*os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro um dos outros*”. (Souza Santos, 1995:18). E tal conhecimento, para o autor, é total porque reconstitui os projetos cognitivos locais, salientando-lhes a sua exemplaridade, e por essa via transforma-os em pensamento total ilustrado.

O conhecimento pós-moderno, sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidades. As condições de possibilidades da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local. (SANTOS, B. de S.: 1995, p.18)

Posto isso, alinhamos nosso estudo nesse modo de produção do conhecimento. Sendo objetivo de nossa pesquisa analisar as concepções de sexualidade e direitos humanos dos participantes das paradas do orgulho LGBT de São Paulo e Campinas, buscamos trazer a baila como tais concepções se configuram na contemporaneidade, a partir de uma análise psicopolítica. Assim, consideramos relevante o uso da abordagem quali-quantitativa. Minayo (1996 *apud* Boni e Quaresma 2005) considera que as pesquisas qualitativas trabalham com significados, motivações, valores e crenças que não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas. Contudo, os dados quantitativos e os qualitativos podem se complementar dentro de uma pesquisa, e entendemos tal combinação como essencial numa análise psicopolítica que trata de elementos subjetivos, como emoções, sentimentos e sentidos, bem como objetivos, significados, contextos, etc.

Optamos por um *survey* como método de pesquisa, de forma que pudéssemos unir referências quantitativas e qualitativas em nossas análises. As questões fechadas nos foram úteis para o cruzamento das respostas, agrupamentos de variáveis e análise fatorial e as questões abertas para análise de discurso, de modo que unimos todas na discussão de nossos resultados.

Para tanto, em nosso estudo, congregamos uma pesquisa bibliográfica e, como técnicas de coleta de dados, os questionários, aplicados durante as paradas do orgulho LGBT de São Paulo e Campinas em 2012.

A pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando suas contribuições para auxiliar a compreender o problema objeto da investigação. (KÖCHE, J. C.:1997, p. 122)

Através de nossa pesquisa bibliográfica buscamos: a) Pontuar as concepções de sexualidade e direitos humanos ao longo da história; b) apontar o percurso científico em que inserimos nosso estudo e c) desvelar um breve panorama da psicologia política como campo de estudos onde nos enxergamos enquanto pesquisadores e desenvolvemos essa pesquisa. Os questionários foram organizados na perspectiva de um *survey*.

3.2.1 Procedimentos metodológicos

Para organização de nosso *survey* atentamo-nos a outras pesquisas semelhantes realizadas em paradas do orgulho LGBT do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo analisadas e aferidas quantitativamente. Convém ressaltar a importância dos trabalhos realizados por Carrara e Ramos (2004); Prado, Rodrigues e Machado (2006) e Facchini, França e Venturi (2007), como já mencionamos, que nos trazem dados referentes ao perfil do público participante dos eventos, às motivações, intenções políticas, etc. Os materiais produzidos por tais pesquisadores nos serviram de base para organização e aplicação dos questionários.

Justificamos a relevância de se fazer um estudo semelhante seis anos depois em São Paulo para analisarmos se houveram mudanças significativas quanto às expectativas e percepções sobre as paradas e seu público, uma vez que os discursos têm se transformado ao longo dos anos.

Ainda que contemplemos em nossas análises esse perfil socioeconômico dos participantes e suas expectativas, não temos como meta nos aprofundarmos nessas questões, uma vez que nosso objetivo é falar das concepções sobre sexualidade e direitos humanos.

Além disso, contemplamos outro município, incluindo a parada do orgulho LGBT de Campinas, segunda maior em números no Estado de São Paulo. Assim, damos sequência a estudos de iniciação científica, realizados entre 2008 e 2010, em que tratávamos dos eventos em ambos os municípios.

Organizamos, assim, um questionário com 46 questões, fechadas em sua maioria, com algumas abertas (Apêndice A). Considerando a necessidade de um trabalho coletivo para aplicação dos questionários, organizamos através de uma rede social um grupo de entrevistadores voluntários que responderam os questionários em um evento preparatório que nos serviu como piloto.

Divulgamos as páginas em grupos de redes sociais e em listas de e-mails que associavam universitários de outras Instituições de Ensino Superior, compreendendo cinco IES, a saber: USP, PUC Campinas, UNIP Campinas, Unicamp e UFSCar. Em seguida, solicitamos a reserva de uma sala no Centro Universitário Maria Antônia da USP, situado na região central da capital, onde organizamos, no dia 02 de junho, a reunião de preparação. Foram 40 convidados, dos quais 13 confirmaram participação no encontro e 09 participaram do piloto no Maria Antônia.

Após o piloto, suprimimos algumas questões, alteramos outras e deixamos quase todas, algumas com espaços para complementação das respostas, finalizando 46 questões.

Para tabulação tivemos que unir algumas respostas, conforme especificidades do programa que utilizamos o *SPSS*. Descreveremos os procedimentos adiante.

Em São Paulo, 12 voluntários participaram da aplicação dos questionários no dia 10 de junho de 2012, na 16ª Parada do orgulho LGBT, em sua maioria, universitários e membros do grupo de pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo – GEPSIPOLIM/USP. A aplicação dos questionários teve início às 09h da manhã na Avenida Paulista e foi finalizada às 19h na Praça Roosevelt.

Em Campinas foram 04 voluntários, também universitários, aplicaram os questionários, das 13h às 19h no dia 01 de julho, na 12ª Parada LGBT de Campinas, também por todo trajeto do evento e, principalmente, na concentração e dispersão.

Os questionários foram preenchidos pelos respondentes, de próprio punho, os aplicadores voluntários apenas acompanharam e responderam algum questionamento em caso de dúvidas no preenchimento ou compreensão.

Tanto em São Paulo quanto em Campinas os participantes contestaram a extensão do questionário e alguns deles desistiram de preencher as últimas questões, sobretudo, durante o trajeto. Registramos outras dificuldades, já apontadas por Carrara e Ramos (2004); Prado, Rodrigues e Machado (2006) e Facchini, França e Venturi (2007), para a aplicação dos questionários. A configuração festiva, o som alto, as inúmeras atrações, os obstáculos e desconfortos em responder as questões na rua, a atenção nos amigos, paqueras, militantes, tudo isso parecia-nos elementos que prejudicavam na aplicação. Contudo, há de se pontuar que muitos dos participantes, principalmente em Campinas, até sentavam para responder os questionários. Ao que nos parece, em São Paulo, pelas inúmeras pesquisas realizadas ano a ano, e ao mesmo tempo no evento, muitos negam participar da pesquisa e menos importância dão para os questionários, são mais resistentes. Em Campinas, talvez por não haver o mesmo volume de pesquisas, os participantes pareciam mais abertos a responder os questionários, embora, no dia em que estávamos aplicando, outro grupo aplicava um questionário, apenas na concentração.

Ainda que os números mostrem adiante alguns dados sobre o perfil dos participantes, cabe mencionarmos como identificamos os públicos das paradas LGBT de São Paulo e Campinas nos registros de campo, considerando também nossas referências a partir de outras pesquisas. Em São Paulo, os participantes parecem ser majoritariamente jovens entre 20 e 35 anos, homens e brancos, desde as “bichinhas poc-poc”¹⁸ (efeminadas) e “pão com ovo”¹⁹

¹⁸ Gírias de LGBT. Consultar: Aurélia, a dicionária da língua afiada.

¹⁹ Idem nota 8.

(pobre) aos “bofes”²⁰ (heterossexuais e gays ativos). Em Campinas, sob uma leitura de senso comum, notamos mais adolescentes, mais pardos e pessoas aparentemente pobres. Um público também diversificado, entretanto, se comparado com São Paulo, observamos mais “sapas”²¹ (lésbicas) no interior.

3.2.2 O Survey e a tabulação dos questionários

De acordo com Babbie (1999) os *surveys* representam um tipo particular de pesquisa social empírica. Segundo o autor há um conjunto de desenhos possíveis ao se trabalhar com tal método, podendo:

(...) incluir censos demográficos, pesquisas de opinião pública, pesquisas de mercado sobre preferências do consumidor, estudos acadêmicos sobre preconceito, estudos epistemológicos, etc. *Surveys* podem diferir em termos de objetivos, custos, tempo e escopo. (BABBIE, E.: 1999, p. 95)

Quanto às finalidades da pesquisa de *Survey*, Babbie (1999) que há uma variedade de propósitos, contudo, apresenta três objetivos gerais que permeiam os propósitos, a saber: 1. Descrição; 2. Explicação e 3. Exploração.

Ainda que frequentemente os *surveys* sejam usados para formulação de enunciados descritivos sobre uma população, afirma ele, *isto é, descobrir a distribuição de certos traços e atributos*. (Babbie, 1999:96), muitos pesquisadores buscam fazer ponderações explicativas. Contudo, nos atenta que a explicação quase sempre requer uma análise multivariada, ou seja, a análise simultânea de duas ou mais variáveis.

Em nosso *survey* aplicamos 538 questionários em São Paulo e Campinas, para termos alguns traços e atributos associados às concepções de Sexualidade e Direitos Humanos. Tínhamos planejado algumas entrevistas, contudo, devido à quantidade de dados levantados com os questionários, optamos aferi-los quantitativamente e qualitativamente.

Nossa unidade de análise são os participantes das paradas LGBT de São Paulo e Campinas. “*Quaisquer que sejam as unidades de análise, dados são colhidos para se descrever cada unidade individual.*” (Babbie, 1999, p. 98). Logo, ainda que tratemos de um coletivo contemplado na pesquisa, trazemos junto aos dados descrições individuais sobre as concepções de Direitos Humanos e Sexualidade. Segundo o autor, as descrições são agregadas e utilizadas para explicar a amostra e, por extensão, a população em questão.

²⁰ Idem nota 8.

²¹ Idem nota 8.

Para abordagem quantitativa ponderamos ser pertinente a inserção de variáveis sócio-econômicas, que nos permitissem uma descrição do público participante. Uma vez que, como atenta Costa, Machado e Prado (2008), falamos de uma população plural e que múltiplas variáveis respondem suas especificidades.

Das 46 questões dispostas no questionário, elegemos algumas para análise, uma vez que a tabulação exigiria um complexo trabalho de construção das variáveis e sistematização no programa *SPSS Statistics 20*. Seleccionamos as questões mais relevantes aos objetivos de nossa pesquisa, deixando as demais para futuros estudos e recortes da pesquisa e as transformamos em 69 variáveis, organizadas conforme Apêndice B.

3.2.3 Análise do discurso como recurso técnico-teórico para as questões abertas

Yaguello (2006) relata que Bakhtin, sob uma perspectiva marxista, trata do signo e da enunciação como sendo de natureza social, em que a linguagem determina a consciência e a atividade mental. Acrescenta que ele valoriza a fala e sua natureza social não individual, que as condições da comunicação se associam às estruturas sociais e que as palavras são signos ideológicos que se exprimem no cotidiano, onde se formam, renovam e afirmam as ideologias constituídas.

Assim, entendemos que Bakhtin ultrapassa uma leitura semiótica do discurso, ele soma a análise o significante e o significado, a partir de uma perspectiva em que o sujeito não fala o signo, seu discurso trás os sentidos construídos sob uma ideologia. O discurso é a forma que os indivíduos vão organizar e expressar os significados, contudo, ainda que ele construa e se funde na ideologia, não pode explicá-la.

Em todo ato de fala, a atividade mental subjetiva se dissolve no fato da enunciação realizada, enquanto que a palavra enunciada se subjetiva no ato de descodificação que deve, cedo ou tarde, provocar uma codificação em forma de réplica. Sabemos que cada palavra se apresenta como uma miniatura onde se entrecruzam e lutam valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como produto da interação viva das forças sociais. (BAKHTIN, M.: 2006, p. 66)

Dessa forma Bakhtin (2006) vai tratar da língua como prática social. Sendo que, para o autor, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas, utilizando as formas normativas do contexto concreto. O que lhe importa revelar é que “*a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.*” (Bakhtin, 2006, p. 96)

Segundo Hanks (2008) a linguagem da prática não se dedica a objetos acabados e sim aos processos de construção, às redes de articulação e à reflexividade. O autor nos coloca que para Bourdieu a língua é uma prática social, sendo que o social não descreve apenas a língua, mas a cultura que a compreende. Traz, a partir de três linhas de reflexão, o conceito de *habitus*, que representa a vivência, as interações e incorporações dos sujeitos. É assim que o autor fala de uma formação social dos falantes, em que o uso linguístico advém de valores socialmente internalizados e incorporados. Na perspectiva da prática, acrescenta, a produção da fala e do discurso são formas de ocupar os campos sociais, papéis sociais num processo histórico, sujeito e campo se constituem.

Decorre que alguns sentidos não aparecem no referencial teórico, ao tratar dos discursos e as realidades em cena. E dessa maneira se estabelecem as críticas ao estruturalismo, em que várias outras perspectivas pretendem ir além do texto. A *“análise do discurso não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso”* (Orlandi, 2007:72)

Autores como Pêcheux e Foucault, ambos pertencentes à linha francesa da análise de discurso, a qual nos parece mais pertinente aos propósitos e perspectivas teóricas de nosso estudo vai preocupar-se com elementos para além do texto e textualidade, dando enfoque ao efeito de sentido.

Para Orlandi (2007) Pêcheux orienta sua leitura sobre os discursos a partir de três perspectivas teóricas, a linguística, para o estudo do signo; o marxismo, para estabelecer a relação entre a ideologia os sujeitos e a psicanálise, para a interpretação das falas. A autora descreve que os discursos são produzidos na relação entre o sujeito, à linguagem e a história.

A atenção com os efeitos de sentido na análise de discurso pressupõe a consideração de todos os elementos, conforme propõe Orlandi.

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever. (ORLANDI, E. P.: 2007, p. 47)

Essa produção discursiva com efeitos de sentidos se dá, segundo a autora, através do seguinte processo: um objeto é enunciado através de um processo discursivo, que em relação com a Ideologia e a história, produz sentidos nos sujeitos. Logo, ao pensarmos nas concepções de sexualidade e direitos humanos que os participantes das paradas LGBT trazem

na contemporaneidade, buscamos saber como os sentidos têm sido produzidos nesse processo histórico do discurso que sempre é ideológico. Sentidos estes que são concebidos conforme a historicidade e conjuntura.

Alinhamo-nos a ideia de que o imaginário constitutivo do discurso parte de uma linguagem que se dá ao longo da história. Os sentidos das palavras se dão a partir das formações discursivas em que se inscrevem. Pensamos assim, em como ao longo dos tempos as noções de sexualidade e direitos humanos vem sendo concebidas, bem como reproduzidas e transformadas no cotidiano.

Conforme nos aponta Orlandi (2007), tal dispositivo analítico compreende os referenciais teóricos que o pesquisador traz junto ao estudo, e que somado ao dispositivo teórico da interpretação, as referências da análise de discurso, confere o arcabouço teórico, ou o *corpus* da pesquisa, que fundamenta os procedimentos analíticos.

Somado a isso, consideramos a perspectiva foucaultiana para a análise de discurso. Segundo Gregolin (2004) para Foucault, em *A ordem do discurso*, não há uma verdade, mas a busca dela, vontades de verdade, que se transformam conforme as contingências históricas e que exercem pressão e poder de coerção sob os discursos. Foucault traz a ideia de acontecimento discursivo, afastando de noções da história tradicional (continuidade, linearidade, causalidade, soberania do sujeito) e a afirmação dos conceitos de uma história de descontinuidade, ruptura, limiar, limite, série, transformação.

Gregolin (2004) acrescenta que Foucault propõe tratar os enunciados efetivamente produzidos, em sua irrupção de acontecimento, a fim de compreender as condições que possibilitam a sua emergência em certo momento histórico. O importante é entender a produção discursiva em que os enunciados se inscrevem.

O propósito da análise foucaultiana é desconstruir a idéia de sujeito como origem e fundamento dos sentidos, e, para isso, é preciso se livrar da idéia do sujeito constituinte, a fim de chegar á figura do sujeito imerso na trama histórica. (GRECOLIN, M. do R.: 2004, p.101)

Assim, nosso objetivo, a partir dessa apresentação das concepções de sexualidade e direitos humanos ao longo da história e na atualidade, é trazer à baila uma análise psicopolítica dos discursos à luz de um movimento social, a parada do orgulho LGBT. As concepções, significados e sentidos que os atores envolvidos na pesquisa trazem dizem respeito aos elementos objetivos vistos na cena política, os quais produzem subjetividades em

sujeitos e coletivos. Apreenderemos tais sentidos e significados através da tabulação a análise das questões abertas.

Convém pontuar que entendemos as respostas abertas como textos, os quais, conforme nos aponta Orlandi (2007), remetem ao discurso, cuja materialidade relaciona-se com história. Discursos produzidos por sujeitos históricos, os quais trazem consigo sentidos produzidos em suas experiências sociais e particulares.

Consideramos, assim, que trazemos em nossas análises das práticas discursivas os sentidos e significados produzidos ao longo da história por sujeitos filhos das sociedades que pertencem.

Para a interpretação do discurso, utilizamos como dispositivo teórico as referências de sexualidade e direitos humanos que trouxemos nos capítulos anteriores. Uma vez que nosso objetivo é fazer uma análise psicopolítica das concepções de sexualidade e direitos humanos, desenhamos nosso corpus - as prioridades discursivas e seus limites, as palavras que destacamos - a partir dos significados mais recorrentes entre os respondentes, para, em seguida, relacionarmos ao nosso dispositivo teórico, de modo a identificarmos os sentidos.

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. (Orlandi, E. P.:2007, p. 47)

Orlandi (2007) nos fala que a análise de discurso não se interessa pelo texto em si como objeto final, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. Acrescenta que *“não são documentos que ilustram ideias pré-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras.”* (Orlandi, 2007, p. 64).

Consideramos que, em nossa análise psicopolítica das concepções de sexualidade e direitos humanos, não nos interessa buscar a origem histórica dos discursos daqueles que entrevistamos – os participantes das paradas LGBT de São Paulo e Campinas -, mas relacionar e analisar o dito e o não-dito em nossas interpretações com as referências sobre o tema.

4 O QUE CONCEBEMOS (Terceira parte)

Nessa seção apresentamos os resultados obtidos por meio do *survey* e a discussão a partir de nossas análises. Dividimos em uma dimensão mais quantitativa, para qual fizemos análise fatorial e análise de correlação de variáveis, de modo a aferirmos os dados qualitativamente. E outra dimensão apenas qualitativa, em que analisamos os textos – produções discursivas – de algumas respostas abertas que incluímos em nosso questionário.

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nosso *survey* foi elaborado com 46 questões (Apêndice A), as quais foram tabuladas em 69 variáveis (Apêndice B). Algumas utilizamos para descrever o perfil do público (Gráficos de 01 a 20), outras 05 utilizamos para análise fatorial e de correlação e mais 03 para análise das respostas abertas.

4.1.1 Análise fatorial e de correlação

Um dos primeiros passos de nossa análise foi realizar o cruzamento das variáveis individualmente, de modo que pudéssemos observar como elas estão correlacionadas. Dancey e Reidy (2006) colocam como um objetivo da ciência, a compreensão das variáveis e por que estas estão relacionadas, propondo um delineamento correlacional, cuja técnica estatística pode ser o coeficiente de correlação momento-produto de Pearson (p).

Contudo, apresentar ao leitor todas as correlações nos demandaria maior tempo para analisá-las todas, uma vez que trabalhamos com 69 variáveis tabuladas em nossa pesquisa (Apêndice B). Considerado os limites impostos a um trabalho de mestrado, optamos por dar prioridade a algumas delas. Caso tenha curiosidade, o leitor poderá encontrar nos apêndices algumas tabelas que apontam o coeficiente de correlação de variáveis individualmente correlacionadas, calculadas através do Teste *chi-square*. (Apêndice E, tabelas de 19 a 27).

Através do programa estatístico *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*, foi feita uma análise fatorial das variáveis acerca das concepções de sexualidade e direitos humanos e a partir dos fatores encontrados fizemos as análises cruzadas. Podemos dizer que a análise fatorial busca descrever a covariância entre as variáveis originais (aquelas que estruturamos em nosso questionário) em um número reduzido de variáveis não observáveis (não apresentadas no questionário em si), e que denominamos de fatores. Foram 458 questionários válidos e 80 excluídos para as análises. Nossos critérios para exclusão foram: a)

questionários em que mais de 50% das questões de sexualidade e direitos humanos não foram respondidas e b) questionários em que os participantes abandonaram a pesquisa.

Fizemos os testes *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e *Bartlett*, que indicam a adequação dos dados para a realização da análise fatorial (Apêndice C, tabelas 7, 9, 11 e 13). Utilizamos os testes estatísticos KMO e o *Bartlett*, em que resultados mais próximos de 1,0 (no caso do primeiro) e significância abaixo de 0,05 (no caso do segundo) indicariam adequação da amostra.

Para análise fatorial das concepções de sexualidade e direitos humanos, utilizamos as questões 23, 24, 36 e (38 + 40) (Apêndice A).

4.1.1.1 Análise fatorial

4.1.1.1.1 Análise fatorial para as concepções de sexualidade

A análise fatorial da questão “Para você sexualidade é (...)” nos apresentou uma clara estrutura fatorial (KMO=0,77) com três fatores de variância total explicada de 44,7%. (Apêndice C, tabelas 7 e 8). A tabela que segue mostra as três dimensões encontradas, os itens que as compreendem e seus respectivos coeficientes de consistência interna no fator.

Tabela 1 - Resultado da análise fatorial exploratória das concepções de sexualidade

Variáveis	Consistência interna no fator		
	Fator 1	Fator 2	Fator 3
Sexualidade é uma questão de política	,776		
Sexualidade é uma questão de gênero	,700		
Sexualidade é uma questão de cultura	,635		
Sexualidade é uma questão de orientação sexual	,524		
Sexualidade é uma questão de identidade	,478		
Sexualidade é uma questão de sexo	,276	,614	
Sexualidade é uma questão de opção sexual		,567	-,485
Sexualidade é um comportamento sexual	,343	,541	
Sexualidade é uma determinação divina		,533	
Sexualidade é uma questão de órgãos genitais	,407	,480	
Sexualidade é uma questão de Genética			,682
Sexualidade é uma questão biológica			,658

Método de extração: Análise de componentes principais.

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser. A rotação convergiu em 5 iterações.

Organização: Ortolano, Fábio.

Como podemos ver na tabela acima, encontramos três dimensões de respostas que ilustram as concepções de sexualidade por parte dos respondentes. Tais dimensões, que nomeamos de fatores, definimos como: fator 1. Concepções sociais da sexualidade; fator 2.

Concepções deterministas/religiosas da sexualidade e fator 3. Concepções biológicas da sexualidade.

Para o fator 1, concepções sociais da sexualidade, observamos que a pontuação (coeficiente de consistência interna no fator) das variáveis pelo método de rotação está entre 0,78 e 0,48; congregando as definições de sexualidade como uma questão de política, gênero, cultura, orientação sexual e identidade.

Para o fator 2, concepções deterministas/religiosas da sexualidade, notamos que a pontuação oscilou de 0,61 a 0,48 no método de rotação; contemplando os significados de sexualidade como uma questão de sexo, opção sexual, um comportamento sexual, uma determinação divina e uma questão de órgãos genitais.

Para o fator 3, concepções biológicas da sexualidade, podemos ver uma variação 0,68 e 0,66 para pontuação das variáveis pelo método de rotação. Tal dimensão abarca as acepções de sexualidade como uma questão de genética e como uma questão biológica.

Cabe pontuar que, conforme observamos na tabela, algumas respostas também se incluem em outros fatores, ainda que se concentrem em uma dimensão. Como as respostas de que a sexualidade é uma questão de sexo, uma questão de opção sexual, um comportamento sexual e uma questão relativa aos órgãos genitais.

Tais concepções, divididas em três frentes de respostas, de acordo com o que os respondentes apontavam, denotam parte do que concebemos sobre a sexualidade no senso comum, contudo, como podemos observar, elas trazem consigo algumas das referencias e acepções que alguns teóricos traçaram sobre o tema.

A concepção social da sexualidade alinha-se aos postulados de Thomas Laquer (2001), ao dizer que o sexo, a sexualidade e o gênero são frutos de seu tempo. Sendo, nessa concepção, a sexualidade uma questão de política, gênero, cultura, orientação sexual e identidade. Entendemos esta como uma construção social e coletiva das práticas. Diz de hábitos sociais típicos das sociedades, transmitidos entre gerações, mas que podem sofrer transformações, uma vez que são politicamente negociados e são como os sujeitos, individualmente e em grupos, constituem suas identidades.

Assim, como exemplo, temos o que Veyne (1985) nos fala sobre a concepção da homossexualidade conforme a época. Mesmo sendo a sociedade romana na Antiguidade machista, sua concepção negativa estava mais associada à prática e não ao sujeito, quando o que condenavam não era a inclinação de um homem por outro do mesmo sexo, mas sim quando era o passivo. Os valores daquilo que nomeamos se alteram conforme o tempo e local.

Ao que nos parece, tal concepção de sexualidade, associa-se, aos saberes produzidos a partir do paradigma moderno-científico ou pós-moderno, quando, no primeiro momento damos início às perspectivas sociais e humanas da sexualidade, a partir de um olhar mais qualitativo, como nos fala Laqueur (2001), e no segundo momento, quando desconstruímos algumas verdades. Assim, essa perspectiva aproxima-se ao que Guacira Lopes Louro (2008) nos aponta, ao ponderar que alguns autores, como Freud, Lacan e Foucault, abalam uma racionalidade que dominava a ciência, quando trazem à baila às referências sobre o inconsciente que não temos acesso, que este depende do olhar do outro e que estamos constituídos socialmente através das discursividades que produzimos. Relativizamos nossas práticas e o que significamos delas, como a sexualidade, pelas forças políticas que as envolvem.

Nesse sentido, é justamente nessa concepção social que os respondentes inserem o termo orientação sexual, quando sabemos que este expressa a constituição do desejo, o qual é, certamente, moldado por questões subjetivas e sociais e não dizem apenas de escolhas livres e voluntárias. Tal como prescreve os princípios de Yogyakarta, em que orientação é a capacidade do indivíduo experimentar uma atração emocional, afetiva e sexual, por qualquer pessoa.

Por outro lado, opção sexual, termo semelhante no senso comum, mas diferente conceitualmente de orientação sexual, está inserido, sobretudo, na concepção determinista/religiosa. Atribuímos isso a uma ideia objetiva e essencialista, atrelada à perspectiva criacionista, para a qual há uma verdade absoluta e incontestável. Segue uma racionalidade binária, como nos fala Butler (2003) e Louro (2008), a partir da qual, os sujeitos são e realizam suas práticas a partir de polos opostos. Desse modo, colocam o ser e suas práticas sob-responsabilidade, sobretudo, dos sujeitos. Ou seja, são eles que fazem as escolhas por posicionarem-se em um dos polos.

Posto isso, retomamos a ideia de Costa (1992), ao dizer que a cultura inclui e exclui certas possibilidades expressivas do ser e seu desejo. Em outras palavras, na constituição desses polos são atribuídas as normas, nas quais os sujeitos devem se posicionar. O que é diferente de orientar-se, quando apenas consideram-se as possibilidades, sem essencializar lugares. E fica claro porque tal concepção e termo alinham-se a moral cristã, quando a culpa e o pecado são dispositivos de sua ética, normatizadores de polos que reforçam lugares de poder. Não à toa, nessa mesma frente de concepções, os respondentes apontam a sexualidade como uma dimensão divina, quando certamente acreditam no mito fundador da humanidade e

na reprodução da espécie a partir do casal monogâmico. Inserem-se, portanto, num paradigma judaico-cristão de compreensão da realidade.

As concepções deterministas/religiosas da sexualidade abarcam também significados da sexualidade como uma questão de sexo, comportamento sexual e órgãos genitais. Ou seja, falamos de uma sexualidade sob o viés da reprodução, enquanto meio de constituição da espécie, centralizando o sexo, assim, nas genitálias. E até mesmo Freud (1856-1939), ao tratar dos desvios e das degenerações, confere centralidade à genitália. O que vemos, nesse sentido, é uma mescla entre dois paradigmas, o judaico-cristão e o moderno-científico, tanto que o significado de sexualidade como uma questão vinculada aos órgãos genitais pontua em dois fatores, conforme tabela 1.

Para nós, as concepções biológicas da sexualidade estão, principalmente, associadas à ao paradigma científico. Tal dimensão abarca as acepções de sexualidade como uma questão de genética e como uma questão biológica. Alinham-se a racionalidade moderna das ciências naturais, mais rígidas, tanto que pontuam apenas os dois termos. Acerca disso, Foucault (1988) fala de um regime vitoriano da produção da sexualidade, em que os saberes e pareceres médicos representaram um meio de controle e significação do sexo e da sexualidade. A cientificidade, sob a lógica da comprovação e verdade, confere, nesse sentido, um olhar focado no homem a partir de seu corpo, sem considerar uma dimensão qualitativa do sexo, que é social. Ao que parece, a sexualidade perde a dimensão do todo que compõe os sujeitos, sendo apenas considerado o corpo, enquanto matéria.

Essa concepção biológica da sexualidade, muitas vezes, além do saber médico, é reforçada através das instituições sociais, como órgãos públicos e família, quando estes falam do sexo apenas na dimensão do cuidado com o corpo e da reprodução, a partir de temas como gravidez, herança genética, doenças sexualmente transmissíveis, sistema reprodutor humano, etc.

À contramão desse olhar restrito, cumpre dizer que sexualidade é um dos temas transversais propostos nos parâmetros curriculares da educação nacional. Logo, a escola, de acordo com suas normativas, deveria romper com uma visão exclusivamente biológica do sexo e sexualidade, discutindo sexualidade em todas as disciplinas, desde a história à biologia, da geografia à filosofia e até em matemática, física e química. Aliás, nessa perspectiva, auxilia a compreensão da adolescência como um fenômeno social, assim como nos fala Vera Paiva (1996), não apenas como transformações físicas associadas à puberdade. Não que necessariamente isso ocorra uma vez considerado o histórico, regime e economia da

sexualidade das sociedades ocidentais que nos fala Foucault (1988), há um aparato de práticas que dizem da sexualidade enquanto silêncio.

Na análise fatorial da questão “Para você sexualidade é resultante” ($KMO=0,73$) nos trouxe dois fatores de variância total explicada de 48,7% (Apêndice C, tabelas 9 e 10). Os dois fatores e seus coeficientes de consistência interna apontamos na tabela 2.

Tabela 2 - Resultado da análise fatorial exploratória da origem das concepções de sexualidade

	Consistência interna no fator	
	Fator 1	Fator 2
A sexualidade é resultante da família	,771	
A sexualidade é resultante da igreja	,767	
A sexualidade é resultante das leis	,657	,363
A sexualidade é resultante das falas cotidianas	,343	
A sexualidade é resultado da filosofia		,713
A sexualidade é resultado da ciência		,632
A sexualidade é resultado da medicina	,373	,629

Método de extração: Análise de componentes principais.

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser. A rotação convergiu em 3 iterações.

Organização: Ortolano, Fábio.

Quanto à origem das concepções de sexualidade, conforme notamos na tabela 2, as respostas se aproximam em dois fatores, os quais denominamos: fator 1. Origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade e fator 2. Origem Científica dos dispositivos da sexualidade.

No fator 1, origem cotidiana dos dispositivos produtores da sexualidade, observamos que a pontuação das variáveis pelo método de rotação está entre 0,77 e 0,34; agrupando as respostas que pontuam a sexualidade como resultante da família, igreja, leis e falas cotidianas.

No fator 2, origem científica dos dispositivos reprodutores da sexualidade, com pontuação das variáveis entre 0,71 e 0,63 pelo método de rotação, notamos a união de respostas que colocam a sexualidade como resultado da filosofia, da ciência e da medicina.

Novamente, cabe mencionar que, mesmo concentradas numa dimensão, duas variáveis aparecem também em outro fator, como as respostas que definem a sexualidade resultante das leis e da medicina.

Fizemos tal questão baseados nos postulados de Foucault (1988) e Laqueur (2001), ao mostrarem que as concepções de sexualidade são frutos de seu tempo e das instituições que a regem. Nesse sentido, buscamos apontar algumas delas citadas pelos autores, como a ciência, a medicina, a família, etc.

Um fator encontrado aponta para a origem cotidiana dos dispositivos produtores da sexualidade, onde as concepções são constituídas socialmente. Nessa perspectiva os

respondentes apontam a sexualidade como resultante da família, igreja, leis e falas cotidianas. Tais qualitativos vão ao encontro da ideia de Foucault (1988), quando nos relata que os discursos normatizaram as práticas, confiscando a sexualidade à família conjugal. Discursos estes, proferidos e replicados nos consultórios médicos, nos confessionários, nos documentos jurídicos. São aparatos e dispositivos, como ele mesmo denomina que compõem o nosso cotidiano.

Essa visão da origem cotidiana confirma outra acepção de Foucault (1979), de que o poder está em todas as relações e pessoas. Assim, em todos os espaços e instituições em que elas participam, exercem seu poder através das concepções que mais lhe convém, seja na família, da igreja e em suas falas cotidianas.

A percepção da origem científica dos dispositivos reprodutores da sexualidade congrega as noções da sexualidade como resultado da filosofia, da ciência e da medicina. Tal concepção confirma a afirmativa de Laquer (2001), ao dizer que a interpretação do sexo e da sexualidade está ligada a um progresso científico, como, por exemplo, quando deixamos o modelo metafísico de compreensão dos sexos, para ascensão do pensamento da divergência biológica. Corroborar também com as referências de Foucault (1988) em *A história da Sexualidade I*, ao mostrar que o saber médico foi uma das bases para a significação da sexualidade para as sociedades ocidentais. Ainda mais nos dias de hoje em que vivemos um movimento de “medicalização” da vida, não apenas no consumo de drogas, mas na busca por respostas médicas, muitas vezes as experiências sexuais são atravessadas por um saber clínico, tal como nos mostra Margareth Arilha (1996), ao falar da vivência da sexualidade associada às práticas conceptivas, balizadas por regras e recomendações de especialistas. E como dissemos na seção das concepções de sexualidade, Margareth Rago (1996) comenta do papel dos médicos que na educação de jovens para proteção do casamento, como única possibilidade moral, condenando a prostituição. Tal prática clínica se reproduz em nosso cotidiano, assim, certamente a sexualidade será significada a partir disso, num campo de disputas por significados, no qual reforçamos algumas autoridades.

4.1.1.1.2 Análise fatorial para as concepções de direitos humanos

Quanto aos direitos humanos, para questão “Para você direitos humanos são (...)” tivemos uma boa estrutura fatorial ($KMO=0,96$), contudo todas as variáveis se agruparam em um único fator, com variância total explicada de 76,6% (Apêndice C, tabelas 11 e 12). Na

tabela 3 mostramos as variáveis e suas respectivas pontuações para consistência interna do fator.

Tabela 3 - Resultado da análise fatorial exploratória das concepções de direitos humanos

	Consistência interna no fator
	Fator 1
Direitos Humanos são direito ao trabalho	,960
Direitos Humanos são direito ao lazer	,926
Direitos Humanos são direito ao voto	,925
Direitos Humanos são direito a liberdade religiosa	,925
Direitos Humanos são direitos econômicos	,918
Direitos Humanos são direito ao esporte	,912
Direitos Humanos são direito à assistência social	,901
Direitos Humanos são direito à moradia	,872
Direitos Humanos são direito à alimentação	,852
Direitos Humanos são direito à orientação sexual	,835
Direitos Humanos são direito à saúde	,826
Direitos Humanos são direito à educação	,764
Direitos Humanos são direito a dignidade	,723

Método de extração: Análise de componentes principais.

Organização: Ortolano, Fábio.

Sobre as concepções de direitos humanos observamos que todos os direitos pontuados como variáveis se agrupam num único fator, com pontuação pelo método de extração entre 0,96 e 0,72. Assim, o direito ao trabalho, o direito ao lazer, o direito ao voto, o direito a liberdade religiosa, os direitos econômicos, o direito ao esporte, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação, o direito à orientação sexual, o direito à saúde, o direito à educação e o direito à dignidade são concebidos como direitos humanos na mesma dimensão.

Essa percepção de que os múltiplos direitos estão todos correlacionados entre si num único fator, ou dimensão, vai ao encontro do que nos fala Piovesan (2004), ao apontar a indivisibilidade dos direitos, quando a garantia de um é condição para observância de outro. Como exemplo, pensamos em como suporíamos o direito ao lazer e ao ócio, se não tivéssemos assegurados o direito ao trabalho, à participação nos meios de produção social, ao passo que não teriam sentido se o sujeito não tivesse o direito à saúde ou à alimentação, etc.

Na análise fatorial da questão “Direitos humanos compreendem” ($KMO=0,60$), encontramos dois fatores com uma variância total explicada de 71,6%. A tabela 4 apresenta os dois fatores, suas variáveis e pontuação. (Apêndice C, tabelas 13 e 14)

Tabela 4 - Resultado da análise fatorial exploratória de que os direitos humanos compreendem

	Consistência interna no fator	
	Fator 1	Fator 2
Os direitos humanos compreendem os direitos políticos	,887	
Os direitos humanos compreendem os direitos sociais	,740	
Os direitos humanos compreendem os direitos civis	,697	
Os direitos humanos compreendem a diversidade de manifestações da sexualidade		,985

Método de extração: Análise de componentes principais.

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser. A rotação convergiu em 3 iterações.

Organização: Ortolano, Fábio.

Quanto ao que os direitos humanos compreendem, conforme notamos na tabela 4, as respostas se aproximam em dois fatores os quais denominamos: fator 1. Direitos políticos, sociais e civis e fator 2. Diversidade de manifestações da sexualidade.

Estes dois fatores encontrados, para a concepção dos direitos humanos e o que eles compreendem, apontam para a ideia de Bobbio (2004) de que os direitos são processuais e frutos do seu tempo. O fato de não encontrarmos todos num único fator, aponta para o não reconhecimento da indivisibilidade que nos fala Piovesan (2004) dos direitos considerados. Assim, ainda que os respondentes reconheçam a orientação sexual como um direito humano, tal como vimos na questão anterior, para os mesmos os direitos humanos compreendam a diversidade das manifestações da sexualidade numa dimensão diferente dos direitos políticos, civis e sociais.

Não sendo indivisível, a diversidade de manifestação da sexualidade não aparece como pré-requisito de garantia dos direitos políticos, sociais e civis e vice-versa. Certamente a crença na diversidade de manifestações da sexualidade como um direito não adquiriu a capacidade de congregar discursos em torno de si que a legitime, assim como nos coloca Ramos (2011), nesse processo de construção dos direitos, apontado por Bobbio (2004).

Assim, consideramos que nesse processo histórico de concepção dos direitos humanos, fomos produzindo discursividades sobre o que seriam os direitos civis, políticos e sociais, sendo gradualmente positivados pelos Estados. Ainda que os direitos civis e políticos pertençam à primeira geração e os sociais à segunda geração de direitos, entendemos que todos estão alocados num mesmo fator por já estarem mais compartilhados socialmente. Hoje, por conta desse processo de afirmação a partir de normativas dos Estados e acordos internacionais, tais direitos já estão mais cristalizados no senso comum.

Já o segundo fator encontrado, em que apenas encontramos a diversidade das manifestações da sexualidade compreendida nos DH, trata-se do que Lopes (2000) nos aponta

como direitos de reconhecimento, cujo foco é proteger identidades e salvaguardar expressões, discursividades mais recentes no campo do direito e no senso comum. Nesse sentido, Piovesan (2005) fala de duas estratégias acerca da salvaguarda dos direitos humanos pouco assegurados às minorias, a estratégia repressiva punitiva e a estratégia promocional. E no caso da diversidade das manifestações da sexualidade vemos ambas as estratégias, como o combate à homofobia e a afirmação de identidades LGBT.

Conceitualmente, baseados nas referências de Bobbio (2004) que trouxemos em capítulo anterior, entendemos que o direito à manifestação da diversidade sexual se encaixa aos direitos de terceira geração, ou ainda, se pensarmos em novas conjunturas e formas de expressão, de quarta geração.

Sendo assim, nos parece claro o porquê a diversidade da manifestação da sexualidade encontra-se num fator isolado, pois é fruto mais recente desse processo de construção dos direitos. E autores como Lafer (1997), Lopes (2000), Piovesan (2004), Alves (2012) corroboram com essa lógica sócio-histórica dos direitos defendida por Norberto Bobbio (2004) e Stralen (2003).

4.1.1.2 Análises correlacionadas

Para aprofundarmos em nossos resultados, cruzamos os fatores encontrados entre si para pontuamos suas correlações, através da correlação de Pearson. Dancey e Reidy (2006) nos relatam que o coeficiente de correlação, varia de 0 (nenhuma relação entre as variáveis) a 1 (relação perfeita entre as variáveis). Tais autores nos mostram que a força de correlação é lida de três formas: fraca ($0,1 < r < 0,3$), moderada ($0,3 < r < 0,6$) e forte ($0,6 < r < 0,9$). Sendo r o coeficiente de Pearson. O que vemos é que quanto mais próximo ao zero, menor é a relação entre as variáveis, independentemente se a correlação é positiva ou negativa.

Tabela 5 - Correlação de Pearson entre os fatores encontrados para as concepções acerca da sexualidade

	Concepção social da sexualidade	Concepção deter./religiosa da sexualidade	Concepção biológica	Origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade	Origem científica dos dispositivos da sexualidade
Concepção social da sexualidade	1	0,33**	0,13**	0,35**	0,25**
Concepção deter./religiosa da sexualidade		1	0,11*	0,19**	0,10*
Concepção biológica			1	0,00	0,20**
Origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade				1	0,29**
Origem científica dos dispositivos da sexualidade				0,29**	1

* Correlação significativa ao nível de 0,05(Apêndice D, tabela 15)

** Correlação significativa ao nível de 0,01(Apêndice D, tabela 15)

Organização: Ortolano, Fábio.

Como podemos observar na tabela 5, todas as concepções acerca da sexualidade estão correlacionadas entre si num baixo (leve) ou moderado grau de correlação, exceto a concepção biológica e da origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade. Notamos que a concepção social está mais correlacionada à concepção da origem cotidiana do que à concepção de origem científica dos dispositivos da sexualidade e mais correlacionada com a concepção determinista-religiosa do que com a concepção biológica, conforme mostramos no quadro 2.

Quadro 2 - Correlação das concepções de sexualidade

Organização: Ortolano, Fábio.

A concepção determinista religiosa também se correlaciona mais com a concepção da origem cotidiana do que com a concepção da origem científica dos dispositivos da sexualidade, contudo, com mais fraca correlação que a concepção social. Correlacionando-se mais com a concepção social do que com a concepção biológica.

A concepção biológica apenas correlaciona-se com a concepção da origem científica dos dispositivos da sexualidade. E correlaciona-se mais levemente com as concepções social e determinista/religiosa da sexualidade.

Entendemos que a concepção biológica da sexualidade não está correlacionada à concepção da origem cotidiana dos dispositivos, pois se associa a um saber científico e mais rígido, próprio da constituição das ciências naturais e positivas. Nesse caso, buscamos uma autoridade que justifique essa concepção, no caso, a ciência, seus experimentos e suas comprovações.

Não à toa, em uma polêmica entrevista concedida pelo Pastor Silas Malafaia à Marília Gabriela, no canal SBT, exibida em 03 de fevereiro de 2013, os telespectadores buscaram e

compartilharam a resposta de um biólogo, a autoridade, então, para tratar da sexualidade como uma questão e propriedade da biologia.

Em síntese, notamos que tanto a concepção social quanto à determinista religiosa estão mais correlacionadas à origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade por se constituírem juntamente ao senso comum, ao passo que a biológica está associada à origem científica por estar compreendida num paradigma moderno-científico.

Realizamos o mesmo procedimento de análise correlacional entre as concepções de direitos humanos (Apêndice D, tabela 16) e notamos que todas as concepções estão correlacionadas entre si, com fraco, moderado e forte grau de correlação.

A constatação de que todas as concepções de direitos humanos estão correlacionadas entre si revela a abstratividade que Bobbio (2004) e outros autores nos apontam, pois há uma série de discursos e perspectivas que os definem. Podem dar margem a crítica de Alves (2012), ao ponderar que não sendo claros e objetivos, os direitos humanos podem ser banalizados. Contudo, Bobbio (2004) aponta para o processo de construção e significação conforme a época, em que alguns significados vão se cristalizando.

Destacamos, assim, a forte correlação entre a concepção de que DH baseiam num contrato social, entre forças sociais e políticas e a concepção de que os DH são subjetivos e concedidos pelo Estado. Ou seja, os direitos humanos estão num campo de disputas políticas e simbólicas por dar significado e sentido, como nos aponta Ribeiro (2004).

Todas as demais concepções, de que os DH são direitos civis, políticos e sociais; que compreendem a diversidade de manifestação das sexualidades e que abarcam o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, etc., estão correlacionadas levemente ou moderadamente.

Posto isso, cabe observarmos a correlação entre as concepções de sexualidade e de direitos humanos. Na tabela 6 apontamos os coeficientes de Pearson para a correlação dos fatores das concepções.

Tabela 6 - Correlação de Pearson entre os fatores encontrados para concepções acerca da sexualidade e dos direitos humanos

	DH	Os DH são naturais e como tais devem ser reconhecidos pelo Estado	Os DH são subjetivos e concedidos pelo Estado	Os DH baseiam-se num contrato social, entre forças sociais e políticas	Os DH compreendem os direitos civis	Os DH compreendem os direitos políticos	Os DH compreendem os direitos sociais	Os DH compreendem a diversidade de manifestações da sexualidade
Concepção social da sexualidade	0,11*	-0,09	-0,09	-0,09	-0,20**	-0,18**	-0,11*	-0,05
Concepção deter./religiosa da sexualidade	0,05	-0,01	-0,02	-0,02	-0,10*	-0,02	-0,01	-0,05
Concepção biológica	0,12**	-0,07	-0,08	-0,00	-0,09*	-0,14**	-0,12*	-0,05
Origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade	0,03	-0,04	-0,07	-0,11*	-0,07	-0,03	-0,03	0,04
Origem científica dos dispositivos da sexualidade	0,08	-0,04	-0,09	-0,10*	-0,06	-0,04	-0,04	-0,03

* Correlação significativa até o nível de 0,05 (Apêndice D, tabela 17)

** Correlação significativa até o nível de 0,01 (Apêndice D, tabela 17)

Organização: Ortolano, Fábio.

Conforme a tabela 6, a concepção social da sexualidade se correlaciona levemente com a concepção dos DH como direito à alimentação, à educação, à saúde, esporte, etc.; bem como com concepção dos DH como direitos civis e políticos e sociais. Contudo, a concepção social da sexualidade se correlaciona mais com as concepções de DH como direitos políticos e civis do que com as concepções de DH como direitos sociais, ainda que ambas as correlações sejam baixas, conforme quadro 3.

Quadro 3 - Correlação entre as concepções de sexualidade e direitos humanos

Organização: Ortolano, Fábio.

Laffer (1997) defende que os direitos civis e políticos são os direitos positivos de primeira geração, de cunho individualista, de modo a impedir a invisibilidade dos sujeitos no todo, já os direitos positivos sociais são de segunda geração, concebidos como créditos. Sendo assim, fica lógica a relação entre a concepção social da sexualidade, a qual congrega termos como identidade, gênero, orientação sexual, etc., mais fortemente com a concepção dos direitos de primeira geração, uma vez que consideram as especificidades de dadas minorias e os direitos individuais, num olhar para as partes, mais individualista, quando ganham força as políticas de identidade. Contanto, a dimensão social da sexualidade também aparece quando tratamos dos direitos de reconhecimento, estes de terceira geração, por isso também pontua levemente.

A concepção determinista/religiosa, por sua vez, apenas se correlaciona levemente com a concepção dos direitos humanos como direitos civis. Para nós, essa relação se dá por uma quebra de paradigma. Na visão de Bobbio (2004), o desenvolvimento dos direitos positivos inverte a concepção de sociedade, que passa a ser entendida como individualista,

quando os sujeitos afirmam o direito de resistência à opressão. O todo passa a ser visto pelas partes. Entretanto, a concepção determinista/religiosa, de cunho mais fundamentalista, alinha-se mais ao paradigma judaico-cristão, à filosofia medieval, em que vemos o todo acima de suas partes.

Nessa noção mais fundamentalista, a sexualidade não é relativizada através de leis num determinado território e Estado frente à interpretação de cada cultura, mas sim instituída por valores supremos. Logo, quanto mais ascende uma concepção determinista/religiosa fundamentalista, mais se acredita nos direitos civis ligados a dogmas fundamentalistas.

A máxima dessa racionalidade, ao que nos parece, fundamenta-se nos deveres e não nos direitos, como na antiga concepção de sociedade que nos aponta Bobbio (2004). E a filosofia medieval nos apontava para a sujeição dos indivíduos a um Deus supremo. Na ótica determinista-religiosa o todo é maior que as partes, não havendo direitos positivos, logo, não vemos também o empoderamento dos indivíduos para a resistência à opressão, se esta for exercida pelo todo. Assim, tal concepção de sexualidade não se correlaciona a qualquer outra concepção de direitos humanos que não seja aquela que se outorga sua máxima.

Convém apontar que a noção de que o todo é maior que a simples soma das partes pode estar associada a Deus e ao paradigma judaico-cristão, mas também a ideia de bem comum, elevada em outros paradigmas, como no greco-romano e no científico-moderno.

A concepção biológica da sexualidade correlaciona-se levemente com a concepção dos DH como direito à saúde, à alimentação, ao lazer e etc., e com a concepção de DH como direitos civis, políticos e sociais, sendo mais fortemente com os direitos políticos.

Entendemos que tal fato ocorre, pois a concepção biológica da sexualidade fundamenta-se em argumentos científicos que estão ligados a saberes socialmente valorizados, respondendo, portanto, a um jogo de forças. Bobbio (2004) nos mostra que os direitos positivos nascem a partir da moderna concepção de sociedade, na qual todos os indivíduos são titulares dos direitos. Nessa mudança de paradigma vemos ascender o cientificismo. O conhecimento e formas de ler a realidade são frutos de seu tempo. A emergência das ciências naturais, enquanto disciplina como a biologia, é contemporânea à construção histórica dos direitos humanos.

Nenhuma concepção de sexualidade correlaciona-se com as concepções dos DH como direitos naturais, subjetivos e que compreendem a diversidade das manifestações da sexualidade. Para nós, no senso comum, não reconhecemos as subjetividades como um direito a ser assegurado, como não significamos os direitos humanos como naturais. A exemplo,

muitas vezes condenamos as identidades trans como patológicas e não asseguramos os DH à alguns humanos, como os criminosos presos por qualquer delito.

Do mesmo modo que as concepções da origem cotidiana, as concepções da origem científica dos dispositivos da sexualidade se correlacionam com a concepção dos direitos humanos como um contrato social, balizado pelo jogo de forças, tal como definido por Stralen (2003). O que vemos, nesse sentido, é que independentemente de quais sejam as concepções das origens dos dispositivos da sexualidade, todos entendem os direitos humanos como um trato político. Afinal, tanto o senso comum quanto alguns campos da ciência reconhecem as cartas e declarações internacionais como contratos sociais.

Nesse sentido, nos parece que para os participantes das paradas LGBT de São Paulo e Campinas, os direitos humanos são, como Bobbio (2004) os apresenta, uma resposta, a partir de um jogo de forças, para os novos carecimentos materiais e morais das sociedades e dos indivíduos.

4.1.2 Respostas abertas

Convém mencionar que as respostas abertas são parte do *survey*, contudo, as separamos das técnicas qualiquanti, por utilizarmos a análise de discurso, outra técnica, apenas qualitativa.

Os textos que utilizamos para as análises dos discursos referem-se às respostas dadas para as seguintes questões: a) “Você concorda que existam direitos específicos à LGBT?”; b) “Sobre o projeto de parceria civil, que prevê o reconhecimento legal das uniões de pessoas do mesmo sexo, você: concorda/discorda? Por quê?” e c) “Sobre Gays, Lésbicas, Transgêneros ou Bissexuais terem/adotarem filhos, você: concorda/discorda? Por quê?”. (Apêndice F)

Construímos nosso processo de análise da seguinte forma: 1) Leitura do todo e divisão das falas entre aqueles que concordavam e discordavam em cada questão norteadora do discurso; 2) Destaque das palavras, qualitativos, termos e expressões que norteavam o texto e 3) Análise do dito e não dito com as referências teóricas de sexualidade e direitos humanos.

Quanto à existência de direitos específicos a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais é importante observar que os entrevistados compreenderam a questão de duas maneiras. 1) se concordavam que existem direitos específicos à LGBT e 2) se concordavam que deveria existir direitos específicos à LGBT. Indépende disso, dentre aqueles que concordam com tal proposta, notamos que nos significados e sentidos apontados nas respostas, se destacam as concepções associadas aos direitos de reconhecimento que

respondem às injustiças sócio-históricas vividas por LGBT e à igualdade, como ideal de justiça atrelada ao reconhecimento de identidades.

Como vimos no capítulo sobre as concepções dos direitos humanos, os direitos de reconhecimento são aqueles que respondem às injustiças sociais (Lopes, 2000). Nas respostas que se alinham e justificam essa perspectiva, realçamos palavras e expressões como: “*classe em estado fragilizado*”, “*grupos vulneráveis*”, “*defesa de minorias*”, “*necessidades específicas pelas diferenças*”, “*demandas específicas*”, “*discriminação*”, “*consequências da discriminação*”, “*segmento vitimado*”, “*maioria discriminada*”, “*diferenças dos sexos*”, “*parcela da sociedade*”, “*proteção de grupos fragilizados*”, “*proteção*”, “*diferentes dos demais*”, “*manifestações*”, “*proteção de identidades*”, “*preconceito*” e “*sociedade preconceituosa*”.

Notamos, pelo dito, que ao tratar de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, os respondentes apontam uma série de significados atribuídos ao grupo, trazendo a baila o reconhecimento enquanto minoria político-social. Esse complexo de significados implica uma série de argumentos não ditos que seguem ao encontro do que Foucault (1988) nos fala ao tratar das sexualidades marginais e ilegítimas. Sexualidades estas que não são contempladas num projeto de direitos humanos universais, uma vez que o sujeito é essencializado pelos saberes instituídos e pelo senso comum.

Esse conjunto de elementos significantes e qualitativos corrobora com a ideia de Piovesan (2005) ao falar que os direitos humanos são construções sociais em transformação, sempre resignificados conforme decorre o processo histórico, uma vez que os direitos estão associados às relações sociais e a condição de grupos e sujeitos nas interações de forças e interesses de poder. Confirmam também as referências que Laqueur (2001) nos traz de sexualidade e gênero, estes sempre associados a um propósito político e ideológico.

Ao pensarem em direitos específicos, os respondentes trazem palavras associadas ao reconhecimento como um direito. Sendo assim, falam de processos históricos e sociais que justificam os direitos específicos. Muitos desses sujeitos conjugam suas respostas em primeira pessoa do plural, falando de um lugar, de um coletivo do qual faz parte e a partir da realidade que vivenciam. “*Porque somos diferentes, há necessidades específicas que o Estado deve cumprir*” (Sujeito 39, 54 anos, São Paulo).

Apontam a necessidade de considerar as particularidades, uma vez que a concepção de um sujeito universal não da conta de pensar sujeitos e coletivos em suas singularidades. “*Porque é óbvio que o que vale para os ‘heteros’ não é permitido para os ‘homos’*” (Sujeito 127, 31 anos, São Paulo.). Tal afirmativa revela o modelo de compreensão da sexualidade a

partir das oposições binárias e categorias fechadas, assim como nos apresenta Louro (2008), um significando o outro como seu oposto.

Ponderam os direitos de reconhecimento como uma prática já existente no trato dos direitos humanos. *“Já faz parte da história da sociedade proteger direitos de grupos fragilizados (negros, mulheres, etc.)”*. (Sujeito 271, 22 anos, São Paulo.). Nessa fala, o respondente justifica seu posicionamento a favor dos direitos específicos a partir de dois argumentos: 1) Por conta de experiências históricas, o que remete os direitos humanos como um processo e 2) Pela vulnerabilidade das minorias, que associamos ao biopoder que nos fala Foucault (1988). Populações e grupos de sujeitos são categorizados e significados para controle e exercício do poder. Direitos específicos, nesse sentido, serviriam para ir de encontro, fazer frente, com tal forma de dominação entre sujeitos.

Palavras associadas à Igualdade também foram muito utilizadas pelos respondentes ao concordarem com direitos específicos para LGBT. Conjugações e argumentos como: *“todos serem iguais”, “ser gente”, “sociedade igualitária”, “questão de equidade”, “direito de todos”, “igualdade”, “igualdade na diferença”, “direitos iguais”, “humanos iguais”, “mundo justo a todos”, “somos iguais”, “sermos iguais” e “são seres humanos”* nos revelam apenas uma das três vertentes de igualdade que Piovesan (2005) nos apresenta, a terceira: igualdade material associada ao ideal de justiça como reconhecimento de identidades. *“Somos iguais a todos, diferentes na opção sexual”* (Sujeito 23, 20 anos, São Paulo). Essa frase revela que o conceito de igualdade não diz de sujeitos semelhantes, mas de uma dimensão sociopolítica das relações sociais no jogo de poder, como nos pontua Aura H. Ramos (2011).

Nesse sentido, são iguais enquanto sujeitos de direitos. *“Para sermos iguais”* (Sujeito 142, 18 anos, Campinas). Essa afirmação evidencia um jogo de forças e poder, em que igualdade representa para o sujeito, no caso os LGBT, uma forma de tornar-se e aproximar-se a um modelo de sujeito moral, sendo reconhecido como tal. E por que o reconhecimento como sujeito moral? Jurandir Freire Costa (1992) nos fala de um compromisso ético, uma vez que a cultura significa a inclusão e a exclusão de possibilidades expressivas do sujeito e seu desejo. E após a construção discursiva do dimorfismo biológico entre os gêneros e do surgimento do termo “homossexualidade”, aponta o autor, aqueles que se relacionavam com alguém do mesmo sexo passaram a serem significados como a antinorma do ideal de masculinidade, portanto, desmoralizado. Assim, a busca por se constituir em uma possibilidade de expressão na sociedade, passa pelo crivo de se tornar um sujeito moral.

A fala “*Para tornar o mundo justo a todos*” (Sujeito 12, 18 anos, Campinas.) expressa um ideal de justiça baseado na inclusão de todos, de múltiplas identidades, uma vez que, conforme nos aponta Piovesan (2005), as ações afirmativas respondem às injustiças sócio-históricas. Podemos associar tal justificativa ao ideal de justiça, o qual se constitui um elemento de fundamentação moral para os direitos humanos, como nos aponta Coimbra, Lobo e Nascimento (2008).

Ao concordarem com direitos específicos, alguns dos respondentes trouxeram elementos que se incluem em uma das três concepções de direitos humanos que Cornelis J. V. Stralen (2003) nos aponta, de que estes se baseiam num contrato social, expresso na Constituição, conferidos num jogo entre diversas forças sociais e políticas. Termos como: “*Lei*”, “*democracia*”, “*direitos e deveres*”, “*garantia*”, “*união estável*”, “*casamento*” e “*justiça*” são palavras que enfatizamos nos textos.

A lei que representa a ordem e que rege a vida em sociedade, “*Nem todos entendem se não for Lei*” (Sujeito 197, 28 anos, São Paulo); a democracia como um modelo de organização político-social, “*Por democracia*” (Sujeito 209, 22 anos, São Paulo); os direitos e deveres como norteadores do interesse e bem comum, “*Direitos e Deveres devem ser cumpridos*” (Sujeito 106, 34 anos, Campinas.); a união estável e o casamento como instituições sociais asseguradas em dada conjuntura social, “*Apenas o direito à união estável*” (Sujeito 54, 23 anos, Campinas.) e a justiça como o equilíbrio de forças sociais e políticas, “*Porque somos iguais perante a justiça*” (Sujeito 74, 20 anos, Campinas.); tudo isso vai ao encontro da ideia de que os direitos humanos estão baseados num contrato social, e diz, portanto, tanto dos direitos políticos quanto dos direitos sociais e, sobretudo, dos direitos civis.

A afirmação “*Para que a Lei seja feita*” (Sujeito 213, 16 anos, Campinas.) destaca as leis como fins, uma vez que o respondente justifica os direitos específicos como meio de se efetivar e fazer valer a Lei. Logo, concebe os direitos humanos a partir de um contrato e exercício de força. Já a frase “*Aí temos onde recorrer*” (Sujeito 81, 20 anos, São Paulo) diz de um respaldo legal, uma normativa que assegure ao sujeito o cumprimento de um contrato social.

Notamos concepções atreladas à ética e moral, como nos associa Giovani Lunardi (2011) ao falar de direitos humanos, bem como à dimensão ética que compreende a constituição jurídica da organização social que Celso Lafer (1997) nos apresenta. Destacamos o termo “*respeito*” para essa dimensão ético-moral. “*Merecemos respeito*” (Sujeito 101, 19 anos, São Paulo) denota o significado de um sujeito moral de direito, “*Respeitar os diferentes*

(todas as formas)” (Sujeito 141, 31 anos, São Paulo) representa um parâmetro ético no reconhecimento de todos os indivíduos como sujeitos morais e *“Por respeito em primeiro lugar”* (Sujeito 254, 24 anos, São Paulo) diz de um valor moral no estabelecimento de prioridades ao pensar nos direitos humanos.

Observamos que alguns concebem os direitos específicos conjugados aos direitos universais, o que poderia representar uma confusão conceitual ao pensarmos nos direitos humanos. Alguns respondentes concordam que existam direitos específicos à LGBT e ponderam, ao mesmo tempo, que os direitos são universais e iguais para todos. Para alguns, como Alves (2012), há uma incoerência, pois conforme vimos em capítulo anterior, direitos iguais para todos diz de normativas e parâmetros gerais que incluem todo particular no geral.

Contudo, outros alegam que os direitos universais universalizam os direitos e também os sujeitos, essencializando-os como defendem Coimbra, Lobo e Nascimento (2008). Sendo assim, por que esses sujeitos significam direitos específicos como iguais a todos e universais?

Supomos que suas concepções alinham-se ao que Aura H. Ramos (2011) nos aponta como sendo a relação entre os particularismos e universalismos, quando um particular alcança a condição de universal por articular outros discursos em torno de si para tornar-se hegemônico ou ao universalismo heteroglóssico de Gustavo Ribeiro (2004), em que se pondera a diversidade cultural e o combate às violências ilegítimas.

Assim, recorremos aos postulados de Norberto Bobbio (2004), para quem os direitos são universais, mas que devem responder às novas carências e demandas das sociedades e indivíduos. Estes, por sua vez, devem congregam discursos que os auxiliem a se tornarem universais.

Novamente, convém lembramos que ao responderem a questão supracitada os entrevistados a compreenderam de duas maneiras. 1) se concordavam que existem direitos específicos à LGBT e 2) se concordavam que deveria existir direitos específicos à LGBT. E isso tem diferença entre aqueles que não concordam.

Quanto à primeira compreensão, os respondentes apontaram que não existem direitos específicos à LGBT uma vez que há preconceito na sociedade, ou seja, ponderam o preconceito como fator limitador dos direitos de LGBT. Mencionam ainda a inexistência de normativas que assegurem os direitos desse segmento, corroborando com a ideia de que minorias sócio-históricas demandariam direitos específicos, *“Porque gays não são protegidos por uma lei específica”*. (Sujeito 159, 23 anos, São Paulo). A fala de um dos entrevistados mostra como os direitos humanos se estabelecem e são significados num campo de disputa, *“porque se houvesse [direitos específicos] não teria tanta manifestação”*. (Sujeito 96, 21

anos, Campinas). Outro aponta que *“ainda falta muito para realizar leis igualitárias”*, referendando a ideia de Rabben (2004), Coimbra, Lobo e Nascimento (2008) e outros, de que os direitos humanos universais nunca foram de todos.

Já na segunda compreensão, destacam-se termos e significados que corroboram as reflexões de Alves (2012) de que os direitos humanos são universais e atendem a qualquer sujeito sem considerar as especificidades. Os respondentes pontuaram termos e expressões como: *“universal”*, *“tudo igual”*, *“todos são iguais”*, *“mesmo direito”*, *“direito de todos”*, *“independentemente”*, *“não maiores”*, etc.

“Porque os direitos devem ser iguais, não maiores” (Sujeito 148, 23 anos, São Paulo) diz dos direitos serem gerais e não particulares, de modo que poderia haver uma hierarquia entre eles. Dessa forma, atendem a todos sem considerar as especificidades, *“Porque todos nós somos iguais, independente da opção sexual”* (Sujeito 198, 16 anos, São Paulo). Justificam tais ponderações baseados em normativas, como documentos oficiais, *“Constitucionalmente é direitos iguais para todos”* (Sujeito 287, 62 anos, São Paulo). A ideia de considerar as particularidades para esses respondentes *“Seria um modo de diferenciá-los, se somos todos seres humanos”* (Sujeito 11, 16 anos, Campinas). Julgam, assim como Alves (2012), que os sujeitos devem ser considerados pelo geral, sendo, portanto, essencializados. *“Porque são civis como qualquer outro, ao criar práticas de defesa específicas, o Estado estaria aceitando que eles são diferentes dos demais”*. (Sujeito 221, 17 anos, São Paulo).

Quando perguntamos sobre o projeto de parceria civil, que prevê o reconhecimento legal das uniões de pessoas do mesmo sexo, dentre aqueles que concordaram, destacamos as seguintes palavras e expressões que dão base aos seus argumentos: *“direitos iguais”*, *“direito natural”*, *“avançar no espaço público”*, *“todos temos direitos”*, *“igualdade de direitos”*, *“igualar”*, *“cada um sabe o que quer”*, *“mesmos direitos”*, *“pessoas naturais”*, *“pelos bens”*, *“direitos de todos”*, *“todos são seres humanos”*, *“somos seres humanos”*, *“direito de ser reconhecido”*, *“assegura os direitos”*, *“meus direitos”*, *“direitos civis”*, *“todo cidadão tem direito”*, *“bens materiais”*, *“direito garantido”*, *“cidadania”*, *“livre arbítrio”*, *“a Lei é falha”*, *“liberdade de escolha”* e *“direito universal”*.

O uso de termos e expressões como *“direitos iguais”*, *“mesmos direitos”*, *“direitos de todos”*, *“direito garantido”* e *“direito universal”* vão ao encontro do que Alves (2012) concebe sobre os direitos humanos, pensando num sujeito universal contemplado por direitos gerais e comuns a todos. *“União estável é indiferente ao sexo. Tenho uma vida com meu namorado da mesma forma que a minha irmã tem com o dela”*. (Sujeito 40, 25 anos, São Paulo)

Por outro lado, palavras e sentenças como *“somos seres humanos”, “todos são seres humanos”, “direito de ser reconhecido”, “todo cidadão tem direito”* e *“meus direitos”* dizem da afirmação de identidades, bem como dos direitos de reconhecimento que Lopes (2000) e Piovesan (2005) nos pontuam. *“Porque os homossexuais não gozam dos mesmos direitos dos heterossexuais”* (Sujeito 163, 20 anos, Campinas)

“Liberdade de escolha” e *“livre arbítrio”* nos remetem os conceitos de Direitos Humanos apontados por Lopes (2000) e Lunardi (2011), ao tratarem das ideias de Kant, ao falar da capacidade humana de poder agir humanamente, livremente e da autolegislação da vontade livre. *“Cada um vive como quer, livre arbítrio”* (Sujeito 144, 22 anos, São Paulo)

“Avançar no espaço público”, “pelos bens”, “bens materiais”, “se um casal hetero pode, o gay também pode” e *“a Lei é falha”* associamos a vertente de pensamento dos direitos humanos que os concebe baseados num contrato social, expresso na Constituição, entre diversas forças sociais e políticas, como nos fala Stralen (2003), *“Principalmente pelos bens adquiridos juntos ao longo da vida”* (Sujeito 52, 36 anos, São Paulo). *“Direito natural”* denota a corrente que pensa nos direitos humanos como naturais e que devem ser reconhecidos pelo Estado, como nos aponta o mesmo autor. *“É um direito natural”*. (Sujeito 43, 30 anos, São Paulo).

“Tem que ser mais explicado”, “sonho” alinha-se a perspectiva de que os direitos humanos são subjetivos, e, portanto, concedido pelo Estado aos indivíduos. *“É meu sonho”*. (Sujeito 85, 19 anos, São Paulo). Sendo assim, há que se considerarem as lutas sociais e as demandas subjetivas, pessoais no trato dos direitos humanos e ação do Estado. Ao que nos parece, os respondentes reivindicam o direito à cidadania a partir de suas particularidades, desejos, etc., logo, não almejam um Estado paternal, tutelar e provedor. Os direitos concedidos devem, portanto, responder às suas reivindicações.

Dentre aqueles que não concordam com o projeto de parceria civil homoafetiva, encontramos as seguintes palavras e sentenças: *“herança”, “homem e mulher”, “religião”, “Lei de Deus”, “filhos”* e *“cada um pensa de uma forma”*. Associamos a ideia de parceria civil apenas para casais heterossexuais a percepção da orientação do desejo e identidade de gênero como sendo fixas, como nos aponta Louro (2008). Concebem o direito para sujeitos essencializados. Já os argumentos relacionados à religiosidade, confirmam a dimensão dos valores morais e éticos pelos quais os direitos humanos são concebidos, conforme nos fala Lunardi (2011), *“não é família perante a religião”* (Sujeito 195, 30 anos, São Paulo). Sendo assim, os direitos dependem de um valor social compartilhado. *“Cada um pensa de uma*

forma” (Sujeito 122, 15 anos, Campinas) relaciona-se a ideia de que os direitos humanos são subjetivos, e, portanto, concedido pelo Estado.

Sobre Gays, Lésbicas, Transgêneros e bissexuais terem e adotarem filhos, entre aqueles que concordam com tal prática, notamos quatro perspectivas de respostas que alinhamos às concepções de direitos humanos: a) Os direitos humanos são universais, compartilhados e assegurados a todos, independentemente da sexualidade; b) Os direitos humanos são subjetivos, e que devem ser reconhecidos pelo Estado e c) Os direitos humanos abarcam os direitos sexuais e direitos afetivos e d) Os direitos humanos abarcam os direitos de reconhecimento.

Quanto à primeira perspectiva, dos direitos serem universais, destacamos as palavras e expressões *“direitos iguais”, “mesmos direitos”, “somos humanos”, “pessoas naturais”, “todos iguais”, “direito humano” e “direito universal”* que expressam a ideia de que se a adoção é um direito concebido aos sujeitos, *“todos têm que ter direitos iguais”* (Sujeito 92, 22 anos, Campinas) não havendo exceções relacionadas à sexualidade, *“todos temos o direito independente da orientação sexual”* (Sujeito 33, 25 anos, São Paulo).

Já a segunda, dos direitos serem subjetivos, pontuamos uma série de argumentos que relevam os direitos humanos como um campo além de definições variadas. Ao concordarem com a adoção por LGBT, os respondentes ponderaram: *“capacidade de amar e educar”, “ambos são capazes”, “em partes”, “com restrições”, “se há familiar”, “questão de competência”, “pela rejeição de alguns pais”, “habilidade de ser”, “crianças necessitadas”, “crianças abandonadas”, “dar um lar”, “ter um lar”, “sistema de adoção precisa”, “melhor que um abrigo/orfanato” e “antes dois pais e duas mães do que nenhum”*. Estes termos nos remetem uma condicionante ao pensar nos direitos humanos, uma vez que se considera antes do direito a adoção a capacidade e habilidade dos sujeitos, *“Pois ambos são capazes de criar filhos tanto quanto os heterossexuais”* (Sujeito 152, 26 anos, São Paulo), bem como o direito da criança em não estar desamparada, *“Porque existem muitas crianças precisando de um lar”* (Sujeito 134, 37 anos, Campinas). No caso em que os respondentes consideram o direito das crianças, é como se houvesse uma hierarquização de direitos, haja vista que um direito não se justifica por si, depende do outro para ser legitimado. É como na ressalva, se não houvesse crianças abandonadas, o direito de LGBT adotarem não estaria em pauta e passível de aceitação.

Na terceira perspectiva encontramos termos e declarações como *“direito de formar família”, “ter família”, “construir família”, “respeito, amor e afeto”, “direito de amar e dividir este amor”, “podem amar”, “precisam de amor” e “ato de amor”* que dizem de

direitos afetivos e sexuais que Mott (2006) nos fala, de constituir uma família seja qual for a sexualidade dos cônjuges, *“por terem direitos de constituir família”* (Sujeito 44, 20 anos, Campinas).

A quarta e última perspectiva das concepções de direitos humanos que identificamos nos discursos sobre a adoção de crianças por famílias de casais LGBT, entre aqueles que concordaram com tal proposta, é a dos direitos de reconhecimento. Destacamos os termos e expressões: *“Equidade”*, *“é como se fossemos um casal normal”*, *“Muitos LGBT podem”*, *“modelos familiares”*, *“símbolo de família também”* e *“famílias tradicionais e homoparentais”*. Tais falas tratam do reconhecimento da diferença, da minoria enquanto sujeito de direitos e suas especificidades, do reconhecimento e afirmação de identidades. Nessa visão a crítica à consideração do sujeito universal é que este é pensado a partir de um modelo essencializado, logo, limitado. Assim, considerar modelos múltiplos, exemplos tradicionais e não convencionais, um símbolo e outro também, é tratar desses direitos de reconhecimento. *“Os modelos familiares são tão diversos quanto à pluralidade de vida em comum”*. (Sujeito 171, 49 anos, São Paulo). Assim, o reconhecimento torna-se condição de igualdade, tal como nos fala Silva (2011) a partir das ideias de Axel Honneth (2009), para quem o reconhecimento está associado às lutas coletivas e individuais e os conflitos sociais.

Dentre aqueles que não concordam que LGBT tenham ou adotem filhos, os argumentos pontuados foram: *“não é bom”*, *“lado psicológico”*, *“criança transtornada”*, *“criança confusa”*, *“criação diferenciada”*, *“preconceito”*, *“discriminação”* e *“educação da criança”*. Notamos que tais participantes não reconhecem o direito ao afeto e o de constituir família como um direito humano, tal como nos fala Mott (2006). Notamos nesse sentido, uma dimensão ética e moral, como nos fala Lunardi (2011), pois justificam o posicionamento contrário mesmo não considerando casos existentes ou pesquisas e apontam para possíveis problemas à criança decorrentes da adoção sem qualquer base concreta e sim simbólica, fundamentada em crenças e no imaginário. Observamos uma dimensão subjetiva, de acordo com o que nos fala Stralen (2003), ao tratarem desse direito como direito humano, uma vez que demandam condições morais e éticas que o autorizem e o permitam como a sanidade mental de uma criança determinar a possibilidade e o direito de um casal adotá-la. *“A criança vai ficar confusa”* (sujeito 268, 35 anos, São Paulo), quando isso não é considerado para casais heterossexuais.

4.1.3 Consistências e inconsistências nas análises quali-quantitativas e o perfil dos respondentes

Na análise fatorial, notamos que acerca das concepções de sexualidade, 25% das respostas concentram-se no fator 1, uma concepção social; 11% no fator 2, uma concepção determinista-religiosa e 9% no fator 3, uma concepção biológica. (Apêndice C, tabela 8).

Parece-nos que a maior concentração de respostas no fator 1 deve-se ao contexto sócio-histórico dos participantes, uma vez que 81% deles não se enquadram no modelo de uma sociedade heteronormativa, daí decorre seus posicionamentos políticos frente à sexualidade. E nas respostas abertas encontramos qualitativos e termos que confirmam tal dado, quando os respondentes apontam ser uma “*classe fragilizada*”, “*grupos vulneráveis*”, “*somos iguais*”, “*merecemos respeito*”, etc.

O índice de respostas que compreendem o fator 2 entendemos que deve-se à religião que os participantes frequentam ou frequentavam, uma vez que 43% dos respondentes apontam ligação com religiões cristãs (católica e evangélica) e 16% com religiões que podem se misturar com o cristianismo (espírita e umbanda). Não significa que os respondentes com afinidade ao cristianismo tenham uma concepção determinista-religiosa da sexualidade, contudo, o cenário de crenças nos aponta o porquê desse fator entre os participantes. Um respondente justifica ser contra a união entre pessoas do mesmo sexo por ser “*contra a lei de Deus*”. (Sujeito 268, 35 anos, São Paulo). O que confirma a ideia de sexualidades ilegítimas e a interferência dos dogmas religiosos dita por Foucault (1988).

O fator 3, a concepção biológica, é o que menos aparece entre os respondentes. Não encontramos nas respostas abertas, qualitativos e termos associados à biologia e genética, ainda que, conforme o perfil do público notou-se um alto nível de escolaridade entre os participantes. Algo mais próximo apontado, ao tratar da união homoafetiva, foi dela ser “*um direito natural*” (Sujeito 6, 24 anos, São Paulo). Suporíamos que a concepção biológica estaria relacionada à escolaridade, o que não vemos em nossos resultados. Talvez uma incongruência, porém, apontamos para as origens dos dispositivos da sexualidade.

Quanto à origem dos dispositivos da sexualidade, 33% das respostas apontam uma origem cotidiana e 16% uma origem científica (Apêndice C, tabela 10). Ou seja, mais próximos estão os respondentes da origem cotidiana do que da origem científica dos dispositivos da sexualidade, ainda que 25% dos participantes tenham concluído o ensino médio, 22% o ensino superior e apenas 8% não tenha concluído o ensino fundamental. Tanto que em nenhuma resposta encontramos alguma referência científica direta, foi sempre na análise do não dito que correlacionamos os termos ao nosso referencial, de modo a falarmos

dos sentidos. Essa maior proximidade com a origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade pode ser explicada também pela faixa-etária dos respondentes, uma vez que 17% têm entre 14 e 18 anos, 29% entre 19 e 23 anos e 21% entre 24 e 28 anos, os quais, jovens ou adultos jovens, totalizando 67% dos respondentes, certamente são mais influenciados por instituições como a família, a igreja e as falas cotidianas.

Com a análise fatorial dos direitos humanos, por um lado, observamos que os diversos direitos, como à alimentação, à saúde, à educação, ao trabalho e etc., concentram-se num único fator por julgarmos que os respondentes os entendem como indivisíveis, por outro lado, ao tratar de direitos compreendidos pelos DH, observamos uma divisão em dois fatores das respostas, um que abarca os direitos políticos, sociais e civis e outro a diversidade das manifestações da sexualidade. Ou seja, ainda que os respondentes considerem os direitos indivisíveis, não são todos que significam como equanimemente garantidos, ou como apontamos anteriormente, no processo de significação dos direitos humanos, a diversidade de manifestação da sexualidade não congregou discursos em torno de si que a legitime como direito humano, ainda que particularmente os respondentes a reconheçam.

Nesse sentido, nos parece que os respondentes significam a orientação sexual como um direito, entretanto, para eles, ela não está imersa aos direitos humanos pelas discursividades vigentes. Nas respostas abertas os participantes apontam o reconhecimento dessas sexualidades diversas. *“Porque somos discriminados de determinada maneira, então precisamos de uma proteção voltada para esse público”* (Sujeito 13, 24 anos, Campinas)

O apoio à união civil entre pessoas do mesmo sexo e à adoção por LGBT confere o reconhecimento das múltiplas manifestações da sexualidade. Notamos, conforme os gráficos 18 e 19, que 75% dos respondentes são a favor da união entre pessoas do mesmo sexo e 79% são a favor da adoção por LGBT. *“Direitos iguais (humanos)”* (Sujeito 96, 21 anos, Campinas). Apenas 4% dos respondentes discordam desse tipo de união e adoção.

Tais dados poderiam apontar uma incongruência entre o posicionamento dos respondentes ante aos direitos das minorias sexuais e suas concepções da sexualidade, uma vez que 11% deles alinham-se numa concepção determinista/religiosa.

Todavia, no que tange às correlações entre as concepções de sexualidade e direitos humanos, conforme observamos na tabela 17, a concepção determinista/religiosa está levemente correlacionada com a concepção de direitos humanos como direitos civis, aqueles prescritos em leis, de um contrato social. Ou seja, ao que nos parece, independente de quais sejam as concepções da sexualidade, a maioria tende a acatar as normativas sociais. Nas respostas abertas não encontramos nenhuma afirmativa pelos direitos civis que se relacionasse

à concepção determinista/religiosa da sexualidade. Esta apenas foi levantada em respostas que os participantes discordavam da união entre pessoas do mesmo sexo, justificando com termos como “*religião*”, “*homem e mulher*”, etc.

A correlação entre a concepção biológica da sexualidade e os direitos humanos como direitos civis, políticos e sociais, notamos em afirmativas como “*Todos temos os mesmos direitos, não há necessidade de separação de espécies*”. (Sujeito 224, 39 anos, Campinas). Já a correlação entre a concepção social da sexualidade e dos direitos humanos como direitos civis, políticos e sociais observamos quando um respondente, ao concordar com direitos específicos, os justifica para “*proteção de identidade*” (Sujeito 149, 19 anos, Campinas). Logo, observamos que as discursividades tendem a responder desejos e leitura de mundo e assim nos parece que os respondentes usam os argumentos e fundamentamos para nossas ideias no senso comum.

Em linhas gerais, observamos que as respostas são muito variadas e pulverizadas, aproximando-se algumas delas de modelos mais marcantes, como os que encontramos na análise fatorial, contudo, muitas dessas respostas estão fora dos fatores encontrados, uma vez pontuada a variância total explicada.

Tais inconsistências podem revelar que os indivíduos são atravessados por múltiplos discursos, que formas diversas concepções, não únicas, desagregadas entre si, que são internamente contraditórias, mesmo que se identifiquem alguns modelos mais hegemônicos e aparentes. A fraca correlação entre os fatores é um indicativo disso, as respostas são inconsistentes entre si.

Convém pontuar que a inconsistência das respostas pode estar associada à dificuldade de compreensão por parte dos respondentes das questões, as quais demandavam alto nível de abstração e grau de elaboração.

Posto isso, seja a partir das análises fatoriais e das correlações entre fatores encontrados, bem como a partir da análise de discurso, todos os resultados apresentados, suas consistências e inconsistências, nos conferem elementos para um estudo psicopolítico acerca das concepções de sexualidade e direitos humanos.

4.1.4 Uma análise psicopolítica

As concepções de sexualidade e direitos humanos que encontramos através do *survey*, na análise fatorial e de correlação a partir das questões fechadas e na análise de discurso a partir das respostas abertas, confirmam o que muitos autores supracitados nesse trabalho apontam. As concepções de sexualidade e direitos humanos, que ao longo da história

atravessam nosso cotidiano, marcam um processo em que damos sentido e resignificamos as coisas, a vida e o mundo, a partir de nossas experiências, discursividades e jogos de forças por dar significado a todas elas, tal como nos coloca autores que trabalham com análise de discurso, como Foucault (1988), Spink e Medrado (1999), Bakhtin (2006) e Orlandi (2007).

Embora já tenhamos apontado alguma discussão enquanto apresentávamos os resultados, cabe nessa seção enfatizarmos os aspectos psicopolíticos contidos nos dados desse trabalho. Quando falamos de concepções, objeto sob o qual nos debruçamos, tratamos de disputas políticas e simbólicas por dar significados.

Em nosso *survey*, encontramos algumas concepções que à luz do marco teórico nomeamos a partir da análise fatorial. Essas concepções, certamente, não dão conta de todos os significados contidos em cena, mas representam a possibilidade de dialogarmos os sentidos e significados encontrados com as pautas políticas associadas às paradas do orgulho LGBT.

O que nos salta aos olhos sobre as concepções de sexualidade e direitos humanos é que num movimento social, como as paradas, onde múltiplas sexualidades desviantes à norma são manifestadas, elas são colocadas em cheque, todavia, também trazem a contradição e racionalidades de uma cultura que força o movimento existir como resposta à opressão. A priori, o movimento existe para contestar concepções fixas, mas internamente, a partir dos sujeitos, ele é carregado de valores, crenças e saberes cristalizados no senso comum, como nos apontam autores como Cantril (1969) e Silva (2008).

Num processo dialético, sujeito e coletivo, movimento social e cultura, se provocam e se constituem entre si no tempo e espaço, tal como nos fala Carlos (2001) da relação histórica entre homem e espaço. Entretanto, mesmo desconstruindo a linearidade histórica, observamos a racionalidade de cada paradigma constitutivo das realidades, o greco-romano, o judaico-cristão e o científico-moderno. E curiosamente, três frentes compreensivas da sexualidade apareceram: a social, a determinista-religiosa e a biológica. Não que cada uma delas seja a tradução de um paradigma, mas certamente os contém.

Quanto aos direitos humanos idem, entre o universal e o particular, pensar as partes e o todo, é um exercício interpretativo distinto em cada um dos paradigmas. Baseados em autores como Lafer (1997) e Bobbio (2004) apontamos algumas frentes argumentativas e de entendimento para os direitos humanos, a saber: a jusnaturalista, onde os direitos são naturais; a técnica, de que os direitos emanam do Estado e a histórica, em que os princípios e diretrizes são conquistados por lutas sociais historicamente.

Politicamente, posicionar-se entre numa perspectiva social ou determinista-religiosa ou biológica da sexualidade, bem como legitimar dispositivos da sexualidade de origem

científica ou cotidiana, diz do exercício de poder, quando se pretende com o discurso instituir verdades sobre o corpo, o gênero e as práticas, quando a sexualidade é um qualitativo multidimensional. Colocar-se a favor ou contra algum direito humano, entender os direitos humanos como universais ou negociáveis, incluir ou excluir a diversidade sexual indivisível aos demais direitos idem. E esse exercício de poder, a partir das disputas por significado, não se isenta do crivo do sentido. Logo, as experiências sócio-históricas de cada indivíduo podem determinar qual dos paradigmas se elevará como norma ou força hegemônica, todavia só será sustentado aquele que trouxer mais discursos em torno de si.

Subjetivamente, os indivíduos em sociedade vivem o duplo processo de individuação dos significados socialmente construídos e produção de significados a partir de suas realidades sócio-históricas. Assim, as lutas simbólicas nesse campo, vão ao encontro de todas as correlações que apontamos nesse trabalho, uma vez que os sujeitos se constituem na totalidade, não há como pensar sexualidade sem considerar os direitos humanos e vice-versa, por isso muitas vezes nos deparamos com a abstratividade conceitual.

Por questionarmos os direitos humanos aos participantes das paradas LGBT de São Paulo e Campinas, a partir de temas polêmicos atrelados à sexualidade, nos soa compreensível que conceitos associados às leituras que tratam das minorias e direitos humanos se sobressaíam, tanto que nas respostas abertas encontramos qualitativos e sentenças como *“classe em estado fragilizado”*, *“grupos vulneráveis”*, *“defesa de minorias”*, *“necessidades específicas pela diferença”*.

Entendemos que mesmo num movimento de minorias apareçam as concepções de sujeitos universais e perspectivas conservadoras da sexualidade, pois nos são postas como verdades por discursos hegemônicos numa sociedade globalizada. Aliás, até o modelo de movimento social é compartilhado internacionalmente, não apenas pelas sociedades ocidentais. Hoje há paradas do orgulho LGBT em quase todo o globo. Como já dissemos, analisamos as concepções de sujeitos sócio-históricos, que trazem no bojo de suas discursividades tudo aquilo que lhes constituem enquanto humanos.

O que reforçamos disto, é que as concepções de direitos humanos e de sexualidade estão imbricadas, sobretudo, quando falamos de sujeitos para os que tais temas estão em disputa por dar sentido dentro de culturas opressoras, que limitam as possibilidades de ser no mundo, caminhando juntas num processo de resignificação conforme o tempo e as sociedades.

Posto isso, uma vez sendo nosso propósito trazer uma análise psicopolítica dessas concepções, julgamos pertinente associá-las ao nosso atual cenário político, uma vez que

essas disputas simbólicas não se limitam apenas nos indivíduos e nos seus processos de individuação. A luta por dar significado é intrapessoal, política por essência, daí nosso recorte para análise.

Dividimos a discussão desse recorte em dois eixos: 1) a relação das concepções de sexualidade e direitos humanos com as políticas e ações de promoção/afirmação das múltiplas possibilidades de expressão da sexualidade, quando estas são marginalizadas ou silenciadas e 2) a relação das concepções sexualidade e direitos humanos frente à violência/discriminação, em específico, no combate à homofobia.

No âmbito das ações e políticas de promoção e afirmação das múltiplas possibilidades de expressão da sexualidade, tratamos de temas como a união civil de pessoas do mesmo sexo, a adoção por casais homoparentais, a saúde, a educação, o trabalho e o lazer de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Como vimos em nosso capítulo de direitos humanos, a união entre pessoas do mesmo sexo tem sido favorecida pelo poder judiciário, ao passo que encontramos algumas resistências junto ao poder legislativo, sobretudo, junto à bancada fundamentalista religiosa.

Mansano (2012), baseado em outros autores, aponta para alguns conceitos que buscam definir o ativismo judiciário e a judicialização. Quanto ao ativismo judicial, os termos não são consensuais, desde a compreensão como uma atitude, um posicionamento e a participação com vistas à afirmação da Constituição à defesa dos direitos individuais. Entretanto, para ele, mesmo considerando os contrapontos conceituais, é possível afirmar que as raízes do ativismo judicial se encontram associadas ao momento de transição do Estado Democrático de Direito para o de Estado Social e Democrático de Direito, quando ideais de igualdade e justiça são elevados e busca-se interpretar as normas a fim de dar-lhes maior alcance e amplitude. Já o processo de judicialização, aponta, está associado à transferência de decisões do legislativo e executivo ao judiciário.

Tal ativismo, inspirado na ampliação e alcance das leis, certamente, é atravessado pelas dimensões interpretativas que encontramos para a concepção da sexualidade e direitos humanos na atualidade.

De um lado, conforme nossos dados apontam aqueles que possuem uma concepção determinista/religiosa da sexualidade, tratando-a como uma questão de sexo, opção sexual, comportamento, órgãos genitais e determinação divina, estão mais alinhados à concepção da origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade, como a falas do dia a dia, a família, a igreja e as leis. Assim, observamos que os legisladores que significam a sexualidade a partir de suas crenças e dogmas, têm pouca proximidade com os argumentos científico-acadêmicos.

Aproximam-se das concepções de direitos humanos como direitos civis, logo, por meio das leis buscam a manutenção e efetivação de suas crenças e pensamentos, usando as casas legislativas como espaços para tanto, logo são campos e fóruns de construção de significados coletivos. Ou seja, certamente para os parlamentares fundamentalistas, não se tratando de uma normativa, não há o que se discutir. Torna-se, assim, uma forma de silenciamento da diversidade de posicionamentos e de manutenção das crenças hegemônicas, que representam formas de dar significado às coisas e ao mundo. Certamente não se alinham à perspectiva dos direitos humanos como sendo históricos, mas sim à corrente jusnaturalista, de que os direitos são naturais.

De outro lado, notamos em nossos resultados que aqueles que acreditam numa concepção de origem científica dos dispositivos da sexualidade, como a filosofia, a medicina e a ciência; aproximam-se mais das concepções social e biológica da sexualidade, que se refere a uma questão de gênero, política, cultura, identidade, orientação sexual, biologia e genética. Os juízes, certamente por suas formações, alinham-se mais a esta leitura. E como vimos, é no judiciário em que mais avançamos na afirmação e promoção de direitos para LGBT, conforme nos revela Mansano (2012).

Aqueles que possuem uma visão mais social ou biológica da sexualidade, a relacionam com direitos civis, políticos e sociais, além de correlacionarem aos direitos universais. Os juízes, por suas formações em direito, a partir das quais discutem os contratos sociais e suas interpretações, podem ser inclusos nessa perspectiva, uma vez que a priori não essencializam os direitos humanos. Logo, entendem as concepções como pautas em disputa, atravessadas por interesses. As jurisprudências desses últimos anos acerca da união civil entre pessoas do mesmo sexo são exemplos de como tais direitos estão sempre em disputa, e que não sendo uma normativa, estão reféns de interpretações subjetivas que podem estar balizadas por qualquer uma das concepções da sexualidade.

Consideramos, diante disso, que a atuação do legislativo, quando atrelada à concepção determinista/religiosa da sexualidade num viés fundamentalista representa uma forma de discriminação, uma conduta baseada na tomada de um posicionamento pela indiferença ou omissão, que representa uma forma de discriminação e ou uma violência simbólica, tal como Berenice Dias (2010) nos aponta, uma vez que a partir de suas crenças, tolhem o direito de sujeitos constituírem família. Torna-se, portanto, não apenas uma pauta política na dimensão da promoção de direitos, mas também na dimensão do combate à violência, o que discutiremos adiante.

Nesse sentido, pensamos numa outra violência simbólica, quando, por exemplo, centenas de pessoas se colocam no Brasil, nas marchas para Jesus, contra o direito de homossexuais adotarem uma criança e contra a união civil de homoafetivos. É como fala a autora supracitada, refere-se a uma violência simbólica, pois as pessoas não estão ali falando de seus direitos, mas para negar os de outrem. Usam suas crenças para compartilhar significados e leituras da realidade que sirvam e sejam outorgadas a todos.

Dáí há uma diferença a ser demarcada enquanto forma de construção coletiva de significados: embora ambas as manifestações, Marcha para Jesus e Parada do orgulho LGBT, sejam espaços de lutas simbólicas por dar significados, as discursividades são distintas, não apenas pelos termos que aparecem, mas pela racionalidade que as emanam. A Marcha para Jesus, por associar-se ao paradigma judaico-cristão, alinha-se à perspectiva jusnaturalista dos direitos e não entendem as partes acima do todo, logo, universalizam e buscam instituir suas crenças e dogmas a todos. Já a Parada LGBT, por estar mais próxima ao paradigma científico-moderno quando, por exemplo, reivindica direitos das minorias e a despatologização das identidades trans, alinha-se à perspectiva histórica dos direitos humanos, em que a partir das declarações internacionais – frutos dos processos históricos à época – as partes estão acima do todo, ou seja, é preciso reconhecer as especificidades de coletivos, culturas e grupos sociais. Não se refere a um particular que se pretende universal, mas um particular que busca afirmar no universal. Um entrevistado diz: *“Porque é obvio que o que vale para os heteros não é permitido para os homos. O casamento civil, por exemplo.”* (Entrevistado 127, 31 anos, São Paulo).

Um exemplo são as adoções legais por casais homoafetivos. Não se busca instituir que toda forma de adoção seja por casais homossexuais, mas que casais do mesmo sexo tenham os mesmos direitos que outro heterossexual. Não é um particular que se pretende universal, mas que visa se afirmar no universal, diferente de um posicionamento conservador, particular que se pretende universal.

No Brasil, as adoções por famílias de homossexuais são recentes, têm início no começo deste século XXI, primeiramente com um casal de lésbicas em 2006. O que ocorria em diversos casos, e ainda acontece, é que apenas um solicitava a adoção e, posteriormente, o outro solicitava o reconhecimento de paternidade ou maternidade, dependendo do caso. Mas como vimos, no caso em que apresentamos no capítulo de direitos humanos, do casal de Catanduva, o processo é lento, quando foram necessários oito anos para ambos terem a guarda da filha.

Como podemos observar, mesmo considerando os avanços, a partir das jurisprudências, ainda parece mais possível, mesmo que demorado, o processo em que apenas um dos cônjuges solicita a adoção da criança. O porquê, afinal, mais justo seria uma criança com apenas um pai ou uma mãe, do que duas mães ou dois pais?

Objetivamente, o processo de adoção não segue pela lógica de sua legitimação e justificativa moral, mas por questões práticas ligadas às possibilidades legais. Entretanto, nas respostas que encontramos em nossas análises, contrárias à adoção, pudemos perceber um apelo ético-moral para responder uma questão de direitos humanos, quando os respondentes, ao refletirem sobre a adoção, falam das consequências do fato, como a confusão, o preconceito, o lado psicológico.

E se tratando de uma dimensão ético-moral, revela-se uma questão subjetiva, uma vez que cada qual, a partir de sua interpretação, crenças e valores morais, atribuirão um sentido, mas também política, haja vista que são distintas visões em negociação, quando, por exemplo, se sobrepõe a suposta saúde mental da criança em detrimento aos desejos dos pais. Um entrevistado diz: “*A criança vai ficar confusa*” (Entrevistado 268, 35 anos, São Paulo).

Independente do posicionamento, as justificativas ético-morais podem correlacionar-se com qualquer concepção da sexualidade, seja a social, a determinista/religiosa ou a biológica. O que vemos é que nos casos e pareceres favoráveis à adoção, o que prevalece são as concepções sociais e de origem científica dos dispositivos da sexualidade, bem como as concepções de direitos de reconhecimento como direito humano, inclusive baseados em princípios alçados internacionalmente.

Posto isso, observamos um aumento das jurisprudências para união entre pessoas do mesmo sexo e para adoção feita por casais homoparentais, como recentemente a autorização legal, na perspectiva do direito internacional, que se baseia em acordos multilaterais e internacionais, da adoção por um casal de dois homens de crianças fecundadas em barriga de aluguel na Tailândia, organizado por uma empresa Israelense.

Quanto à saúde, enquanto um direito humano, ponderamos que os movimentos LGBT em muitos momentos estiveram ligados ao cumprimento desse direito, como durante a emergência da AIDS no Brasil, quando se formaram as redes de combate à epidemia e apoio aos soropositivos (Silva, 2008). Nesse momento, observamos a construção de argumentos que buscavam desconstruir os estigmas e estereótipos associados aos sujeitos, tendo como resultado ao longo dos anos, uma mudança nos discursos médicos e assistenciais, não tratando mais de grupos de riscos e sim de comportamentos de riscos.

Ao nosso entendimento, tal argumentação ganhou força nos espaços públicos, dentre diversos motivos, por dar a possibilidade de congregar todas as dimensões das concepções de sexualidade, tanto a social, quanto a determinista/religiosa e a biológica, uma vez que qualquer uma delas não estaria incoerente ao falarmos de práticas saudáveis. Porém, há de se pontuar, que a aceitação de uma ala mais conservadora, como os que compactuam da concepção determinista/religiosa da sexualidade, pode estar associada a um dos termos que o fundamenta, o comportamento. Logo, estes estão interessados em questionar e aprovar certas práticas como possíveis em dada sociedade e cultura.

Não apenas no combate à AIDS, no Brasil temos uma série de iniciativas nessa dimensão do cuidado ao corpo e desconstrução de estigmas. Temos um movimento de profissionais da psicologia, das ciências sociais e da saúde em geral pela despatologização das identidades trans e os programas de homoterapia e acompanhamento de sujeitos trans. Tais propostas associam-se, sobretudo, à concepção social da sexualidade, como o próprio nome indica, diz de uma questão de cultura, identidade, gênero e política. Essas ações trazem a baila o que Lopes (2000) e Piovesan (2005) abordam acerca dos direitos de reconhecimento, quando minorias reivindicam políticas específicas para alcançarem a igualdade de direitos. E, assim, são fundamentadas.

Sobre a educação, tivemos recentemente, em 2011, uma polêmica associada ao Kit anti-homofobia, este organizado pelo Ministério da Educação, na gestão de Fernando Haddad (PT), em parceria com diversas entidades civis. O material desenvolvido para distribuição no segundo semestre do mesmo ano, foi vetado pela presidente Dilma Rousseff, do mesmo partido do ministro, ao sofrer pressão da bancada fundamentalista do congresso nacional. Um deputado federal ligado ao fato à época foi Jair Messias Bolsonaro (PP), o qual se posicionava contrário à distribuição do material. Inclusive, no mês do veto, em maio, o deputado distribuiu 50 mil panfletos em escolas e residências do Rio de Janeiro apresentando as ações do executivo como um “kit gay” e “Plano Nacional da Vergonha”, alegando que o material fazia apologia à homossexualidade e que influenciaria na orientação sexual dos jovens.

Os posicionamentos de Bolsonaro alinham-se a duas dimensões da sexualidade que encontramos em nossa pesquisa. Primeiramente, de uma origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade, ou seja, que esta advém da igreja, da família, das leis e das falas do dia a dia. Não há um embasamento científico-acadêmico em seu discurso para tratar da sexualidade, baseado em construções históricas do conhecimento e saberes. O parlamentar firma-se em instituições e crenças altamente afirmadas em nossa cultura, como a família, os dogmas religiosos e as falas cristalizadas no senso comum, de modo que seus posicionamentos não

seguem a lógica e a racionalidade da argumentação ou da comprovação. Alinha-se, portanto, a uma concepção determinista/religiosa da sexualidade, ao colocá-la como refém de nossos comportamentos e opções. Bolsonaro até poderia aproximar-se de uma concepção biológica da sexualidade, ao considerar como algo natural, oriundo da genética, etc.; como outros o fazem, entretanto, não é esse seu posicionamento, ao centrar-se em termos e significados relativos à concepção determinista/religiosa, a luz do paradigma judaico-cristão.

Entendemos que o material construído pelo Ministério da Educação fundamenta-se em outras duas concepções dispostas nos textos e outros materiais, como vídeos didáticos, a saber: a) a concepção social da sexualidade, ao problematizarem identidade de gênero e orientação sexual; e b) a concepção do direito de reconhecimento como um direito humano, ao tratarem do reconhecimento à diferença e da promoção para igualdade no combate à homofobia, tal como defendem Silva e D'Addio (2012). Inserem-se nessas abordagens pedagógicas teorizações sociais da sexualidade, inclusive, referências da teoria *queer*, que nos apresentam autores como Louro (2008), de desconstrução de uma racionalidade binária para a sexualidade e Ramos (2011) e Silva (2011) de uma educação para os direitos humanos, numa perspectiva agonística, de diálogos constantes pela pluralidade.

Além dessa proposta, como já mencionamos nesse trabalho, os parâmetros curriculares nacional da educação brasileira preveem que a sexualidade seja abordada transversalmente no ensino fundamental, de modo que seja discutido em qualquer disciplina, sob diversas abordagens. Entretanto, muitas vezes – se não em quase a totalidade das escolas – essa abordagem transversal do tema não acontece, sendo apenas discutida na biologia, como conhecimento e cuidado do corpo, a partir de temas como fecundação, gravidez, mudanças na puberdade, prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, etc. Nesse sentido, fundamenta-se apenas na concepção biológica da sexualidade, sob a ótica da reprodução. Além disso, muitos professores associam a sexualidade à concepção determinista-religiosa, encarando-a como tabu, negligenciando questões sociais, inclusive de direitos humanos, que poderiam ser abordadas em diversas disciplinas, como história, geografia, literatura, filosofia, etc. Sendo, portanto, incapazes de trabalhar com a violência na escola, como o *bullying* de caráter homofóbico e misógino.

E novamente apontamos para a importância dos diálogos, associados ao conceito de democracia, que supõe o convívio das diferenças e do dissenso, trazendo consigo a ideia de participação. Dar voz a sujeitos invisibilizados é uma possibilidade de não negligenciar realidades e posições e concepções distintas das hegemônicas, inclusive as que encontramos nesse trabalho.

Podemos ver alguns avanços na esfera pública para a promoção da participação e de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, como a criação de órgãos e conselhos públicos, como a construção de centros de referência, as conferências nacionais LGBT, o apoio às instituições e ONGs, etc. Esses espaços são importantes para a discussão e resignificação das concepções que encontramos nesse trabalho, não essencializando nenhuma delas, tanto as de sexualidade quanto as de direitos humanos. Notamos que embora nesses espaços certamente convivam todas as concepções, o que prevalece, por sua constituição a priori democrática, é a desnaturalização dos direitos e da sexualidade, uma vez que são postos em discurso e negociados.

Assim, podemos considerar alguns avanços para união civil, adoção, bem como em políticas públicas de educação, saúde e participação. Contudo, constatamos uma escassez de políticas para promoção de outros direitos, como o direito ao lazer e, sobretudo, ao trabalho.

Tal constatação aponta-nos que não temos contemplado os direitos humanos dessa parcela da sociedade, uma vez que concebemos um direito complementar ao outro, considerando a indivisibilidade dos direitos apontada por Piovesan (2004).

Identificamos (Ortolano, 2014) que as paradas do orgulho LGBT e seus eventos correlacionados, financiados pelo poder público, representam um avanço nas políticas de lazer para juventude desse segmento, quando esta passa a experimentar o lazer e a sexualidade em espaços públicos e gratuitos. E sendo espaços de construção e desconstrução de significados, ainda que as concepções que trouxemos à baila nesse trabalho estejam presentes, é por meio do lúdico e da manifestação pública da sexualidade e de alguns direitos que os participantes podem resignificar tais temas a partir de suas experiências e subjetividades. Todavia, os eventos estão localizados no tempo e no espaço, no caso das paradas contempladas nesse estudo ocorrem uma vez ao ano e acontecem em centros urbanos, regiões metropolitanas. Se pensarmos em Brasil, é necessário considerar as características conforme as culturas locais.

Com relação ao trabalho, quase nada encontramos. Nesse ano algumas mídias noticiaram um projeto para capacitação de transexuais com vistas à inserção no mercado de trabalho, organizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Também soubemos de um projeto organizado por duas figuras públicas, um advogado e um cartunista, com o mesmo propósito. Entretanto, em contato com a coordenadoria de assuntos da diversidade sexual da prefeitura de São Paulo e com o escritório de um dos proponentes do segundo projeto, não obtivemos informação até a finalização desse trabalho.

Entendemos que o direito ao lazer e o direito ao trabalho não se tornaram pauta, pois não congregaram uma base discursiva suficiente que os sustente no jogo de poder e interesses.

Talvez as críticas feitas aos direitos humanos, de que estes apenas atendem aos interesses das elites que os constituem seja um ponto de resistência. Bobbio (2004) nos relata que alguns marxistas e frentes da esquerda desconstróem os discursos acerca dos direitos humanos considerando que o atendimento de interesses particulares não atende e compreende a totalidade da sociedade. Para o autor, é uma crítica reducionista.

Ao que nos parece, há uma resistência de alguns setores, inclusive na academia, em se discutir o trabalho e o lazer atrelados aos movimentos sociais, sendo negligenciados perante outros direitos e temas. A ciência traz consigo também uma hierarquia dos saberes e objetos para a pesquisa, outro jogo político em cheque, dando prioridade a certas discursividades em detrimento a outras. Dessa maneira, também naturaliza alguns significados ou os caminhos para concepção de sexualidade e direitos humanos, não abrindo novas perspectivas para resignificação.

Tal como para Bobbio (2004), os direitos são frutos de seu tempo, logo, entendemos que há um desafio: tanto em resignificar estes, como encontrarmos distintos caminhos para tanto, dentro e fora da academia. O mesmo compreende-se para sexualidade. Ambas as concepções mudam conforme as sociedades e assim são experienciadas, como mostra nosso marco teórico e corroboram nossos resultados. Imbricadas, o uso de tais concepções deve estar alinhado a um denominador comum: o combate a toda forma de violência e opressão.

Nesse sentido, entramos na relação das concepções sexualidade e direitos humanos frente à violência/discriminação, em específico, no combate à homofobia. Sua criminalização representa o atendimento de direitos específicos, violências que trazem o requinte de ódio e aversão, como apontam Silva e D'Addio (2012).

No capítulo de direitos humanos pontuamos alguns números da homofobia no Brasil, divulgados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Grupo Gay da Bahia. Para Mott (2006) o alto índice de assassinatos de homossexuais diz de uma desvalorização/desqualificação social dos sujeitos homossexuais. Jurandir Freire Costa (1997) também nos mostra como a desconstrução do outro, enquanto um sujeito moral, nos torna indiferentes à vida alheia.

Mott (2006) fala dos discursos de fundamentalistas religiosos que classificam os indivíduos como impuros, pecadores e degenerados. Outros termos, como desviantes, aberração, invertidos, etc.; podem levar a essa desvalorização moral dos indivíduos e associam-se tanto à concepção determinista/religiosa da sexualidade, quanto às duas origens dos dispositivos da sexualidade, as cotidianas e científicas, uma vez que tais termos são reproduzidos nas igrejas, consultórios médicos e na família. Ou seja, como vimos em seções

anteriores, são diversas instituições que se apresentam nesse jogo de forças em que não apenas se concebem os significados de sexualidade e direitos humanos, mas onde os mesmos são vivenciados.

Além disso, diferente dos movimentos de mulheres, negros, indígenas, etc.; os movimentos LGBT encontram atualmente um contra-movimento. Pessoas marcham contrárias aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis. Existem passeatas e marchas contra a concessão de direitos a outrem, contra o casamento homoafetivo e/ou a adoção por famílias de homossexuais ou com identidade de gênero que não corresponde ao sexo biológico. Isso, como dissemos, representa uma forma de violência simbólica e atribuímos tais fatos às concepções determinista/religiosa da sexualidade e à origem cotidiana de seus dispositivos, muito balizadas no senso comum.

O projeto de lei que criminaliza a homofobia traz uma série de embates e posicionamentos políticos. Em seu texto, traz a concepção social da sexualidade, congrega aqueles que defendem o direito de reconhecimento, afirmando a existência de um grupo em situação de vulnerabilidade. Segue a lógica de que os direitos humanos devem compreender os direitos específicos.

Já a discussão a respeito do PL, seja no legislativo ou em qualquer outro campo social, traz todas as concepções de sexualidade, a social, a biológica e a determinista-religiosa. Reúne aqueles que o defendem, a partir da concepção social da sexualidade, e aqueles que o criticam se colocando contrários, por acreditarem nos direitos humanos como direitos universais, sem que se construam direitos específicos, num processo histórico de lutas sociais. Esses últimos, que se colocam contra o projeto de lei, tanto podem alinhar-se a concepção determinista-religiosa quanto à biológica da sexualidade, por acreditarem num sujeito essencializado ou por crerem que o projeto tolhe a liberdade de expressão de religiosos que, pelo direito de crença, querem pronunciar suas opiniões sobre a sexualidade e a homossexualidade em qualquer lugar. Certamente, ao posicionarem-se contrários, buscam a manutenção da ideia de um sujeito universal, numa perspectiva jusnaturalista. Um entrevistado, contrário aos direitos específicos, diz: *“Porque são pessoas naturais como os HTs.”* (Entrevistado 47, 20 anos, São Paulo).

O combate à homofobia encontra barreiras nas concepções cristalizadas de sexualidade e direitos humanos, sobretudo na determinista-religiosa da sexualidade e universalista dos direitos humanos, uma vez que depende delas para se constituir enquanto força política. Ao que nos parece, assim como nas disputas simbólicas por dar significado às coisas, a luta contra a homofobia precisa alinhar às distintas concepções de sexualidade e

direitos humanos, e congregar o máximo de discursos em torno de si, utilizando seus argumentos.

E sendo a origem cotidiana dos dispositivos da sexualidade (leis, família, igreja, falas) a mais significativa para os respondentes, nos parece que é nesse campo que devemos investir. Tal constatação reforça a importância da aprovação de um projeto de lei que criminalize a homofobia, não apenas como mecanismo de punição e intimidação dos algozes, mas como aparato discursivo para a afirmação e promoção de sujeitos que são desqualificados socialmente ou desconstruídos como sujeitos morais, a ponto de serem violentados. Um entrevistado, ao se posicionar a favor de direitos específicos, diz: *“Para que se possa começar a ter uma ideia clara e difundida sobre o ser homossexual”*. (Entrevistado 52, 36 anos, São Paulo).

Conforme temos dito, independente de quais sejam as origens dos dispositivos da sexualidade, ambas as concepções se correlacionam à ideia dos direitos humanos como um contrato social. Assim, os embates entre o universal e o particular e entre particulares se darão a partir de normativas que deem conta dos conflitos. Não à toa, o projeto de lei em questão torna-se polêmico e há tantos anos segue em tramitação ou em suspensão. Defender o diálogo sobre o projeto de lei em todos os poderes é, sem dúvida, um exercício para o Estado democrático.

Vislumbramos baseados na eleição de 2014, em que elegemos a bancada mais conservadora para a câmara dos deputados desde o processo de redemocratização, que a partir de 2015 temos um desafio para a defesa e promoção de direitos que se alinhem as concepções sociais da sexualidade ou dos direitos humanos na perspectiva histórica, um desafio para o combate à homofobia, uma vez que muitos parlamentares fundamentalistas certamente encontrarão eco em pares que sustentam concepções mais cristalizadas e são menos abertos à resignificação de pautas atreladas à diversidade sexual e aos direitos humanos, como o próprio qualitativo que os definem e os une supõe.

Sendo assim, concordamos com a proposta de universalismo heteroglóssico de Gustavo Lins Ribeiro (2004), haja vista que não há como falar em violência e seu combate sem um apelo ao universal, como quando falamos em universalismo para princípios contra o genocídio. Contudo, ao tratarmos de homofobia e outros temas ligados às minorias, devemos considerar as particularidades de dados grupos, uma vez que é preciso ter cuidado com o apelo pelo universalismo.

O parlamentar nomeado à comissão de direitos humanos e minorias da Câmara dos deputados em 2013, Marco Feliciano, por conta de todas as polêmicas associadas ao seu

nome, foi na eleição de 2014, um dos deputados mais votados em São Paulo, conforme nos mostra o Portal R7 (2014). Foram quase 400 mil votos. Em sua fala e discurso muitas vezes traz um apelo ao universalismo, quando traz no bojo os dogmas cristãos como denominadores comuns a todos, o que nos parece um problema, quando através desses argumentos deslegitima os direitos de certas minorias, como a dos LGBT.

Nesse sentido, observamos múltiplos significados em cada conjuntura constitutiva de um campo político em disputa. As concepções e suas bases de sentido da realidade ordenam o social. Logo, falar de um universalismo heteroglóssico ou semântico trata-se de um estado de atenção para com esses direitos em disputa, levando em conta o bem comum e o bem estar subjetivo de cada indivíduo, de modo a evitar a sobreposição de valores, crenças e pessoas.

Posto isso, nessa análise psicopolítica notamos que a construção do sujeito político é permeada pelas concepções que traz junto às suas subjetividades, seja através de sua luta por reconhecimento, no campo dos conflitos sociais ou na manutenção de lugares, posições e *status* de poder por meio de crenças e valores cristalizados. Contanto, a relação que vimos entre o sujeito político, sua participação e as concepções que traz em seu discurso com vistas aos seus objetivos, traz uma série de conflitos e contradições que podem abrir espaços para críticas quanto às formas de mobilização e mudança social.

O sujeito político que identificamos nessa pesquisa traz uma série de elementos constitutivos da consciência política que o coloca na ação social, conforme aponta Silva (2008), baseado nas dimensões apresentadas por Salvador Sandoval (2001), como sentimentos de injustiça, reconhecimento de antagonistas, etc., mas também as contradições de uma sociedade complexa que se organiza através de suas discursividades (Foucault, 1979).

Desse modo, as pautas políticas e as reivindicações desses sujeitos políticos, podem adquirir diversos caminhos, sendo mais reformistas ou vanguardistas. Entre criar o novo ou modificar o velho e o instituído, observamos a mesma lógica apontada por Ramos (2011): elevamos uma concepção ou discurso com a pretensão de universalizá-lo. Nesse sentido, esse olhar psicopolítico nos serve para entender esses sujeitos como políticos, através de suas discursividades.

Entre a concepção social, determinista-religiosa e a biológica da sexualidade, bem como entre a jusnaturalista, técnica e histórica dos direitos humanos, e como todas elas se correlacionam nos discursos dos sujeitos sócio-históricos, há consistências e inconsistências que se objetivam no político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos dedicamos a compreender como as concepções de sexualidades e direitos humanos estão atravessadas por questões subjetivas e políticas, ligadas às experiências dos sujeitos que as concebem. Escolhemos como campo para coleta dos dados as paradas do orgulho LGBT, por constituírem um espaço de ruptura do cotidiano (HELLER, 1985) e de manifestação de sexualidades ilegítimas nos espaços públicos. Sendo uma possibilidade de trazermos à baila como as concepções são construídas socialmente a partir do senso comum e de concepções historicamente produzidas.

Para sexualidade, encontramos três linhas de concepções que congregam uma série de termos, a social, a determinista-religiosa e a biológica. Quanto à origem dos dispositivos da sexualidade, encontramos duas concepções, uma cotidiana e outra científica. Para os direitos humanos, encontramos todos os direitos como indivisíveis, contudo, a diversidade da manifestação da sexualidade não é entendida como direitos civis, políticos e sociais.

Em síntese, apesar dos fatores encontrados, como modelos explicativos das possibilidades de respostas, o que nos salta aos olhos, é a pulverização e variedade de respostas, uma vez que a maioria delas encontra-se fora dos fatores. Além disso, encontramos uma fraca correlação entre os fatores encontrados. Isto é, as respostas são inconsistentes entre si.

Essa inconsistência nas respostas pode nos relevar a contradição de indivíduos, quando sua particularidade não o diferencia da condição humana para um bem universal, mas que representa um problema quando a particularidade torna-se uma exclusão. Aponta para uma tendência de fragmentação do sujeito, de um discurso também fragmentado.

Tais resultados nos ficaram mais claros ao analisarmos como as concepções estão associadas aos posicionamentos políticos dos respondentes, frente a temas como adoção por LGBT, união civil entre pessoas do mesmo sexo e reconhecimento de direitos específicos.

A análise psicopolítica dessas concepções nos aponta duas constatações. Por um lado, vemos que mesmo no senso comum e num espaço de ruptura do cotidiano, reproduzimos os discursos e concepções de sexualidade e direitos humanos concebidos ao longo do tempo, ou seja, trazemos um saber médico, clínico e social da sexualidade, bem como a abstratividade e universalidade dos direitos humanos. A correlação entre as concepções da sexualidade e dos direitos humanos confirma as referências que apresentamos em nosso marco teórico. Os escritos que trouxemos na primeira parte dessa pesquisa nos foram úteis tanto para elaboração de nossas questões, bem como para a tabulação, organização e análise dos dados. Desde os

ensaios de Freud às perspectivas *queers* de Butter e Louro, tal como desde as ideias de Bobbio às referências psicopolíticas de Stralen, as concepções de sexualidade e direitos humanos, apontadas pelos diversos autores aqui apresentados, aparecem no senso comum, nas respostas dos participantes, a partir dos significados e sentidos encontrados.

Por outro lado, os resultados evidenciam que mesmo tendo, em dado momento, a hegemonia de certa concepção, todas estão em jogo. Logo, há uma possibilidade em congregarmos discursos para o avanço dos direitos humanos. O que observamos, entre os discursos dos respondentes e os embates políticos que vivemos na atualidade, é que as linhas de concepções e as frentes que as originam estão bem delimitadas enquanto um conjunto de argumentos a favor ou contra os direitos humanos como normativas sociais em disputa. Não à toa, entre as distintas concepções de sexualidade, são os direitos civis que são unanimemente compreendidos como direitos humanos.

Inclinamo-nos a acreditar que damos conta desse processo, em que confirmamos o poder dos discursos que orientam a vida em sociedade e que vivemos as normativas de um tempo e espaço disputadas internacionalmente num mundo globalizado, nos confere a possibilidade de vislumbrarmos a mudança social e a participação política, uma vez que cada sujeito de direito é titular dos direitos universais e dotado de um poder sobre seu destino.

Nesse estudo observamos que a abstração da ciência, a partir das concepções de sexualidade e direitos humanos que trouxemos, ainda que atravesse os sujeitos, não se materializa no senso comum, pelo menos não até o momento, uma vez que as concepções são majoritariamente inconsistentes.

Ainda que os caminhos não sejam os mesmos e nem similares numa sociedade desigual e que o sujeito universal essencializado, como se concebe, não congregue todas as etnias, raças e as formas e expressão do ser e estar no mundo, à construção de um denominador comum à humanidade, sem dúvida, é um avanço se pensarmos na máxima de que devemos evitar qualquer forma de violência e opressão. Não se trata de utopia, ou apenas o argumento de certa elite, mas a possibilidade de uma construção discursiva contra a banalização do mal (ARENDT, 1997), frente à desconstrução do outro enquanto sujeito moral e ante a falta de um estado de atenção com o todo, mesmo que tais discursos advenham e sejam pronunciados por partes de uma sociedade.

Posto isso, cremos que esse estudo psicopolítico vem a somar aos postulados da psicologia política enquanto campo interdisciplinar e emergente no Brasil, fortalecendo e incentivando novas pesquisas na área, concatenando nas reflexões movimentos sociais, discursos e cenário político. A presente pesquisa aborda um “nós” político, como o

movimento LGBT, sem eximir a importância das subjetividades individuais nos embates coletivos das sociedades e civilizações, quando alguns discursos se tornam pauta e temas universais, como aqueles acerca da sexualidade e dos direitos humanos. Pesquisar concepções é tratar de discursividades que estão postas num jogo de poder e são produtoras de realidade.

E sendo um campo em construção, encontramos alguns desafios metodológicos. Optamos por desenvolver um *survey* e desde sua elaboração à análise dos dados, tivemos que redesenhar a pesquisa, uma vez que tínhamos muitas variáveis para analisar. Foram 69 variáveis a partir de 45 questões. Algumas usamos para descrever o perfil do público e apenas 05 utilizamos para análise fatorial e de correlação e 03 para análise das respostas abertas, uma vez que não tínhamos tempo, pelas imposições e limitações de uma Dissertação, para correlacionar e analisar todas as variáveis.

A organização de um *survey* somada a uma análise quali-quantitativa dos resultados que nos propusemos demanda esforços em campos distintos, técnico-teórico para desenvolvimento da pesquisa, como as análises estatísticas e a análise de discurso. Esperemos ter cumprido o desenho traçado para esse estudo, salvo as alterações necessárias. Esse processo foi muito importante para nosso amadurecimento enquanto pesquisador, autor e orientador.

Cumprimos com os objetivos desse estudo, haja vista que apresentamos as concepções de sexualidade e direitos humanos em nosso marco teórico e em nossos resultados e discussões, aportando nestes últimos os significados e sentidos dos participantes das paradas LGBT, correlacionando as variáveis entre si, junto ao perfil do público e a partir do cenário político da atualidade.

Acreditamos que essa pesquisa pode ser ampliada ou se desdobrar em outros estudos, como a análise mais profunda sobre as concepções, a partir de entrevistas e grupos focais junto aos participantes das paradas, proposta que tínhamos e tivemos que abortar pelo tempo do mestrado e outras investigações psicopolíticas, como as concepções de sexualidade e direitos humanos de lideranças políticas ligadas às pautas LGBT, sejam elas a favor ou contra a ampliação de direitos e reconhecimento das sexualidades não heteronormativas ou heterodiscordantes, habitualmente deslegitimadas em uma sociedade patriarcal (SILVA, 2008).

A nosso ver, o presente trabalho tem como potencial contribuir para a formulação de políticas públicas de direitos humanos de LGBT, à medida que o estudo pode não só revelar maneiras como sexualidade e direitos humanos é pensado na sociedade hodierna, como também possibilita identificar elementos estereotípicos e preconceituosos que atuam como justificantes de determinados *modus* culturais e políticos. Elementos que dão formas a certas

estruturas impeditivas ao acesso em plenitude dos direitos humanos por sujeitos LGBT, direitos próprios da cidadania, como tem apontado Alessandro Silva (2008, 2011, 2012b).

Destarte, nosso estudo pode auxiliar na produção, por um lado, de políticas públicas que dinamizem a equidade e a igualdade no campo da sexualidade LGBT e, por outro, de ações próprias no campo da educação para os direitos humanos (Ramos, 2011; Silva, 2011). Em certa medida, nosso trabalho pode servir para auxiliar ações que venham a produzir mudanças sociais que conduzam nossa sociedade a um estágio mais justo socialmente. Sendo também uma produção que auxilie no processo de afirmação da homossexualidade para o exterior, como parte do *coming-out* que nos fala Pollak (1987).

Ao realizarmos essa dissertação, pudemos comprovar como o olhar psicopolítico sobre fenômenos tão complexos como o aqui estudado, se beneficia dessa natureza interdisciplinar, pautada no diálogo de saberes. Esta posição hermenêutica da Psicologia Política que estamos construindo desde o GEPSIPOLIM faz com que, a partir deste trabalho e de outros nessa perspectiva, a práxis política esteja voltada a produção de um conhecimento que rompe com a lógica das fronteiras disciplinares, assumindo abertamente um papel político comprometido com a construção de um mundo melhor (ALMEIDA, SILVA e CORREA, 2012). Sem que, com isso, desmereçamos essa produção ou enxerguemos como menos científica, como gostaria de fazer quem tem posições mais tradicionais e positivistas do fazer científico.

Nesse sentido, alinhamo-nos ao olhar e fazer científico de psicólogos políticos como Ignacio Martin-Baró (1991), José Manuel Sabucedo (2000), Maritza Montero, (1987, 2006) Mirta González Suárez (2008) e Salvador Sandoval (1994, 2001). Por essa razão, vislumbramos como temas para outras pesquisas (ou mesmo para um doutorado) não só as ponderações que acabamos de fazer, mas também outras questões como a constituição das representações e (in)conscientes coletivos a partir das concepções que encontramos.

Scardua e Souza Filho (2006) nos trazem um debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais, as quais são, para os autores, uma organização de opiniões, atitudes, crenças e informações determinadas pelos sujeitos, seu contexto e vínculo. A partir das preposições de Jodelet (1986), Scardua e Souza Filho (2006) apontam para dois processos referentes à construção da representação social, a saber: a objetivação (Seleção e descontextualização de informações – formação de um núcleo figurativo – naturalização) e a ancoragem (como um conhecimento se insere num pensamento pré-existente, para fins práticos).

Sob a perspectiva das representações sociais, nos parece interessante à constatação das aproximações e diferenciações entre homossexuais e heterossexuais acerca de sexualidade

e direitos humanos entre os participantes da parada LGBT de São Paulo e Campinas, uma oportunidade para novas pesquisas.

Consideramos relevante uma análise mais “psicopolítica” focada na espiral das políticas públicas (Silva 2012a); a produção de ideologias políticas que são atravessadas por concepções científicas e de senso comum ou ainda as questões referentes ao modo como as instituições reforçam, reproduzem e resignificam as concepções de sujeitos, de sexualidade e direitos humanos, bem como a maneira como os sujeitos se enxergam no cumprimento e acesso aos direitos humanos.

Certo é, apenas, que esta dissertação é um primeiro passo que damos em nossa caminhada como pesquisador e uma singela, porém dedicada, contribuição para a Psicologia Política Brasileira. E, assim, nosso trabalho buscou ser um instrumento que auxilie a quem milita e faz de sua vida um palco para anunciar que sexualidades discordantes não devem, e não podem ser postas no subterrâneo do esquecimento, como nos lembram Silva (2012b) e Pollak (1989). Ao fazermos este estudo, procuramos conhecer mais e melhor os sujeitos que dão vida à ação coletiva conhecida como Parada do Orgulho LGBT e, com isso, visibilizar algumas das dificuldades e também os ganhos que os movimentos LGBT obtiveram nestas décadas de luta e resistência de sujeitos contra a opressão que lhes nega um lugar ao sol. Um lugar no espaço público que lhes pertence por direito, pois é um direito humano.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA DO ESTADO. **São Paulo realiza primeiro casamento gay da cidade.** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sao-paulo-realizada-primeiro-casamento-gay-da-cidade,918441,0.htm>>. Acesso em: Fev. 2013.
- AGENCIA FOLHA. **Justiça autoriza casal gay a adotar criança no interior de SP.** São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u128520.shtml>>. Acesso em: Fev. 2013
- AIRÈS, P. e BÉJIN, A. (orgs.). **Sexualidades Ocidentais.** Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 1ª ed. 1985. 3ª ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.
- ALVES, J. A. L. É preciso salvar os direitos humanos! **Lua Nova** [online]. 2012, n.86, pp. 51-88. ISSN 0102-6445.
- ALVES, R. **Filosofia da Ciência:** Introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Ed. Brasiliense. (7ª Ed). 1981.
- ANGELIM, F. P.e DINIZ, G. R. S. O Pessoal Torna-se Político: o papel do estado no monitoramento da violência contra mulheres. **Revista Psicologia Política/Associação Brasileira de Psicologia Política.** Vol. 9, nº18 – (Jul./Dez.). – São Paulo: ABPP, 2009.
- ANJOS, G. dos. Homossexualidade, direitos humanos e cidadania. **Sociologias**, jan./jun. 2002, no.7, p.222-252. ISSN 1517-4522.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém, Um relato sobre a banalidade do mal.** Hannah – Hannah Arendt; tradução José Rubens Siqueira. - São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- Bíblia de Estudo Pentecostal, São Paulo, CPAD, 4a ed. 1997.
- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12ª ed. Hucitec, 2006.
- BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2012, n.109, pp. 179-199. ISSN 0101-6628.
- BARRACHO, Carlos. **Psicologia Política.** Escolar Editora, Lisboa, 2011. ISBN 978-972-592-324-5
- BATISTA, G. H. R. **Redes de conceitos.** Perspect. cienc. inf., v. 9, n. 1, Belo Horizonte, 2004. P. 6-17.
- BEZERRA, F. A.; CORRAR, L. J. Utilização da Análise Fatorial na Identificação dos Principais Indicadores para Avaliação do Desempenho Financeiro: Uma Aplicação nas Empresas de Seguros. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP.** São Paulo, n.42, set/dez 2006.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONI, V. e QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC.** Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- BRASIL. **Projeto de Lei 122/2006.** Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604. Acesso em: Fev. 2013

_____. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil:** ano de 2011 / Secretaria de Direitos Humanos; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). – Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2012. Disponível em: <<http://portal.sdh.gov.br/clientes/sdh/sdh/brasilsem/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-o-ano-de-2011>>. Acesso em: Fev. 2013

BUTLER, J. Sujeitos do sexo / gênero / desejo em **Problemas de gênero** – Feminismo e subversão da identidade. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003 – 1ª Edição. Tradução de Renato Aguiar.

BUTTERMAN, S. **Invisibilidade vigilante:** representações midiáticas da maior parada gay do planeta. São Paulo: nVersos, 2012.

CADARSO, P. L. L. **Fundamentos teóricos del conflicto social.** Madrid: Editores, S.A., 2001. ISBN: 84-323-1072-7

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão de Direitos Humanos e Minorias: Histórico e Atribuições.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/conheca-a-comissao/oquee.html> Acesso em: 26 mar. 2013.

CANTRIL, H. **Psicologia de los movimientos sociales.** (1ª Ed. 1941). Madrid: Euramérica, S.A., 1969.

CARLOS, A. F. A. **Espaço - tempo na metrópole.** São Paulo: Contexto, 2001.

CARRARA, S. e RAMOS, S. **Política, direitos violência e homossexualidade.** Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

CARTA CAPITAL. **Milhares de pessoas tomam as ruas de Paris em protesto contra o casamento gay.** Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/milhares-de-pessoas-tomam-as-ruas-de-paris-em-protesto-contr-o-casamento-gay/> Acesso em: 26 mar. 2013.

COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L. F. e NASCIMENTO, M. L. do. Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. **Psicol. clin.** [online]. 2008, vol.20, n.2, pp. 89-102. ISSN 0103-5665.

COSTA, F. A.; MACHADO, F. V. e PRADO, M. A. M. Participação política e experiência homossexual. dilemas entre o indivíduo e o coletivo. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** - 2008, Vol. 42, Num. 2 pp. 325-337

COSTA, J. F. **A inocência e o Vício.** Estudos sobre homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

_____. **O sexo segundo Laquer.** Folha de S. Paulo, 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2503200105.htm>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. A Ética Democrática e seus Inimigos: o lado privado da violência pública. Em: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Ética** (seleção de textos). Rio de Janeiro/Brasília. Garamond/Codeplan, 1997.

DANCEY, C. P. REIDY, J. **Estatística sem Matemática para psicologia usando SPSS para Windows.** 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** – 3ed. Ver. e ampl. – 13. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009. P. 07 – 69.

- DIAS, M. B. **Adoção sem preconceito.** Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/ado%E7%E3o_sem_preconceito.pdf>. Acesso em: Fev. 2013
- DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cad. Pesqui.** [online]. 2002, n.115, pp. 139-154. ISSN 0100-1574.
- EXAME. **Governo francês apresenta lei de casamentos gay.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/governo-frances-apresenta-lei-de-casamentos-gay>> Acesso em: 26 mar. 2013.
- FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L.; VENTURI, G. **Sexualidade, cidadania e homofobia: Pesquisa 10ª Parada do orgulho GLBT de São Paulo – 2006.** São Paulo: APOGLBT, 2007.
- FOLHA ONLINE. **Campinas prepara sua primeira Parada do Orgulho GLBT.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u140.shtml>>. Acesso em: 29 jun. 2012.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1 - A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREUD, S. **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade.** Rio de Janeiro: Imago Ed.; 1997.
- G1. **Parada LGBT reúne milhares na região central de Campinas.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2012/07/parada-lgbt-reune-milhares-na-regiao-central-de-campinas.html>>. Acesso em: 02 de jul. 2012.
- GALHARDO, R. Portal iG. **Marcha para Jesus vira ato contra união homoafetiva.** Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/marcha+para+jesus+vira+ato+contra+uniao+homoafetiva/n1597044443203.html>> Acesso em: 26 mar. 2013
- GONZÁLEZ-SUÁREZ, M. **Psicologia Política.** San José: Editorial UCR, 2008.
- GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos / Maria do Rosário Gregolin. – São Carlos: ClaraLuz, 2004. P. 65-110**
- GRUPO GAY DA BAHIA. **Relatório 2012 – Assassinatos de Homossexuais (LGBT) no Brasil.** Luiz Mott (organizador). Salvador, 2013. Disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2013/02/relatorio-20126.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2013
- GUERRA, A. M. C. et all. **Psicologia Social e Direitos Humanos.** Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.
- HANKS, W. F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin.** São Paulo: Cortez, 2008.
- HELLER, A. **O Cotidiano e a História.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento.** A gramática moral dos conflitos sociais. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. P 23-136.
- LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt.** Estud. av. [online]. 1997, vol.11, n.30, pp. 55-65. ISSN 0103-4014.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo - Corpo e gênero dos gregos à Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LIONCO, T. **Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade**. *Saúde soc.* [online]. 2008, vol.17, n.2, pp. 11-21. ISSN 0104-1290.

LOPES, J. R. de L. Direitos humanos e tratamento igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2000, vol.15, n.42, pp. 77-100. ISSN 0102-6909.

LOURO, G. L. **Um corpo Estranho** – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUNARDI, G. M. A fundamentação moral dos direitos humanos. **Rev. katálysis** [online]. 2011, vol.14, n.2, pp. 201-209. ISSN 1414-4980

MACHADO, F. V. **Do estatal à política [manuscrito]: uma análise psicopolítica das relações entre o Estado e os movimentos de juventudes e LGBT no Brasil (2003-2010)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2003.

MANSANO, M. **Ativismo Judiciário e a Questão LGBT no Brasil**. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MARCONI, M. de A. e LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações de trabalhos científicos**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2001. P. 106

MARTÍN-BARÓ, I. El Método Psicología Política. Em: Montero, Maritza (comp.) *Acción y Discurso. Problemas de Psicología Política en América Latina*. Caracas: Panapo. 1991, pp. 39-58.

MELLO, L.; BRITO, W. e MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu** [online]. 2012, n.39, pp. 403-429. ISSN 0104-8333.

MELLO, R. P.; SILVA, A. A.; LIMA, M. L. C. e DI PAOLO, A. F. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia Social**, 2007, vol.19, n.3, pp. 26-32. ISSN 0102-7182.

MONTERO, M. **Psicología Política Latinoamericana**. Caracas: Panapo. 1987.

MONTERO, M. Le Pouvoir. Psychologie Politique de la Communauté; In: Dorna, Alexandre; Sabucedo, José Manuel. **Estudes et Chaniers du Psychologie Politique**. Paris: L'Harmattan, 2006.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2006, vol.14, n.2, pp. 509-521. ISSN 0104-026X.

ONU. **Princípios de Yogyakarta**. Painel Internacional de especialistas em legislação internacional de direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Princípios e Procedimentos**. 7ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORTOLANO, F. **Paradas LGBT e políticas públicas de lazer para juventude**. (Apresentação oral). *III Simpósio Internacional Movimentos Sociais na contemporaneidade* –

Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=23050>. Acesso em: Jul. 2014.

_____. Psicologia dos movimentos sociais e as paradas LGBT de São Paulo e Campinas. **Rev. de Estudos Universitários**, Sorocaba, SP, v. 39, n. 1, p. 105-123, jun. 2013.

PARKER, R. e BARBOSA, R. M. (orgs.) **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996.

PINHEIRO, P. S.; MESQUITA NETO, P. de. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. **Estud. av.** [online]. 1997, vol.11, n.30, pp. 117-134. ISSN 0103-4014.

PIOVESAN, F. **Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos**. Sur, Rev. int. direitos human. [online]. 2004, vol.1, n.1, pp. 20-47. ISSN 1806-6445.

_____. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cad. Pesqui.** [online]. 2005, vol.35, n.124, pp. 43-55. ISSN 0100-1574.

POLLAK, M. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto? In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs. **Sexualidades Ocidentais**: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Vol.2, n.3., 1989.

Portal R7. **Russomano, Tiririca e Feliciano. Veja quem foram os deputados federais eleitos em SP**. Disponível em: <http://noticias.r7.com/eleicoes-2014/sao-paulo/russomano-tiririca-e-feliciano-veja-quem-foram-os-deputados-federais-eleitos-em-sp-06102014>. 2014. Acesso em: out. 2014.

PRADO, M. A. M. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista de Psicologia Política**, 2000.

_____. Psicologia Política e Direitos Humanos: Tensões da Relação Indivíduo e Bem comum. Em: GUERRA, A. M. C. et all. **Psicologia Social e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003. p. 65-73.

PRADO, M. A., RODRIGUES, C. S. e MACHADO, F. V. **Participação, política e Homossexualidade**: 8ª Parada GLBT de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006.

RABBEN, L. O universal e o particular na questão dos Direitos Humanos. Em: FONSECA, Claudia; TERTO, Veriano Jr.; ALVES, Caleb Faria (orgs). **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

RAMOS, A. H. Educação em Direitos Humanos: local da diferença. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2011, vol.16, n.46, pp. 191-213. ISSN 1413-2478.

REIS, P. dos S. Tensões e desafios: LGBTs e o poder público? **Revista de Psicologia da UNESP**, 2010:147 - 164

RIBEIRO, G. L. Cultura, direitos humanos e poder - Mais além do império e dos direitos humanos - Por um universalismo heteroglóssico. In: FONSECA, Claudia; TERTO, Veriano Jr. e ALVES, Caleb Faria (orgs). **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos: diálogos interdisciplinares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

RIBEIRO, M. O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. **Rev.Esc.Enf.USP**, v.3, n. 4, p. 358-63, dez. 1999.

SABUCEDO, J. M. C. **Psicologia Política**. Madri: Editorial Síntesis S.A., 1996.

_____. La Construcción Social de la Psicología Política. **Suma Psicológica**. 7(1), março, 2000, pp. 1-14

SANDOVAL, S. A. M. Algumas Reflexões sobre Cidadania e Formação de Consciência Política no Brasil, Em Spink, Mary Jane. (org.) **A Cidadania em Construção**: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. The Crisis of the Brazilian Labor Movement and the Emergence of Alternative Forms of Working-Class Contention in the 1990s. **Revista Psicologia Política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política**. São Paulo: 2001. ISSN 1519-549X

SANTOS, A. C. Cidadania sexual na democracia Portuguesa. **Psicologia Política**, 2004. 4(8). Jul./dez. 257-278.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. (7ª ed). Porto: Afrontamento, 1995.

SANTOS, R. L. da S. Ação afirmativa e as políticas de direitos humanos. En: FONSECA, Claudia; TERTO, Veriano Jr. e ALVES, Caleb Faria (orgs). **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos**: diálogos interdisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

SCARDUA, A. e SOUZA FILHO, E. A. de. O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. **Psicol. Reflex. Crit.** [online]. 2006, vol.19, n.3, pp. 482-490. ISSN 0102-7972.

SCORSOLINI-COMIN, F. O Brasil homossexual em retrato: articulações entre direitos humanos, literatura e arte. **Paidéia (Ribeirão Preto)** [online]. 2011, vol.21, n.50, pp. 437-439. ISSN 0103-863X.

SILVA, A. S. da. **Luta, Resistência e Cidadania: Uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008. v. 1. 514 p.

_____. **Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual**. Trivium (Rio de Janeiro. Online), v. 3, p. 58-72, 2011. Disponível em: <http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-ii-ano-iii/artigos-tematicos/politicas-publicas-educacao-para-os-direitos-humanos-e-diversidade-sexual.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

_____. **Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas**. Tese de Livre Docência. São Paulo, 2012a.

_____. Por um Lugar ao Sol: construindo a memória Política da homossexualidade (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?!). **Bagoas**: Revista de Estudos Gays, v. 6, p. 77-102, 2012b.

SILVA, A. S. da. e D'ADDIO, T. Homofobia, Violência e Direitos Humanos. Em: Almeida, M. B., Silva, A. S. & Pedro, F. C. **Psicologia Política: debates e embates**. São Paulo: EDEACH, 2012.

SPINK, M. J. & LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos de interpretação. En; SPINK, M. J. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano**. São Paulo, Cortez, 1999, p. 93-122.

SPINK, M. J. & MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas. Em M. J. Spink (org), **Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano**. São Paulo, Cortez, 1999, p. 41-62.

STRALEN, C. J. V. Psicologia Política e Direitos Humanos. Em: GUERRA, A. M. C. et all. **Psicologia Social e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003. p. 33-43.

TEJERINA, B. Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2005, 72, 67-97.

TILLY, C. e WOOD, L. J. **Los Movimientos Sociales**, 1768-2008. Desde sus orígenes a Facebook. 2ª Ed. Editora Crítica: Barcelona, 2010.

TONELI, M. J. F. Diversidade sexual humana: notas para a discussão no âmbito da psicologia e dos direitos humanos. **Psicol. clin.** [online]. 2008, vol.20, n.2, pp. 61-73. ISSN 0103-5665.

YAGUELLO, M. Introdução. In: BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed. Hucitec, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO NAS PARADAS LGBT DE 2012**BLOCO 1 - PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO**

1. QUAL É A SUA IDADE? _____ anos

2. QUAL É A SUA COR OU RAÇA/ETNIA? _____

3. QUAL A SUA COR OU RAÇA NA SEGUINTE CLASSIFICAÇÃO DO IBGE? [atenção, leia as opções]

1. branca
2. preta
3. parda
4. amarela
5. indígena
99. NS/NR

4. QUAL A RELIGIÃO OU CULTO QUE VOCÊ FREQUENTA OU JÁ FREQUENTOU? [Pode marcar mais de uma]

1. católica
2. evangélica. Qual? _____
3. espírita/kardecista
4. umbanda
5. candomblé
6. nenhuma
7. outra. Qual? _____
99. NS/NR

5. SE VOCÊ JÁ FREQUENTOU ALGUMA RELIGIÃO OU CULTO E NÃO FREQUENTA, QUAL O MOTIVO QUE O LEVOU A NÃO MAIS FREQUENTAR:

1. Sua sexualidade
2. Sua orientação sexual
3. O conservadorismo da religião
4. Desacreditar em Deus
5. Desmotivação com a instituição igreja
6. Falta de tempo
7. Outra _____
99. NS/NR

6. QUAL É SUA ESCOLARIDADE?

1. sem instrução
2. ensino fundamental completo
3. ensino fundamental incompleto
4. ensino médio completo
5. ensino médio incompleto
6. ensino superior completo
7. ensino superior incompleto
8. mestrado/doutorado
99. NR

7. ATUALMENTE VOCÊ ESTUDA?

1. Sim. Qual dos níveis anteriores?

-
2. Não
 3. NR

8. ATUALMENTE VOCÊ EXERCE ATIVIDADE REMUNERADA?

1. Sim. Qual/quais? _____
2. Não
3. NR

9. SELECIONE UMA OPÇÃO QUE MELHOR REPRESENTA SUA RENDA FAMILIAR

1. Menos de R\$ 640
2. De R\$ 640 a R\$ 1.280
3. De R\$ 1.280 a R\$ 2.360
4. De R\$ 2.360 a R\$ 4.700
5. De R\$ 4.700 a R\$ 9.400
6. Acima de R\$ 9.400

BLOCO 2 – ASPECTOS PSICOPOLÍTICOS

10. VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA PARADA DO ORGULHO LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANSGÊNEROS?

1. sim
2. não
3. NL/NR

11. VOCÊ PARTICIPA OU JÁ PARTICIPOU DE: [Pode marcar mais de uma]

1. Associação de moradores
2. Sindicato(s)
3. Partido político
4. Grupo(s) religioso(s)
5. ONGs
6. Movimento estudantil
7. Movimento LGBT
8. Outros: _____
9. Nunca participou
99. NS/NR

12. VOCÊ CONHECE ALGUMA LEI, OU PROJETO DE LEI, EM CAMPINAS, EM SP OU NO BRASIL, QUE BENEFICIE GAYS, LÉSBICAS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS OU BISSEXUAIS?

1. sim. Qual? _____
2. não
99. NR

13. VOCÊ VEIO À PARADA POR QUÊ? [Pode marcar mais de uma]

1. por curiosidade/diversão
2. para que as pessoas LGBT tenham mais direitos
3. por solidariedade com amigos(as)/parentes LGBTs
4. para paquerar
5. Para protestar contra a Violência Homofóbica
6. Para protestar e Reivindicar o reconhecimento dos Direitos Humanos para LGBTs
7. outra: _____
99. NS/NR

14. O QUE É A PARADA PARA VOCÊ:

1. Manifestação Política
2. Política Festiva
3. Festa
4. Festa Política
5. Protesto
6. Carnaval fora de época
7. Outra: _____
99. NS/NR

15. COM RELAÇÃO AOS/AS PARTICIPANTES VOCÊ ACHA QUE:

1. São conscientes da dimensão política da parada
2. Não são conscientes da dimensão política da parada
3. São parcialmente conscientes da dimensão política da parada
4. Não acham que a parada tenha uma dimensão política
5. Outra: _____
99. NS/NR

BLOCO 3 - CONJUGALIDADE/PARENTALIDADE

16. ATUALMENTE, VOCÊ ESTÁ:

1. Sozinho (a)
2. Casado (a)
3. Namorando
4. Ficando
5. Separado
6. Outro: _____
99. NS/NR

17. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊS ESTÃO JUNTOS/AS?

1. Menos de 1 ano
2. De 1 a 3 anos
3. De 4 a 5 anos
4. Mais de 5 anos
5. Mais de 10 anos

18. EM RELAÇÃO AO SEU ÚLTIMO(A) OU ATUAL NAMORADO(A) OU PARCEIRO(A), ONDE VOCÊS SE CONHECERAM?

1. bar, boates, festas gays
2. casa de amigos
3. em grupo religioso
4. local de estudo/ trabalho
5. em locais de pegação (saunas, banheiros, salas de vídeos, sex shops)
6. em locais públicos (rua, shoppings, praças, parques, praia)
7. na Internet/Tele-amigo
8. na Parada
9. outra? Qual _____
99. NS/NR

19. ATUALMENTE VOCÊ RESIDE:

1. sozinho(a)

2. companheiro(a)/parceiro(a)
 3. amigo(a)(s)
 4. familiares
 5. outro: _____
99. NR

20. EM RELAÇÃO AOS SEUS(SUAS) PARCEIROS(AS), VOCÊ PREFERE QUE ELES(ELAS) SEJAM:

IDADE [Pode marcar mais de uma]

1. da mesma faixa etária
2. mais novos que você
3. mais velhos
4. indiferente

99. NS/NR

ESCOLARIDADE [Pode marcar mais de uma]

1. mais instruídos que você
2. menos instruídos
3. mesmo nível de instrução
4. indiferente

99. NS/NR

NÍVEL ECONÔMICO [Pode marcar mais de uma]

1. Com renda maior que a sua
2. Com a renda menor que a sua
3. mesma faixa de renda
4. indiferente

99. NS/NR

ATRIBUTO DE GÊNERO [Pode marcar mais de uma]

1. Feminino/a
2. Levemente Feminino/a
3. Muito Feminino/a
4. Masculino/a
5. Levemente Masculino/a
6. Muito Masculino/a
7. Neutro/a
8. assim como você
9. indiferente

99. NS/NR

COR [Pode marcar mais de uma]

1. mais escuros que você
2. mais claros
3. mesma cor/raça
4. indiferente

99. NS/NR

21. VOCÊ TEM FILHOS? [pode marcar mais de uma]

1. sim, de um relacionamento heterossexual anterior
2. sim, de uma relação sexual eventual(produção independente)
3. sim, adotei legalmente
4. sim, peguei para criar (adoção informal)
5. sim, meu/minha parceiro/a tem filhos que considero como meus

6. sim, outro modo. Qual? _____

7. não

99. NS/NR

22. VOCÊ JÁ ASSUMIU SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA: [Pode marcar mais de uma]

1. familiares

2. amigos

3. colegas de trabalho

4. colegas de escola/faculdade

5. profissionais de saúde (médico, psicólogo, etc.)

6. outras pessoas. _____

7. ainda não me assumi

99. NS/NR

BLOCO 4 – SEXUALIDADE

23. PARA VOCÊ A SEXUALIDADE É [Pode marcar mais de uma]

1. Uma questão de Cultura

2. Uma questão de Genética

3. Uma questão de Identidade

4. Uma questão de Política

5. Uma questão de Opção sexual

6. Uma questão de Sexo

7. Uma questão de Orientação sexual

8. Uma questão de Órgãos genitais

9. Uma questão de Gênero

10. Uma questão Biológica

11. Um Comportamento sexual

12. Determinação divina

13. Outro: _____

99. NS/NR

24. PARA VOCÊ SEXUALIDADE É RESULTANTE: [Pode marcar mais de uma]

1. Das falas cotidianas

2. Da família

3. Da Igreja

4. Da ciência

5. Da medicina

4. Das leis

6. Da filosofia

7. Outras: _____

99. NS/NR

25. COM RELAÇÃO A SUA SEXUALIDADE, COM QUAL DESSAS CATEGORIAS VOCÊ MAIS SE IDENTIFICA? [Marcar apenas uma]

1. Gay

2. Lésbica

3. Travesti

4. Transexual

5. Bissexual

- 6. Entendido (a)
- 7. Heterossexual
- 8. Outra: _____
- 99 NS/NR

26. VOCÊ SE CONSIDERA UM/A HOMEM/MULHER:

- 1. Feminino/a
- 2. Levemente Feminino/a
- 3. Muito Feminino/a
- 4. Masculino/a
- 5. Levemente Masculino/a
- 6. Muito Masculino/a
- 7. Neutro/a
- 99. NS/NR

27. PARA VOCÊ SEXUALIDADE:

- 1. São os órgãos genitais
- 1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
- 2. É uma construção social histórico-cultural que transcende a genitalidade
- 1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
- 3. São as relações sexuais
- 1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
- 4. Limita-se a reprodução da espécie. Uma dádiva divina.
- 1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
- 5. Relaciona-se com o bem estar humano e inclui gênero, identidade sexual e de gênero, orientação sexual, erotismo, vínculo emocional, atividades, práticas e relações sexuais, comportamento sexual
- 1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
- 6. É uma dimensão psíquica do ser humano relativa a orientação do desejo
- 1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
- 7. Outras _____

28. DEVIDO À SUA SEXUALIDADE, VOCÊ JÁ SOFREU ALGUMAS DAS DISCRIMINAÇÕES A SEGUIR?

- 1 - não ter sido selecionado(a) ou ter sido demitido(a) do emprego
- 1. Sim 2. Não 99. NR/NL
- 2 - ter recebido tratamento diferenciado ou ter sido impedido de entrar em comércio/loais de lazer
- 1. Sim 2. Não 99. NR/NL
- 3 - ter sido mal atendido(a) em serviços de saúde ou por profissionais de saúde
- 1. sim 2. Não. 99. NR/NL
- 4 - ter sido marginalizado(a) por professores ou colegas na escola/faculdade
- 1. Sim 2. Não 99. NR/NL
- 5 - ter sido excluído(a) ou marginalizado(a) de grupo de amigos ou vizinhos

1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 6 - ter sido excluído(a) ou marginalizado(a) em ambiente familiar
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 7 - ter sido excluído(a) ou marginalizado(a) em ambiente religioso
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 8 - ter sido impedido de doar sangue
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 9 - ter sido maltratado por policiais ou ter sido mal atendido em delegacias
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 10 – Outras _____

29. DEVIDO À SUA SEXUALIDADE, VOCÊ JÁ SOFREU

- 1 - agressão física
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 2 - agressão verbal/ameaça de agressão
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 3 - Boa Noite Cinderela
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 4 - violência sexual
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 5 - chantagem ou extorsão
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 6 – violência institucional
1. Sim 2. Não. 99. NR/NL
- 7 – Outras _____

Se assinalou somente uma, pule para questão 31.

Se respondeu “não” em todas as alternativas, pule para a pergunta 34.

30. QUAL FOI A AGRESSÃO MAIS GRAVE OU MAIS MARCANTE

[no caso de mais de um tipo de agressão]

1. agressão física
2. agressão verbal/ameaça de agressão
3. boa noite cinderela
4. violência sexual
5. chantagem ou extorsão
6. violência simbólica

31. ONDE OCORREU ESTA AGRESSÃO?

1. casa
2. trabalho
3. escola/faculdade
4. estabelecimento comercial
5. local público (rua, shoppings, praças, parques, praia)
6. outro: _____
99. NR/NL

32. QUEM FOI O AUTOR OU AUTORES DESTA AGRESSÃO?

1. amigo(a)s/conhecido(a)s

2. parceiro(a)
3. familiares
4. colegas de escola/faculdade
5. colegas de trabalho
- 6 vizinho(a)
- 7 policial
8. segurança
9. professor
10. chefe
11. funcionário público
12. desconhecido(s)
13. profissionais de saúde
14. outro. _____
99. NR/NL

33. VOCÊ RELATOU ESTE FATO PARA: [Pode marcar mais de uma]

1. polícia/delegacia/190
2. Defensoria Homossexual
3. _____ ONGs/grupos _____ de _____ militância _____ GLBT.
- Qual? _____
4. imprensa
5. amigos
6. familiares
7. Disque Denúncia
8. CCH
9. outros. _____
10. não relatou
99. NR/NL

34. VOCÊ ENTENDE A TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE COMO:

1. sinônimos
2. como diferentes formas de existir?
99. NS/NR

35. A TRANSEXUALIDADE É:

1. Identidade de Gênero
2. Orientação sexual
- 3 Opção sexual
4. É uma enfermidade genética
5. Um produto cultural
6. outra: _____
99. NS/NR

BLOCO 5 – DIREITOS HUMANOS

36. PARA VOCÊ DIREITOS HUMANOS SÃO [Pode marcar mais de uma]:

1. Direito à alimentação
2. Direito à saúde
3. Direito à educação
4. Direito à moradia
5. Direito à assistência social

- 6. Direito ao lazer
- 7. Direito ao trabalho
- 8. Direito a dignidade
- 9. Direito à orientação sexual
- 10. Direito ao esporte
- 11. Direito à liberdade religiosa
- 12. Direito ao voto
- 13. Direitos econômicos
- 14. Outros _____
- 99. NS/NR

37. PARA VOCÊ DIREITOS HUMANOS SÃO:

- 1. Direitos naturais, que como tais devem ser reconhecidos pelo Estado
- 1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
- 2. Direitos subjetivos concedidos aos Indivíduos pelo Estado
- 1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
- 3. Direitos que se baseiam num contrato social, expresso na Constituição, entre as diversas forças sociais e políticas
- 1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR

38. OS DIREITOS HUMANOS COMPREENDEM DIREITOS: [Pode marcar mais de uma]

- 1. Civis (liberdade pessoal, de pensamento, de religião)
- 2. Políticos (liberdade em se organizar em partidos, direito ao voto e ser votado)
- 3. Sociais (direito ao trabalho, à saúde, à proteção contra a miséria, etc.).
- 4. Outros tipos de direitos _____
- 99. NR/NL

39. VOCÊ JULGA TER ACESSO A TODOS OS DIREITOS HUMANOS?

- 1. Sim
- 2. Não. Quais? _____
- 99. NR/NS

40. NA SUA OPNIÃO OS DIREITOS HUMANOS COMPREENDEM A DIVERSIDADE DAS MANIFESTAÇÕES DA SEXUALIDADE?

- 1. Sim 2. Não 99. NR/NS

41. VOCÊ ENTENDE HOMOFOBIA COMO: [Pode marcar mais de uma opção]

- 1. Medo dos iguais
- 2. Medo dos diferentes
- 3. Transtorno mental
- 4. Preconceito
- 5. Estereótipo
- 6. Aversão
- 7. Violência física
- 8. Ódio
- 9. Injúria
- 10. Uma forma de controle social
- 11. Uma forma de dominação

12. Uma forma de violência simbólica
13. Uma forma de violência psicológica
14. Uma forma de violência física
15. Uma forma de defesa da sociedade
16. Uma forma de discriminação
17. Um crime
18. Um ato de ignorância
19. Outras

42. SOBRE O PL 122 QUE CRIMINALIZA QUALQUER PRÁTICA, INDUÇÃO E INCITAÇÃO DE HOMOFOBIA, VOCÊ:

1. É a favor 2. É parcialmente a favor 3. É contra 99. NR/NS

43. COMO VOCÊ ENTENDE “*QUALQUER PRÁTICA, INDUÇÃO E INCITAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO E AO PRECONCEITO*”?

1. Qualquer forma de violência física ou verbal que leve à discriminação e ao preconceito, mesmo sem intenção.
2. Qualquer forma de violência física ou verbal que leve à discriminação e ao preconceito apenas quando há intenção.

99. NR/NL

44. VOCÊ CONCORDA QUE EXISTAM DIREITOS ESPECÍFICOS À LGBTs?

1. Sim. Por quê? _____
2. Não. Por quê? _____

99. NR/NL

45. SOBRE O PROJETO DE PARCERIA CIVIL, QUE PREVÊ O RECONHECIMENTO LEGAL DAS UNIÕES

AFETIVAS ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO, VOCÊ:

1. Concorda. Por quê? _____
2. Discorda. Por quê? _____
3. Não conheço o suficiente para opinar

99. NR

46. SOBRE GAYS, LÉSBICAS, TRANSGÊNEROS OU BISSEXUAIS TEREM/ADOTAREM FILHOS, VOCÊ:

1. Concorda. Por quê? _____
2. Discorda. Por quê? _____

99. NS/NR

APÊNDICE B – QUADRO DE RESPOSTAS PARA TABULAÇÃO

Quadro 4 - Respostas para tabulação

Nº	Variável	Opções de respostas
01	Sujeito	-
02	Cidade	1-São Paulo; 2- Campinas.
03	Sexualidade é uma questão de cultura	1- Sim; 2-Não.
04	Sexualidade é uma questão de Genética	1- Sim; 2-Não.
05	Sexualidade é uma questão de Identidade	1- Sim; 2-Não.
06	Sexualidade é uma questão de política	1- Sim; 2-Não.
07	Sexualidade é uma questão de opção sexual	1- Sim; 2-Não.
08	Sexualidade é uma questão de sexo	1- Sim; 2-Não.
09	Sexualidade é uma questão de orientação sexual	1- Sim; 2-Não.
10	Sexualidade é uma questão de órgãos sexuais	1- Sim; 2-Não.
11	Sexualidade é uma questão de gênero	1- Sim; 2-Não.
12	Sexualidade é uma questão biológica	1- Sim; 2-Não.
13	Sexualidade é um comportamento sexual	1- Sim; 2-Não.
14	Sexualidade é uma questão divina	1- Sim; 2-Não.
15	Sexualidade é resultante das falas cotidianas	1- Sim; 2-Não.
16	Sexualidade é resultante da família	1- Sim; 2-Não.
17	Sexualidade é resultante da igreja	1- Sim; 2-Não.
18	Sexualidade é resultante da ciência	1- Sim; 2-Não.
19	Sexualidade é resultante da medicina	1- Sim; 2-Não.
20	Sexualidade é resultante das Leis	1- Sim; 2-Não.
21	Sexualidade é resultante da filosofia	1- Sim; 2-Não.
22	Como se considera em relação ao gênero	1. Feminino/a 2. Levemente Feminino/a 3. Muito Feminino/a 4. Masculino/a 5. Levemente Masculino/a 6. Muito Masculino/a 7. Neutro/a 99. NS/NR
23	Sexualidade são órgãos genitais	1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
24	Sexualidade é uma construção social histórico-cultural que transcende a genitalidade	1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
25	Sexualidade são as relações sexuais	1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
26	Sexualidade limita-se a reprodução da espécie. É uma dádiva divina.	1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
27	Sexualidade relaciona-se ao bem estar humano e inclui gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, vínculo emocional, atividades, práticas e relações	1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR

	sexuais, comportamento sexual.	
28	Sexualidade é uma dimensão psíquica do ser humano relativa a orientação do desejo.	1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
29	Travestilidade e Transexualidade	1. sinônimos 2. como diferentes formas de existir. 99. NS/NR
30	Transexualidade	1. Identidade de Gênero 2. Orientação sexual 3. Opção sexual 4. É uma enfermidade genética 5. Um produto cultural 6. Outra 99. NS/NR
31	Direitos humanos são direito à alimentação	1- Sim; 2-Não.
32	Direitos humanos são direito à saúde	1- Sim; 2-Não.
33	Direitos humanos são direito à educação	1- Sim; 2-Não.
34	Direitos humanos são direito à moradia	1- Sim; 2-Não.
35	Direitos humanos são direito à assistência social	1- Sim; 2-Não.
36	Direitos humanos são direito ao lazer	1- Sim; 2-Não.
37	Direitos humanos são direito ao trabalho	1- Sim; 2-Não.
38	Direitos humanos são direito à dignidade	1- Sim; 2-Não.
39	Direitos humanos são direito à orientação sexual	1- Sim; 2-Não.
40	Direitos humanos são direito ao esporte	1- Sim; 2-Não.
41	Direitos humanos são direito à liberdade religiosa;	1- Sim; 2-Não.
42	Direitos humanos são direito ao voto	1- Sim; 2-Não.
43	Direitos humanos são direitos econômicos	1- Sim; 2-Não.
44	Os direitos humanos são naturais, e como tais devem ser reconhecidos pelo Estado	1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
45	Os direitos humanos são subjetivos concedidos aos indivíduos pelo Estado	1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
46	Os direitos baseiam-se num contrato social, expresso na constituição, entre diversas forças sociais e políticas.	1. Concordo 2. Concordo parcialmente 3. Discordo 4. NR
47	Os direitos humanos compreendem os direitos civis	1- Sim; 2-Não.
48	Os direitos humanos compreendem os direitos políticos	1- Sim; 2-Não.
49	Os direitos humanos compreendem os direitos sociais	1- Sim; 2-Não.
50	Direitos humanos contemplam as múltiplas sexualidades	1- Sim; 2-Não.
51	Julga-se ter acesso aos direitos humanos	1- Sim; 2-Não.
52	Direitos humanos abarcam direitos específicos	1- Sim; 2-Não.
53	Sobre união homoafetiva	1. Concordo 2. Discordo 3. Não conhece o

		suficiente para opinar e 4. NR
54	Sobre a adoção por LGBT	1. Concordo 2. Discordo 3. NR
55	Categoria sexual	1-Gay, 2-lésbica, 3-travesti, 4-transexual, 5-bissexual, 6-Entendido, 7-heterossexual, 8-outra, 99-ns/nr
56	Idade	1-[14-18]; 2- [19-23]; 3- [24-28]; 4-[29-33]; 5-[34-38]; 6-[39-43]; 7-[44-48]; 8-[49-53]; 9-[54-58]; 10-[59-63]; 11-[64-68]; 99-ns/nr
57	Etnia	1. Branca; 2. Preta; 3. Parda; 4. Amarela; 5. Indígena; 99. NS/NR
58	Religião	1. católica 2. evangélica. 3. espírita/kardecista 4. umbanda 5. candomblé 6. nenhuma 7. outra. 99. NS/NR
59	Porque não frequenta religião	1. Sua sexualidade 2. Sua orientação sexual 3. O conservadorismo da religião 4. Desacreditar em Deus 5. Desmotivação com a instituição igreja 6. Falta de tempo 7. Outra 99. NS/NR
60	Escolaridade	1. sem instrução 2. ensino fundamental completo 3. ensino médio completo 4. ensino superior completo 5. com mestrado/doutorado 99. NS/NR
61	Trabalho	1.Sim; 2. Não; 99. Ns/nr
62	Renda	1. Menos de R\$ 640; 2. De R\$ 640 a R\$ 1.280; 3. De R\$ 1.280 a R\$ 2.360; 4. De R\$ 2.360 a R\$ 4.700; 5. De R\$ 4.700 a R\$ 9.400; 6. Acima de R\$ 9.400 ; 99. ns/nr
63	Participação	1. Associação de moradores 2. Sindicato(s) 3. Partido político 4. Grupo(s) religioso(s) 5. ONGs 6. Movimento estudantil 7. Movimento LGBT 8. Outros 9. Nunca participou 99. NS/NR
64	Legislação	1.Sim; 2. Não; 99. Ns/nr
65	Motivação	1. por curiosidade/diversão 2. para que as pessoas LGBT tenham mais direitos 3. por solidariedade com amigos(as)/parentes LGBTs 4. para paquerar 5. Para protestar contra a Violência Homofóbica 6. Para protestar e Reivindicar o reconhecimento dos Direitos Humanos para LGBTs 7. Outra 99. NS/NR
66	Parada	1. Manifestação Política 2. Política Festiva 3. Festa 4. Festa Política 5. Protesto 6 Carnaval fora de época 7. Outra 99. NS/NR
67	Participantes	1. São conscientes da dimensão política da parada 2. Não são conscientes da dimensão política da parada 3. São parcialmente conscientes da dimensão política da parada 4. Não acham que a parada tenha uma dimensão política 5. Outra 99. NS/NR
68	Local de encontro	1. bar, boates, festas gays 2. casa de amigos 3. em grupo religioso 4. local de estudo/ trabalho 5. em locais de pegação 6. em locais públicos 7. na Internet 8. outra 99. NS/NR

69	Assumiu	1. familiares 2. amigos 3. colegas de trabalho 4. colegas de escola/faculdade 5. profissionais de saúde 6. outras pessoas 7. ainda não assumiu 99. NS/NR
----	---------	--

APÊNDICE C - TABELAS DE TESTES KMO E BARTLETT E DE VARIÂNCIA TOTAL EXPLICADA

Tabela 7 - Teste KMO e Bartlett para as variáveis da questão “sexualidade é”

KMO and Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,769
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	730,029
	df	66
	Sig.	,000

Tabela 8 - Variância total explicada para a questão “sexualidade é”

Total de variance explained									
Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,979	24,827	24,827	2,979	24,827	24,827	2,389	19,909	19,909
2	1,260	10,502	35,328	1,260	10,502	35,328	1,638	13,647	33,556
3	1,119	9,322	44,650	1,119	9,322	44,650	1,331	11,094	44,650
4	,953	7,940	52,590						
5	,946	7,886	60,476						
6	,896	7,468	67,944						
7	,821	6,838	74,782						
8	,768	6,401	81,183						
9	,717	5,978	87,161						
10	,618	5,152	92,314						
11	,515	4,295	96,608						
12	,407	3,392	100,000						
Extraction Method: Principal Component Analysis.									

Tabela 9 - Teste KMO e Bartlett para questão “sexualidade é resultante”

KMO and Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,728
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	380,228
	df	21
	Sig.	,000

APÊNDICE E – TABELAS DE TESTE *CHI-SQUARE*

O coeficiente é encontrado através do teste *chi-square*, realizado no *SPSS*. Convencionalmente, como nos mostra Dancey e Reidy (2006), o nível de significância utilizado é de $p < 0,05$ (altamente significativo).

Tabela 18 – Teste *Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e as dimensões da sexualidade

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
Sexualidade é uma questão de cultura	0,825	0,179	0,027	0,020	0,089	0,104	0,113
Sexualidade é uma questão de Genética	0,001	0,034	0,592	0,202	0,447	0,351	0,589
Sexualidade é uma questão de identidade	0,061	0,296	0,587	0,953	0,000	0,050	0,081
Sexualidade é uma questão de política	0,793	0,091	0,010	0,946	0,003	0,009	0,580
Sexualidade é uma questão de opção sexual	0,019	0,013	0,277	0,311	0,010	0,278	0,291
Sexualidade é uma questão de sexo	0,109	0,000	0,513	0,090	0,707	0,046	0,910
Sexualidade é uma questão de orientação sexual	0,159	0,091	0,004	0,982	0,010	0,090	0,053
Sexualidade é uma questão de órgãos genitais	0,440	0,050	0,479	0,934	0,425	0,014	0,740
Sexualidade é uma questão de gênero	0,554	0,255	0,072	0,714	0,136	0,145	0,878
Sexualidade é uma questão biológica	0,026	0,009	0,040	0,794	0,015	0,481	0,102
Sexualidade é um comportamento sexual	0,023	0,237	0,933	0,163	0,965	0,114	0,273
Sexualidade é uma determinação divina	0,000	0,027	0,192	0,034	0,355	0,333	0,184

Tabela 19 - Teste *Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e de que a sexualidade é resultante

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
A sexualidade é resultante das falas cotidianas	0,467	0,790	0,820	0,272	0,013	0,980	0,572
A sexualidade é resultante da família	0,259	0,621	0,329	0,261	0,161	0,262	0,429
A sexualidade é resultante da igreja	0,169	0,826	0,614	0,313	0,187	0,312	0,278
A sexualidade é resultado da ciência	0,714	0,172	0,082	0,548	0,938	0,508	0,065
A sexualidade é resultado da medicina	0,170	0,062	0,403	0,590	0,560	0,851	0,256
A sexualidade é resultante das leis	0,072	0,411	0,250	0,793	0,028	0,213	0,708
A sexualidade é resultado da filosofia	0,033	0,666	0,326	0,070	0,182	0,029	0,002

Tabela 20 -Teste *Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e as definições de sexualidade

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
Sexualidade são órgãos genitais	0,488	0,280	0,888	0,688	0,128	0,555	0,297
Sexualidade é uma construção socio-histórico-cultural	0,155	0,213	0,250	0,629	0,000	0,027	0,538
Sexualidade são as relações sexuais	0,011	0,693	0,173	0,010	0,037	0,155	0,735
Sexualidade limita-se a reprodução. Uma dádiva divina.	0,066	0,024	0,083	0,635	0,000	0,022	0,003
Sexualidade relaciona-se a bem estar, gênero, identidade, erotismo, vínculo emocional, práticas e comportamentos	0,227	0,074	0,232	0,803	0,000	0,443	0,057
Sexualidade é uma dimensão psíquica relativa a orientação do desejo	0,213	0,491	0,538	0,578	0,021	0,254	0,341

Tabela 21 - *Teste Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e o entendimento de travestilidade e transexualidade

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
Entendimento de transexualidade e travestilidade	0,080	0,009	0,806	0,002	0,106	0,013	0,155

Tabela 22 - *Teste Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e a compreensão de transexualidade

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
Entendimento de transexualidade e travestilidade	0,116	0,037	0,503	0,341	0,000	0,012	0,416

Tabela 23 - *Teste Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e o entendimento dos tipos de direitos como direitos humanos

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
Direitos Humanos são direito à alimentação	0,011	0,656	0,055	0,090	0,005	0,178	0,406
Direitos Humanos são direito à saúde	0,061	0,440	0,051	0,139	0,013	0,230	0,603
Direitos Humanos são direito à educação	0,197	0,550	0,063	0,427	0,052	0,445	0,898
Direitos Humanos são direito à moradia	0,154	0,451	0,026	0,185	0,007	0,152	0,547
Direitos Humanos são direito à assistência social	0,222	0,256	0,003	0,282	0,002	0,002	0,168
Direitos Humanos são direito ao lazer	0,024	0,186	0,014	0,077	0,000	0,005	0,316
Direitos Humanos são direito ao trabalho	0,063	0,339	0,025	0,125	0,003	0,026	0,433
Direitos Humanos são direito a dignidade	0,037	0,960	0,057	0,149	0,015	0,044	0,226
Direitos Humanos são direito à orientação sexual	0,704	0,514	0,159	0,232	0,024	0,014	0,484
Direitos Humanos são direito ao esporte	0,211	0,562	0,010	0,149	0,000	0,030	0,224
Direitos Humanos são direito a liberdade religiosa	0,583	0,755	0,084	0,407	0,000	0,020	0,365
Direitos Humanos são direito ao voto	0,122	0,846	0,072	0,295	0,000	0,015	0,198
Direitos Humanos são direitos econômicos	0,076	0,689	0,005	0,127	0,001	0,008	0,388

Tabela 24 - Teste *Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e os significados de direitos humano

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
Os direitos humanos são naturais e como tais devem ser reconhecidos pelo Estado	0,180		0,990	0,450	0,806	0,022	0,105
Os direitos humanos são subjetivos e concedidos pelo Estado	0,070		0,654	0,737	0,069	0,475	0,004
Os direitos humanos baseiam-se num contrato social, entre forças sociais e políticas	0,011		0,524	0,775	0,428	0,712	0,036

Tabela 25 - Teste *Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e quais são os direitos compreendidos nos direitos humanos

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
Os direitos humanos compreendem os direitos civis	0,106	0,019	0,369	0,220	0,001	0,263	0,046
Os direitos humanos compreendem os direitos políticos	0,059	0,172	0,906	0,354	0,000	0,150	0,003
Os direitos humanos compreendem os direitos sociais	0,001	0,490	0,638	0,208	0,005	0,015	0,014

Tabela 26- Teste *Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e entendimento se os direitos humanos contemplam as múltiplas sexualidades

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
Os direitos humanos compreendem a diversidade de manifestações da sexualidade	0,358	0,069	0,018	0,647	0,561	0,002	0,450

Tabela 27 - Teste *Chi-square* (p) para cruzamento do perfil psicopolítico e entendimento se os direitos humanos abarcam direitos específicos

	Categoria sexual	Gênero	Idade	Raça Etnia	Escolar idade	Renda	Religião
Existência de direitos específicos à LGBTs	0,453	0,225	0,526	0,196	0,113	0,110	0,078

APÊNDICE F – TABULAÇÃO DAS RESPOSTAS ABERTAS

Respostas abertas de São Paulo

São Paulo | “Você concorda que existam direitos específicos à LGBTs?”

- Sujeito 01. Sim. Todos devem ter direitos iguais.
 Sujeito 02. Sim. Sei lá.
 Sujeito 03. Sim. Até que haja um equilíbrio.
 Sujeito 04. Não. Porque não há nenhuma lei que nos preteja.
 Sujeito 06. Sim. Por ser uma classe em estado fragilizado.
 Sujeito 07. Sim. O casamento.
 Sujeito 09. Sim. Somos grupos vulneráveis.
 Sujeito 10. Não. Desde que se faça cumprir a constituição e os direitos humanos.
 Sujeito 11. Não. Porque vivemos ainda numa sociedade muito preconceituosa.
 Sujeito 12. Sim. Tenho conhecimento
 Sujeito 14. Não. Se todos fossem tratados como iguais não precisaria de direitos específicos.
 Sujeito 15. Não. Todos são iguais.
 Sujeito 19. Não. Tem que ser tudo igual.
 Sujeito 20. Não. Porque todos são capazes.
 Sujeito 21. Não. Se existisse homofobia seria crime.
 Sujeito 22. Sim. Temos nossos direitos.
 Sujeito 23. Sim. Somos iguais a todos, diferentes da opção sexual.
 Sujeito 24. Não. Por ser considerados iguais.
 Sujeito 25. Não. Porque não há nenhuma lei em defesa exclusiva a classe.
 Sujeito 28. Sim. Acho certo.
 Sujeito 29. Sim. Isso precisa acabar, somos todos iguais.
 Sujeito 30. Não. Todos têm os mesmos direitos.
 Sujeito 31. Sim. Porque também são gente.
 Sujeito 32. Sim. Porque não deixamos de ser seres humanos.
 Sujeito 33. Sim. Todos devem ser reconhecidos igualmente, mas isso não se cumpre, logo, deve existir.
 Sujeito 34. Sim. Direitos iguais para todos.
 Sujeito 35. Sim. Ex. Doação de sangue (tentou e não conseguiu por ser gay)
 Sujeito 37. Não. Porque não há na constituição.
 Sujeito 38. Sim. Meio social diferente.
 Sujeito 39. Sim. Porque somos diferentes, há necessidades específicas que o Estado deve cumprir.
 Sujeito 40. Sim. Da mesma forma que existem direitos para gestantes, deficientes e idosos.
 Sujeito 41. Não. Somos todos iguais.
 Sujeito 43. Não. Direitos têm que ser iguais para todos.
 Sujeito 47. Não. Porque são pessoas naturais como os HTs.
 Sujeito 48. Sim. Tem que existir.
 Sujeito 50. Sim. Todos temos os mesmos direitos.
 Sujeito 51. Sim. Por uma sociedade igualitária.
 Sujeito 52. Sim. Para que se possa começar a ter uma idéia clara e difundida sobre o ser homossexual.
 Sujeito 59. Sim. Devido a questão da equidade.
 Sujeito 61. Sim. Parada.
 Sujeito 64. Não. Porque não é divulgado.
 Sujeito 68. Sim. Porque é um direito de todos.

- Sujeito 69. Sim. Porque já existem Leis severas.
- Sujeito 70. Sim. Temos que ter algo que nos defenda.
- Sujeito 72. Sim. Porque somos humanos.
- Sujeito 73. Sim. Porque é um direito.
- Sujeito 76. Sim. Porque todos devemos ter direitos, principalmente LGBTs.
- Sujeito 78. Sim. Como defesa de minorias.
- Sujeito 80. Sim. Por ser um segmento que é vitimado por sua “condição”.
- Sujeito 81. Sim. Aí temos onde recorrer.
- Sujeito 85. Sim. Eles não fazem leis.
- Sujeito 86. Sim. Pelo fato que todos somos iguais.
- Sujeito 88. Não. Precisamos de leis.
- Sujeito 91. Sim. Porque várias coisas foram feitas em prol disso.
- Sujeito 98. Não. Desconheço uma lei que regulamente tais direitos.
- Sujeito 100. Não. Todos somos iguais.
- Sujeito 101. Sim. Merecemos respeito.
- Sujeito 102. Sim. Direitos são direitos.
- Sujeito 104. Sim. Porque são discriminados.
- Sujeito 105. Sim. Por serem grupos historicamente e culturalmente discriminados.
- Sujeito 114. Sim. Direitos Humanos (Somos todos iguais)
- Sujeito 116. Não. Porque nós todos somos iguais independente da opção sexual.
- Sujeito 118. Não. Penso que há muito preconceito.
- Sujeito 121. Não. Por existir um preconceito os direitos não são os mesmos.
- Sujeito 123. Não. Os direitos devem ser universais.
- Sujeito 124. Sim. Temos demandas específicas.
- Sujeito 126. Sim. Por sermos minoria.
- Sujeito 127. Sim. Porque é obvio que o que vale para os heteros não é permitido para os homos. O casamento civil por exemplo.
- Sujeito 135. Não. Temos os mesmos direitos que os heteros.
- Sujeito 139. Sim. Devido a grande descriminalização existente.
- Sujeito 140. Sim. Claro, todos somos humanos.
- Sujeito 141. Sim. Respeitar os “diferentes” (todas as formas)
- Sujeito 142. Sim. É direito de todo ser humano.
- Sujeito 147. Sim. Devido a falta de orientação da população para o assunto.
- Sujeito 148. Não. Porque os direitos devem ser iguais e não maiores.
- Sujeito 149. Sim. Por ser minoria.
- Sujeito 151. Não. Deveriam ser os mesmos de todos.
- Sujeito 152. Sim. Desde que esses direitos garantam a igualdade.
- Sujeito 156. Sim. Por direito.
- Sujeito 157. Sim. Porque tem para todos segmentos.
- Sujeito 158. Não. Porque é uma forma de educar a população.
- Sujeito 159. Não. Porque gays não são protegidos por uma lei específica.
- Sujeito 160. Sim. Porque há muito preconceito ainda.
- Sujeito 162. Não. Há uma luta.
- Sujeito 164. Sim. A sociedade ou uma parcela dela não aceita/respeita seus direitos.
- Sujeito 165. Sim. Porque todos são iguais.
- Sujeito 167. Sim. Porque a maioria discrimina.
- Sujeito 168. Não. Ainda falta muito para realizar leis igualitárias.
- Sujeito 169. Sim. Direitos para todos.
- Sujeito 170. Sim. Somos todos iguais.
- Sujeito 171. Sim. Porque é preciso afirmar a igualdade na diferença.

- Sujeito 173. Sim. Lei de agressão física.
- Sujeito 175. Não. Por ter órgãos genitais.
- Sujeito 182. NR/NS. Difícil, só há direitos específicos provisórios.
- Sujeito 185. Sim. Porque sim.
- Sujeito 188. Não. Todos têm o mesmo direito.
- Sujeito 189. Sim. Todos têm o direito de ser feliz.
- Sujeito 190. Não. Todos tem que ter liberdade, mas não lei específica.
- Sujeito 191. Não. Todos somos iguais, direitos para todos.
- Sujeito 192. Não. Pois são iguais a todos, tendo assim os mesmos direitos.
- Sujeito 193. Não. Acredito que todos são iguais.
- Sujeito 197. Sim. Nem todos entendem se não for lei.
- Sujeito 198. Não. Na minha opinião todos são iguais independente da opção sexual.
- Sujeito 200. Não. Todo mundo é igual.
- Sujeito 202. Sim. Diferenças dos sexos.
- Sujeito 203. Sim. Para que se tenha igualdade.
- Sujeito 204. Sim. Porque hoje eles (as) não são respeitados e não tem liberdade
- Sujeito 205. Sim. Para que seja garantido penalidades.
- Sujeito 206. Sim. Precisam ser contemplados como sujeitos de direitos
- Sujeito 207. Não. Porque todos são iguais.
- Sujeito 208. Sim. Isso é lei.
- Sujeito 209. Sim. Por democracia.
- Sujeito 213. Sim. Por conta do preconceito.
- Sujeito 214. Sim. Parcela da sociedade.
- Sujeito 217. Não. Porque perante a lei somos todos iguais.
- Sujeito 220. Não. Somos iguais.
- Sujeito 221. Não. Porque são civis como qualquer outro, ao criar práticas de defesa específicas, o Estado estaria aceitando que eles são diferentes dos demais.
- Sujeito 225. Sim. Seis contra isso.
- Sujeito 227. Não. Todos são iguais.
- Sujeito 228. Não. Todos tratados igualmente, pois é descriminação do mesmo jeito.
- Sujeito 229. Não. Direitos têm que ser iguais para todos.
- Sujeito 231. Não. Direitos para todos independente da opção sexual.
- Sujeito 235. Sim. Porque eles têm direitos iguais.
- Sujeito 243. Sim. Porque somos humanos iguais a todos.
- Sujeito 246. Não. Não há como você especificar. Temos que respeitar a todos
- Sujeito 250. Sim. Pois cada um tem os seus direitos e deveres.
- Sujeito 251. Sim. Porque cada um tem o seu jeito de viver.
- Sujeito 254. Sim. Por respeito em primeiro lugar.
- Sujeito 256. Sim. Porque historicamente são marginalizados.
- Sujeito 257. Não. Direitos iguais a todos.
- Sujeito 258. Sim. Para poder se proteger da maioria da população racista.
- Sujeito 266. Sim. Para que todos tenham direitos iguais.
- Sujeito 268. Sim. Cada um faz o que gosta.
- Sujeito 270. Sim. Cada um na sua.
- Sujeito 271. Sim. Já faz parte da história da sociedade proteger direitos de grupos fragilizados (negros, mulheres, etc.)
- Sujeito 272. Sim. Direitos Universais.
- Sujeito 273. Sim. Todos têm o mesmo direito.
- Sujeito 274. Sim. Há muito o que ser feito.
- Sujeito 278. Sim. Porque há vários segmentos.

Sujeito 280. Sim. Os direitos são iguais a todos.
 Sujeito 281. Sim. Sou um cidadão porque pago meus impostos.
 Sujeito 282. Sim. Porque a gente pagamos impostos e devemos ter um retorno.
 Sujeito 283. Não. Direitos iguais para todos independente
 Sujeito 284. Não. Porque geralmente não ocorre consequência dos atos com discriminação.
 Sujeito 286. Não. Porque cada um deve se sentir bem como é.
 Sujeito 287. Não. Constitucionalmente é direitos iguais para todos.
 Sujeito 289. Sim. Para deixar bem claro as consequências que pode causar uma discriminação.
 Sujeito 291. Sim. Assim como tem para mulheres e negros.
 Sujeito 296. Sim. Somos todos iguais.
 Sujeito 300. Não. Porque somos todos iguais.
 Sujeito 302. Sim. A minoria precisa da “defesa”

São Paulo | “Sobre o projeto de parceria civil, que prevê o reconhecimento legal das uniões de pessoas do mesmo sexo”

Sujeito 01. Concorda. Todos devem ter direitos iguais.
 Sujeito 02. Concorda. Todos têm que ser feliz.
 Sujeito 05. Concorda. Todos temos direitos iguais.
 Sujeito 06. Concorda. É um direito natural.
 Sujeito 07. Concorda. Todos devem ser felizes.
 Sujeito 09. Concorda. Direitos iguais.
 Sujeito 10. Concorda. É necessário avançar no espaço público.
 Sujeito 11. Concorda. Porque sou gay e a favor.
 Sujeito 12. Concorda. Quero me casar.
 Sujeito 13. Concorda. Eu quero me casar.
 Sujeito 14. Concorda. Direitos iguais para todos.
 Sujeito 15. Concorda. Se um casal hetero pode, o gay também pode.
 Sujeito 20. Discorda. Herança.
 Sujeito 21. Concorda. Todos temos direito de casar com quem queremos.
 Sujeito 22. Concorda. Sim, concordo, somos seres humanos.
 Sujeito 23. Concorda. Todos temos o direito de ser feliz.
 Sujeito 24. Concorda. Liberdade e igualdade de direitos.
 Sujeito 26. Concorda. Para igualar.
 Sujeito 28. Concorda. Temos direitos iguais.
 Sujeito 29. Concorda. Porque cada um sabe o que quer.
 Sujeito 32. Concorda. Quero muito me unir a ponto de me casar.
 Sujeito 33. Concorda. Todos temos o direito a ter um parceiro
 Sujeito 34. Concorda. Tem que ter os mesmos direitos que os heteros.
 Sujeito 35. Concorda. Todos querem casar.
 Sujeito 36. Concorda. Acho bonito.
 Sujeito 37. Concorda. Direitos iguais para todos.
 Sujeito 38. Concorda. Direito
 Sujeito 40. Concorda. União estável é indiferente ao sexo. Tenho uma vida com meu namorado da mesma forma que a minha irmã tem com o dela.
 Sujeito 41. Concorda. Direitos iguais.
 Sujeito 43. Concorda. Entendo como um direito natural de todos.
 Sujeito 47. Concorda. Porque são pessoas naturais como HTs.

- Sujeito 50. Concorda. Legalidade e direito como um todo.
- Sujeito 51. Concorda. Todos devem ter o mesmo direito independente da sexualidade.
- Sujeito 52. Concorda. Principalmente pelos bens adquiridos juntos ao longo da vida.
- Sujeito 58. Concorda. Todos devem ter o mesmo direito.
- Sujeito 59. Concorda. Porque existem casais que acreditam nisso.
- Sujeito 61. Concorda. Somos humanos.
- Sujeito 62. Concorda. Mas tem que ser mais explicado
- Sujeito 68. Concorda. Pelos direitos de todos / sociedade
- Sujeito 69. Concorda. Porque assim nós temos mais direitos na sociedade.
- Sujeito 72. Concorda. Porque todos são seres humanos.
- Sujeito 76. Concorda. Pois independente da opção sexual, somos seres humanos.
- Sujeito 78. Concorda. Eu quero me casar.
- Sujeito 79. Concorda. Todos são livres para amar e tem o direito de ser reconhecido.
- Sujeito 80. Concorda. Igualdade de direitos.
- Sujeito 81. Concorda. Porque vivendo junto um cuida do outro.
- Sujeito 84. Concorda. Assegura os direitos.
- Sujeito 85. Concorda. É o meu sonho.
- Sujeito 86. Concorda. Sim, pois todos tem o direito de ser feliz.
- Sujeito 88. Concorda. Porque sou gay, quero meus direitos.
- Sujeito 90. Concorda. Porque direitos civis são (ou deveriam ser) iguais.
- Sujeito 91. Concorda. Direitos a todos.
- Sujeito 98. Concorda. Uma necessidade.
- Sujeito 100. Concorda. Total, nós somos só S2 e queremos casar.
- Sujeito 101. Concorda. Temos direitos de se casar.
- Sujeito 104. Concorda. Temos que ter os mesmos direitos.
- Sujeito 105. Concorda. Todas temos o direito de ficarmos com quem quisermos.
- Sujeito 106. Concorda. Amor é tudo.
- Sujeito 111. Concorda. Porque eu quero muito.
- Sujeito 113. Concorda. Todos tem o direito a constituir uma família.
- Sujeito 114. Concorda. União = Amor = Afeto
- Sujeito 116. Concorda. Pois os heteros têm este direito garantido por lei.
- Sujeito 117. Concorda. Porque todo cidadão tem direito.
- Sujeito 121. Concorda. Direito de todos, pois isso não me diferencia dos demais, tem que existir, dessa forma haverá mais igualdade.
- Sujeito 123. Concorda. Direitos dos bens materiais contam a família.
- Sujeito 124. Concorda. As pessoas têm que ter o direito garantido. Precisamos garantir o Estado laico.
- Sujeito 126. Concorda. Direito a cidadania.
- Sujeito 127. Concorda. Concordo, porque todo mundo é igual.
- Sujeito 133. Concorda. Porque quero casar.
- Sujeito 134. Concorda. Pois é bacana.
- Sujeito 135. Concorda. Direito não religioso, mas humano.
- Sujeito 137. Concorda. Pois é um direito de todos.
- Sujeito 139. Concorda. Todos os indivíduos tem os mesmos direitos.
- Sujeito 144. Concorda. Cada um vive como quer, livre arbítrio.
- Sujeito 145. Concorda. Direitos iguais a todos.
- Sujeito 147. Concorda. Acredito que devemos ter os mesmos direitos.
- Sujeito 149. Concorda. Por ser um direito.
- Sujeito 151. Discordo. Tem que ser homem e mulher.
- Sujeito 152. Concorda. Pois devem ter os mesmos direitos que casais heterossexuais

- Sujeito 154. Concorda. Porque todos tem direitos.
- Sujeito 156. Concorda. Todos somos iguais.
- Sujeito 158. Concorda. Por que não?
- Sujeito 159. Concorda. LGBT também merecem se casarem.
- Sujeito 160. Concorda. Direito independente da opção sexual.
- Sujeito 161. Concorda. Todos devem ter os mesmos direitos.
- Sujeito 162. Concorda. Preservação de direitos.
- Sujeito 163. Concorda. Direito civil igual para todos os sexos.
- Sujeito 164. Concorda. Porque acho que não diminuiria os direitos dos heteros em nada.
- Sujeito 166. Concorda. Porque eu quero me casar.
- Sujeito 167. Concorda. Debaixo da pele somos todos iguais.
- Sujeito 168. Concorda. Todos têm o direito de ser feliz.
- Sujeito 170. Concorda. Temos nossos direitos.
- Sujeito 171. Concorda. Trata-se de um reconhecimento de direito civil.
- Sujeito 175. Concorda. As pessoas têm o direito de escolher com quem quer viver.
- Sujeito 182. Concorda. Precisa responder?
- Sujeito 184. Concorda. Todos temos o direito de ser feliz.
- Sujeito 185. Concorda. Porque sim.
- Sujeito 188. Concorda. Todos tem que ter o mesmo direito.
- Sujeito 189. Concorda. Porque acho que todos tem o direito de ser feliz.
- Sujeito 190. Concorda. É um contrato, então cada um faz o contrato que quer.
- Sujeito 192. Concorda. Todos tem o direito de unir legalmente com quem gosta.
- Sujeito 193. Concorda. Liberdade de escolha.
- Sujeito 195. Discorda. Não é família perante a religião.
- Sujeito 198. Concorda. Porque as pessoas têm que ser felizes ao lado das pessoas que elas escolheram.
- Sujeito 202. Concorda. Direitos iguais a todos.
- Sujeito 203. Concorda. Direitos deles.
- Sujeito 204. Concorda. Porque todos devem ter direitos iguais.
- Sujeito 205. Concorda. Sim, liberdade de escolha.
- Sujeito 206. Concorda. Sim, é um direito humano.
- Sujeito 207. Concorda. Porque todos são iguais.
- Sujeito 208. Concorda. É um direito de cada um.
- Sujeito 209. Concorda. Liberdade de escolha.
- Sujeito 216. Concorda. O direito tem que ser dado a todos.
- Sujeito 217. Concorda. Porque perante a lei somos todos iguais.
- Sujeito 220. Concorda. Somos iguais.
- Sujeito 221. Concorda. Quem não pode casar? É considerado crime estar com quem gosta?
- Sujeito 224. Concorda. Igualdade a todos.
- Sujeito 225. Concorda. Todos temos direito a união estável.
- Sujeito 227. Concorda. Todos têm o mesmo direito.
- Sujeito 228. Concorda. Porque a lei é falha e é preciso protegê-los.
- Sujeito 229. Concorda. Todos têm que ter o mesmo direito.
- Sujeito 235. Concorda. Cada um com sua opção.
- Sujeito 238. Concorda. Todos têm o mesmo direito.
- Sujeito 245. Concorda. É um direito que todos nós temos.
- Sujeito 250. Concorda. Não sei.
- Sujeito 251. Concorda. É um direito nosso.
- Sujeito 257. Concorda. Direitos iguais a todos.
- Sujeito 258. Concorda. Todos devem ter o mesmo direito.

- Sujeito 265. Concorda. Todos merecem a felicidade.
 Sujeito 266. Concorda. Por ser um direito de todos.
 Sujeito 268. Discorda. Contra a lei de Deus.
 Sujeito 269. Concorda. Todas as pessoas têm direitos iguais.
 Sujeito 270. Concorda. Cada um na sua.
 Sujeito 271. Concorda. Acho que isso não afeta ninguém senão a vida particular dos que desejam essa união, não faz sentido que haja empecilhos.
 Sujeito 272. Concorda. Direito Universal.
 Sujeito 273. Concorda. Todos têm o mesmo direito.
 Sujeito 274. Concorda. Concordo plenamente.
 Sujeito 278. Concorda. Porque/questão dos bens
 Sujeito 280. Concorda. Os direitos são iguais a todos.
 Sujeito 281. Concorda. Sim, porque amamos sem preconceito.
 Sujeito 282. Concorda. Os direitos têm que ser = somos todos seres humanos.
 Sujeito 283. Discorda. Contra a lei de Deus.
 Sujeito 284. Concorda. Porque eles têm o direito de ser feliz.
 Sujeito 286. Concorda. Porque ajuda a combater a discriminação.
 Sujeito 287. Concorda. Direitos iguais.
 Sujeito 289. Concorda. Pelo motivo de ser católica e acrescentar no procedimento divino.
 Sujeito 291. Concorda. Direitos iguais, nomes iguais.
 Sujeito 296. Concorda. Sim, somos todos iguais.
 Sujeito 300. Concorda. Porque todos nós temos o livre arbítrio.
 Sujeito 301. Concorda. Porque todos têm direitos de amar.
 Sujeito 302. Concorda. Pelos direitos iguais.

São Paulo| “Sobre Gays, Lésbicas, Transgêneros ou Bissexuais terem/adotarem filhos, você?”

- Sujeito 01. Concorda. Todos devem ter direitos iguais.
 Sujeito 04. Concorda. Desde que haja um preparo inicial.
 Sujeito 05. Concorda. Direitos e capacidade iguais.
 Sujeito 06. Concorda. A sexualidade não influencia o que as pessoas serão.
 Sujeito 07. Concorda. Se forem corretas/trabalhadores.
 Sujeito 09. Concorda. Direitos iguais.
 Sujeito 10. Concorda. Equidade, porque não?
 Sujeito 11. Concorda. Sim, temos também a capacidade de criar uma criança.
 Sujeito 12. Concorda. Quero adotar.
 Sujeito 13. Concorda. Somos humanos que podemos também.
 Sujeito 14. Concorda. Novamente, direitos iguais para todos.
 Sujeito 15. Discorda. Não é bom para uma criança.
 Sujeito 20. Discorda. Preconceito.
 Sujeito 21. Concorda. Porque temos amor como os heteros também (...).
 Sujeito 22. Concorda. Sim, formamos uma família.
 Sujeito 23. Concorda. Porque é como se fossemos um casal normal de heteros.
 Sujeito 24. Concorda. Liberdade de direitos.
 Sujeito 28. Concorda. Acho certo.
 Sujeito 29. Concorda. Porque eles merecem ser feliz.
 Sujeito 32. Concorda. Sim, pois cuidaríamos como pais e não influenciara nada.

- Sujeito 33. Concorda. Todos temos o direito independente da orientação sexual.
- Sujeito 34. Concorda. Tem que ter os mesmos direitos heteros. Adoção consciente.
- Sujeito 35. Concorda. Sonho de todo ser humano ter filho.
- Sujeito 36. Concorda. Um desejo pessoal.
- Sujeito 37. Concorda. Um casal gay tem a mesma capacidade que um casal hetero.
- Sujeito 38. Concorda. Outro direito.
- Sujeito 39. Concorda. Não há problema algum para as crianças.
- Sujeito 40. Concorda. Somos capazes de cuidar tão bem quanto uma mãe.
- Sujeito 41. Concorda. Porque não influencia na criação dos filhos.
- Sujeito 42. Concorda. Direitos iguais.
- Sujeito 43. Concorda. Apenas mais uma forma de adoção.
- Sujeito 47. Concorda. Porque são pessoas naturais como HTs.
- Sujeito 50. Concorda. Direitos.
- Sujeito 51. Concorda. Sim. Direitos iguais, todos independente da sexualidade tem o direito a constituir família.
- Sujeito 52. Concorda. Pela normalidade da própria união e pessoa.
- Sujeito 59. Concorda. Dar a chance das crianças terem família.
- Sujeito 61. Concorda. Somos humanos.
- Sujeito 64. Concorda. Porque tem muita criança abandonada e largada por aí.
- Sujeito 69. -. OBS: Cada caso é um caso.
- Sujeito 72. Concorda. Porque eles também têm o direito de família.
- Sujeito 73. Concorda. É uma forma da criança não ter preconceito.
- Sujeito 74. Concorda. Direitos iguais.
- Sujeito 76. Concorda. Pois não há nada ao meu ver que interdita.
- Sujeito 79. Concorda. Temos a mesma capacidade de amar e educar.
- Sujeito 81. Concorda. Todos têm direito a família.
- Sujeito 83. Concorda. Todos têm o direito.
- Sujeito 85. Concorda. Todos têm que ter uma família.
- Sujeito 86. Concorda. Carinho, cuidado e amor.
- Sujeito 88. Concorda. Porque eles também sabem o que amar.
- Sujeito 91. Concorda. Tem pleno direito.
- Sujeito 100. Concorda. Um filho é uma escolha independente do sexo.
- Sujeito 101. Concorda. Todos temos que ter o mesmo direito.
- Sujeito 104. Concorda. Mesmos direitos, “nem mais, nem menos”.
- Sujeito 105. Concorda. Não define amor.
- Sujeito 106. Concorda. Porque filho é união também.
- Sujeito 111. Concorda. Porque quero.
- Sujeito 113. Concorda. Sim, somos todos iguais.
- Sujeito 114. Concorda. Direito de possuir uma família.
- Sujeito 115. Concorda. Direito de dar amor a outras crianças.
- Sujeito 116. Concorda. Todo ser humano tem direito a família, seja ela qual for.
- Sujeito 117. Concorda. Porque somos humanos capacitados a isso.
- Sujeito 120. Discorda. Não, é muita discriminação.
- Sujeito 121. Concorda. Todos devem ter os mesmos direitos constitucionais.
- Sujeito 123. Concorda. Considero interessante.
- Sujeito 124. Concorda. É um direito constituir família.
- Sujeito 126. Concorda. Porque não temos os mesmos direitos e deveres.
- Sujeito 127. Concorda. Concordo porque o amor doado é o mesmo.
- Sujeito 133. Concorda. Todos temos direito a uma família.
- Sujeito 134. Concorda. Pois é legal formar uma família.

- Sujeito 135. Concorda. Muitos LGBTs podem cuidar melhor ou igual que heteros.
- Sujeito 137. Concorda. Pois considero família.
- Sujeito 139. Concorda. Todos têm o direito de constituir família.
- Sujeito 140. Concorda. Por uma união familiar.
- Sujeito 142. -. Indiferente - são casos e casos
- Sujeito 145. Concorda. Direitos iguais a todos.
- Sujeito 147. Concorda. Acho que todos temos direitos em ser amados, constituir família.
- Sujeito 148. Concorda. Porque conheço casais heteros sem base para filhos e casais ter dado filhos como se nada fosse.
- Sujeito 149. Concorda. Não há motivo para proibir.
- Sujeito 151. Discorda. Crescerá uma criança transtornada.
- Sujeito 152. Concorda. Pois ambos são capazes de criar filhos tanto quanto os heterossexuais.
- Sujeito 153. Concorda. Sim, direitos iguais.
- Sujeito 156. Concorda. Concordo em partes.
- Sujeito 158. Concorda. Pessoas não podem ficar sozinhas, principalmente crianças.
- Sujeito 159. Concorda. Muitas crianças abandonadas nas ruas.
- Sujeito 160. Concorda. Direitos independem da opção sexual.
- Sujeito 161. Concorda. Todos devem ter os mesmos direitos.
- Sujeito 162. Concorda. Direitos a adoção.
- Sujeito 163. Concorda. Família, Lar, criação de lar é direito de todos.
- Sujeito 164. Concorda. Porque acho que se constituem como outras famílias.
- Sujeito 165. Concorda. Porque não devia haver restrições para adotar crianças.
- Sujeito 167. Concorda. Debaixo da pele somos todos iguais.
- Sujeito 168. Concorda. Amo criança e ficaria muito revoltado se não pudesse dar um lar a uma delas.
- Sujeito 170. Concorda. Sim, porque nós votamos.
- Sujeito 171. Concorda. Os modelos familiares são tão diversos quanto a pluralidade de vida em comum.
- Sujeito 173. Concorda. Concordo em parte, portanto que não dê nó na cabeça da criança.
- Sujeito 175. Concorda. Direitos iguais.
- Sujeito 176. Concorda. Cada um faz o que quer.
- Sujeito 180. Concorda. Porque é um direito de qualquer adotar independente do sexo.
- Sujeito 182. Concorda. Concordo com restrições.
- Sujeito 184. Concorda. Eles são bons pais.
- Sujeito 189. Concorda. Porque acha que todo mundo tem direito de ser feliz.
- Sujeito 191. Concorda. Eles criariam melhor que várias mães.
- Sujeito 192. Concorda. Sim, todos tem direito a adoção.
- Sujeito 198. Concorda. Porque eles também têm direito de formar uma família.
- Sujeito 203. Concorda. Podem ser melhor cuidados.
- Sujeito 204. Concorda. Acredito que possam fazer isto muito bem, dariam mais amor.
- Sujeito 205. Concorda. Sim, há muitas crianças que buscam um lar.
- Sujeito 206. Concorda. É um direito humano.
- Sujeito 209. Concorda. O que uma criança precisa é os pais amorosos independente do sexo.
- Sujeito 216. Concorda. Se há familiar não existe problema.
- Sujeito 217. Concorda. Porque toda criança deve ter um lar.
- Sujeito 220. Concorda. Somos iguais.
- Sujeito 221. Concorda. Porque eles são um símbolo de família também.
- Sujeito 225. Concorda. Sim, todos temos os mesmos direitos.
- Sujeito 227. Concorda. Todos têm o mesmo direito.
- Sujeito 228. Concorda. É uma questão de competência.

- Sujeito 230. Concorda. A sociedade não tá preparada.
- Sujeito 231. NS/NR. Não tenho competência para opinar sobre o assunto.
- Sujeito 235. Concorda. Sim, eles também precisam de amor.
- Sujeito 238. Concorda. Todos os seres humanos tem o mesmo direito.
- Sujeito 246. Concorda. Um ato de amor.
- Sujeito 248. Concorda. Direitos iguais.
- Sujeito 250. Concorda. Se eles querem borá lá.
- Sujeito 251. Concorda. Sim, porque se ele for eu não ligo.
- Sujeito 254. Concorda. Pela rejeição de alguns pais, pelo desejo que alguns casais têm de adotar.
- Sujeito 258. Concorda. Dependentes do amor.
- Sujeito 261. Concorda. Porque adotar é um “ato de amor”
- Sujeito 265. Concorda. Cuidam muito melhor que muita mãe.
- Sujeito 266. Concorda. Porque uma crianças tem direito a um lar independente da sexualidade dos pais.
- Sujeito 268. Discorda. A criança vai ficar confusa.
- Sujeito 269. Concorda. Todas as pessoas têm direitos iguais.
- Sujeito 270. Concorda. Sim, cada um na sua.
- Sujeito 271. Concorda. Habilidade de ser pai não se relaciona com as condições expostas acima, e não afetam os filhos, tanto que a maioria dos citados acima são filhos de heterossexuais.
- Sujeito 272. Concorda. Direito universal.
- Sujeito 273. Concorda. Todos têm o mesmo direito.
- Sujeito 274. Concorda. Sim, todos têm direitos a formar famílias.
- Sujeito 278. Concorda. Porque tem direito a ter família.
- Sujeito 279. Concorda. Legal.
- Sujeito 281. Concorda. Sim, porque amamos sem preconceito.
- Sujeito 282. Concorda. Tem tanta criança abandonada.
- Sujeito 283. Discorda. Porque o lado psicológico.
- Sujeito 284. Concorda. Porque eles podem amar o próximo.
- Sujeito 289. Discorda. Pela criação diferenciada que a mesma irá ter.
- Sujeito 291. Concorda. Requer afeto, não orientação.
- Sujeito 296. Concorda. Ótimo.
- Sujeito 300. Concorda. Porque eles não são melhores.
- Sujeito 301. Concorda. Porque todos têm direito de amar e dividir este amor.
- Sujeito 302. Concorda. O sistema de adoção precisa.

Respostas abertas de Campinas

Campinas | “Você concorda que existam direitos específicos à LGBTs?”

- Sujeito 03. Não. Não sei.
- Sujeito 04. Não. Todos são iguais.
- Sujeito 09. Sim. Pois infelizmente ainda se precisa de proteção.
- Sujeito 11. Não. Seria um modo de diferenciá-los, se somos todos humanos.
- Sujeito 12. Sim. Para tornar o mundo justo a todos.
- Sujeito 13. Sim. Porque somos discriminados de determinada maneira, então precisamos de uma proteção voltada para esse público.
- Sujeito 15. Sim. Porque vivemos numa sociedade heterossexista.
- Sujeito 18. Não. Na prática não existe.
- Sujeito 21. Sim. Temos outras prioridades.

- Sujeito 24. Não. Todos somos iguais e merecemos ser tratados como iguais.
- Sujeito 26. Sim. Querendo ou não temos necessidades um pouco diferente dos demais.
- Sujeito 29. Não. Somos todos iguais.
- Sujeito 30. Sim. Todos são iguais.
- Sujeito 36. Não. Porque não.
- Sujeito 37. Sim. Porque também temos direito.
- Sujeito 39. Sim. Melhor para nós.
- Sujeito 41. Sim. Porque somos todos iguais.
- Sujeito 44. Sim. Porque os direitos devem ser iguais.
- Sujeito 45. Sim. Somos iguais.
- Sujeito 46. Não. Acredito que devam ser validos para todos.
- Sujeito 49. Sim. Porque temos que ser tratados como os demais.
- Sujeito 53. Sim. Talvez.
- Sujeito 54. Sim. Apenas o direito à união estável.
- Sujeito 56. Não. Os mesmos direitos.
- Sujeito 57. Sim. Porque está mal.
- Sujeito 58. Não. Temos muito que conseguir ainda.
- Sujeito 59. Sim. Todos têm que ser o que é.
- Sujeito 62. Sim. Porque o grupo já tem conquistado várias coisas.
- Sujeito 63. Sim. Porque somos todos iguais.
- Sujeito 71. Sim. Porque temos direitos.
- Sujeito 74. Sim. Porque somos iguais perante a justiça.
- Sujeito 78. Sim. Porque é direito de todos.
- Sujeito 79. Sim. Direito.
- Sujeito 80. Sim. Leis criadas recente.
- Sujeito 81. Sim. Porque existe para hetero, idoso, etc.
- Sujeito 83. Sim. Somos iguais.
- Sujeito 85. Sim. O diferente exige leis diferentes.
- Sujeito 88. Sim. Todos têm direitos.
- Sujeito 89. Sim. Pessoas diferentes, direitos específicos.
- Sujeito 90. Sim. Todos têm direitos iguais.
- Sujeito 91. Sim. Porque eles precisam.
- Sujeito 92. Sim. Pelas manifestações feitas.
- Sujeito 96. Não. Porque se houvesse não teria tanta manifestação.
- Sujeito 98. Sim. Sou a favor de políticas afirmativas.
- Sujeito 106. Sim. Direitos e deveres devem ser cumpridos.
- Sujeito 108. Sim. Porque todos têm esse direito.
- Sujeito 113. Não. Porque os LGBTs são iguais a todos.
- Sujeito 114. Não. Somos todos iguais.
- Sujeito 115. Não. Ainda há deficiências no sistema.
- Sujeito 119. Sim. Porque temos direito.
- Sujeito 122. Sim. Porque todos somos iguais.
- Sujeito 123. Sim. Porque todos somos iguais.
- Sujeito 134. Sim. Porque hoje tem luta contra o preconceito.
- Sujeito 135. Sim. Para garantir direitos.
- Sujeito 142. Sim. Para sermos iguais.
- Sujeito 148. Sim. Porque são seres humanos.
- Sujeito 149. Sim. Para proteção de identidade.
- Sujeito 150. Não. Porque não.
- Sujeito 153. Não. Sofrem muito preconceito.

Sujeito 158. Não. Direitos iguais.
 Sujeito 159. Sim. Todos temos direitos em sociedade.
 Sujeito 166. Sim. Todo ser humano tem esse direito.
 Sujeito 186. Não. Somos todos iguais.
 Sujeito 208. Sim. Por nada.
 Sujeito 210. Sim. Mas não sei.
 Sujeito 212. Não. Falta muito para os gays tenho mais direitos para chegar numa sociedade sem preconceito.
 Sujeito 213. Sim. Para que a Lei seja feita.
 Sujeito 217. Não. Todos são iguais, então, direitos iguais.
 Sujeito 220. Sim. Somos todos iguais.
 Sujeito 222. Sim. Com todo o preconceito que existe é necessário.
 Sujeito 225. Não. Não há leis específicas.
 Sujeito 227. Não. Todos somos iguais.

Campinas | “Sobre o projeto de parceria civil, que prevê o reconhecimento legal das uniões de pessoas do mesmo sexo”

Sujeito 03. Concorda. Todos são iguais.
 Sujeito 04. Concorda. Cada um tem o direito de fazer o que quer.
 Sujeito 06. Concorda. Cada um tem o direito de fazer o que quer.
 Sujeito 07. Concorda. Todos têm direitos.
 Sujeito 08. Concorda. Direitos todos.
 Sujeito 09. Concorda. Todos devem ter direitos.
 Sujeito 11. Concorda. É um direito de todos
 Sujeito 12. Concorda. Se há amor, nada mais justo que oficializar
 Sujeito 13. Concorda. Porque a felicidade é livre para todos
 Sujeito 14. Concorda. O que importa é ser feliz.
 Sujeito 15. Concorda. Foi uma decisão do STJ
 Sujeito 19. Concorda. Direitos iguais.
 Sujeito 20. Concorda. Temos todos direitos.
 Sujeito 21. Concorda. Direitos iguais.
 Sujeito 22. Concorda. Sim, pois é opção da pessoa e isso a faz feliz
 Sujeito 25. Concorda. Direito de todo e qualquer cidadão.
 Sujeito 29. Concorda. É um direito meu fazer o que eu quiser.
 Sujeito 32. Concorda. Direito de todos.
 Sujeito 36. Concorda. Direitos iguais.
 Sujeito 37. Concorda. Queremos dividir o “nosso” com quem amamos.
 Sujeito 41. Concorda. Porque não somos diferentes.
 Sujeito 44. Concorda. Porque temos que ter livre arbítrio.
 Sujeito 45. Concorda. Amamos.
 Sujeito 46. Concorda. Direitos iguais.
 Sujeito 48. Concorda. Somos todos iguais.
 Sujeito 51. Concorda. Por direitos.
 Sujeito 54. Concorda. Igualdade de direitos.
 Sujeito 56. Concorda. Direitos iguais.
 Sujeito 59. Concorda. Todos merecem um parceiro.
 Sujeito 62. Concorda. Porque se enquadra nos direitos sociais.
 Sujeito 63. Concorda. Todos temos esse direito.

- Sujeito 65. Concorda. Todos temos direitos iguais.
- Sujeito 68. Concorda. Básico
- Sujeito 71. Concorda. Porque todos têm o direito de ser feliz.
- Sujeito 72. Concorda. Pois temos o direito de nos unir.
- Sujeito 78. Concorda. Direito de todos.
- Sujeito 79. Concorda. Direito.
- Sujeito 81. Concorda. Um hetero pode, por que eu não?
- Sujeito 83. Concorda. Porque somos todos iguais.
- Sujeito 85. Concorda. Todos têm o direito de viver junto.
- Sujeito 86. Concorda. Todos temos direitos.
- Sujeito 89. Concorda. Nada mais justo.
- Sujeito 90. Concorda. Para que sejam iguais legalmente.
- Sujeito 94. Concorda. Porque as pessoas não são obrigadas a nascerem assim.
- Sujeito 96. Concorda. Direitos iguais (humanos)
- Sujeito 98. Concorda. Sim, é o mínimo de democracia.
- Sujeito 103. Concorda. Igualdade de todos.
- Sujeito 108. Concorda. Concordo porque isso é normal.
- Sujeito 113. Concorda. Porque no amor não depende do sexo.
- Sujeito 114. Concorda. Somos todos iguais.
- Sujeito 115. Concorda. Todos têm direito à felicidade.
- Sujeito 122. Discorda. Porque cada um pensa de uma forma.
- Sujeito 123. Discorda. Porque cada um pensa de uma forma.
- Sujeito 129. Concorda. Porque sim.
- Sujeito 134. Concorda. Porque todos temos os mesmos direitos.
- Sujeito 137. Concorda. Todos são iguais.
- Sujeito 138. Concorda. Todos temos direitos.
- Sujeito 141. Concorda. Por amor.
- Sujeito 142. Concorda. Porque o amor é para todos.
- Sujeito 146. Concorda. É o que é correto e justo.
- Sujeito 147. Concorda. Principalmente pela divisão de bens.
- Sujeito 148. Concorda. Direito de casar são para todos.
- Sujeito 149. Concorda. Todos merecem ser feliz como querem.
- Sujeito 159. Concorda. Apenas um papel que comprova o que já existe.
- Sujeito 163. Concorda. Porque os homossexuais não gozam dos mesmos direitos dos heterossexuais.
- Sujeito 164. Concorda. Sim, pois é um direito de todos.
- Sujeito 167. Concorda. Todo ser humano tem esse direito.
- Sujeito 170. Discorda. Filhos nas escolas.
- Sujeito 186. Concorda. Direitos iguais.
- Sujeito 210. Concorda. Sim, porque como hetero tem direito de se unir o gay também tem.
- Sujeito 218. Concorda. Porque sim.
- Sujeito 220. Concorda. Já tive um casamento.
- Sujeito 222. Concorda. Direitos iguais para todos.
- Sujeito 224. Concorda. Todos temos os mesmos direitos, não há necessidade de separação de “espécies”.
- Sujeito 227. Concorda. Igualdade a todos.

- Sujeito 01. Concorda. Direito de igualdade.
Sujeito 03. Concorda. Todos somos humanos.
Sujeito 04. Concorda. Pois temos capacidade de cuidar como um casal hetero
Sujeito 05. Concorda. Direitos iguais.
Sujeito 06. Concorda. São ótimos pais como um casal HT ou até melhor.
Sujeito 08. Discorda. Dependem dos gays.
Sujeito 09. Concorda. A capacidade de ser pai está além da sexualidade.
Sujeito 11. Concorda. É um direito de todos.
Sujeito 12. Concorda. Pois é amor fraterno da mesma forma.
Sujeito 13. Concorda. Porque o consentimento de formar uma família é livre.
Sujeito 15. Concorda. Estou pleiteando adotar uma criança.
Sujeito 18. Concorda. Direitos iguais.
Sujeito 19. Concorda. Direitos iguais.
Sujeito 20. Concorda. Amor não tem sexo.
Sujeito 22. Concorda. Sim, porque todos tem o direito a formar família.
Sujeito 24. Concorda. Todos tem o direito de ter família.
Sujeito 25. Concorda. Direito de todo e qualquer cidadão.
Sujeito 27. Concorda. Sim, cada faz o que quer.
Sujeito 29. Concorda. Porque não?
Sujeito 30. Concorda. Podem ser melhor que um casal normal.
Sujeito 36. Concorda. Direito de família a todos.
Sujeito 37. Concorda. Qualidade de vida melhor.
Sujeito 41. Concorda. Porque somos iguais.
Sujeito 44. Concorda. Por terem direitos de constituir família
Sujeito 45. Concorda. Somos normais.
Sujeito 46. Concorda. Amor não tem sexo, caráter ou opção sexual.
Sujeito 49. Concorda. Todo mundo tem o direito a ter uma família.
Sujeito 51. Concorda. Sim, todos podemos ter filhos.
Sujeito 56. Concorda. Direitos iguais.
Sujeito 57. Concorda. O porque não?
Sujeito 59. Concorda. Todos tem direitos de ter uma família.
Sujeito 62. Concorda. O amor é independente de orientação sexual.
Sujeito 63. Concorda. Todos tem o direito a uma família.
Sujeito 67. Concorda. Direitos!
Sujeito 68. Concorda. Normal.
Sujeito 69. Concorda. Não vejo diferença entre famílias tradicionais e homoparentais.
Sujeito 71. Concorda. Porque somos humanos e temos capacidade.
Sujeito 72. Concorda. Normal.
Sujeito 74. Concorda. Porque também quero.
Sujeito 75. Concorda. Todos tem o direito a família.
Sujeito 78. Concorda. Carinho e amor qualquer um pode dar.
Sujeito 79. Concorda. Direito.
Sujeito 80. Concorda. Cada um sabe de si.
Sujeito 81. Concorda. Também quero ser pai, meu sonho.
Sujeito 83. Concorda. Porque somos iguais.
Sujeito 84. Concorda. Para que todos tem o direito de ter uma família.
Sujeito 85. Concorda. Sim, desde que haja amor e cuidado qualquer um pode ter.
Sujeito 86. Concorda. Sim, um direito de todos.
Sujeito 89. Concorda. Direitos iguais.

- Sujeito 90. Concorda. Existem muitas crianças necessitadas.
- Sujeito 91. Concorda. Pois somos iguais e devemos ter direitos iguais.
- Sujeito 92. Concorda. Todos têm que ter direitos iguais.
- Sujeito 94. Concorda. Porque todos têm direitos de dar amor.
- Sujeito 98. Concorda. Sim, eles têm os mesmos direitos.
- Sujeito 100. Concorda. Temos que respeitar a vontade e a igualdade
- Sujeito 103. Concorda. Acho que deve ter igualdade a todos.
- Sujeito 108. Concorda. Concordo porque todos devem ter esse direito.
- Sujeito 113. Concorda. São pessoas normais.
- Sujeito 114. Concorda. Sim, por sermos todos iguais.
- Sujeito 115. Concorda. O amor existe em todos os gêneros para ser capaz disso.
- Sujeito 118. Concorda. É um direito.
- Sujeito 119. Concorda. Porque somos iguais como os outros.
- Sujeito 122. Concorda. Cada um pode formar a sua família.
- Sujeito 123. Concorda. Cada um pode formar a sua família.
- Sujeito 127. Concorda. Todos têm direito a família.
- Sujeito 129. Concorda. Sim, tendeu tendeu tendeu
- Sujeito 134. Concorda. Porque existe muitas crianças precisando de um lar.
- Sujeito 137. Concorda. Porque muitos farão filhos adotados mais felizes.
- Sujeito 138. Concorda. Porque temos que dar um lar a essas crianças.
- Sujeito 142. Concorda. Respeito, amor e afeto.
- Sujeito 145. Concorda. Direto a ter uma família.
- Sujeito 147. Concorda. Melhor que um abrigo/orfanato. O amor é o que importa.
- Sujeito 148. Concorda. Porque ter uma família é algo maravilhoso.
- Sujeito 149. Concorda. Todos têm direito a família.
- Sujeito 150. Concorda. Porque todos tem direitos.
- Sujeito 151. Concorda. É problema deles.
- Sujeito 153. Concorda. Todos têm direito a família.
- Sujeito 158. Concorda. Direitos.
- Sujeito 159. Concorda. É um gesto de amor e isso independe da sexualidade.
- Sujeito 163. Concorda. Não vejo nenhuma diferença em sua capacidade de criar uma criança.
- Sujeito 164. Concorda. Sim, pois é um direito de todos.
- Sujeito 166. Concorda. Todo ser tem esse direito.
- Sujeito 170. Discorda. Preconceito ainda existe em escolas.
- Sujeito 209. Discorda. Porque pode influenciar na educação da criança.
- Sujeito 210. Concorda. Sim, porque é um sonho.
- Sujeito 213. Concorda. Sim, é um casal normal.
- Sujeito 218. Concorda. Porque é fofo e lindo.
- Sujeito 220. Concorda. Antes dois pais e duas mães do que nenhum.
- Sujeito 222. Concorda. Família não precisa ter “cara” ou sexo.
- Sujeito 227. Discorda. Muito preconceito.